

4 EXPLOSÃO POLISSÊMICA: (A)FETOS TECNO-CIENTÍFICOS E NARRATIVAS CONTRA-MAJORITÁRIAS NOS ANOS 1970

Em sua trajetória política nutrida por crises e rupturas institucionais, o Brasil inicia os anos 1970 sob o jugo do endurecimento da violência e da violação de direitos humanos perpetradas pelo regime militar implantado em 1964. Ao final da década de 1960, com a decretação do Ato Institucional 5, a máquina de repressão e tortura rodava suas engrenagens em alta velocidade. Foram os chamados anos de chumbo, vigorados até a primeira metade da década de 1970, que coincidiu com um período de crescimento da atividade econômica, denominado “milagre brasileiro”. O ufanismo alimentado pela prosperidade florescia, e o regime vangloriava-se de suas alegadas virtudes.

Eram tempos de ditadura empresarial-militar. Mais uma experiência autoritária no curto espaço de duas décadas. A partir de 1968, a censura prévia passou a vigorar, afetando meios de comunicação e espetáculos. Jornalistas tornaram-se alvo de prisões, torturas, muitos sendo forçados ao exílio. Periódicos oposicionistas e críticos minguavam ou fechavam. A atmosfera repressiva grassava (SEABRA, 2006).

O rompimento da ordem democrática não se traduziu, contudo, em um novo ordenamento penal. O Código de 1940 manteve-se em vigor. Houve, sim, uma tentativa de reforma do texto penal, iniciada em 1969, que não prosperou e foi abandonada em 1978. Ao final da década de 1970, a ditadura iniciava um processo de distensão e abertura política, “lenta, gradual e segura”, nas palavras do então general-presidente Ernesto Geisel. A revogação do AI-5 em 1978 significou, entre outras coisas, o fim da censura prévia. Logo depois, a Lei de Anistia foi promulgada, abrindo definitivamente as portas para o processo de redemocratização, que ainda consumiria a década seguinte até o reestabelecimento pleno das liberdades e dos direitos civis e políticos, bem como de eleições diretas para presidente.

É justamente nesse período conturbado e sinuoso dos anos 1970 que o movimento feminista se revigora e rearticula, promovendo sonoros debates públicos sobre a situação da mulher no Brasil e os variados desafios e problemas relacionados, tais como violência de gênero e aborto (ROCHA, 2009). A esfera pública brasileira se reinventava na esteira de um amplo movimento da sociedade civil que vislumbrava os primeiros raios de luz da democracia.

O cenário propício aos debates sobre aborto não era efeito apenas da conjuntura política interna. No horizonte global, uma série de movimentações e acontecimentos contribuíam para novas percepções e discursos vinculados aos direitos humanos, e

particularmente, aos direitos das mulheres. Segundo Arilha, Corrêa e Cunha (2016), a perspectiva dominante de controle e manipulação dos corpos, consagrada através de visões eugênicas e malthusianas de alcance mundial, e concretizada na distopia nazi-fascista, perdia fôlego. A aceitação de tais premissas desmoralizou-se a partir do final da Segunda Guerra diante do reconhecimento dos horrores produzidos em seu nome. O debate demográfico transforma-se.

Esse debate chega ao Brasil durante a ditadura militar. E enfrenta resistência do regime, pois orbitando em torno de questões como o reconhecimento da autonomia sobre os corpos, bem como da livre-escolha acerca da fertilidade (contracepção), desagradava frontalmente à Igreja Católica, cuja parte do corpo clerical tinha vinculações com os militares. Certas contradições saltam aos olhos, pois o dispositivo penal da Lei de Contravenções de 1941 que proibia o anúncio de métodos contraceptivos é ignorado. O comércio não é proibido pelo regime (ARILHA, CORRÊA, CUNHA, 2016), tanto que em 1979 uma lei é promulgada para revogar tal previsão⁴³.

É um cenário complexo e caracterizado por nuances políticas. Em 1974, na 1ª Conferência Internacional de População, organizada pelas Nações Unidas (ONU), o Brasil alinha-se com outros países em desenvolvimento na resistência a medidas de controle da natalidade, declarando que o desenvolvimento é o melhor contraceptivo” (IBID, 2016, p. 235). Tais debates e resistências se dão porque, também naquele momento, conforme Boltanski (2004) ressalta, obras e visões, geralmente de tom apocalíptico, patrocinadas pela ONU, alertavam sobre o perigo da superpopulação global e da escassez de recursos. A crença de que a pobreza estava ligada ao crescimento da população revigora-se, reinstalando pânico e inquietações sobre os possíveis desdobramentos que isso poderia gerar em termos de controle de natalidade e de manipulação da vida humana. Assim, a oposição a políticas que controlassem a natalidade é um marco do regime militar na década de 1970, que passa a contrapor-se a interferências de entidades internacionais na questão demográfica brasileira (PEDRO, 2003).

Além disso, ao redor do mundo, a década de 1970 é um período também marcante pois diversos países adotam legislações liberais sobre interrupção da gravidez. O movimento feminista, sobretudo na Europa, mobiliza-se de modo a impulsionar modificações legislativas.

⁴³ A íntegra da lei está disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6734.htm#art1

Os debates sobre descriminalização ganham intensidade, trazendo à tona conceitos como autonomia e dignidade⁴⁴.

Os anos transcorrem e no final da década o movimento feminista ganha vulto social expressivo no Brasil, participando ativamente dos debates sobre redemocratização com uma pauta ampla, que incorporava desde a demanda por autonomia reprodutiva até a pauta do movimento de reforma da saúde, que resultaria na instituição do Sistema Único de Saúde pela Constituição de 1988 (NEVES, 2012). Os sentidos em torno do fenômeno do aborto deslocavam-se para outras searas simbólicas, sobretudo a seara política dos direitos e garantias individuais protestados em nome da autonomia feminina. As resistências sociais e políticas, especialmente as religiosas, não arrefecem, inaugurando um novo capítulo sobre a prática do aborto na história do país, bem como nas narrativas jornalísticas.

O *Jornal do Brasil* tornara-se sinônimo de prestígio e qualidade no mundo do jornalismo a partir dos anos 1950, com o processo de ampla reforma gráfica e editorial que o transformara tanto em termos visuais quanto em termos de conteúdo (SEABRA, 2006; SODRÉ, 1999). A crônica política e o debate cultural se sofisticam, fazendo do periódico um ator engajado nos acontecimentos culturais, políticos e econômicos, a produzir sentidos em relação à vida nacional. Uma das novidades que o *JB* legou foi a criação das editorias, entre as quais a lendária editoria de cultura, nomeada *Caderno B*, que abriu espaço para escritores e intelectuais, ampliando a captação do cotidiano (FERREIRA, 2008). Também vale destacar que o periódico viveu momento díspares e ambivalentes, indo da resistência ao regime até uma forma de capitulação forçada de modo a negociar sua saúde financeira com os militares nos anos 1970⁴⁵. Além disso, o século XX já estava em pleno curso, e as condições técnicas de produção e distribuição de jornais estavam consolidadas, a despeito de conjunturas política e econômicas desfavoráveis, em um modelo tecnológico favorável à circulação da imprensa, massificada e capaz de reverberar pelos múltiplos meandros e reentrâncias da realidade social.

A reformulação editorial faz pensar sobre a condição social dos jornais, isto é, não só na sua dimensão particular (do jornal em si), mas também nos seus efeitos simbólicos e sociais. Afinal, é ponto pacífico supor que as alterações criariam novas rotinas profissionais, um novo metabolismo no funcionamento e nas ambições discursivas. Assim, retomando as ideias e conceitos aqui em evidência, um novo campo de mediações (MARTÍN-BARBERO,

⁴⁴ O conceito de dignidade está intimamente vinculado ao campo dos direitos humanos e desenvolve-se mais amplamente, em termos jurídico-legais e filosóficos, a partir da segunda metade do século XX, no contexto de “crimes contra a humanidade” e debates bioéticos (Boltanski, 2004, p. 195).

⁴⁵ “Censura: O regime militar e a liberdade de expressão”, por Antonio Carlos Olivieri, disponível no link: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/censura-o-regime-militar-e-a-liberdade-de-expressao.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>

2009), de filtragem, composição e reordenação da realidade, cria as condições para a emergência de representações - sempre parciais, conforme Becker (1993) - e simbolizações (WAGNER, 2010) que expressam novos ângulos sobre a realidade social. Coisas e palavras debutam nas narrativas. A realidade se reinventa. Afetos e sentimentos, fenômenos culturalmente moldados (BRETON, 2009; REZENDE, 2002), são dados à luz e/ou reconicionados.

O jornalismo também modifica-se ao narrar tal realidade, reivindicando para si, enquanto prática profissional, um amplo campo de notícias. O processo de construção da notícia é reformulado como um todo, e especificamente no campo do aborto, a partir de um movimento sísmico no imaginário – um museu de imagens (DURAND, 1988, 2002) – no qual reflexões éticas, técnico-científicas e feministas irrompem no teatro global.

Pode-se afirmar que a temática do aborto explode na imprensa nos anos 1970. Em termos quantitativos e qualitativos/semânticos. A palavra irradia-se vertiginosamente: foram contabilizados 170 registros do assunto. A estratégia metodológica foi continuar com o sistema de coleta e mapeamento da década nos termos daquele efetuado nos anos 1940. Cada ano sendo perscrutado semestralmente, com exceção do ano do meio (1975), analisado integralmente. Ainda assim, diante do volume de dados empíricos, foi possível trabalhar com 86 textos/matérias.

4.1 Novos costumes: imaginário cultural e os movimentos feministas

O ano de 1970 é inaugurado com o aborto já em pauta. No dia 1º de janeiro, o *JB* noticiava na página 11 (Figuras 30 e 31), editoria Internacional, dentro da coluna “Dando ciência”, sem autor identificado, a nota “Revolução biológica” (Figura 31). O texto aborda o desenvolvimento “de tal importância” da ciência que obrigava cientistas e magistrados de todo o mundo a rever a estrutura legal e política, de modo a fazer frente a ameaças e desafios éticos, ecológicos e sociais contemporâneos, entre os quais: controle do sexo dos bebês na vida uterina; prolongamento da vida humana; redução do nascimento de crianças “defeituosas”. E finaliza referindo-se a “conquistas científicas” então atuais que não tiveram “o necessário controle” público, tais como: transplante de órgãos; uso de contraceptivos; legalidade do aborto e da esterilização; as condições éticas de morrer e viver com dignidade, entre outros.

Figura 30 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 01/01/1970

JORNAL DO BRASIL Quinta-feira, 1/1/70 1.º Caderno

Dando ciência

O melhor conselho

Os homens e mulheres devem deixar de fumar e afastar-se de ambientes contaminados e das preocupações diárias se pretendem vir a ter filhos inteligentes e sãos, afirma o Dr. Carlos Sirtori no último número da revista italiana *Domina*.

"Fora com a obesidade, a intoxicação alcoólica, o hábito de fumar, a gula e a indigestão!" Esta é a palavra de ordem do Dr. Sirtori. "Fora com as preocupações, tristezas, ansiedade, os ossos inchados e os músculos flácidos."

De acordo com o médico, todos esses fatores podem — e com frequência o fazem — afetar a classe de criança que os pais possam conceber, uma vez que as enfermidades e as neuroses podem refletir na qualidade do esperma ou do óvulo. Recomenda que antes de que um casal mantenha relações sexuais com o propósito de ter um filho, submetam-se a um rigoroso exame médico, incluindo um eletrocardiograma.

O Dr. Sirtori aconselha a abstenção total do congresso sexual durante a gravidez da mulher. Um, de cada oito recém-nascidos, apresenta deformações inexplicáveis para a ciência médica, disse. Acrescenta que ele e outros especialistas acreditam que essas deformações possam ser causadas durante a cópula.

O médico que é presidente da Fundação Carlo Erba (a maior organização particular italiana dedicada às investigações relacionadas com a saúde) afirmou que embora semelhante abstinência sexual "pareça uma questão calvinista", existem argumentos científicos que a anulam.

Aviação da França fica com Mirage

Bordéus (APP-JB) — Os três últimos jatos Mirage fabricados pela empresa Marcel Dassault, e que fazem parte dos 50 aparelhos encomendados por Israel antes do embargo decretado pelo Presidente De Gaulle, foram entregues à Força Aérea da França que os manterá sob custódia. Depois de montados, os Mirage são testados pelos pilotos do construtor e do comprador antes de sua entrega. Mas depois que De Gaulle proibiu a venda de material de guerra a Israel, a Marcel Dassault entrega os aviões encomendados por esse país à aviação francesa e esta os encaminha para as suas bases, onde ficam como reserva.

Telefone p/222-1818 e faça uma assinatura do JORNAL DO BRASIL

Israelenses foram ao pôrto e receberam as canhoneiras

Haifa, Telaviv, Paris, Cairo (APP-AP-UPI-JB) — Milhares de israelenses receberam entusiasmadamente na noite de ontem em Kibbutz — uma extensão do pôrto de Haifa — as cinco canhoneiras retiradas do pôrto francês de Cherburgo no Natal.

Israel tomou medidas extraordinárias de segurança na recepção das lanças, que foram custodiadas por barcos da polícia costeira, enquanto helicópteros iluminavam toda a área. Primeiros entraram no pôrto duas canhoneiras juntas e, vinte minutos depois, as restantes.

DISCRICAO

Apesar dos esforços das autoridades para minimizar o fato e do intenso frio noturno, os israelenses receberam com grande entusiasmo a chegada das embarcações.

Aviões da Força Aérea de Israel, desde a manhã, patrulhavam as costas próximas a Haifa, onde centenas de jornalistas nacionais e estrangeiros e milhares de pescas observavam o mar, atentos as informações da emissora estatal de Israel.

A hora da chegada, o local e o cenário noturno da emissora foram interpretados como sinal de que o Governo de Israel procurou dar pouca repercussão à recepção, para evitar o agravamento da crise com a França.

A rádio de Telaviv deu, na parte da manhã, apenas uma informação detalhada durante o dia. Em seguida a emissora prosseguiu com a sua programação habitual.

PROGNOSTICOS

A imprensa israelense considera que a tensão diplomática com a França tende a diminuir. Baseados em informações obtidas em meios oficiais de Israel, os jornais de Telaviv dizem que a França não está interessada em agravar as relações entre os dois países porque:

- 1) Sob o ponto de vista formal, a transação foi legal. Como Israel renunciara aos seus interesses sobre as lanças, estas puderam ser vendidas no mercado internacional e em seguida revendidas a terceiros.
- 2) Um comitê interministerial francês deu todas as autorizações necessárias à operação. O único objeção que poderia ser feita é que certos regulamentos burocráticos, como o prévio aviso da partida às autoridades portuárias, não foram cumpridos.
- 3) — Israel declarou oficialmente que as embarcações serão utilizadas para fins pacíficos. Não se pode afirmar, portanto, que a aquisição reforça o potencial militar israelense e que o embargo francês foi violado.
- 4) — O Presidente Pompidou, da França, passará, em sua próxima viagem aos Estados Unidos, por cidades que contam com numerosas minorias judaicas e provavelmente não desejará

Pompidou reuniu-se ontem com os Ministros da Defesa, Michel Debré, do Exterior, Maurice Schumann, e o Primeiro-Ministro, Chaban-Delemas, para tratar do caso das canhoneiras, porém nada foi informado.

Os jornais de Paris afirmam que é possível a aplicação de severas punições aos funcionários responsáveis pela saída das lanças de Cherburgo, a 24 de dezembro último. O *Figaro* insinua que a maior culpa poderia recair numa alta autoridade, mas não revela nomes.

L'Humanité, jornal comunista, levanta a suspeita de que tudo se deve a uma trapaça governamental, dizendo que "nem as sanções e nem as ridiculizações afirmativas israelenses de que as canhoneiras serão utilizadas com propósitos pacíficos poderão ser levadas a sério."

O Comando Militar de Israel anunciou ontem que jatos de sua Força Aérea bombardearam posições de artilharia e baterias antiaéreas egípcias no setor central do canal de Suez.

A emissora do Cairo divulgou um comunicado militar, no qual se afirma que o ataque israelense foi rechaçado pela defesa antiaérea egípcia e que "um avião inimigo foi visto quando caía em chamas na margem oriental do golfo de Suez". Israel desmentiu a

Figura 31 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 01/01/1970

Revolução biológica

A revolução biológica iniciada na década de 60 é de tal importância que um grupo de magistrados e cientistas acaba de solicitar das autoridades mundiais uma revisão total da estrutura legal e política de todos os países, no sentido de racionalizar — através de profundos estudos técnicos — as modificações verificadas no meio ambiente.

A questão central que preocupa a equipe é a seguinte: "A quem deverá ser confiada a tarefa de liderar aqueles que se proclamam ter a habilidade científica necessária para modificar substancialmente os destinos da humanidade?"

As conquistas científicas, segundo sustentam os magistrados encarregados de estudar a questão, indicam que estamos na iminência de testemunharmos a nova era biológica. Essa nova etapa e a escalada tecnológica requerem soluções drásticas e objetivas.

A reprodução dos órgãos humanos e a manipulação genética não se constituem nas únicas ameaças emergentes da revolução biológica. Virão, num futuro não muito remoto, outras novidades que trarão tremendas implicações de ordem ética, ecológica e social:

- Controle do sexo dos bebês no transcorrer de sua vida uterina;
- Prolongamento da vida humana — talvez por centenas de anos — através do transplante e regeneração de órgãos;
- Redução do nascimento de crianças defeituosas através de intervenções genéticas, antes do bebê ver a luz;
- O desenvolvimento do chamado gás dos nervos e a cultura em grande escala de ger-

Em vez de andar de um lado para o outro, resolva tudo dentro de sua tampa pode ser o Banco Industrial de Campina Grande como as em éle lidera, todas dispostas a lhe prestar serviços da melhor qualidade, sendo crescer com você.

Olhe a Rique:

é a Rique S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, com as lucrativas Letras de Câmbio Rique, garantia ao pé da letra. E mais: Crédito Direto ao Consumidor, Certificados de Compra de Ações, Obrigações do Tesouro, Fundo Rique de Valorização, Finame.

Olhe a outra Rique:

é a Rique S.A. - Crédito Imobiliário, com as vantajosas Letras Imobiliárias Rique e a sensação do momento: Cadernetas de Poupança Rique, além de financiamentos que são uma solução construtiva para o problema da habitação.

Olhe a Patriarca:

é a mais nova empresa do grupo. Companhia de Seguros Gerais, Técnica atualizada. Planos que fazem do seu seguro de hoje o seu amanhã seguro.

Olhe o próprio Banco:

são os serviços cada vez mais aperfeiçoados. A Carteira de Câmbio tornou você mais importante do que qualquer importância também nas principais moedas estrangeiras. A Carteira Imobiliária já está financiando material de Construção.

Dá dimensão nacional ao progresso nordestino, com a incorporação do Banco do Trabalho na Bahia, as próximas inaugurações em Sergipe e no Paraná, o constante crescimento pelo Brasil. E com a implantação, em 1970, do Serviço Automático de cheques - SAC, máquinas automáticas pagando cheques eletronicamente dia e noite, vai fazer pioneirismo na América Latina, aproximando do você a tecnologia do futuro.

OLHE PELOS SEUS INTERESSES. TRABALHE E CRESÇA COM QUEM PODE E QUER FAZER

PRESEÇA CRESCE AS FAIXAS DO MEU

Banco Industrial de Campina Grande

RIQUE CRÉDITO, FINANCIAMENTO

rique s.a. crédito imobiliário

A PATR Companhia de Seguros

O imaginário da ciência é acionado de imediato. Mas não apenas pela sua rubrica editorial, como também pela própria narrativa em si que privilegia reflexões acerca do impacto da ciência na vida cotidiana e, sobretudo, nos rumos e desafios que esperam a humanidade. Nota-se como a engenharia genética e a artificialidade da técnica projetam uma sombra discursiva sobre o tema do aborto, como se o desenvolvimento, incremento e sofisticação do arsenal tecnológico rompesse com os limites do humano, numa abordagem que guarda similitude com o gênero da ficção científica. Um mundo radicalmente novo se

projetava, provocando aflições e ansiedades. O aborto constituir-se-ia como uma questão de limites: éticos, sociais e ecológicos. Um assunto impregnado de uma “cientificidade” inquietante. A ciência que um dia amparava o progresso, agora traduzia-se, mais do que nunca, em risco.

A lógica da biopolítica e do biopoder continua uma questão candente, desta vez enquadrada explicitamente em termos bioéticos. É o pensamento racional sendo acionado no debate sobre aborto. A vida intra-uterina torna-se um objeto de perturbação obsessiva. Como regulá-la (e protegê-la) diante do avanço vertiginoso da ciência? Magistrados e cientistas, tradicionais empreendedores morais em relação à reprodução humana, seriam os atores sociais para a tarefa. A “cientifização” do aborto agudiza-se e expande ainda mais os canais da intertextualidade narrativa que caracterizam o tema.

Um dado relevante é que, na esteira do incremento das técnicas biomédicas de gestão da vida, as narrativas científicas entram em cena para colocar em discussão a própria ciência. A ciência olha para si própria e, nesse movimento, lança novos olhares sobre a questão do aborto.

De um lado, a ciência. De outro, a religião (cristã). No dia 03/01/1970, também na editoria Internacional, página 11, o *JB* destacava na coluna “Este mundo de Deus” a nota “Assistência espiritual”, sem autor (Figuras 32 e 33).

O texto descreve a iniciativa de agremiações protestantes nos Estados Unidos para assistir mulheres grávidas que não desejavam ter filhos. No estado de Michigan, por exemplo, descrevia a nota, instalaram um serviço telefônico para atendê-las. “O número do aparelho foi publicado nos jornais, e através dele, o serviço já recebeu mais de 1100 consultas e os sacerdotes atenderam pessoalmente cerca de 500 casos, 55% referentes a mulheres solteiras. [...] 14% são menores”. Nas consultas, continua o texto, são feitas cinco alternativas: “casamento, oferecimento da criança para ser adotada por terceiros, manter o bebê em sua companhia, aborto e suicídio”. No final, os sacerdotes, a partir da reação das mulheres, aconselhavam a decisão.

Não é irrelevante notar que há uma certa convergência narrativa, de um ponto de vista semiótico, que vai acoplando a tematização do aborto no campo da imaginário da infância. Com o patrocínio inconfundível de autoridades religiosas (no caso, o Papa Paulo VI segurando um bebê, cuja foto ladeia a nota).

Resta evidente que o aborto era uma questão social encarada como problemática. Ao que tudo indica, o serviço nos EUA era destinado a dissuadir as gestantes da decisão de interromper da gravidez, equiparando, em tom de ameaça, a prática ao suicídio. O aborto

consolidava-se como um tema intertextual, visto que rotineiramente era tratado em analogia e/ou equiparação a outros fenômenos. Através da religião, os sentidos de morte vão se consolidando no imaginário do tema. Também chama atenção o ativismo religioso espraiando-se no tecido social, de forma institucional, na condição de ação comunitária das igrejas. O empreendedorismo moral ganha capilaridade global e local, em diversos lugares do mundo, reiterando a concepção do feto com portador de alma: o feto essencialista de que fala Bolstanski (2004), fruto de uma ordem divina e natural. A narrativa contrária ao aborto fazia-se presente, centralizando o foco também na figura da mulher, presumida como responsável exclusiva da tarefa reprodutiva.

Figura 32 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 03/01/1970

JORNAL DO BRASIL □ Sábado, 3/1/70 □ 1.º Caderno

ESTE MUNDO DE DEUS

Paulo VI e a paz

O enérgico apêlo de Paulo VI em favor da paz mundial reforçou os rumores de que o Pontífice viajará até Hiroxima, em agosto próximo, quando se comemora o 25.º aniversário da explosão da primeira bomba atômica, para fazer novo pronunciamento contra a guerra.

Em seu discurso de 1.º de janeiro, Dia da Paz Mundial, o Papa condenou o "diabólico poder humano de produzir armas para sua própria destruição", afirmando que "o terrível e crescente perigo de uma nova conflagração mundial exige que a guerra seja proscribida definitivamente do nosso planeta."

Acredita-se que o chefe da Igreja Católica prosseguirá em 1970 suas gestões para conseguir a paz na Nigéria, no Vietname e no Oriente Médio. Recorda-se que, no ano que passou, ele viajou a Uganda, onde se reuniu com representantes nigerianos e biafrenses, num esforço para conseguir que as duas partes iniciassem negociações de paz.

A organização beneficente do Vaticano, Caritas, transportará por mar e terra remédios e alimentos para as vítimas da guerra africana. Quanto à guerra entre árabes e israelenses, foi dito que em 1970 é possível que a Santa Sé inicie grande campanha para ajudar os refugiados palestinos. Idêntica medida poderia ser tomada com relação aos vietnamitas.

Assistência espiritual

O reverendo protestante Howard R. Moody organizou, em 1967, na cidade de Nova

MENSAGEM DE PAZ

Radiofoto UPI



Paulo VI toma nas mãos uma criança, ao deixar a igreja de Jesus, em Roma, logo após seu discurso no Dia Mundial da Paz, dia 1.º. O Papa condenou o "diabólico poder humano de produzir armas para sua própria destruição"

Cuba apresado

cargueiro de

Miami, Washington (AFP-AP- UPI-JB) — O cargueiro liberiano Deep Freeze foi apresado em águas cubanas, na madrugada de ontem, mas pôde seguir viagem pela manhã, rumo a Honduras Britânica, após as investigações de praxe e sem qualquer dano ou vítima.

As primeiras notícias diziam que o Deep Freeze sofrera ataque das canhoneiras cubanas, mas posteriormente foram desmentidas. A Guarda Costeira ordenou apenas que deixasse águas territoriais de Cuba, com destino a Cayo Jutias, onde o cargueiro foi libertado.

Incidente

O Deep Freeze, com seu carregamento de pepinos, ia para Belize. Pertence à Trans-Caribbean Shipping Lines, de Miami. As 23h 30m de domingo, uma mensagem transmitida pelo rádio de bordo informava ter sido atacado ao passar a 22 milhas marítimas da costa cubana. Conforme se comprovou depois, porém, a notícia foi precipitada. (Cuba adota o limite de 12 milhas para suas águas territoriais); o comandante do cargueiro, capitão Perez, teve ordem apenas para seguir rumo a

Figura 33 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 03/01/1970

Assistência espiritual

O reverendo protestante Howard R. Moody organizou, em 1967, na cidade de Nova Iorque, um serviço de assistência espiritual a mulheres grávidas, mas que não desejam ter filhos. Atualmente, em vários Estados norte-americanos, existem 100 organizações semelhantes.

Em Michigan, os ministros protestantes, sob a orientação do reverendo Carl Bielby, diretor de serviços sociais do Conselho de Igrejas, instalaram em Detroit um telefone para atender-las. O número do aparelho foi publicado nos jornais e, através dele, o serviço já recebeu 1 100 consultas e os sacerdotes atenderam pessoalmente cerca de 500 casos, 55% dos quais referentes a mulheres solteiras. Sessenta e cinco por cento têm entre 19 e 30 anos e 14% são menores.

Quando uma interessada telefona, recebe os nomes e os telefones de dois ou três sacerdotes para os quais pode ligar a fim de marcar uma sessão de consulta, à qual deverá comparecer com um certificado médico provando a gravidez e a provável data do parto. Durante a sessão não lhe é feita qualquer pergunta a respeito de sua vida sexual. Se a consultante é menor, a companhia dos pais é necessária.

Os sacerdotes, geralmente, lhe apresentam cinco alternativas: casamento, oferecimento da criança para ser adotada por terceiros, manter o bebê em sua companhia, aborto e suicídio. Sua reação, a cada uma das propostas, é observada atentamente e, com base nisso, os sacerdotes aconselham-na a tomar uma decisão.

Sacerdotes protestam

Os padres liberais da Colômbia que integram o chamado Grupo de Gleba protestam

Paulo VI toma nas mãos uma criança, ao deixar a igreja de Jesus, em Roma, logo após seu discurso no Dia Mundial da Paz, dia 1.º. O Papa condenou o "diabólico poder humano de produzir armas para sua própria destruição"

Pequim reforça sua base junto à Índia

Nova Délhi (AP-JB) — O Governo de Pequim ampliou sua base aérea em Phari Dzong, entre as regiões indianas de Sikkin e Butão, o que deixa importantes objetivos do Noroeste da Índia ao alcance de seus aviões, segundo a Agência United News, de Nova Délhi.

Phari Dzong está a 4 290 metros de altura, na antiga rota entre a Índia e o Butão, através de Sikkin e o Tibete, e a menos de cinco quilômetros da fronteira.

Além de ampliarem sua base aérea, os chineses construíram uma nova estrada na planície tibetana de Jia, perto de Bum La, o posto mais avançado da Índia na região de Kameng, no Noroeste. Outra estrada chinesa liga a capital do Tibete, Lhaasa, a Khinse Mane, próximo da fronteira de Butão, Índia e Tibete, cenário de intensa luta em 1962, quando da guerra entre a Índia e a China comunista.

Chineses e soviéticos reiniciam o debate

Moscou, Pequim, Hong-Kong (AFP-AP-UPI-JB) — O chefe da delegação soviética, Vasil Kuznetsov, chegou ontem a Pequim para reiniciar, provavelmente na próxima segunda-feira, as conversações com os chineses sobre problemas fronteiriços.

A China, na véspera da chegada de Kuznetsov, lançou violento ataque "à camarilha renegada revisionista de "tratados injustos" impostos pelos Czares.

Ataques

Mensagem divulgada pelos dirigentes da China, por motivo do Ano Novo, afirma que "a camarilha renegada revisionista soviética — centro do revisionismo moderno — caminha para a bancar-

provou depois, porém, a notícia foi precipitada (Cuba adota o limite de 12 milhas para suas águas territoriais); o comandante do cargueiro, capitão Perez, teve ordens apenas para seguir rumo a Cayo Julita, para investigações formais.

Aparentemente, o cargueiro se aproximara demais da costa cubana, tentando evitar a corrente do golfo. As patrulhas cubanas agiram para afastá-los de suas águas territoriais, mas dificuldades de comunicação geraram o mal-entendido.

Bolivia recebe da atividade

La Paz. (AFP-AP-UPI-JB) — O tiroteio ocorrido em La Paz, na noite de Ano Novo, entre elementos subversivos e a polícia boliviana, significaria o ressurgimento da ação guerrilheira no país, segundo rumores que correm na capital boliviana.

Há 10 presos e a polícia espera fazer novas detenções, à medida que descobrir outros centros clandestinos. Foram, também, apreendidas armas e documentos subversivos e um dos feridos no tiroteio fez revelações importantes.

Decisão

Diz-se, em La Paz, que os guerrilheiros, enfraquecidos com a morte de Inti Peredo, a 9 de setembro, mantinham uma atitude

Editorialmente, o noticiário do mundo era o espaço privilegiado para dar curso as narrativas sobre aborto. A partir do Brasil, naquele início de década, um sepulcral silêncio. Há, nesse sentido, um padrão de rota de circulação do imaginário, que se abastece predominantemente de fora para dentro.

Também a partir do mundo dos costumes (oriundo do estrangeiro) o assunto vai sendo introduzido na agenda jornalística. Isso representa uma alteração significativa, pois mais um campo de simbolizações se abre para concorrer com representações religiosas e científicas. No dia 11/01/1970, o *JB* concedia amplo destaque ao Japão na primeira página do "Caderno Especial" (Figuras 34 e 35), descrevendo e detalhando as inúmeras mudanças experimentadas pela sociedade nipônica após a Segunda Guerra.

Reforma agrária, transformações no meio urbano, migração interna, dinâmica político-partidária e eleitoral, entre outros temas são tratados no texto. A temática demográfica é levantada e é introduzida pela menção à revolução sexual iniciada por meio da "legalização do aborto", num cenário promovido a partir das "liberdades trazidas pela ocupação norte-americana".

O aborto entra na agenda dos costumes e da cultura, não sendo necessariamente suscitado pelas predominantes narrativas científicas e religiosas. Não se conclui daí que estas sejam postas de lado, quando na verdade se encontram em um cenário social e jornalístico polissêmico, no qual a explosão de sentidos e representações vai transformando o imaginário.

Mas vale ressaltar que a legalização do aborto começa a ser ventilada como uma revolução, uma liberdade, dando ênfase às perspectivas de liberdade e autonomia das mulheres.

Figura 34 – *Jornal do Brasil* – página 1 (Caderno Especial) – 11/01/1970



Figura 35 – *Jornal do Brasil* - página 1 (Caderno Especial) – 11/01/1970

Tôquio — O Japão, com uma população de 100 milhões de habitantes, inicia a década dos 70 com renovada autoconfiança e com disposição de enfrentar qualquer desafio. É par com uma certa inquietação quanto ao tipo de desafios que virão.

Aqui está um povo, amontoado em quatro ilhas estreitas, que emergiu da derrota e devastação na II Guerra Mundial para se transformar na terceira maior economia do mundo, superada apenas pela dos Estados Unidos e da União Soviética.

Os japoneses de hoje misturam o passado feudal e o futuro espacial em combinações estranhas e maravilhosas, perturbadoras para o estrangeiro e inquietantes até para muitos japoneses.

É a única nação não ocidental que se aproxima dos padrões ocidentais de vida — no ano passado superou a Itália, passando a ocupar o 9.º lugar em renda *per capita* — mantendo, ao mesmo tempo, conceitos de lealdade e obrigação do tempo dos samurais. A sociedade está mudando inexoravelmente na direção de maior liberdade de escolha para o indivíduo, maior mobilidade e laços familiares mais frouxos.

Os ocidentais talvez achem que os japoneses tendem a agir mais como grupos do que como indivíduos em mais ocasiões que os ocidentais; ou que os laços familiares, e mesmo a atitude em relação à mulher, permanecem mais asiáticos e patriarcalis do que a aparência mo-

japonesa passou a participar de uma característica das sociedades industrializadas de todo o mundo: quanto mais afiliente ela se torna, tanto menos aventureira ela fica, tanto maior é a tendência de permanecer nos caminhos constituidos. Este é o sistema contra o qual muitos jovens se queixam — não só nas universidades como também nos sindicatos, que parecem estar sofrendo de uma espécie de epidemia de homens de meia-idade.

Os japoneses encerraram o ano de 1969, o ano do Gato no zodíaco do extremo oriente, com uma eleição geral, que foi anunciada como decisiva para fixação do rumo do país para a próxima década. O Premier Sato prometeu que tal rumo envolveria uma parceria com os Estados Unidos para salvaguardar a estabilidade da Ásia e o crescimento econômico das nações em desenvolvimento. Ele se comprometeu a manter o Tratado de Segurança, mediante o qual os Estados Unidos mantêm bases no Japão, como elemento de dissuasão contra a guerra no extremo oriente.

NEUTRALIDADE DERROTADA

Muitos dos votantes aparentemente concordaram com o Premier, pois, apesar de uma abstenção de quase 32% dos 69,7 milhões de eleitores, eles deram 288 cadeiras das 486 da Câmara dos Representantes ao Partido Liberal-Democrático de Sato. Os socialistas, principal partido da oposição, que desejam uma

japonesa como o resto do mundo, eles descobriram que haviam criado a segunda maior economia do mundo não comunista. O país está atravessando o quinto ano consecutivo de prosperidade. Por toda a segunda metade da década dos 60, a economia se expandiu numa taxa de 10% ao ano, em termos reais. Em 1970, o crescimento deverá ser de 12%, aproximadamente.

EXODO RURAL

O Japão é ainda um país superpovoado, mas desde a alta taxa de natalidade ocorrida logo depois da guerra, o crescimento demográfico vem diminuindo. Na última década, a população aumentou apenas 1% por ano — aproximadamente a mesma taxa da Europa Ocidental. O baixo índice de aumento — cerca de 1,2 milhão de nascimentos em 1968 é o resultado da utilização em ampla escala dos métodos de controle de natalidade, inclusive abortos, que são legais.

Uma revolução sexual começou quando o aborto foi legalizado, como parte das novas liberdades trazidas pela ocupação norte-americana, depois da guerra. Anticoncepcionais de todos os tipos são anunciados livremente nos jornais e revistas, bem como vários dos chamados "brinquedos para adultos".

Enquanto a taxa de crescimento demográfico se manteve baixa, houve uma vasta migração das áreas rurais para as cidades. Cerca

burbanos na hora do rush chegam frequentemente nas estações do centro da cidade lotados com o dobro de sua capacidade. Menos da metade de Tôquio possui um sistema de esgoto e a situação das outras grandes cidades não é melhor.

"Temos tanta coisa que fazer no país", continuou a autoridade, "mas cada nação subdesenvolvida irá exigir que nós façamos mais para ajudá-las a efetuar a decolagem econômica — e, naturalmente, para o nosso próprio bem, teremos de atendê-las."

O que as mudanças significaram para uma família como a dos Takahashis, que vivem em Kiyotaki, uma vila que fica a cerca de 400k ao Norte de Tôquio, nas ricas planícies de arroz da Prefeitura de Miyagi do Norte?

Eles eram uma das principais famílias proprietárias de terra da região, antes do programa de reforma agrária efetuado sob a ocupação aliada no pós-guerra. Sua casa domina um panorama de bosques baixos, de uma estrada não pavimentada e de amplos arrozais, que não devem ter mudado muito nos últimos 100 anos, a não ser pelos postes e fios elétricos que levam a energia para a máquina de lavar, o refrigerador e a televisão dos Takahashi.

"Nós não cultivamos mais do que três hectares, desde a reforma agrária," disse a Sra. Takahashi em sua sala-de-estar forrada de tatami, descascando maçãs que oferecia aos visitantes. "Mas, isto tem sido sufici-

É nesse contexto que o feminismo desponta na cena pública, mantendo, inclusive, o percurso de origem internacional. "Holandesas tentam provar igualdade perseguindo os homens neste fim de semana" é o título do *JB* no dia 06/02/1970, na página 11, editoria Internacional (Figura 36). O texto relatava a iniciativa "radical" de um grupo de 30 moças em prol da igualdade sexual no país europeu. A tática: "perseguir" homens em qualquer lugar para "tentar convencê-los de que o sexo feminino nada tem de inferior ao masculino". De acordo com a matéria, a líder do grupo alertava que "será muito perigoso para os homens

andar só pela rua [de Amsterdã] amanhã à noite”, pois estão sujeitos “a justificar seu procedimento em relação às mulheres”.

O *modus operandi* do grupo tinha como base “esquinas” para discutir publicamente com os homens a igualdade sexual. Também lançavam mão do ato de “fechar as portas dos banheiros públicos e danificar as fechaduras para protestar contra a inexistência de banheiros públicos femininos na cidade. As mais extremadas sequestram rapazes para levá-los para fora da cidade e ‘ministrar-lhes’ um tratamento especial. Nenhuma das vítimas revelou aos jornalistas em que constitui o tratamento”, continua o texto, que finaliza mencionando outras reivindicações do grupo, tais como “salários iguais, legalização do aborto, educação sexual avançada nas escolas, divisão igual das obrigações de marido e mulher nos lares”.

O texto é atravessado por ironias. Além disso, marca a entrada na cena jornalística de ações de movimentos de mulheres, demandando transformações nos costumes e a igualdade entre os sexos. O aborto aparece como uma questão de emancipação, que diz respeito ao lugar social da mulher e aos anseios de galgar protagonismo no espaço público, fissurando o imaginário que as vinculava prioritariamente ao ambiente doméstico. O aborto torna-se uma questão de demanda por direitos. Uma questão de confronto social, na qual o feminismo⁴⁶ entra em cena como um empreendedor moral, isto é, retomando o conceito de Becker (2008), como um agente que esforça-se para estabelecer regras e limites sobre o que pode ser aceitável ou não.

⁴⁶ Tanto Pedro (2003) quanto Boltanski (2004) identificam no feminismo em sua segunda onda um marco nos debates sobre aborto. Para Boltanski (2004, p. 220), o aborto passa a ser encarado como uma conquista, um direito, e não apenas como um problema ou perturbação social.

Figura 36 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 06/02/1970

pação de vários países devido à flexibilidade e a utilidade do novo veículo”, disse Mathews.

O veículo espacial reutilizável, que deverá entrar em funcionamento em 1978, poderá levar 12 homens ou até 22 700 quilos de equipamentos para estações espaciais em órbita terrestre.

O novo veículo será lançado como um foguete e pousará como um avião a jato. A ANAE espera que essa espaçonave seja a chave para os vôos tripulados dos Estados Unidos nas duas próximas décadas.

El Salvador perde mais quatro homens em luta com tropas hondurenhas

Tegucigalpa (AP-JB) — Tropas de Honduras e de El Salvador voltaram a combater ontem, na região fronteiriça de Sabanetas. Os salvadorenhos perderam quatro homens, enquanto um soldado hondurenho ficou ferido, conforme informação de porta-voz militar de Honduras

Holandesas tentam provar igualdade perseguindo os homens neste fim de semana

Amsterdã (UPI-JB) — Um grupo de 30 mulheres, que iniciou uma campanha radical pela igualdade sexual na Holanda, pretende perseguir os homens neste fim de semana em qualquer lugar em que eles estejam para tentar convencê-los de que o sexo feminino nada tem de inferior ao masculino.

A líder do grupo, professora Rita Hendriks, advertiu que “será muito perigoso para os homens andar só pela rua amanhã à noite.” Mesmo dentro de casa os homens não estarão seguros. Poderão ser levados para a rua, a fim de justificar seu procedimento em relação às mulheres.

COMO AGEM

A tática do grupo é muito variada. Algumas ficam nas esquinas para atrair os homens e discutir com eles a

especial. Nenhuma das vítimas revelou aos jornalistas em que constitui o tratamento.

Entre outras, as reivindicações do grupo são: salários iguais para o homem e a mu-

“Londres, 70 – A nova geração no poder” era a manchete na capa do *Caderno B*, de 17/02/1970, assinada por Robert Dervel Evans. “Na década passada, todas as velhas imagens do povo inglês foram substituídas pela nova e perturbadora imagem dos Beatles e da minissaia numa sociedade permissiva. Com a abolição de leis seculares e a promulgação de leis que livram o cidadão inglês de muitos de seus preconceitos, instala-se uma nova sociedade, que se prepara para receber a liderança da nova geração já na década de 70” (Figuras 37 e 38), resumia a sub-manchete.

Wagner (2010) observa que toda ação humana implica a criação do outro, mas também a recriação de si mesmo. O autor reflete especificamente sobre a empreitada antropológica destinada a compreender a cultura alheia. A produção de sentidos é um fenômeno constante nesse processo. Toda interação é um processo polissêmico. Quem interage com o outro não põe em marcha senão um processo de reinvenção de si próprio. Estaria o *JB*, na condição de periódico reconhecido nos anos 1970, falando de Londres para refletir sobre o Brasil? O aborto aparece novamente como índice de mudança e marcador de uma revolução/transformação nas relações sociais, num contexto narrativo em que o mundo externo constitui o terreno privilegiado para tratar de tudo aquilo que era contemporâneo e, ao mesmo tempo, transformador e “permissivo”. Japão, Holanda e Londres compunham uma geografia a servir de cenário para pôr em evidência, entre outros temas, a interrupção da gravidez, num padrão discursivo que ainda guardava sentidos de inquietude e ansiedade

diante de um mundo em mudança, diante de uma conjuntura de gerações em conflito. Conforme as legendas expressam, o “velho” era confrontado com o “novo”, construindo um fio narrativo centrado na transição de épocas. O aborto era aos poucos visto como uma possibilidade de conquista. O Brasil, ao que tudo indica, estava parado no tempo.

Figura 37 – JB – primeira página *Caderno B* – 17/02/1970 – legenda da foto: a velha imagem



Figura 38 – JB - primeira página *Caderno B* – 17/02/1970 – legenda da foto: a nova elite

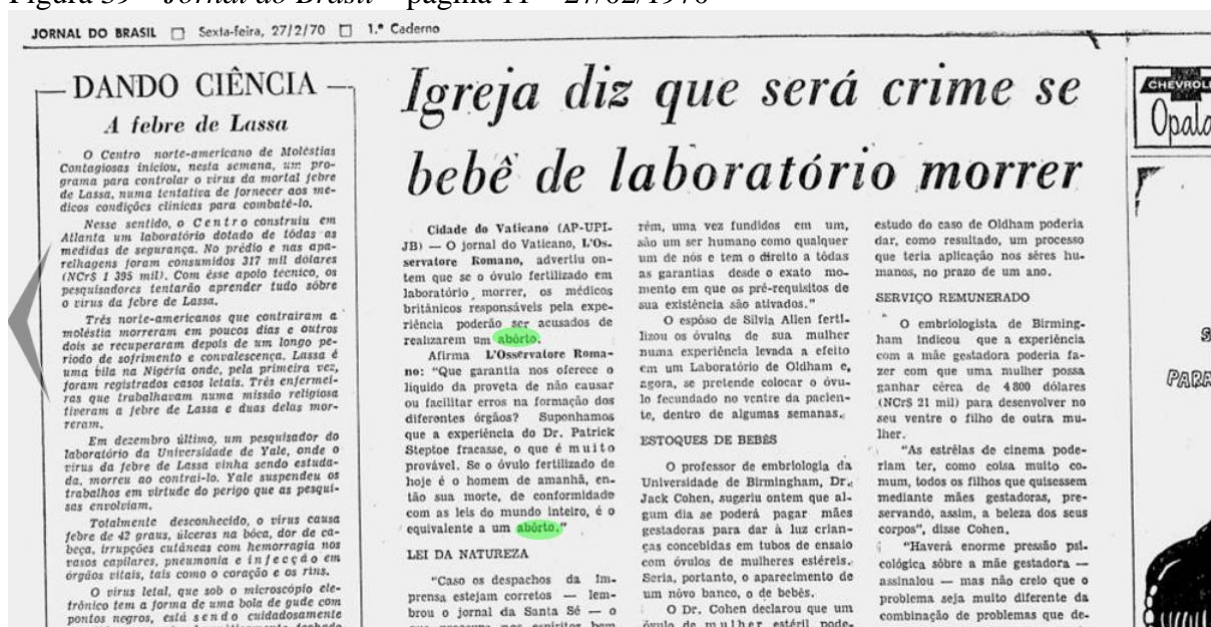


Imagetivamente, a temática estava inserida num contexto rico em fotografia. Novas configurações e narrativas visuais apareciam. Fotos de diversas cidades do mundo compunham esse horizonte cada vez mais colorido e informativo. Horizonte que viria a se tornar ainda mais visual, pois as imagens geográficas dividiriam as páginas com representações e fotografias de fetos e embriões. O território do ventre e do corpo fetal adquire novos olhares, agudiza inquietações e eletriza ainda mais os debates.

4.2 (A) fetos do outro mundo: técnico-ciência e representações moleculares

No dia 27/02/1970, na editoria de Ciência, página 11 (Figura 39), o *JB* estampava no alto da página a matéria intitulada “Igreja diz que será crime se bebê de laboratório morrer”. Na matéria, era relatado que o jornal do Vaticano posicionara-se criticamente em relação a um experimento de fertilização *in vitro* realizado na Inglaterra: “[...] se o óvulo fertilizado em laboratório morrer, os médicos britânicos responsáveis pela experiência poderão ser acusados de realizarem um aborto”, afirmava o primeiro parágrafo.

Figura 39 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 27/02/1970



No pronunciamento, através de seu jornal oficial “L’Osservatore Romano”, o Vaticano expressava que “se o óvulo fertilizado é o homem de amanhã, então sua morte, de conformidade com as leis do mundo inteiro, é o equivalente a um aborto”. A Igreja buscava conferir valor legal a sua concepção de feto essencialista.

Não era só o movimento feminista que irrompia nos debates sobre aborto. A Igreja Católica também, embrenhando-se no mundo da ciência. Conforme Duden (1996, p. 38) expõe, “a aplicação clínica da técnica (médica) afeta a experiência concreta do corpo”. Nesse sentido, especialmente a partir do mundo pós 1ª Guerra Mundial, há um movimento catapultado pela Igreja Católica no sentido de investir pesadamente no imaginário e nos rituais acerca da gravidez⁴⁷. A concepção de vida vai sendo recuada até os primeiríssimos

⁴⁷ Pedro (2003, p. 207) afirma que “conceitos como ‘alma’, ‘pecado’ e ‘salvação eterna’, entre outros, constituem-se como base sobre a qual a Igreja engendra seus argumentos a favor da vida do feto, pretendendo

estágios de desenvolvimento embrionário. Um imaginário molecular germina. A fusão do espermatozoide com o óvulo passa, em determinado momento, a ser definida dogmaticamente, pelas vozes religiosas nos jornais, tanto no Brasil como no mundo, como o momento inicial da vida. Nesta estrutura orgânica primordial, a alma já estaria presente.

O aprimoramento das técnicas biomédicas ao longo do século XX atua como ratificador das ideias sobre vida no âmbito da moral religiosa. A ciência era posta a serviço da religião; o pensamento racional servia gradualmente de amparo ao pensamento metafísico. Conforme Duden (1996, p. 64) argumenta: “o conhecimento científico sobre os mecanismos de fecundação e nascimento transformam-se, nos meios de comunicação social, em abstrações fantasmagóricas”.

A matéria continua relatando, com o entretítulo “Lei da natureza”, a posição do jornal do Vaticano: “Óvulo e esperma são maravilhosos, mas serão pouca coisa se considerados separadamente. Porém, uma vez fundidos em um, são um ser humano como qualquer um de nós e tem o direito a toda as garantias desde o exato momento em que os pré-requisitos de sua existência são ativados”.

A “molecularização” do fenômeno reprodutivo, na narrativa católica, passa a invocar pressupostos e conclusões da ciência como amparo legitimador. E, para tanto, estende as representações sobre vida e morte para um mundo invisível e fantástico: o mundo das células, no qual o embrião/feto se desnuda anatomicamente, nos ínfimos detalhes. Surge o chamado tecno-feto, conforme Boltanski (2004, p 190) classifica, cujo efeito social e político é a aparição de um novo personagem que reforça, conseqüentemente, a ideia de que, ainda no ventre, conceitos como dignidade e personalidade devem ser considerados.

Esse processo também é acrescido da incorporação religiosa da concepção de direitos e garantias. Ciência, religião e direito se vinculam na produção de representações. A natureza e suas leis a reger a vida humana reeditam, no século XX, o imaginário cujos vínculos já podiam ser identificados ao longo do século XIX. O contexto tecnológico, bem como a emergência e incidência do movimento feminista, levam os atores sociais críticos ao aborto a reinventar a presunção de singularidade ontológica do feto. E isso se reflete em novas formulações associando a prática do aborto ao território simbólico da morte.

É interessante observar como o universo dos jornais e da comunicação, do que é exemplo tanto o *JB* quanto o periódico do Vaticano, são fulcrais para a tematização do aborto,

transportar essas noções para o campo jurídico em forma de leis que proibam o aborto em toda e qualquer circunstância. Ou seja, valores e dogmas de uma religião, portanto valores não universais, são utilizados como argumentos que têm a pretensão de se transformar em leis que devem ser cumpridas, inclusive por aqueles para os quais esses mesmos conceitos e valores não assumem estatuto de ‘verdade’”.

numa dinâmica simbólica que Duden (1996) apontava, em sua análise sobre a invenção do feto, como “a transformação de fatos biológicos na vida cotidiana através dos meios de comunicação; [...] a transposição de organizações biológicas em emblemas que condicionam a realidade” (Ibid, 1996, p.95-96). Não é senão nesse contexto de um vocabulário social cada vez mais imagético que o *JB* opera, mediando a realidade social e servindo de esteio para o imaginário.

Na mesma edição, e mesma página, o *JB* noticiava que “Médico acha satisfatória reação dos quintuplos de Nova Iorque” (Figura 40). A matéria era suplementada por seis fotos, da mulher e seus cinco filhos, nascidos prematuramente, e relatava a melhora gradual da saúde dos mesmos.

É nesse contexto semântico em que o aborto é tematizado. Há uma intertextualidade em que as narrativas se complementam no sentido de uma valorização da figura do recém-nascido e dos fetos/embriões, cada vez mais indiscerníveis. O imaginário sobre aborto assume contornos cada vez mais imagéticos, borrando as fronteiras entre as categorias fetais e estágios de desenvolvimento. Afinal, do zigoto ao recém-nascido parece haver mais do que matizes: constitui-se uma visão englobante e total, que formaliza qualquer morfologia tangível e observável como ser humano.

Figura 40 – *Jornal do Brasil* – página 11 – 27/02/1970

O EFEITO CONTRÁRIO

Redação APDH



Margareth (E) é a mãe dos quintuplos de Nova Iorque, que nasceram seis semanas antes do prazo



COM MAIS JATOS EM SUAS ROTAS NOTITE AMERICANAS A VARIG LHE OFERECE MAIS DIAS POR SEMANA PARA VOCÊ MARCAR A SUA VIAGEM OU ENBAIXAR A SUA CARGA. E DE QUALQUER DOS CINCO CONTINENTES SERVIDOS PELA VARIG O SEU FENDO DE RESERVA OU CONEXÃO NOS CHEGA INSTANTANEAMENTE ATRAVÉS DO SATELITE INTELSAT.

18 vôos semanais para os EE.UU.

NEW YORK 10 vôos semanais*
MIAMI 5 vôos semanais**
LOS ANGELES 3 vôos semanais

VARIG

SÍNTESE

● Médicos norte-americanos descobriram que a metadona, remédio para combater o vício em drogas, também apresentava efeitos abortivos. Agora, passaram a administrar citalopram e naltrexona que demonstraram maior eficiência.

● Alguns hospitais americanos começaram a aplicar, com injeção sacral, uma nova cápsula cirúrgica que substitui os suturas em quase todos os tipos de operação. Segundo uma publicação especializada de Moscou, a cápsula é muito superior à que está sendo usada nos Estados Unidos e no Japão. Não foram fornecidos detalhes sobre sua composição.

● A delegacia de polícia de Cleveland, Ohio, criou recentemente um serviço fora do comum. Um de seus departamentos fornece, sigilosamente em alguns minutos, análise de laboratório que aponta o poder tóxico de drogas ingeridas pelos jovens do Município. "Nosso laboratório, afirma o chefe de polícia, testa amostras de urina que servem para determinar a concentração de estupefacientes em recém-nascidos." A análise analítica foi criada para ajudar os jovens, antes que ingressem definitivamente nos registros policiais.

● Um sistema avançado de sinalização e uma rede de comunicação controlada por computador, processo criado por uma firma britânica e apresentada como o primeiro do seu gênero na Europa, foi ser instalado para controlar as rotas da Grã-Bretanha. A po-

Médico acha satisfatória reação dos quintuplos de Nova Iorque

Nova Iorque (UPI-AP-JB) — Os quintuplos do casal William e Margareth Kenan se encontraram ontem em estado satisfatório, demonstrando em suas mães que não sofreram lesões no aparelho respiratório quando da nascimento prematuro e múltiplo.

O Dr. Stanley James, chefe do Departamento de Pediatria do Hospital Presbiteriano, disse que "as crianças estão melhor do que estavam quarenta e duas horas após o parto".

Uma recém-nascida expressou sua satisfação pelo fato de os pais terem criado um ambiente favorável para ela. Os familiares disseram que foram surpreendidos todos no momento em que o aparelho respiratório.

A Srta. Kenan inseriu a droga levitilomina Praxidol, que favorece a respiração. O casal havia sido alertado de que poderia esperar por três ou quatro crianças. Na realidade, foram cinco.

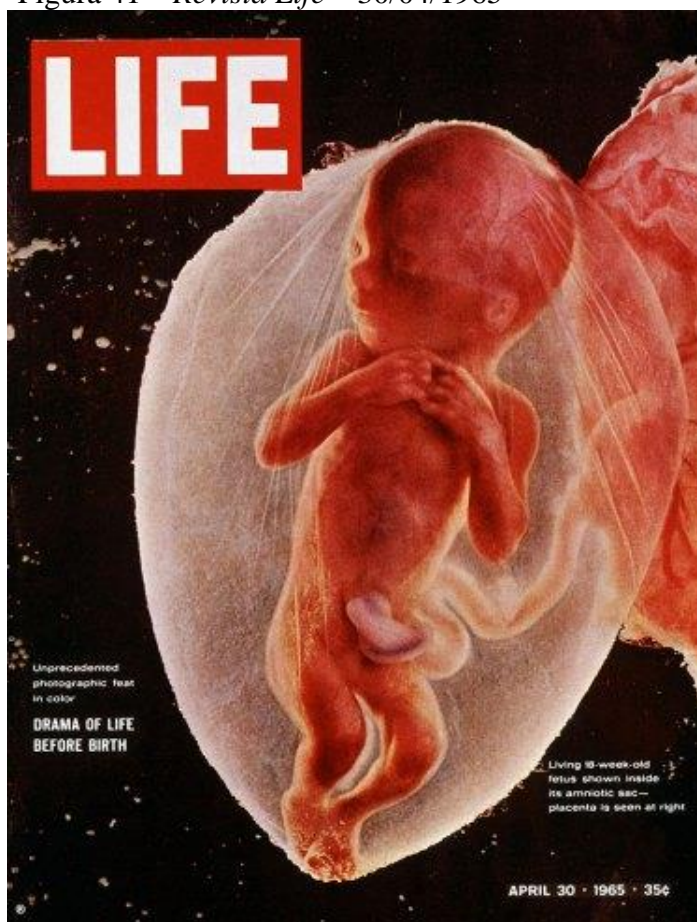
Alizair, na quinta criança, está se encontrando o filho que nasceu por último, pesando ainda a letra E.

Há um pequeno quintuplo que nasceu e sobreviveu em Nova Iorque. O pai, William Kenan, membro de profissão militar em Liberty Center, Nova Jersey, estava calvo. "Foi lembrado que já nos encontramos com a idade. Nada como acordar no meio da noite para ter certeza que temos mais cinco filhos."

Os anos 1970 iam apresentando assim um cenário de disputa política sobre o conceito e o manejo da vida e das estruturas orgânicas. Nesse sentido, vão sendo delineadas fronteiras inéditas de um regime de afetos em que o debate sobre aborto é atravessado pela reinvenção biomédica do feto. A corporeidade primordial, intra-uterina, irrompe o imaginário e se reveste de simbolizações emotivas, mobilizando sentimentos de cuidado e inserindo-se no universo que Le Breton (2009, p. 126) denomina de saber afetivo, “que circula por intermédio das relações sociais e ensina aos atores as impressões e as atitudes que se impõem, de acordo com suas sensibilidades sociais, nas diferentes vicissitudes que podem afetar suas histórias”.

A sensibilidade social não passa apenas pela mediação jornalística. Uma série de discursos e representações concorreram ao longo dos séculos para injetar significado acerca da prática do aborto. O feto constitui um dos elementos a compor esse enredo. Duden (1996) também se vale, embora não indique ser proposital, da linguagem de Wagner (2010) ao apontar para a invenção do feto, sobretudo no curso da Modernidade. Alude ao papel central dos meios de comunicação nesse processo, mencionando o famoso caso da revista *Life* (Figura 41), que em 1965 dedicara uma capa para o “drama da vida antes do nascimento”, ilustrada por um feto ainda na bolsa amniótica⁴⁸. No Brasil, a década de 1970 experimentava a produção/invenção de novos sentidos e sentimentos, mediados tecnologicamente, acerca do aborto.

⁴⁸ Pedro (2003) e Bolstanski (2004) coincidem na avaliação sobre o impacto das tecnologias biomédicas nessa conjuntura. Inclusive, Boltanski afirma que a capa da *Life* marca o acesso à ordem da representação gráfica de um ser então ausente no espectro gráfico.

Figura 41 – *Revista Life* – 30/04/1965⁴⁹

O investimento visual e afetivo sobre o feto era um fenômeno em pleno curso ao redor do mundo. No dia 28/02/1970, também na editoria de Ciência (página 11), o *JB* relatava que “Médicos dirão sexo do bebê antes de nascer” (Figura 42). No interior do texto, falava-se sobre pesquisa de médicos do Departamento de Genética Humana da Universidade de Edimburgo (Escócia) para “aperfeiçoar técnica para descobrir o sexo do bebê em vida intra-uterina”. A técnica também permitiria identificar enfermidades mentais e físicas. A matéria menciona ainda que “pelo menos 12 mulheres pediram o aborto quando foram informadas de que seus filhos ‘seriam anormais’”.

O museu de imagens a abastecer o imaginário sobre aborto era decididamente oriundo do exterior. O Brasil tratava do fenômeno a partir do estrangeiro. E cada vez mais a temática aparecia simbolizada no universo semântico da genética e do aprimoramento das tecnologias biomédicas. Além disso, feto e bebê fundiam-se como representação dominante, numa

⁴⁹ Duden (1996) explora com detalhes a capa, que é facilmente encontrada em buscas na internet. A que ilustra este trabalho foi retirada do site do *Diário de Notícias*, de Portugal, em matéria relatando a morte do fotógrafo responsável pela icônica foto da capa da *Life*.

operação semântica que Duden (1996) compreende como o “domínio do não-presente” (p.20), ou seja, a centralidade social de uma estrutura ainda por nascer.

Figura 42 – JB – página 11 – 28/02/1970

Médicos dirão sexo do bebê antes de nascer

Londres. (AP-AFP-JB) — Médicos do Departamento de Genética Humana da Universidade britânica de Edimburgo anunciaram ontem o aperfeiçoamento de uma técnica para descobrir o sexo do bebê em vida intra-uterina que também prevê se a criança é vítima de alguma enfermidade mental ou física.

A notícia publicada no *British Medical Journal* afirma que pelo menos 12 mulheres pediram o aborto quando foram informadas de que seus filhos “seriam anormais”. Os médicos disseram que o método consiste no recolhimento de fluido do útero de uma mulher grávida há três meses. Os testes com o fluido revelam também a presença de mongolismo, distrofia muscular e outros desajustes bioquí-

suita Gonzalo Higuera, ao afirmar, no diário católico madrilenho *Ya*, “que a fecundação de um óvulo em uma proleta vai contra a moral católica, pois é produzida fora do ato matrimonial e do lugar natural.”

Higuera considera que o caráter ilícito da experiência que irá tentar o Dr. Patrick Steptoe, em uma clínica inglesa, baseia-se na imaturalidade do lugar e do modo da união do óvulo e do espermatozoide.

O padre jesuíta admite que o fim procurado — fazer com que uma mulher estéril possa ter um filho — é moral em si. Mas, argumenta: “Em nossa moral católica, o fim não justifica os meios.”

“Para efetuar a fecundação em laboratório, prossegue o

elevado para o mínimo de NCr\$ 2.500.000,00, air

Tais índices não se devem apenas ao receber Carteira de Seguros do extinto Departamento de mas também aos resultados industriais da Compe sistema de compressão de despesas de sua instal bem como aos métodos de trabalho, planejados p

NADIR RODRIGUES PEREIRA
Diretor Presidente

DÓRIS TAVARES DA CUNHA
Diretora de Administração

BALANÇO

ATIVO

	NCr\$
IMOBILIZADO	
Móveis, Máquinas, Utensílios	130.8
Almoxarifado.....	107.9
Organização e Instalação.....	123.8
REALIZÁVEL	
Títulos Div. Publ. Interna	377.9
Ações e Debêntures.....	347.6

Esse processo também vai colocando a figura do médico e do cientista, tal como na década de 1940, em questionamento e suspeição. As narrativas passam a apontar um conjunto amplo de atores sociais potencialmente ameaçadores.

Contudo, a pauta dos direitos das mulheres e, especialmente, da questão da saúde pública rivaliza com esse regime de (a)fetos tecno-científicos que se instaurava. No dia 28/03/1970, na primeira página, o periódico anunciava que “o secretário de saúde de São Paulo, Sr. Valter Leser, disse que o Conselho Estadual de Saúde está se encaminhando para suscitar o problema da necessidade de tomada de uma posição no país, em relação à política demográfica” (Figura 43). A movimentação devia-se ao fato de o Conselho estar, naquele momento, sendo submetido a questões como aborto provocado, “sério problema em saúde pública, pela sua natureza e implicações”. De acordo com o secretário, “o assunto escapa da área exclusiva da saúde”, forçando o Conselho a encarar o problema.

Figura 43 – JB – capa – 28/03/1970



Eis um tipo de problema diferente ao que até então preponderava nas narrativas. O aborto passava a ser visto como um problema das mulheres, pelos efeitos de saúde perniciosos gerados pela prática induzida clandestinamente. Se anteriormente, o aborto constituía um problema para resguardar prioritariamente o feto/bebê, a proteger a vida intra-uterina e celular, agora representava também um problema relativo à saúde e integridade das mulheres. Timidamente, esse modelo narrativo nasce, e vai colocando novas peças no quebra-cabeça simbólico a respeito do aborto: a perspectiva da saúde pública debuta no imaginário.

"Maryland adota em julho lei a favor do aborto (Figura 44)" era veiculada no dia 01/04/1970, na página 11, agora na editoria nomeada "Estados Unidos". A matéria relatava que a Assembleia Legislativa do estado dos EUA havia descriminalizado e regulamentado o aborto (78 votos a favor; 43 contra), que passaria a ser, desde que sancionado pelo governador, uma decisão da mulher e de seu médico.

Decisão e mulher, um vocabulário que se encorpava no imaginário, remetendo à questão candente da autonomia⁵⁰ reprodutiva da mulher (ainda que, no caso, sob a mediação do médico), e tão mais ao reconhecimento legal da prática como escolha pessoal e privada. A perspectiva do controle social sobre os corpos era confrontada com a gestão privada e íntima. Além disso, não é possível deixar de constatar que as batalhas legislativas iam se somando ao

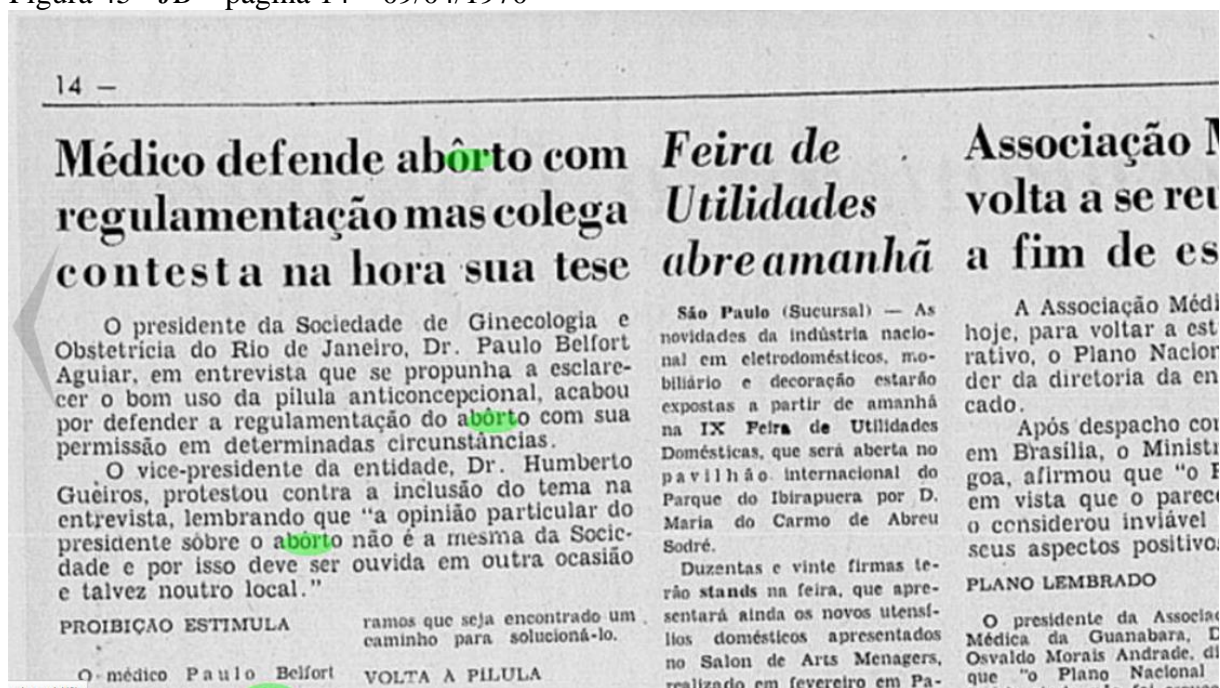
⁵⁰ O conceito de autonomia, lembra Boltanski (2004), está ligado a princípios liberais que, debatidos e construídos ao longo de séculos, reconhecem ao indivíduo o livre-arbítrio sobre as decisões concernentes ao seu corpo. Uma concepção de sujeito autônomo que repele a ação forçada de terceiros, seja qual for a motivação (religiosa, estatal ou parental) e consagra a propriedade de si sobre si mesmo.

ambiente já conflituoso que abrigava o tema. O processo legislativo, a tessitura das leis ganha destaque em diferentes partes do mundo.

Figura 44 – JB – página 11- 01/04/1970



“Médico defende aborto com regulamentação, mas colega contesta na hora”, foi título do dia 09/04/1970, na página 14 (Figura 45). A matéria contava o momento de tensão e discórdia entre os então presidente e vice-presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio de Janeiro. O dr. Paulo Belfort dissertava em entrevista sobre o “bom uso da pílula anticoncepcional” quando emendou suas ideias para a prática da interrupção da gravidez, posicionando-se em favor da regulamentação em “determinadas circunstâncias”. Usou como exemplo os Estados Unidos e argumentou que “o aborto tem tão má imagem devido à sua proibição”. A exposição gerou protesto imediato do vice-presidente do órgão, dr. Humberto Gueiros, para quem “a opinião particular do presidente sobre o aborto não é a mesma da Sociedade e por isso deve ser ouvida em outra ocasião e talvez noutra local”. A entrevista retomou seu curso sobre pílula, interrompendo o debate sobre aborto. Os ecos dos debates internacionais sobre descriminalização iam produzindo dissensos dentro do campo da saúde.

Figura 45 - *JB* – página 14 – 09/04/1970

Os ecos do exterior fascinavam a produção noticiosa brasileira. No dia 22/04/1970, o periódico anunciava: “Trudeau faz dois anos de governo tentando a sociedade justa”. A matéria traça um perfil da gestão do então primeiro-ministro do Canadá, Pierre Elliot Trudeau, aborda questões da política interna e externa de seu governo, assim como suas contradições, e menciona as posições liberais do político, “conhecido como defensor da legalização do aborto e do homossexualismo”⁵¹. A legalização do aborto convertia-se num assunto inescapável para se falar sobre outros países.

4.3 “Giramundo”: um tema global e nacional

No cenário interno, a temática não escapava do contexto beligerante e autoritário da ditadura militar. Em 1971, no dia 28/07, o *JB* publicava no 1º Caderno, página 14, intitulada “Subversão” (Figura 46), a matéria “Jovem arrependida repudia o terrorismo”. O texto narra a rendição da militante Solange Lourenço Gomes às forças de repressão. Integrante do PCBR e do MR-8, era classificada pelos órgãos de segurança como terrorista e assaltante. No documento divulgado pelo governo, Solange é descrita como “havendo adquirido quase todos os vícios que a clandestinidade impôs, atingindo por pouco o limite da prostituição”. Ainda de

⁵¹ O uso do sufixo “ismo” designa um sentido de doença para as relações entre pessoas do mesmo sexo, consolidado ao longo do século XIX. O uso é amplamente questionado e combatido por movimentos de direitos LGBT contemporâneos, que advogam pela utilização do termo “homossexualidade” com o intuito de esvaziar o significado negativo.

acordo com o documento, Solange envolvera-se com outro militante, “de quem se tornou amante e foi obrigada a fazer um aborto, permanecendo depois da operação na casa de uma amiga na Praça São Salvador (RJ)”.

O documento é repleto de julgamentos morais sobre a militante, num tom de exposição pública voltado à humilhação, e, embora não trate diretamente a questão do aborto, não deixa de situar a prática num cenário semântico desfavorável, delituoso, em que a interrupção de uma gravidez compõe um perfil de alguém envolvido com terrorismo, prostituição, vícios, desordem e violência. Uma figura que, por sua conduta “desviante”, carrega automaticamente considerações negativas sobre tudo aquilo que a envolva.

Figura 46 - JB – página 14 – 28/07/1971

14 - SUBVERSÃO

Jovem arrependida repudia o terrorismo

Dedicação à subversão começou em 66

Os órgãos federais de segurança divulgaram ontem um documento, explicando que “Solange Lourenço Gomes, militante do PCB/R e do MR-8, terrorista e assaltante, cansada da exploração da carne e convencida das mentiras e falsidades do comunismo, entregou-se voluntariamente às autoridades, renunciando sua condição anterior.”

Solange Lourenço Gomes tinha muitos nomes falsos — Rute, Conceição, Clara, Maria Linhares ou Jurema — e participou de várias panfletagens e assaltos a estabelecimentos comerciais, no Rio, e da confecção e distribuição do jornal *Avante*, na Bahia.

Documento

É o seguinte o documento divulgado pelos órgãos de segurança:

“O mundo é complicado e é preciso ser mais humilde antes de pensar modifica-lo.”

Solange Lourenço Gomes, Rute, Conceição, Clara, Aurora, Maria José Linhares, militante do PCB/R e MR-8, terrorista, assaltante, havendo adquirido quase todos os vícios que a clandestinidade lhe impôs, atingindo por pouco o limite da prostituição. Cansada da exploração...



Solange Lourenço Gomes

...contrava homiziado. Começou a namorar-lo e aliciou-o para a organização. Com a continuação das atividades participou do roubo de um Volkswagen no Jardim Botânico. Desses roubos participaram Cid...

Resumo dos cinco depoimentos prestados por Solange Lourenço Gomes (Clara, Aurora, Jurema ou Maria José Linhares).

Solange conheceu Carlos Augusto da Silva Zilio ainda no vestibular (na mesma época, frequentava o clássico do Colégio Andrews). Em 1966, ingressou no Instituto de Psicologia da UFRJ e, no meio desse ano, começou a namorar Zilio (até 1969, manteve ligações amorosas com o mesmo). Inicialmente, nada se fazia de ME — apenas o Zilio falava nas turmas, de vez em quando. O próprio Zilio, inicialmente, não gostava que Solange participasse. Com o passar do tempo, as ações do ME se intensificaram. Em fins de 1967, Solange foi convidada a integrar um GE (Grupo de Estudo) do PCB/R; este convite foi feito por Berenice e foi aceite. Participavam desse GE, além de Solange: João Alberto, Mariana, Berenice e Linton — este era o elemento que assistia, depois passou para o PC do B. Mais ou menos na mesma época (fins de 1967 e início de 1968), Solange passou a integrar, também, um CR de TR/CR; para este, foi...

...jaimin (Vitor, Billy, Willy e Levi, José Sebastião Rios de Moura (Anibal) e sua mulher Lúcia (Solange soube que Helena Bocaluva Kayr fora para São Paulo após o sequestro; depois, voltou ao Rio e ficara algum tempo na casa de Sônia Regina Yessin Ramos). Em seguida, Solange (agora, sob a assistência de Daniel, passa a ser Aurora) e seu amante, após uma estadia rápida em um aparelho no Campo de São Cristóvão, instalam-se em um aparelho na Tijuca, em uma rua perto da Barão de Itapagipe. Isto se deu em out. ou nov/69 e, junto com eles, fica residindo também o Tião (Belair). Nessa época, Solange (Aurora) passa para uma nova unidade de que fazem parte: Ronaldo Goitacaz Cavaleiro (Kleber, Raul), Sônia Regina Yessin Ramos (Mércia), Alexandre Lira de Oliveira (Marcelo, depois Verneck), Tião e Regina Maria Toscano Farah (Maria José). Ainda nessa ocasião, Solange (agora Rute) recebe a missão de assistir uma OPP, da qual faziam parte: Gilberto Araújo Reis, Lúcio Flávio Uchoa Rogniera (Tucha), Leonardo Barbosa de Medeiros (Leo, Buloa) e um rapaz cujo codinome...

...à Casa da Banha, na Tijuca (quase esquina de Paulo de Frontin), no qual tomaram parte: Xisto ou Dino (João Lopes Salgado), Néelson Rodrigues (Bueno), Alexandre Lira de Oliveira (Verneck), Solange (agora Jurema), César Queirós Benjamim (Menininho), Glória e Zaquie (Juca) — nesta ação não conseguiram obter dinheiro. A próxima ação foi o assalto à casa de Adam Volote, na Rua Inhangá, o qual rendeu cerca de Cr\$ 47.000,00. Tomaram parte: Solange (Jurema), Néelson Rodrigues (Prancha), César Queirós Benjamim (Menininho), Glória Sérgio Landulfo Furtado (Tom), Zaquie (Juca) e Alexandre Lira de Oliveira (Verneck). Na oportunidade, Adam reagiu, tendo Menininho dado-lhe uma coronhada na cabeça. Como Adam alegou não ter a chave do cofre, foram obrigados a levá-lo. Esse assalto se deu em ago. 70.

Seguiu-se o assalto a um funcio-

Da imoralidade nacional, o tema vai diretamente para o mundo indecente e pecaminoso descrito pelo Papa, que irrompe na cena global dissertando, com desgosto, sobre a vida moderna. No dia seguinte, 29/07/1971, a página 12 do 1º Caderno publicava o texto “Paulo VI critica falta de decoro da moda atual” (Figura 47). Em audiência geral com integrantes da Igreja, o Pontífice condenou “a falta de recato atual, o pouco decoro da moda feminina, um dos meios pelos quais a vida moderna degrada a dignidade humana”.

Para o Pontífice, “a dignidade humana tem sido continuamente assaltada neste século pela moda indecorosa, os espetáculos frívolos e passionais, a inflação da pornografia perfidamente divulgada e a provocadora corrupção da educação sexual”. Nesse cenário, “a consciência moral do homem moderno foi relegada a segundo plano, anestesiada em benefício da consciência sensual”. A matéria descreve as regras impostas às roupas das turistas que vão

ao Vaticano, cujas saias são medidas por freiras. O vestuário era apresentado como uma forma de imoralidade, em meio a um mundo contemporâneo em desarranjo.

Em seu pronunciamento, o Papa procedeu à defesa da “vida desde o seu começo no ventre materno” e classificou o aborto como “afronta à dignidade humana”. O mundo moderno não se desenvolvia sem resistência e críticas, e as mudanças nos costumes iam sendo capturadas por vozes tradicionalmente conservadoras. O aborto permanece na condição de prática perturbadora, disputada por diferentes vozes que se pretendem definidoras de regras e normas de conduta.

Figura 47 - *JB* – página 12 – 29/07/1971



O aborrecimento do Papa é sintomático das profundas transformações que estavam em curso. O choque de moralidades era amplo e global. Isso fica ainda mais evidente quando se observa o debate acadêmico crescentemente interessado pela situação da mulher e, com efeito, pelo tema do aborto. No dia 31/07/71, página 6, no Suplemento Livro, o *JB* dava o título “A mulher, o testemunho da libertação” (Figura 48). Era uma resenha sobre o livro “A libertação da mulher”, organizado pela feminista Sookie Stambler. A crítica, escrita por Marina Colasanti, coloca em destaque a figura da mulher tanto como produtora de narrativa

jornalística quanto como empreendedora moral da condição feminina no mundo contemporâneo. Para a resenhista, o livro “pouco acrescenta ao que já se sabia sobre as necessidades e modificações da posição feminina na sociedade. [...] Não se trata de um ensaio, não se trata de uma análise, não se trata de uma pesquisa. Trata-se de um apanhado que pretende conter ensaios, análises, pesquisas e depoimentos”. Os artigos que traziam variados temas, entre eles o aborto, “resultam num superficial e fragmentado conjunto que pouco é útil a estudos mais profundos”.

Ainda que a avaliação seja desfavorável, é possível notar que o tema amplia-se consideravelmente quando entra na mira do mercado editorial, ganhando terreno no mundo acadêmico e intelectual para além das tradicionais áreas temáticas da medicina, direito e religião. De fato, o mundo dos livros e da crítica literária em geral surge como um audível locutor da temática da mulher, turbinado pelas transformações que ocorriam simultaneamente na academia e na sociedade civil: o feminismo, nas Universidades e nas ruas, formalizava-se também como empreendedor moral, difundindo pela via do mercado editorial questões e demandas acerca da condição social da mulher. Os estudos de gênero, que paulatinamente se introduziam na academia brasileira na segunda metade do século XX, incorporavam a pauta do aborto à imprensa brasileira. As Ciências Sociais assumiam, assim, lugar de destaque no universo jornalístico, colocando em cena mais do que a demanda pela autonomia do corpo: o que se notava era a construção de um campo de pesquisa científica e atuação política cujas bases teóricas seriam, por seu turno, consagradas pelos estudos de gênero e o olhar crítico para as diferenças culturalmente condicionadas entre homens e mulheres, condensadas no gênero como uma categoria/conceito analítico e teórico.

Figura 48 - JB – página 6 – Suplemento Livro - 31/07/1971

SELEÇÃO DO MÊS

JORNAL DO BRASIL
Rio de Janeiro
Sábado, 31 de julho de 1971 **6**



A mulher, o testemunho da libertação
MARINA COLASANTI

TESTEMUNHO de uma batalha feroz travada ao longe e para a qual só recentemente começamos a despertar, têm-nos chegado, cada dia mais numerosos, livros sobre a modificação da posição feminina na sociedade.

Entre tanto material, porém, bem pouco vem atender às nossas necessidades que, embora idênticas às das mulheres dos outros países, são diversamente colocadas.

Assim também, *A Libertação da Mulher* (*), de Sookie Stambler, quase nada acrescenta ao pouco que sabíamos. Não se trata de um ensaio, não se trata de uma análise, não se trata de uma pesquisa. Trata-se de um apanhado que p r e t e n d e conter ensaios, análises, pesquisas, e ainda depoimentos e arti-



Na cidade, o ultimato da nossa época
JOSÉ REZNIK

NÃO é apenas consequência da precária situação humana e social encontrada no campo que ocorre a migração para os centros urbanos. Decorrencia do

O interesse acadêmico e intelectual é o responsável pela matéria que, duas semanas depois, no dia 14/08/1971, estamparia a página 2 da editoria Internacional (Figura 49). Desta vez, por meio de *papers*, textos científicos produzidos por especialistas. O impacto da ilegalidade como causa de mortalidade materna conduz o texto, baseado em artigo de médicos no jornal “Perspectivas de Planejamento Familiar”. O título é “Abortos em americanas já diminuem”. No texto, o relato de que a liberalização do aborto em Nova Iorque provocara a queda, de 1970 para 1971, no número de mortes de mulheres grávidas: “o que indica que o aborto ilegal era a principal causa da morte durante a gravidez”, conclui o texto.

A estatística epidemiológica começa a aparecer nos jornais, dando fôlego ao debate sobre descriminalização, bem como apresentando argumentos em prol do direito da mulher a interromper voluntariamente uma gestação. A sacralidade fetal vai sendo confrontada face às consequências sanitárias do abortamento inseguro.

Figura 49 - JB – página 2 – Internacional- 14/08/1971

<h3>Techeco foge e pede asilo ao Ocidente</h3> <p>Nuremberg (Reuters-Latin-JB) — Karel Bock, ex-diretor do Departamento de Exploração das jazidas de urânio da Techeco-Eslôvquia que fugiu para o Ocidente no mês passado, pediu ontem asilo político à Alemanha Federal, informaram as autoridades de Nuremberg.</p> <p>Bock, de 45 anos, foi preso em Praga em 1970, acusado de sabotar a colaboração nuclear entre seu país e a União Soviética. Conseguiu fugir durante uma das várias sessões do interrogatório a que foi submetido, quando pediu licença para ir ao banheiro e pôde facilmente escapar pela janela.</p>	<h3>Abortos em americanas já diminuem</h3> <p>Nova Iorque (UPI-JB) — Os índices de mortalidade em mulheres grávidas e de nascimentos ilegítimos tiveram grande diminuição esse ano, o primeiro da liberalização do aborto, informou ontem o jornal <i>Perspectivas de Planejamento Familiar</i>.</p> <p>O artigo do jornal, assinado pelas médicas Jean Pakter e Frieda Nelson, indicou que a taxa de mortalidade em mulheres grávidas caiu de 51 em 10 mil nos primeiros quatro meses de 1970 para 16 em 100 mil no mesmo período esse ano, "o que indica que o aborto legal era a principal causa de morte durante a gravidez."</p>	<h3>PESTA E MORTE</h3> <p>Apesar de internado em Valparaíso, os médicos permitiam a Orellana que fosse a Santiago com frequência, para visitar seus pais. Também era autorizado com um só sopro, deixou sua mãe e disse a um amigo jornalista: "Sinto-me muito bem. Não tenho tido nenhum problema recentemente." Depois da festa, foi dormir e "morreu tranquilamente", segundo porta-voz do hospital.</p> <h3>Americano sobrevive ao implante</h3> <p>Detroit e Stanford, Califórnia (UPI-JB) — Os próximos dias serão vitais para Haskell Shanks, o vigia de 63 anos que recebeu um coração mecânico auxiliar em forma de charuto, informaram ontem os médicos do Hospital Monte Sinai, onde foi feita a operação.</p> <p>O paciente, operado na quarta-feira pela equipe do cirurgião Adrian Kantrowitz, está passando muito bem, "consciente, comunicativo e satisfeito", segundo o boletim médico, e usando um aparelho para respiração artificial.</p> <h3>PIONEIRISMO</h3> <p>Os próximos dias serão vitais porque podem aparecer coágulos de sangue em torno ou dentro do aparelho implantado. Os coágulos são o grande pro-</p>	<p>lo com um só sopro, deixou sua mãe e disse a um amigo jornalista: "Sinto-me muito bem. Não tenho tido nenhum problema recentemente." Depois da festa, foi dormir e "morreu tranquilamente", segundo porta-voz do hospital.</p> <p>O distribuidor mecânico — como é chamado o aparelho colocado no peito de Shanks — pulsa ritmicamente, para impulsionar o sangue, suprindo cerca de metade do esforço do coração natural do paciente. Suas paredes internas amortecem a passagem do sangue, como se fossem de feltro, para evitar a destruição dos glóbulos vermelhos.</p> <p>O coração mecânico foi ligado à aorta, a principal artéria do coração, para ajudar o órgão natural a bombear o sangue. Seu revestimento de <i>dratex</i> destina-se a permitir a formação de tecidos vivos nas paredes, idênticos aos da aorta, para evitar que uma superfície estranha favoreça a formação de coágulos sanguíneos.</p> <p>O aparelho foi construído pelo cirurgião Adrian Kantrowitz, inventor do</p> <p>debate da As O E que "l politic ra des da U de si Ucran na O região pelo l</p> <p>Me húng forme meiro Popul tará tubro rional a. Rn cada linha União A</p>
---	---	---	--

A centralidade da medicina como operadora narrativa e semântica é perene. Do ponto de vista editorial, tal predominância espraia-se para além do lugar da ciência no jornal, deslocando para outras editorias o debate sobre interrupção da gravidez. “A Rubéola e seus perigos”, de autoria da Dra. Norma Conti, é o título de coluna veiculada no dia 16/08/71 na Revista de Domingo, página 2 (Figura 50). O ângulo dos costumes, entretenimento, aconselhamento e variedades também assimila a pauta, ainda que sob a primazia da medicina.

O artigo descreve a doença, formas de contágio, sintomas, epidemias históricas e os efeitos em fetos e bebês. A autora fala sobre a necessidade da imunização e do diagnóstico, “quando se considera o risco que corre o feto de ser lesado”. Por fim, conclui que “por falta de meios para controlar a capacidade teratogênica – ou de provocar anormalidades fetais – da rubéola, tornou-se mundialmente aceito o aborto terapêutico nesses casos, respeitando-se, naturalmente, as objeções de ordem psicológica, social ou religiosa que possam vir a se colocar”.

Figura 50 – JB - 16/08/71 – Revista de Domingo – p. 2

A RUBÉOLA E SEUS PERIGOS

Doença infecto-contagiosa benigna, própria da infância. Ninguém deu maior importância à rubéola até 1940, quando houve, na Austrália, uma grande epidemia, e, alguns meses mais tarde, um aumento significativo da incidência de catarata (semelhante à catarata senil, levando à cegueira), nas crianças recém-nascidas. Catarata, e mais lesões cardíacas, retardo no crescimento intra-uterino, surdez, microcefalia (crânio anormalmente pequeno). Pulava aos olhos a relação entre aquela "sarampinho sem importância", como era considerada a rubéola, e as graves anomalias congênitas que ele podia ocasionar nos fetos de mulheres que contraíam a doença nos três primeiros meses da gestação. Também a infecção por rubéola imediatamente antes da concepção implicaria em risco, pois seu agente causal permanece ainda durante algum tempo no organismo, depois da cura clínica.

Infecção despercebida

te é capaz de causar as mesmas anomalias fetais.

Calculou-se inicialmente que até 90% dos fetos nessas condições seriam anormais. Na verdade, a porcentagem é bem menor, porém, ainda assim, significativamente alta. Além disso, muitos desses fetos não chegam à termo: são abortados.

Dar certeza

*O interesse das provas laboratoriais para o diagnóstico de certeza da rubéola é óbvio, quando se considera o risco que corre o feto, de ser lesado, nessas condições. Em caso de contágio da mãe, procurou-se alguma maneira de evitar o aparecimento das malformações, porém sem resultado prático. E por falta de meios para controlar a capacidade teratogênica — ou de provocar anormalidades fetais — da rubéola, tornou-se mundialmente aceito o **aborto terapêutico**, nesses casos, respeitando-se, naturalmente, as objeções de ordem psicológica, social ou religiosa que possam vir a*

A questão sanitária e aceitação de aborto terapêutico levantam questões interessantes. De forma ambígua, a figura do feto acometido por deformidades ou graves sequelas é apresentada como um problema tanto do ponto de vista da saúde infantil quanto do ponto de vista da viabilidade em se levar a termo gestação de fetos gravemente afetados pela doença. A questão da dignidade, no que concerne ao sofrimento imposto ao feto, adquire uma dimensão contrária ao pressuposto de uma vida a qualquer custo. A dignidade também passa a ser narrada, no noticiário sobre aborto, como um princípio de aceitação da prática, e não mais apenas como um marcador de humanidade fetal e de repúdio à interrupção da gestação.

Fica claro que o debate é marcado por questões que articulam a prática da medicina com reflexões bioéticas, cuja força política, conforme já mencionado, explode na segunda metade do século XX. Simultaneamente, o feto consolida-se no imaginário e, a despeito do clamor e dos afetos que lhe cercam, sua figura vai sendo confrontada com discursos que a

relativizam. Isto é, a eliminação de fetos, por motivos específicos, começa a ser ventilada como uma opção legítima da vida reprodutiva. No terreno da bioética, a relativização e as nuances tomam corpo diante de posturas essencializantes e absolutas.

O repúdio ao aborto é turbinado, no Brasil, pelas tensões geopolíticas e pela atuação da Igreja e do regime militar no âmbito interno em relação ao planejamento familiar. A Bemfam (Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar) desponta como marcante ator social a pontificar sobre, entre outros temas, aborto. Conforme Pedro (2003) aponta, a instituição, criada em 1965 por médicos ginecologistas e obstetras, era financiada por recursos do exterior e atuava diretamente na assistência e aconselhamento da vida reprodutiva. A entidade era, por outro lado, acusada por envolvimento com o regime militar, por inclinações coercitivas e por submeter pacientes a procedimentos forçados, como esterilização, sendo alvo constante de críticas de movimentos de mulheres e profissionais da área da saúde justamente por violar a dignidade e autonomia individual, princípios que se encorpavam nas bandeiras das lutas liberais e de direitos humanos.

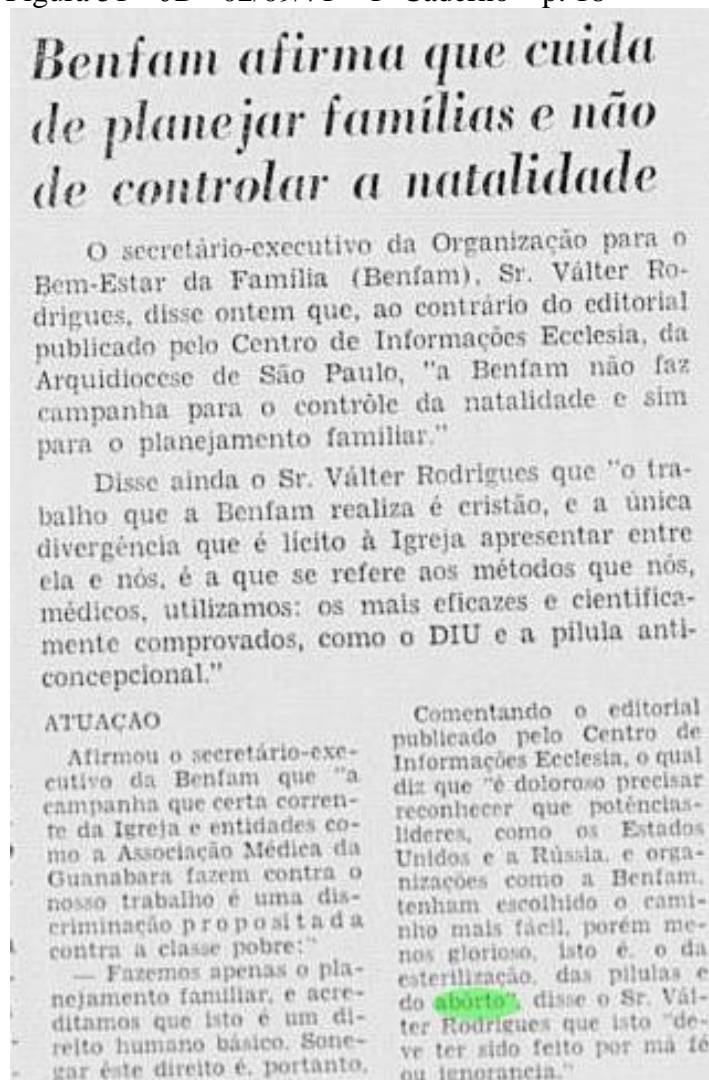
No dia *JB* de 02/09/71, na página 18 do 1º Caderno, o título “Bemfam afirma que cuida de planejar famílias e não de controle de natalidade” (Figura 51) trazia declarações do secretário-executivo da entidade, Valter Rodrigues. De acordo com ele, “o trabalho da Bemfam é cristão, e a única divergência que é lícito à Igreja apresentar é a que se refere aos métodos que nós, médicos, utilizamos: os mais eficazes e cientificamente comprovados, como o DIU e a pílula anticoncepcional”.

Ele discorre também sobre o surgimento da Bemfam, sua missão, qual seja, fazer “planejamento familiar, um direito humano básico [...]. Cada família tem o direito de ter o tamanho que desejar”. Lembra ainda que a entidade foi criada com o propósito de “combater o aborto proposital, um processo que prejudica a saúde e aumenta a mortalidade materna. Substituímos o aborto pelo planejamento familiar”. E rebate críticas feitas à Bemfam, vinda de “esquerdistas, que são contra o planejamento familiar, porque quanto mais miséria, melhor. Marxistas subdesenvolvidos”.

O tema do aborto é apresentado como um problema grave, mas de um ponto de vista radicalmente diferente ao que, então, despontava pelas narrativas epidemiológicas e liberais de feministas e sanitaristas. O aborto é um crime e sua condição de direito não deve ser tolerada, sendo necessário preveni-lo por meio da contracepção. O direito ao aborto é condenado diante das técnicas que permitiam, cada vez mais, que a concepção fosse controlada. Uma vez fundados os gametas, a vida, pela lógica do planejamento familiar da Bemfam, já estava estabelecida. O feto essencialista não poderia ser eliminado uma vez

gerado, sendo esse tipo de desvio associado ao “esquerdismo”. A dimensão ideológica do aborto marcava presença no Brasil da ditadura, situando no balaio político atritos sobre saúde, família, reprodução, autonomia e direitos humanos – este último, um princípio que tornar-se-ia uma espécie de farol ético a servir de argumento para os distintos e conflitantes empreendedores envolvidos na questão do aborto.

Figura 51 – JB - 02/09/71 – 1º Caderno – p. 18



O fascínio com a técnica e o interesse com os acontecimentos ao redor do mundo seduziam mentes e corações. Os ecos do exterior, especialmente os prodígios da biomedicina, ressoavam nas páginas dos jornais. No mesmo dia, na editoria de Cidades, 1º Caderno, página 26, a nota “Prêmio Nobel explica experiências” (Figura 52) relatava a palestra do biólogo sueco Ulf Svante von Euler, agraciado em 1970 com o Nobel de Medicina. No evento, ocorrido na Faculdade de Medicina da UFRJ, o biólogo falou sobre “seus experimentos com

as prostaglandinas, substâncias que entre outros efeitos podem acelerar o trabalho de parto e facilitar o aborto terapêutico”.

Figura 52 – *JB* - 02/09/71 – 1º Caderno – p. 26



O arrebatamento diante dos feitos da ciência impera no começo da década de 1970, com interesse aguçado pelos fenômenos químicos e biológicos relativos à reprodução humana. É interessante notar como a referência para o aborto como direito ou mesmo como tema de interesse científico é expressivamente oriunda do exterior. O estrangeiro aparecia sempre como novidade, um registro de encantamento, num deslocamento geográfico em que falar sobre os outros, ainda que em relação a temas espinhosos, era mais fácil do que falar sobre si mesmo. Pois, no âmbito nacional, o tema era sensível e inflamável, nunca posto em termos consensuais.

Na Suécia, a sociedade encaminhava-se para a legalização da prática. Informava o *JB*, na editoria Internacional, página 2, do dia 04/09/1971 (Figura 53), que “a comissão designada

para um reestudo da lei sueca de aborto, depois de sete anos de pesquisas encerradas ontem, encaminhou um relatório que propõe o aborto livre. A decisão, pelo projeto, deve ser tomada pela mãe grávida depois de uma consulta às autoridades médicas e sociais”.

As mudanças nos marcos legais de outros países colocam em cena aquilo que Boltanski (2004), analisando a condição fetal no debate sobre aborto, classifica de “feto projeto” e “feto tumoral”. Ambos intimamente ligados à vontade e autonomia da gestante, ou do casal, sobre a escolha de levar a termo a gestação. O “feto projeto” é aquele adotado simbolicamente, sendo investido, a partir de então, de expectativas, predicados e de um futuro. Portador, com efeito, de humanidade. Já o feto tumoral não reúne, no fim das contas, aspiração ao futuro, pois é tido como um problema e um empecilho para a vida da gestante ou do casal. Assim, o aborto é um registro de operação cirúrgica, em que o que se extrai é um estado químico, e não uma ontologia obrigatoriamente humana.

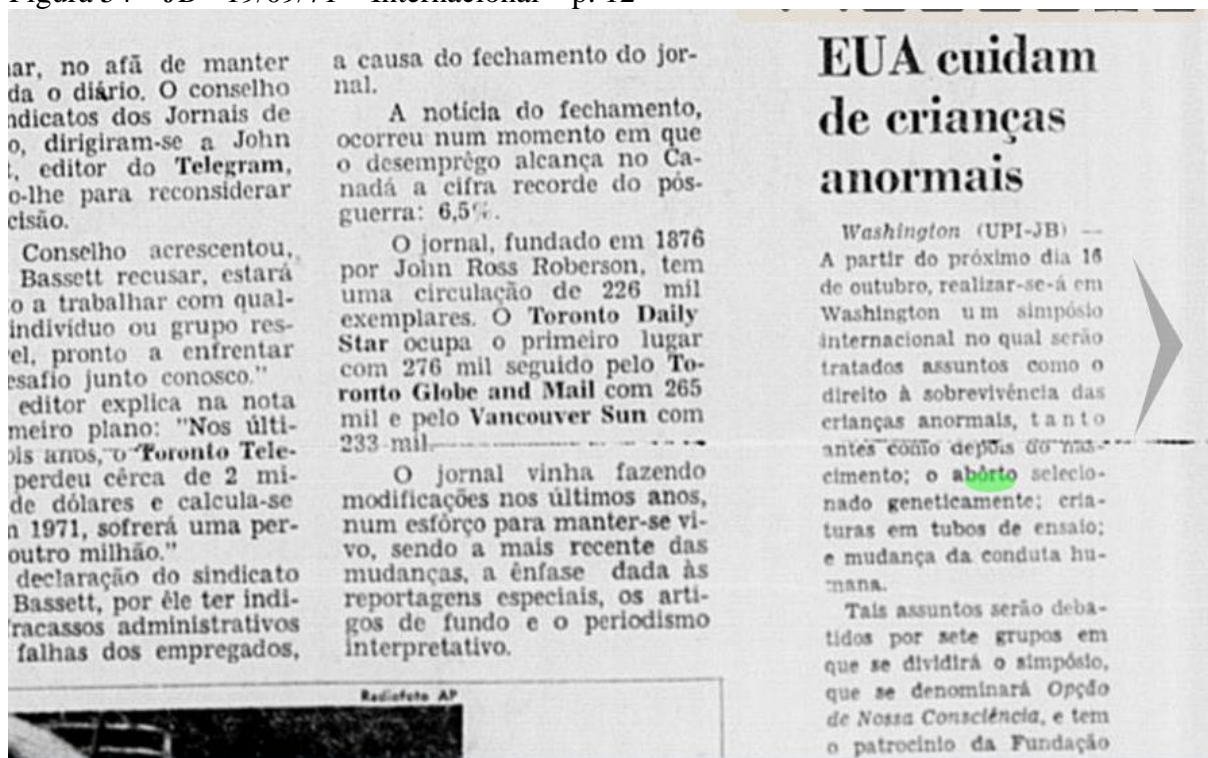
Figura 53 – JB - 04/09/1971 – Internacional – p.2



Da Suécia para os EUA, uma vez mais, para em seguida rumar para a Dinamarca. O giro através do Norte Global era contínuo. A pauta jornalística era expressivamente influenciada pelos acontecimentos dos países desenvolvidos. O tema desdobra-se em registros variados dentro de uma mesma edição, ampliando ainda mais sua cotidianidade jornalística. Desta vez, a prática é noticiada no interior de nota intitulada “EUA cuidam de crianças anormais”, do dia 19/09/71, na editoria Internacional, página 12 (Figura 54). O texto mencionava que, em um mês, um simpósio internacional em Washington trataria de assuntos como “o direito à sobrevivência das crianças anormais, tanto antes como depois do

nascimento; o aborto selecionado geneticamente; criaturas em tubos de ensaio, e mudança da conduta humana”. O Simpósio seria patrocinado pela Fundação Joseph Kennedy Jr no âmbito da Assembleia sobre Direitos Humanos.

Figura 54 – JB - 19/09/71 – Internacional – p. 12



Os prodígios da biomedicina assombravam a comunidade internacional, injetando ao mesmo tempo inquietação e esperança sobre o destino da vida intra-uterina. Nota-se como o termo criança reaparece e equipara-se ao feto ainda por nascer. O aborto selecionado impulsiona o olhar sobre a genética como um domínio potencialmente atemorizante da ciência.

O imaginário bioético alastrava-se, provocando angústia porque os recursos tecnológicos em franca sofisticação inauguravam dilemas e questões sobre os limites da vida, bem como sobre a possibilidade de manipulá-la. A tragédia da II Guerra era recente o suficiente para deixar viva no imaginário a magnitude dos horrores a que a vida humana poderia ser submetida. A vida anormal, anatomicamente disforme, é exposta em detalhes. Os sentidos em torno do aborto permanecem sendo da ordem do espanto, agora com a chancela da linguagem dos Direitos Humanos (DH), um fenômeno típico da segunda metade do século XX, pois o paradigma dos DH consolidava-se como bússola moral e ética a regular as relações internacionais, bem como a sustentar, ao menos como anseio filosófico, as condutas

de nações, povos e indivíduos. Por isso, conceitos como dignidade, liberdade e autonomia adquirem centralidade global, atingindo tudo aquilo que envolvesse a vida humana.

Vida humana que se miniaturiza ao longo do século XX. O aparecimento do tecno-feto, visualizado pelas técnicas de ultrassom e unido à condição de ser vivo e portador de dignidade, demonstra como a tecnologia provoca abalos impactantes no imaginário. De acordo com Boltanski (2004), é a técnica de visualização, desenvolvida na segunda metade do século XX, que individualiza e opera uma distinção entre o humano e o não-humano. Nesse sentido, a morfologia vista em detalhes preenche de humanidade o ser intra-uterino, oferecendo imagetivamente representações para a reformulação de uma ordem natural da vida, posto que o feto/embrião, visto, esmiuçado anatomicamente, observado em seus movimentos e feições rudimentares, torna-se uma manifestação fascinante, e sagrada, da vida. E é exatamente nesse contexto de narrativas fundadas na visualização que o tema do aborto é ressignificado.

O referencial dos Direitos Humanos é crucial nesse processo, pois é reivindicado como princípio universal a fundamentar a dignidade do embrião. Este, no processo de demarcação técnica de sua ontologia, irrompe nas páginas de jornais como um corpo portador de dignidade e autonomia. Um feto/ser singular, cuja proteção e preocupação passam a inspirar clamores protetivos e afetos de acolhimento e amor. São seres, defeituosos ou não, com direito à sobrevivência.

No curso dos processos políticos que então se encaminhavam, o aborto era mais do que um tema de mudança específica nas leis que o regiam. Era também uma pauta a interferir nas conjunturas de alternância de poder. Na Europa Escandinávia, por exemplo, o *JB* informava, no mesmo 19/09/71, editoria Internacional, página 14, que a “Dinamarca realiza dia 21 eleições para o Parlamento” (Figura 55). Elenca a matéria os rumos das eleições parlamentares do país, descrevendo o governo então em curso, uma coalização entre liberais e conservadores, as perspectivas para o futuro, a composição das bancadas por partido etc. E cita os diversos temas que mobilizavam a movimentação dos partidos e congressistas, entre eles o aborto, cuja liberação e regulamentação motivaram a criação do Partido Cristão em 1970. Eis que a prática cristalizava-se como um tema capaz de provocar transição de regimes e poder, influenciando o xadrez político-partidário.

Figura 55 – JB - 19/09/71 – Internacional – p. 14

14 – INTERNACIONAL

JORNAL DO BRASIL Dom

Dinamarca realiza dia 21 eleições para o Parlamento

A Dinamarca realizará uma eleição parlamentar em 21 de setembro para eleger um novo Folketing (Parlamento). Formalmente, o mandato de quatro anos estabelecido na Constituição só termina em 23 de janeiro de 1972 — a última eleição foi 23 de janeiro de 1968 — mas as eleições no inverno não são populares na Dinamarca pois o tempo pode impedir a participação do eleitorado, e a eleição interromperia a sessão normal do Folketing, que deve começar na primeira terça-feira de outubro.

A eleição de 1968 foi realizada em janeiro porque o Governo anterior ficou em minoria. O atual Governo possui uma maioria tranquila e está em melhor condição de fixar uma data apropriada para a eleição.

OS PARTIDOS E O GOVERNO

A situação dos Partidos após a eleição de 1968 e as duas eleições anteriores é a seguinte:

	Jan. 68	Nov. 66	Set. 64
Sociais-Democratas	62	69	76
Sociais-Liberais	27	13	10
Conservadores	37	34	26
Liberais	24	35	38
Socialistas Populares	11	29	10
Socialistas da Esquerda	2	—	—
Comunistas	1	—	—
Socialistas Independentes	1	—	—

O Governo nomeado em 2 de fevereiro de 1968 tem cinco sociais-liberais, seis conservadores e seis liberais. O Primeiro-Ministro é o social-liberal Hilmar Baunsgaard, os outros dois principais postos são ocupados por Poul Hartling (liberal), como Ministro da Exterior, e Erik Niin-Hansen (conservador), como Ministro das Finanças.

Reunidos, os três Partidos da coalizão têm 96 cadeiras das 179 existentes no Folketing. O maior Partido é o Social-Democrata, liderado pelo ex-Primeiro-Ministro principalmente para os eleitores do Governo, mas se recusa a apoiar a continuação da coalizão. Esta situação oferece também uma oportunidade aos sociais-democratas. Uma grande abstenção e o apoio ao Governo dividido pelo Partido Cristão poderá significar um retorno ao poder para eles.

O novo Partido, que foi formado em 1970, como um protesto contra a liberalização dos regulamentos permitindo o aborto legal e a pornografia, vem ganhando sua posição — ora subindo, ora descendo — nas pesquisas.

Sabin não crê em vacina contra

Venezia (AP-JB) — O cientista Albert Sabin famoso por sua vacina contra a poliomielite, considerou ontem que é quase impossível se produzir uma vacina contra o cancer.

Durante uma reunião internacional de especialistas em leucemia, em Veneza, Sabin afirmou que eles devem deixar de se concentrar "em campos que estão fora de moda."

Como presidente da sessão final do Quinto Simpósio Internacional sobre Investigações Comparativas do Cancer, Sabin afirmou que não deve ser suspensa a investigação sobre o virus que poderia provocar o cancer, mas sim que é necessário dar-se mais atenção à evolução natural da doença.

Cerca de 400 delegados de 26 países

reuniram-se para ouvir informes resumidos, altamente técnicos, principalmente sobre a complicada vida subcelular e sobre experiências de leucemia com ratos.

Os ratos gordos contraíam cancer e morriam cedo e os fracos viviam mais, só 15% deles contraíam cancer. "Nada mais foi investigado sobre aqueles resultados e é extraordinariamente importante analisarmos isto, com a mesma profundidade com que se investiga a transcriptase", comentou Sabin.

dos virus e pouquíssimo destaque a um grande número de tumores dos quais não temos provas que nos permitam associá-los com algum virus."

Como virologista, disse o Dr. Sabin, tenho o direito de dizer que se tem dispensado muito destaque à investigação

CONSOLIDADA EM 50

AGL

Na influente coluna de Zózimo do Amaral, do dia 30/09/71, Caderno B, página 3, lia-se "Estatísticas do Aborto" (Figura 56), em meio a uma miríade de notas sociais sobre diversos assuntos. Dizia a breve nota: "As estatísticas sobre o aborto na Inglaterra referentes ao mês de agosto mostraram que nada menos de 13.672 mulheres se submeteram a esse tipo de intervenção. Isto é: um aborto praticado de três em três minutos. E mais: desse total, 289 mulheres tinham menos de 16 anos."

Figura 56 – JB - 30/09/71 – Caderno B – p. 2

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 de setembro de 1971

Lósimo

Oposição

- Faltou informado que a oposição ao Sr. Francisco Eduardo de Paula Machado no Japal pretende apresentar, para disputar as próximas eleições, uma candidatura própria, e não de um partido oficial-governista.

Havelange em Orly

- O Sr. João Havelange voltou Orly de férias para se ir na noite de terça-feira, quando tentava tomar o vôo de volta ao Brasil. De férias sem lugar na primeira classe e como 22 viajantes sem a melhor, a primeira chegou a interferir na segurança da aeronave.
- O Sr. João Havelange viajou na classe turística até Miami, onde adormeceu por alguns dias, depois de uma viagem de 12 horas.
- O Sr. João Havelange viajou na classe turística até Miami, onde adormeceu por alguns dias, depois de uma viagem de 12 horas.

Fuário

- João Havelange e Sérgio Guarnabara foram presos ontem em um jantar no Opus por Maria Alice e João Havelange.
- O Sr. Cecil B. DeMille, ator estadunidense, chegou na noite de quarta-feira, acompanhado de sua esposa, a atriz Lillian Gish, e sua filha, a atriz Lillian Gish.
- O Sr. Cecil B. DeMille, ator estadunidense, chegou na noite de quarta-feira, acompanhado de sua esposa, a atriz Lillian Gish, e sua filha, a atriz Lillian Gish.

Fem-oido-rem

- O Sr. Carlos Magalhães foi preso por viajar até São Paulo para assistir a inauguração do Hilton de quatro estrelas. A viagem foi feita, porém, sem a devida autorização da Polícia Federal.

Depoimento

- O Sr. Carlos Magalhães foi preso por viajar até São Paulo para assistir a inauguração do Hilton de quatro estrelas. A viagem foi feita, porém, sem a devida autorização da Polícia Federal.

Controponto

- O Sr. Miguel de Faria Filho, empresário carioca, foi preso por viajar até São Paulo para assistir a inauguração do Hilton de quatro estrelas. A viagem foi feita, porém, sem a devida autorização da Polícia Federal.

Jantar dominicano

- O Embaixador da República Dominicana e o Sr. Carlos Magalhães foram presos ontem em um jantar no Opus por Maria Alice e João Havelange.

Sessão privada

- O Sr. Carlos Magalhães foi preso por viajar até São Paulo para assistir a inauguração do Hilton de quatro estrelas. A viagem foi feita, porém, sem a devida autorização da Polícia Federal.

Mãe sorte

- Ainda em mais sorte o Sr. Carlos Magalhães foi preso por viajar até São Paulo para assistir a inauguração do Hilton de quatro estrelas. A viagem foi feita, porém, sem a devida autorização da Polícia Federal.

Estadística do aborto

- As estatísticas sobre o aborto no Brasil mostram que cada mulher tem 12 abortos em média durante a vida.

Mundo mundano

- Jean-Claude Van Damme foi preso por viajar até São Paulo para assistir a inauguração do Hilton de quatro estrelas. A viagem foi feita, porém, sem a devida autorização da Polícia Federal.



Marlene Dietrich volta a Londres depois de dez anos de exílio, desembarcando no Heathrow Airport de Liverpool.

Em primeiro lugar, fica claro que o tema raramente se afasta do registro do fascínio e do espanto: tantas mulheres, e ainda menores de idade, submetidas ao procedimento. A curiosidade com o fenômeno da interrupção da gravidez influenciava a pauta noticiosa, interessada nos costumes e comportamentos das pessoas. A tematização pelas páginas de cultura é outro dado relevante, principalmente porque traduz, para além do noticiário político, científico e internacional, fenômeno que se tornava de interesse global. Vale notar ainda que o tema adquire um caráter “transeditorial” posto que são dados estatísticos da saúde pública que tornam-se notícia em coluna social e de comportamento.

Costumes e comportamentos que, por sua vez, materializavam-se em serviços e indústria, num sinal de normalização da prática pelo mundo. No dia 14/10/71, página 11 da editoria Internacional o título “Aborto nos EUA é sucesso empresarial” (Figura 57) trazia dados sobre centro especializado em aborto em Nova Iorque que, desde sua inauguração, em maio do mesmo ano, já realizara mais de 2.400 interrupções de gestação. O custo do

procedimento era de US\$ 150, atraindo mulheres de outros estados dos EUA, assim como de países como Bermudas, Canadá, Inglaterra e Suíça.

O texto cita ainda o perfil etário médio das mulheres, estado civil e se já haviam realizado aborto anteriormente. Não era uma tarefa laboriosa, pois a marcação das operações era feita por telefone.

O panorama descrito no texto, ainda que local, permite olhar para o aborto como um fenômeno que se deslocava simbolicamente, isto é, lentamente saía da clandestinidade moral para ingressar no rol das práticas que não mais poderiam ser reduzidas à abjeção. É certo que, nos EUA e em outros países, os ventos da contracultura e de movimentos de mulheres eram incontornáveis e produziam mudanças de mentalidade, além das transformações legais em curso. Mas nem por isso é menos valioso observar o surgimento de um comércio e de uma cadeia de atividade econômica em torno da interrupção da gravidez. Da mesma maneira, é interessante observar fenômenos migratórios baseados na oferta do serviço, demonstrando como o aborto tornava-se uma prática com significados não apenas médicos e cirúrgicos: era, agora, uma atividade econômica, de alcance global, mensurada e avaliada em termos de uma espécie de sociabilidade reprodutiva, a estampar padrões de comportamento e a situar a mulher em posição de protagonismo social.

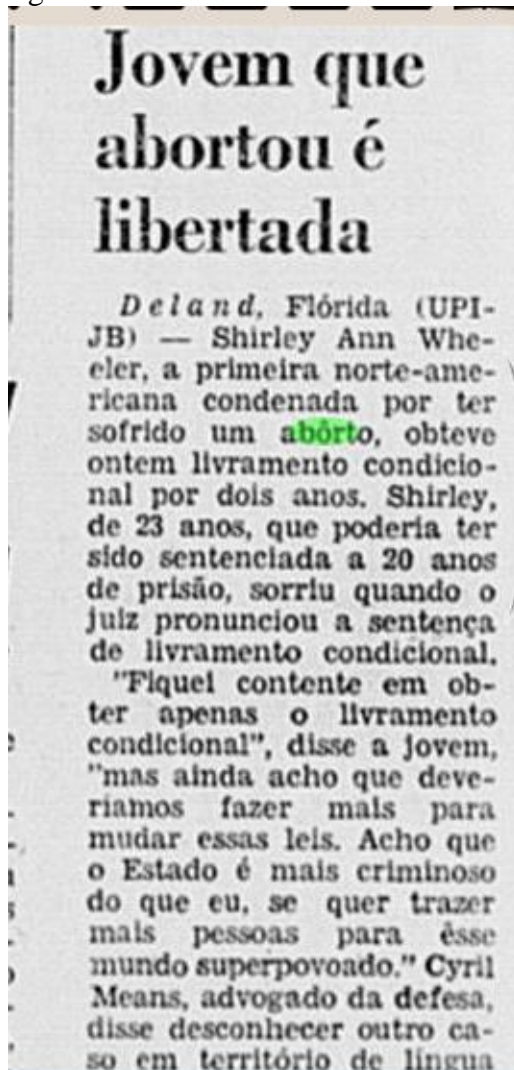
Figura 57 – JB -
14/10/1971 -
Internacional – p. 11



Os ventos liberalizantes vindos dos EUA preenchem os requisitos de noticiabilidade. “Jovem que abortou é libertada” foi o título do 1º Caderno, página 2, do dia 16/10/71 (Figura 58). Ali, lia-se que “mulher da Flórida, primeira condenada nos EUA por ter sofrido um aborto, obteve livramento condicional por 2 anos”. A mulher, chamada Shirley Wheler, 23 anos, declarou-se contente com a sentença do juiz e avançou: “Acho que deveríamos fazer mais para mudar essas leis. Acho que o Estado é mais criminoso do que eu, se quer trazer mais pessoas para esse mundo superpovoado”.

Se a imagem do aborto introduzia-se no exterior como um direito, ou pelo menos como um ato não necessariamente criminoso e carcerário, as seculares aflições malthusianas permaneciam como fio condutor nas narrativas jornalísticas. O fantasma da superpopulação, da escassez e da miséria eram um aspecto importante, e a interrupção da gravidez reunia sentidos variados, que iam desde a prerrogativa de autonomia sobre o corpo até preocupações ecológicas envolvendo a demografia e humanidade. Um tema de impacto ao mesmo individual e coletivo.

Figura 58 – JB - 16/10/71 – 1º Caderno – p.2



É pela trilha das ideias malthusianas que os duelos políticos na sociedade brasileira também se encaminhavam. “Congresso recusa DIU e controle”, página 14 do 1º Caderno, de 29/10/71 (Figura 59), mencionava o III Congresso Brasileiro de Medicina Legal, ocorrido em Belém e cujo documento final recomendava ao governo federal “a proibição do DIU e do emprego de quaisquer medidas que visem cercear o aumento populacional”.

E reproduzia as recomendações, entre elas a manutenção da lei do aborto tal como ela era, isto é, como um ato delituoso salvo exceções. A matéria também cita palestras ministradas por médicos, entre as quais uma sobre aborto e natalidade proferida pelo Dr. Francisco Morais Silva, que “condenou o controle da natalidade como imposição do governo, aceitando-o apenas como vontade voluntária da família”.

O tema do aborto ganhava intensidade política de alcance nacional. O prestígio médico, particularmente o da Medicina Legal – mensageiro secular, do Império à República, a vaticinar sobre aborto - continuava a conduzir o debate, desta vez em disputa com o governo.

Sabe-se que, durante a ditadura militar, suspeitas de esterilização forçada, bem como de atos coercitivos contra a autonomia reprodutiva eram correntes. De acordo com Pedro (2003), o tema da explosão demográfica dissemina-se no Brasil a partir dos anos 1960, tendo como efeito o acirramento em relação à questão do aborto, situada no âmbito de inquietações demográficas e acusações de interferência de entidades internacionais no cenário populacional brasileiro.

A interrupção da gravidez, no campo amplo da questões demográficas e reprodutivas, entrava de vez no radar da política federal. Forjava-se como questão de Estado. Como de costume, pautada como problema e motivo de tumulto e desordem. Categorias profissionais e o Estado brasileiro entravam em desavença. Nesse contexto, ideias de autonomia e livre vontade são emitidas pelo saber médico, que passa a convergir, ainda que timidamente e distante da unanimidade, com pressupostos feministas.

Figura 59 – JB - 29/10/71 – 1º Caderno - p. 14

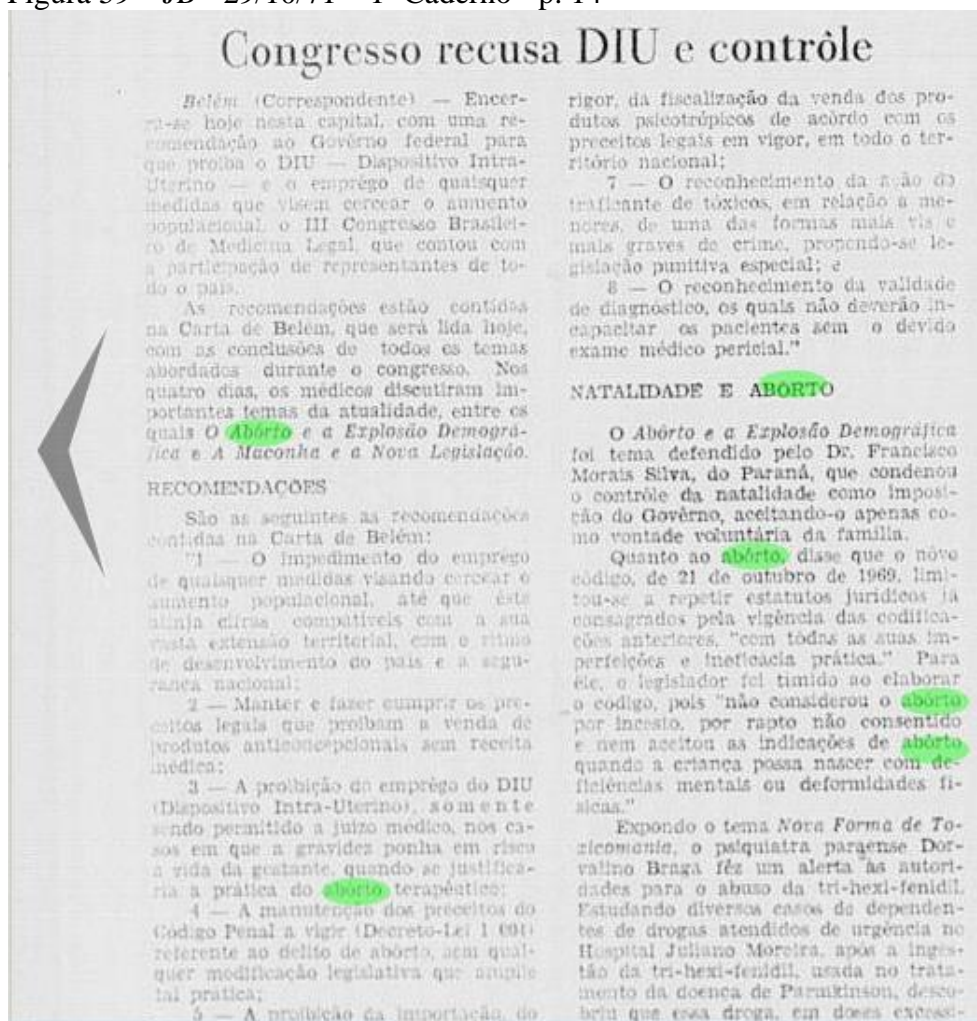
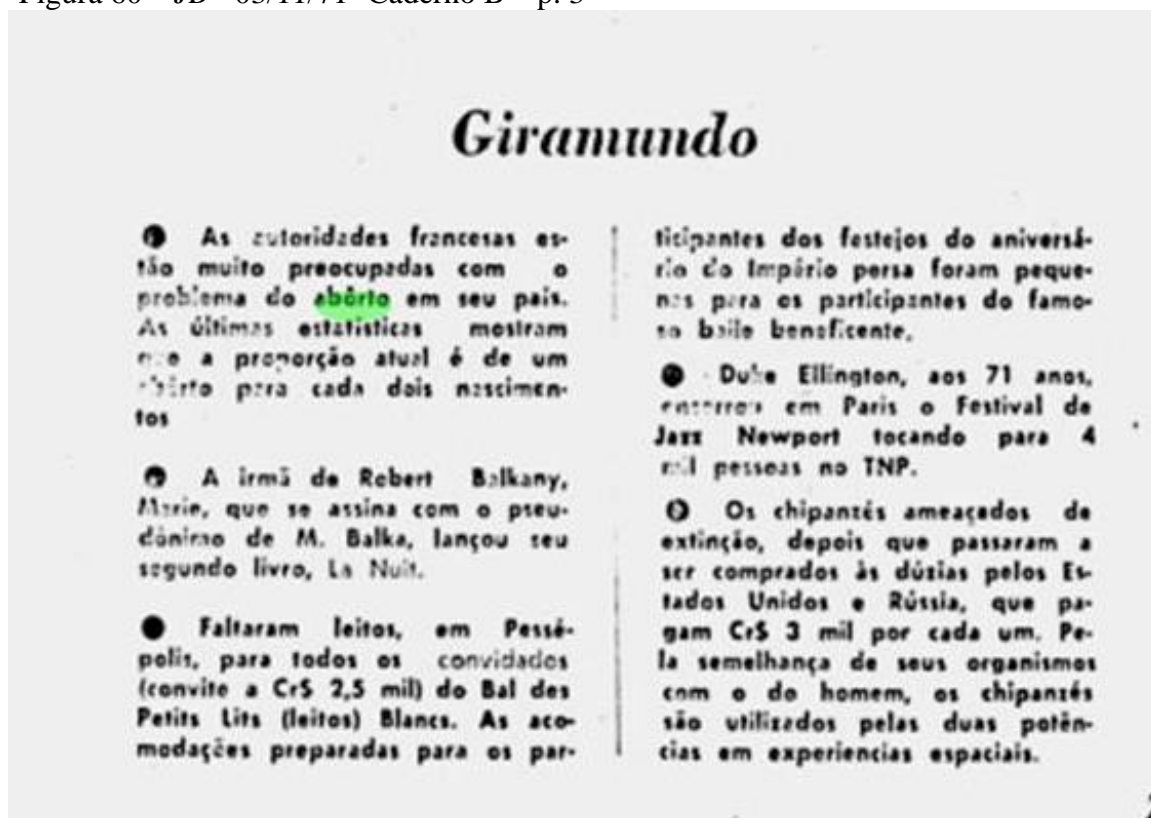


Figura 60 – *JB* - 03/11/71- Caderno B – p. 3

O colunismo social era também um observador atento da temática. Em especial, a Coluna do Zózimo que, mais uma vez, dedicara-se ao tema. Na seção “Giramundo”, de 03/11/71, na página 3 do Caderno B (Figura 60), lia-se que “as autoridades francesas estão muito preocupadas com o problema do aborto em seu país. As últimas estatísticas mostram que a proporção atual é de um aborto para cada dois nascimentos”. A França, que pouco tempo depois, legalizaria a prática, reiterava a Europa e o Norte Global no centro das atenções jornalísticas. A temática, apresentada como preocupante, ainda que de forma brevíssima, era descrita em termos estatísticos e demográficos.

Não é possível aprofundar ou especular mais sobre esse tipo de registro do colunismo social, a não ser observar que, mesmo que no mundo se registrassem mudanças liberais, a agitação sobre o aborto era um estado de espírito e mental implacável que, nos anos 1970, varria os afetos globais. Igualmente, é valioso destacar que a tematização da prática é expressivamente eurocêntrica, traçando um mapa geográfico que prioriza o Velho Continente como critério privilegiado para ser notícia.

No horizonte interno, aborto foi capturado no final de 1971 por pesada troca de artilharia envolvendo Bemfam, congressistas, governo e entidades profissionais. No dia 07/11, na página 32 do 1º Caderno, o *JB* noticiava que “Bemfam afirma que anticoncepção é a

única maneira de prevenir os abortos criminosos” (Figura 61). Era uma extensa entrevista com o secretário-executivo da entidade, Valter Rodrigues, na qual ele dizia que a alternativa racional contra o aborto era a contracepção. Rebatia também as acusações de que a entidade restringia o aumento da natalidade: “Atendemos 150 mil mulheres por ano, enquanto são feitos 500 abortos criminosos”.

A entrevista era publicada dias depois de a Associação Médica da Guanabara ter enviado ofício à Presidência da República condenando a Bemfam pelo que classificou de “desabusada campanha em favor do controle da natalidade, condenando os métodos utilizados e apoiando o pronunciamento do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, pedindo providências”. Ao longo da entrevista, o secretário-executivo da Bemfam explica o trabalho da entidade e reafirma “não ser contra a família, queremos apenas que cada uma tenha os filhos que realmente possa sustentar e educar, e os métodos anticoncepcionais ajudam a solidificar a vida familiar, pois muitas famílias se degradam devido ao grande número de filhos”.

Figura 61 – JB - 07/11/1971 – 1º Caderno – p. 32

Bemfam afirma que anticoncepção é a única maneira de prevenir os abortos criminosos

O secretário-executivo da Sociedade de Bem e Família Familiar do Brasil — Bemfam — Sr. Valter Rodrigues afirma que a anticoncepção é a única alternativa racional para o aborto e que a acusação à entidade de que está cercenando o aumento da natalidade não tem fundamento. “Atendemos 150 mil mulheres por ano, enquanto são feitos 500 mil abortos criminosos”.

A Associação Médica da Guanabara (Ameg) enviou ofício à Presidência da República condenando a Bemfam pelo que classificou de “desabusada campanha em favor do controle indisciplinado da natalidade”, condenando os métodos utilizados pela entidade e apoiando o pronunciamento do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, pedindo providências.

O QUE É

A Bemfam tem 82 clínicas em 18 Estados, diz-se uma sociedade médica civil, sem fins lucrativos, e é subven-

livreto distribuído pela entidade. — Não somos contra a família — afirma o Sr. Valter Rodrigues. — Queremos apenas que cada uma tenha os filhos que realmente possa sustentar e educar, e os métodos anticoncepcionais ajudam a solidificar a vida familiar, pois muitas famílias se degradam devido ao grande número de filhos.

O programa da Bemfam tem por finalidade a orientação, motivação e educação sobre os métodos anticoncepcionais, realização de pesquisas científicas de caráter médico, psicológico, sócio-econômico e demográfico e ajuda a entidades de orientação familiar. Atua em todo o país com uma equipe de 600 ginecologistas, obstetras, enfermeiras, assistentes sociais, sociólogos, demógrafos, pedagogos e orientadores educacionais, todos brasileiros.

ATENDIMENTO

No Rio, a Bemfam atende a 12 mil mulheres por ano em suas clínicas na Praia

Depois de submetida a exame ginecológico, assiste a palestras que mostram, com slides, a fisiologia da reprodução e o funcionamento dos métodos anticoncepcionais. Orientada, depois, pelo médico que a atende, opta pela pílula ou pelo dispositivo intra-uterino — DIU — caso o exame médico não mostre inconveniência no uso desses métodos.

— Dez por cento das mulheres que nos procuram — diz o Sr. Valter Rodrigues — sofrem de distúrbios cardiovasculares ou têm outros problemas que contraindicam o uso de método artificial de anticoncepção. Nesses casos, aconselhamos o uso da geléia, do diafragma, do método rítmico ou de condon, para o marido.

Sessenta em cada 100 mulheres optam pelo uso de pílulas e 30 pelo DIU, métodos que apresentam apenas 0,4% de falha contra 40% dos outros métodos. A mulher que preferir a pílula, terá de comparecer ao consultório da Bemfam de 30 em 30 dias quando, depois de submetida a novo exame

Exatidão de submissão a exames ginecológicos, assiste a palestras que mostram, com slides, a fisiologia da reprodução e o funcionamento dos métodos anticoncepcionais. Orientada, depois, pelo médico que a atende, opta pela pílula ou pelo dispositivo intra-uterino — DIU — caso o exame médico não mostre inconveniência no uso desses métodos.

— Dez por cento das mulheres que nos procuram — diz o Sr. Valter Rodrigues — sofrem de distúrbios cardiovasculares ou têm outros problemas que contraindicam o uso de método artificial de anticoncepção. Nesses casos, aconselhamos o uso da geléia, do diafragma, do método rítmico ou de condon, para o marido.

Sessenta em cada 100 mulheres optam pelo uso de pílulas e 30 pelo DIU, métodos que apresentam apenas 0,4% de falha contra 40% dos outros métodos. A mulher que preferir a pílula, terá de comparecer ao consultório da Bemfam de 30 em 30 dias quando, depois de submetida a novo exame

Exatidão de submissão a exames ginecológicos, assiste a palestras que mostram, com slides, a fisiologia da reprodução e o funcionamento dos métodos anticoncepcionais. Orientada, depois, pelo médico que a atende, opta pela pílula ou pelo dispositivo intra-uterino — DIU — caso o exame médico não mostre inconveniência no uso desses métodos.

— Dez por cento das mulheres que nos procuram — diz o Sr. Valter Rodrigues — sofrem de distúrbios cardiovasculares ou têm outros problemas que contraindicam o uso de método artificial de anticoncepção. Nesses casos, aconselhamos o uso da geléia, do diafragma, do método rítmico ou de condon, para o marido.

Sessenta em cada 100 mulheres optam pelo uso de pílulas e 30 pelo DIU, métodos que apresentam apenas 0,4% de falha contra 40% dos outros métodos. A mulher que preferir a pílula, terá de comparecer ao consultório da Bemfam de 30 em 30 dias quando, depois de submetida a novo exame

ASSISTENCIA

Memorial assinado por 81 catedráticos e professores brasileiros de obstetrícia e

mo do crescimento populacional do país. Acontece que mais de 50% das mulheres vivem nas áreas rurais e, em todo o país, há mais de 2 mil municípios sem médico. Como não há prevenção, recorre-se ao aborto.

ABORTO

O casal pára diante da casa da curiosa, olha para os lados. A mãe, assustada, pede ao rapaz que a espere e entra. Enquanto ele pensa que dali a algumas horas tudo estará pronto, a namorada está sofrendo uma intervenção cirúrgica que poderá trazer-lhe sérias complicações. A doutora certamente estará lhe dizendo que não há motivos para preocupações, que ela tem experiência no assunto. Mas os métodos usados para provocar o aborto, a falta de higiene, os apêndices ou díscos de que ela lança mão podem ser fatais.

No Brasil são provocados 1500 mil abortos anualmente, embora o Código Penal Brasileiro preveja, em seu Artigo 121, pena de detenção de um a três anos para quem provocar aborto em si mesma ou consentir que outra pessoa a provoque, e pena de reclusão de um a quatro anos para aborto consentido pela gestante, em seu Artigo 126.

— Segundo pesquisa realizada pela Dra. Maria Lucila

parteira diplomada, 36,9% um médico, 10,4% fazem seu próprio aborto e 5,5% procuram uma curiosa.

— Muitos médicos — afirma o Sr. Valter Rodrigues — para evitar que a paciente recorra a uma curiosa e saíra o perigo de morrer durante o aborto ou depois dele, indicam o endereço de algum médico conhecido.

— O que o planejador familiar quer é que, em 10 de isso, se use a inteligência, pois o Brasil precisa crescer em população, e não de modo desordenado. O fator quantidade deve ser substituído pelo fator qualidade, pois, melhorando é último, obteremos um desenvolvimento socio-econômico global elevado mais elevado.

DESENVOLVIMENTO

— O Brasil não precisa de mais 10, 20 ou 30 milhões de habitantes analfabetos e especialização profissional. É necessário, antes, que existam condições de vida humana digna para esses 10, 20 ou 30 milhões de novos brasileiros.

Explica que o planejamento familiar não pretende acabar com a população ou estagnar seu crescimento e também não se opõe ao povoamento imprevisto dos espaços vazios.

DENONCIA

O presidente do Conselho Federal de Medicina, Murilo Belchior, disse que o CFM não pode manifestar-se quanto às recentes acusações da Ameg e da Médica da Guanabara Bemfam porque é um órgão que só age em grau de curso.

— Só se a acusação chegar ao Conselho, em forma de denúncia, é que irei nos manifestar sobre o assunto.

Em parecer anterior breves meses denunciamos a Bemfam CFM disse ser ela “uma criação descaída, irracional e tendenciosa”, sendo que a AMEG “destituída de autoridade

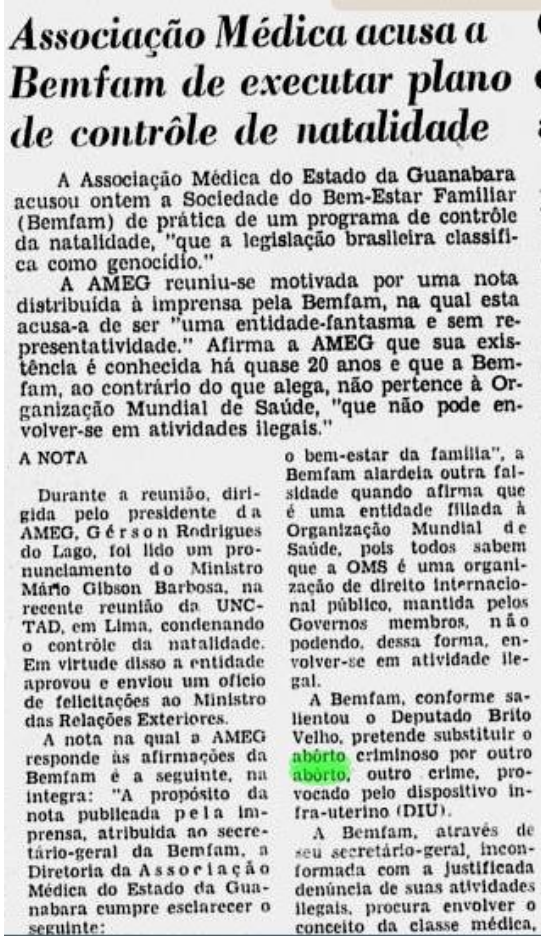
Mais à frente, o texto fala sobre a existência de “curiosas” - figura que realiza o aborto de forma caseira, informal, com métodos nem sempre seguros - e discorre sobre médicos que indicam outros médicos para a realização do aborto. E ainda menciona médicos que procuram convencer mulheres grávidas a ter o filho/a “no INPS ou no hospital. Mas o grave é que isso não se deve a nenhuma razão humanitária, mas ao simples fato de que, para cada parto realizado, o médico receber Cr\$ 140”.

A questão tinha se tornado um objeto de denúncia e escândalo. A política do aborto saía dos círculos profissionais, catedráticos e governamentais para tornar-se uma narrativa de acusações, altercações públicas e escândalo. Nesse contexto, começam a aparecer circuitos e esquemas de interrupção da gravidez. A clandestinidade e seus contextos tornavam-se um fato jornalístico. O turbilhão demográfico preenchia o pano de fundo, num cenário em que os atritos ideológicos se engrossavam em torno do controle sobre a vida. As falas dos atores tradicionalmente envolvidos no tema – médicos, Igreja e governo – misturavam-se num alarido em que o aborto era, sob qualquer ponto de vista, um problema. A contracepção era encarada como uma solução, como uma forma de evitar o aborto, ao passo que Igreja e setores da classe médica viam nas técnicas contraceptivas formas abusivas de controle da natalidade. A ideia de autonomia e livre escolha sobre a vida reprodutiva aparecia turvada quando o tema era exposto através dos tiroteios verbais sobre a questão da natalidade. O aborto não se inscrevia como direito e prerrogativa individual nesse cenário.

Três dias depois, em 10/11/71, na página 15 do 1º Caderno, o cabo de guerra continuava a se esticar. “Associação Médica acusa a Bemfam de executar plano de controle da natalidade” foi o título (Figura 62), abaixo do qual lia-se que a “Associação Médica do Estado da Guanabara (AMEG) acusou ontem a Bemfam de prática de um programa de controle da natalidade que a legislação brasileira classifica como genocídio”.

Aludindo à linguagem dos direitos humanos, usando o termo genocídio, consagrado no pós Segunda Guerra, a entidade médica situava o aborto no contexto global de pânico contra intervenções artificiais e descontroladas na vida reprodutiva. Após reunir-se para rebater a Bemfam, que acusara a AMEG de ser uma “entidade-fantasma e sem representatividade”, uma nota foi redigida. Nela, a AMEG citava a participação do então ministro das Relações Exteriores do Brasil em reunião em Lima, Peru, na qual este condenava o controle da natalidade. Por fim, acusava diretamente a Bemfam de pretender “substituir o aborto criminoso por outro aborto, outro crime, provocado pelo Dispositivo Intra-Uterino (DIU)”.

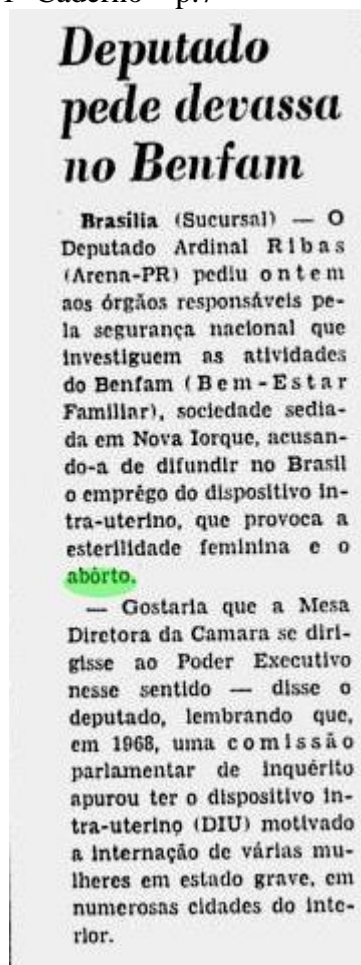
Figura 62 – JB - 11/10/71 – 1º Caderno – p. 15



A novela da Bemfam continuaria naqueles dias, já que em 13/11, na página 7 do 1º Caderno, ficava-se sabendo que "Deputado pede devassa na Bemfam" (Figura 63). O tema rapidamente chegava ao Congresso. "O deputado Ardinial Ribas (Arena-PR) pediu ontem aos órgãos responsáveis pela segurança nacional que investiguem as atividades da Bemfam, sociedade sediada em Nova Iorque, acusando-a de difundir no Brasil o emprego do DIU, que provoca a esterilidade feminina e o aborto". O parlamentar lembrou que, em 1968, uma comissão parlamentar de inquérito já tinha apurado que "o DIU tinha motivado a internação de várias mulheres em estado grave, em numerosas cidades do interior".

Não era mais apenas caso de investigação, polícia ou justiça, ou mesmo de escândalo, mas sim da segurança nacional, numa agudização do drama biopolítico e demográfico e dos ares de conspiração internacional que cercavam a Bemfam. Em nome da saúde das mulheres, a contracepção era questionada. Em nome da nação, a temática do aborto mais uma vez era estampada como um delito lesa-pátria, mobilizando Congresso e Executivo no esforço de deixar a natalidade fluir sem ingerências artificiais e técnicas.

Figura 63 – JB - 13/11/71 –
1º Caderno – p.7



Enquanto por aqui os olhares punitivos predominavam no alarido político e ideológico, novamente a Europa, agora com a Irlanda, brotava no cardápio noticioso com propostas liberais. De acordo com a matéria “Wilson propõe nos Comuns plano para unificar a Irlanda”, do dia 26/11/71, 1º Caderno, página 2 (Figura 64), o líder do Partido Trabalhista britânico, Harold Wilson, apresentou na Câmara dos Comuns plano para a unificação das duas Irlandas (Irlanda do Norte e República da Irlanda), que passariam a integrar a Comunidade Britânica das Nações (Commonwealth).

Na proposta do parlamentar, uma Constituição seria elaborada e, em 15 anos, a Irlanda unificada seria proclamada. Assim, os sistemas sociais em vigor seriam harmonizados, “principalmente para permitir o controle da natalidade e o aborto no novo Estado, que atualmente estão proibidos na República da Irlanda”. Por fim, a matéria cita as tensões entre tropas britânicas e o movimento IRA.

Figura 64 – JB - 26/11/71 – 1º Caderno – p.2



Não se falava mais sobre política, seja nacional ou internacional, sem que a interrupção da gravidez fosse um tema prescindível. Entre tantos assuntos que concerniam a vida social e política, o aborto aparecia como inevitável, sem o qual nem mesmo os processos de separação e/ou formação de países se desenrolavam. O aborto era assunto de soberania, convertendo-se num tema fundamental das sociedades humanas, falado e debatido publicamente.

Fundamental e, contudo, insistentemente conflituoso. Na Alemanha, por exemplo, uma proposta de governo havia criado cizânia. “Aborto causa divergência entre alemães” foi o título de matéria 01/12, na página 2 da editorial Internacional (Figura 65). O texto abria com o seguinte parágrafo “As propostas do Governo da Alemanha Ocidental para a legalização do aborto no país estão provocando divergências entre os principais circuitos governamentais interessados em sua aprovação”. O projeto apresentado pelo ministro da Justiça permitiria a

interrupção da gravidez somente por razões médicas, sociais, genéticas e éticas, como gravidez resultado de estupro. O projeto recebera crítica dos “democratas-liberais”, que pediam a total legalização nos três primeiros meses.

A matéria cita ainda as divisões e divergências no Parlamento, afirma a posição do ministro da Justiça contrária ao aborto como forma de controle da natalidade e finaliza mencionando que o projeto “é considerado equidistante dos dois extremos, isto é, a total legalização sem nenhuma condição, e a defesa da atual posição rígida sustentada pelas associações femininas conservadoras e por porta-vozes eclesiásticos”. A autonomia da mulher ganhava terreno em mais um país europeu, desta vez, num dos palcos centrais do teatro geopolítico do pós II Guerra. O tema do aborto margeava a cortina de ferro da Guerra Fria, com o habitual assunto do controle da natalidade a lhe fazer sombra. E os tradicionais atores/empreendedores a lhe fazer sentido, tais como médicos, autoridades e religiosos (estes últimos acompanhados pela figura feminina conservadora, personagem que desponta na cena).

Figura 65 – JB - 01/12/1971 – Internacional – p. 2

Aborto causa divergências entre alemãs

Beim (Latin/Reuters-JB) — As propostas do Governo da Alemanha Ocidental para a legalização do aborto no país estão provocando divergências entre os próprios círculos governamentais interessados em sua aprovação.

O Projeto do Ministro da Justiça, Gerhard Jahn (social-democrata) permite o aborto somente por motivos médicos, sociais e genéticos e éticos, tal como em casos de gravidez derivada de uma violação. Entretanto, os democratas liberais (também do Governo) defendem a total legalização do aborto, desde que seja feito nos três primeiros meses da gravidez.

DIVISÃO

O próprio Partido Social Democrata está dividido. Há os que apoiam a proposta do outro Partido, e os que apoiam o Ministro; e, finalmente há os que alegam que a medida poderá implicar num menosprezo pela vida humana ou ser interpretada nesse contexto.

O Ministro da Justiça, que se opõe ao aborto como forma de controle da natalidade, ressaltou que a interrupção da gestação por motivos médicos deverá, no futuro, levar em conta as condições sociais e psicológicas, bem como uma avaliação das consequências que a operação poderá causar na mulher.

A proposta de Jahn é considerada como equidistante dos dois extremos, isto é, a total legalização sem nenhuma condição; e a defesa da atual posição rígida sustentada pelas associações femininas conservadoras e por porta-vozes eclesiásticos.

Edward Paisnel (E), 46 anos, pai de três filhos, foi acusado por um Tribunal de St. Helier Jersey — uma ilha inglesa no canal da Mancha — de ter atacado 13 menores com objetivos sexuais. A acusação exibiu um boneco (D) para mostrar como Paisnel se vestia em seus ataques. A vestimenta possuía uma máscara, uma capa de chuva e uma pulseira com pontas de ferro

Dublin denunciará violência britânica

Dublin, Belfast (ANSA-APF-UPI-JB) — O Governo da República da Irlanda (Eire) vai denunciar as torturas aplicadas pelas tropas britânicas às forças rebeldes no Ulster, junto à Comissão de Direitos Humanos do Conselho da Europa em Estrasburgo, anunciou comunicado oficial emitido em Dublin.

O Chanceler irlandês, Patrick Hillary, se encarrregará pessoalmente de denunciar ante a Comissão as “recentes violações” à carta dos direitos humanos, precisou a nota governamental.

Refôro

O Exército britânico tentará reforçar suas forças na Irlanda do Norte, utilizando helicópteros armados com metralhadoras, informou porta-voz militar de Londres.

Acercentou que os helicópteros “serão usados somente em situações muito especiais”, mas não indicou quais seriam estas situações. A informação foi divulgada logo após o debate na Câmara dos Comuns, em que o Primeiro-Ministro britânico, Edward Heath, conseguiu apoio parlamentar para sua política na Irlanda do Norte.

gramadas para março e dezembro de 1972, talvez estejam na balança.

As autoridades da agência espacial em geral recusaram-se a discutir seus problemas orçamentários. O orçamento da NASA tem diminuído anualmente desde o máximo de US\$ 5,9 bilhões (Cr\$ 22,5 bilhões) em 1961, mas tinha havido alguma esperança de uma modesta melhoria no próximo orçamento.

Algumas autoridades negaram que as duas missões Apolo estivessem em perigo. Dale D. Mayer, administrador-associado para os vãos tripulados, disse que “as Apolos 16 e 17 parecem firmes”, mas admitiu que elas poderão “ficar em dificuldades”, se houver uma significativa redução nos gastos.

Nova morte

Uma patrulha britânica descobriu ontem à noite o corpo de um jovem, morto com um tiro de pistola na cabeça, próximo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

Porta-voz britânico disse que as autoridades de Belfast pediram a colaboração da polícia do Eire para se identificar as autores do delito. O jovem assassinado, aparentemente entre 18 e 20 anos, ainda não foi identificado.

As forças inglesas revistaram durante a noite de ontem as casas de várias pessoas suspeitas de pertencer à organização extremista Exército Revolucionário Irlandês (IRA), considerada ilegal pelo Governo de Belfast.

HISTÓRIA DIFERENTE

Os dados colhidos pelos sensores colocados nesse barco indicam que o fluxo de calor originário do interior da Lua mede 0,8 milímetro de calor por centímetro quadrado por segundo.

Segundo o Dr. Marcus F. Langseth, do Observatório Geológico Lamont-Doherty, da Universidade de Columbia, a cifra média para a Terra é aproximadamente o dobro, mas varia de região para região. Langseth é responsável pelas medições do fluxo de calor lunar.

Ele acaba de declarar que baseado nos conceitos existentes sobre a natureza da Lua esperava que o fluxo de calor procedente do interior lunar fosse cerca de um sexto do da Terra. Entretanto, Langseth observou que a abundância de elementos radioativos encontrados pelo Dr. Gerald J. Wasserburg, professor de geologia do Instituto de Tecnologia da Califórnia, nas amostras de rochas lunares, torna plausível o fluxo de calor agora detectado.

Se alguém perguntar: “O que há de estranho com relação a Lua?”, Wasserburg disse que a resposta seria o alto nível de radioatividade na sua superfície, da qual foram colhidas pelas comunicações quatro amostras em quatro pontos diferentes. Se a Lua fosse intrinsecamente constituída desse material, acrescentou ele, “ela seria apenas uma massa fundida.”

Isso porque a radioatividade desses elementos — principalmente urânio, tório e uma forma radioativa de potássio — gera calor. É este processo que na Terra produz o calor interno através de vulcões e terremotos. Mas acredita-se que a história da Terra tenha sido muito diferente da da Lua.

CAMADAS JUSTAPOSTAS

Nas primeiras de sua história, a Terra tornou-se suficientemente quente, interiormente, para que o material pesado (principalmente o ferro) afundasse, formando assim o seu núcleo. O material mais leve aflorou a superfície, formando uma crosta relativamente rica em elementos radioativos. Acredita-se que por uma variedade de razões a Lua nasceu pouco por um processo desses.

Então, como poderia a sua superfície original ter-se formado tão rica em elementos radioativos? Wasserburg acha que isso teve lugar porque a gravidade foi lentamente reavivada a poeira, gás e outros materiais que formaram a Lua e com eles formou um objeto sólido e esférico. Segundo ele, o fluxo de calor agora medido indica a quantidade de material radioativo na crosta superficial remanescente.

A implicação é que essas camadas, como subproduto da justaposição, talvez tenham ocorrido na formação de outros corpos celestes, inclusive de planetas menores, como

as viagens Terra-Marte precisamente no dia 28 de maio, também seguiu o mesmo caminho e seu objetivo. A sonda espacial norte-americana Minner-2 já se encontra em órbita marciana. A agência soviética não fornece mais detalhes sobre a cápsula lançada em Marte, não fazendo referência se e com que instrumentos pa buscar sinais de vida.

Domínguez passou, o qual Pravda publicou que Marte-2 estava “aproximadamente de seu objetivo” depois de ter realizado testes solares durante seu percurso de seis meses até a Terra. Na ocasião, o jornal não fez nenhuma menção a Marte-2.

“Durante o programa” do Marte-2 foram feitas apenas três correções de curso. Em 17 de junho e 27 de novembro”, acrescentou a Tass.

COMPETIÇÃO

Os Estados Unidos afirmaram que a União Soviética chegou primeiro a Marte, colocando um objeto fabricado pelo homem na superfície do planeta vermelho. O Dr. W. H. Picring, diretor do Laboratório de Jato-propulsão de Pasadena, Califórnia, disse: “sua equipe não estava tão próxima da superfície da Terra como os nossos. Eles não lançaram uma cápsula que caia na superfície do planeta, uma que o tamanho do satélite deles já indicava os seus propósitos.”

Fletcher e outros cientistas norte-americanos afirmaram que a cápsula soviética colocada em Marte não somente tinha a metade mas também outros objetos que dentro em pouco estarão emitindo informações para a Terra de a superfície marciana, mas dados incluindo a temperatura, pressão atmosférica e velocidade do vento. Um porta-voz do Laboratório de Jato-propul-

Tendo se tornado um tema capital, não é surpresa que o ano se encerraria com o aborto em pauta. Não de forma exclusiva, mas sim aparecendo na agenda jornalística por meio da ebulição social provocada pelos debates sobre a condição da mulher. “Para a mulher, o ano da transição”, capa do Caderno B de 31/12/71 (Figura 66), foi manchete de matéria relatando e

resumindo assuntos e demandas que apareceram em eventos promovidos pelo *Jornal do Brasil* para discutir a situação da mulher na sociedade.

Ocupando a primeira página do caderno de cultura, o artigo constrói uma retrospectiva do ano de 1971 focando inicialmente na questão do trabalho e citando o livro *A mística feminina*, de Betty Friedan, ativista norte-americana e uma das precursoras e principais agitadoras do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970. Relata a vinda da ativista ao Brasil, a participação em mesa-redonda no *Jornal do Brasil*, “na qual foram levantados temas como o aborto, a pílula, a política, a educação e o machismo, e que terminou com a constatação de que, em termos de libertação, é fundamental a solidariedade entre as mulheres. E, no Brasil, segundo as conclusões finais, isso já começa a existir, pelo menos entre as mais jovens”.

O artigo alude à nova consciência sobre o lugar da mulher, descreve os rumos que as mulheres têm dado em suas vidas, nos estudos e no mercado de trabalho, finalizando sobre o assunto das babás, tema de mesa-redonda também organizada pelo periódico e que girou em torno de assuntos como segurança, discriminação racial e religiosa, salário etc.

Foi, sem dúvida, um ano de transição, tendo a pauta se consolidado no imaginário como um tema cultural, muito em função do esforço editorial em situá-la como um tema também do comportamento, para além dos domínios técnico-científicos e religiosos. Além disso, a interrupção da gravidez era arrastada para o debate jornalístico pela agitação intelectual gerada pela produção de obras com intuito abertamente crítico e transformador: a situação social da mulher, atravessada por desigualdades de diversas ordens, era questionada e provocada pelos movimentos feministas. Por isso, não surpreende que o começo da década de 1970 tenha também se notabilizado pelas narrativas com ares de vanguarda, pois algo de novo acontecia na configuração das sociedades pelo mundo. O global e o nacional, intrincados, não escapavam aos anseios liberais – e, na contramão, à contraofensiva conservadora –, num debate que se caracterizava como transnacional.

Nesse horizonte, nem só o feminismo e outros atores sociais irrompem como fomentadores de uma nova ordem: também os jornais, como o *JB*, se arrogavam do papel de empreendedores morais, produzindo debates no papel e nas suas dependências físicas. A editoria de cultura abria um inédito flanco para a tematização. O aborto, definitivamente, era um tema de transição, que interligava mundos e imaginários por meio de narrativas paulatinamente mais densas e políticas. Era, em resumo, um tema que marcava e também era marcado pela passagem de uma época.

Figura 66 – JB - 31/12/71 – Caderno B - capa

PARA A MULHER, O ANO DA TRANSIÇÃO

A partir da constatação da realidade objetiva da mulher brasileira, focalizada em suas mais diversas atividades e dentro das suas inúmeras contradições, nossa intenção foi tentar elaborar novas perspectivas para a sua afirmação pessoal. A relação mulher e trabalho, por exemplo, foi um tema constantemente abordado sob a forma de pesquisas e exemplos de novas atividades, seleção daquelas compatíveis com as várias faixas de idade e possibilidades práticas, relatos das experiências vividas em outros países, entre outros aspectos. É como consequência, a posse e a manipulação do dinheiro, inclusive dentro do setor de investimentos, que com o seu acelerado crescimento levou as mulheres a uma participação mais intensa, tornaram-se assuntos dos mais importantes, encarados,

na imagem da mulher consciente e combativa, e finalmente, a própria voz de Betty Friedan, além da análise do seu livro *A Mística Feminina*.

A nova consciência

Chegando ao Rio em abril, Betty Friedan participou de uma mesa-redonda promovida pela Editoria Feminina do JORNAL DO BRASIL, na qual foram levantados temas como o aborto, a pílula, política, educação e o machismo, e que terminou com a constatação de que, em termos de libertação, é fundamental a solidariedade entre as mulheres. E no Brasil, segundo as conclusões finais, isso já começa a existir, pelo menos entre as jovens, embora seja ainda

e do Sul, correspondeu a constatação de que, mesmo nas menores capitais e cidades do interior, ela já foi despertada para novos anseios, independentes de sua condição de mãe e dona-de-casa.

As primeiras tentativas de trabalho são abrir uma *boutique* ou fazer um curso universitário, enquanto as mais jovens saem de casa e procuram os grandes centros para estudar e trabalhar. Mas, em meio ao quadro invariável, algumas exceções, abordadas em diferentes reportagens, se destacam: em Belém, a Justiça é praticamente dominada pelas mulheres, que ocupam como juízas e desembargadoras a maior parte das comarcas. E em Belo Horizonte um levantamento provou que 80% dos alunos matriculados nos cursos pré-vestibulares são senhoras casadas — várias com netos — que voltam a

ticia da criação de um órgão especializado, que reuniria os diversos órgãos públicos interessados, com o objetivo de centralizar o trabalho e começar a criar creches em todos os bairros e conjuntos habitacionais. Era o mais importante fruto da nossa campanha — se chegasse a se concretizar, o que não aconteceu em virtude do desinteresse oficial e das barreiras burocráticas — juntamente com a criação de creches em termos comerciais, para a classe média. Neste ponto os resultados foram bastante positivos. Depois do aparecimento da Acalanto, a primeira a se constituir com base no nosso trabalho, várias outras foram surgindo e se desenvolvendo.

Contra preconceitos

jetivamente é sempre um princípio eficaz para uma tentativa de solução.

A escola, com os novos métodos de educação postos em prática ou ainda idealizados, foi um capítulo que mereceu atenção especial: o relacionamento entre pais e professores, a eficácia do aprendizado de línguas estrangeiras, a importância da criatividade, o desaparecimento dos mitos, com o consequente surgimento do diálogo entre alunos e mestres, e a didática de participação no ciclo colegial foram assuntos em grande evidência, numa demonstração de que a mulher brasileira interessa estar totalmente atualizada nesse campo, sem se contentar com os padrões estruturados em outras épocas.

Dentro da concepção de que o relacionamento conjugal, para a mulher moderna,

dona-de-casa. Nossas informações e serviços visaram sempre permitir que ela pudesse cumpri-la com mais eficiência e prazer, mas ainda aí buscamos dar-lhe uma compreensão mais profunda da realidade, levantando o problema da empregada doméstica, inclusive as babás.

Procurando elevar a condição deste tipo de trabalho realizamos duas mesas-redondas com a participação de profissionais, patroas, psicólogas e legisladores. Na primeira, dedicada apenas às empregadas, os debates giraram em torno de problemas como o segurança, discriminação racial e religiosa, salário, horário, irregularidade das agências, despreparo das domésticas, entre outros, e as conclusões apontaram a necessidade de formação de cursos de habilitação, creches, legislação específica (agora em tramitação no Se-

4.4 Guerras culturais: uma tematização política e cultural

Esta transição no imaginário é sacramentada logo no início de 1975. A normalização do aborto como uma prática legal era, enfim, decidida na Assembleia Francesa. Manchetava o *JB* em sua capa de 08/01/1975: “Lei francesa sobre aborto” (Figura 67), que informava na abertura: “Depois de grande debate médico, jurídico e filosófico, a Assembleia Nacional Francesa aprovou o projeto de lei, permissivo da interrupção da gravidez, até a décima semana, por expressiva maioria, refletindo a posição de cerca de 80% do povo francês, como revelado por reiteradas pesquisas de opinião pública”.

Não era, apesar da aprovação, um tema fácil de se exaurir. O volume de debates indicado logo na abertura, mobilizando saberes prestigiados como medicina e filosofia, e as pesquisas de opinião – projetando o aborto como um fenômeno tão relevante que passava a ser objeto de sondagens de opinião – indicavam a aspereza cercando o fenômeno. Continua o texto dizendo que “do ponto de vista social e humano, a nova lei virá apenas para normalizar uma prática largamente conhecida e tolerada, calculando-se entre meio e 1 milhão o número anual de casos de interrupção da gravidez. As principais beneficiárias serão as mulheres pobres, de menos recursos que morrem todos os anos devido a aborto feitos em condições precárias de higiene”.

O aparecimento de uma nova consciência sobre o corpo feminino e autonomia transformava-se em lei. Conceitos e demandas feministas convertiam-se em ordenamento jurídico-legal. A questão da clandestinidade e das mortes maternas por abortamento inseguro

consolidavam-se na França como um problema, cuja resolução era, se difícil do ponto de vista moral, um passo lógico e pragmático, porque preventivo à mortalidade, do ponto de vista legal: a descriminalização.

Figura 67 – *JB* - capa - 08/01/75



A situação francesa é um caso paradigmático, tanto do ponto de vista geográfico, dada a importância política e cultural do país, quanto do ponto de vista dos estudos sobre aborto. Boltanski (2004) dedica parte de suas reflexões sobre o contexto francês da segunda metade do século XX. De acordo com o autor, o aborto raramente é aceito como princípio, mesmo nas sociedades em que sua prática é frequente. Pelo texto do *JB*, a interrupção da gravidez era disseminada entre as francesas, mas nem por isso aceita, ao menos publicamente.

Esse é um aspecto central: repudiado publicamente, mas praticado e tolerado na intimidade. Tal contradição de opinião e comportamento é um padrão quando o assunto do aborto é levantado: trata-se de um segredo de polichinelo, isto é, algo que se pretende confidencial, ou que as pessoas se empenham em classificar como secreto e sigiloso, mas que, no fim das contas, é de amplo conhecimento. Na verdade, Boltanski (2004) enquadra esse fenômeno de duplicidade como a tensão entre o “oficial” – dotado de características públicas – e o “oficioso”, condenado à vergonha, ao repúdio e, portanto, à clandestinidade.

Apesar da aprovação, a luta política não tinha terminado, pois as contraofensivas para devolver o aborto ao mundo “oficioso” foram imediatas. Setores contrários à lei tinham ingressado na Corte Constitucional, o tribunal supremo da França, alegando inconstitucionalidade. O conflito sobre a vida persistia, lançando o Judiciário como território institucional adicional para os embates entre os defensores do “feto essencialista” – animado e portador de vida desde a concepção – com os defensores da ideia do “feto projeto” – suscetível ao arbítrio e escolha da gestante no tocante à adoção simbólica e a consequente assimilação de expectativa e aquisição de humanidade.

No Brasil, a realidade era distinta, pois a interrupção da gravidez não tinha perspectiva de deixar o mundo “oficioso” das sombras para tornar-se legal e oficial, seja pelo Legislativo, seja pelo Judiciário. Mesmo que surgissem evidências epidemiológicas dos efeitos dramáticos e deletérios da prática clandestina. Numa espécie de obituário coletivo, geral e anônimo, o *JB* trazia, no dia 08/01/1975, 1º Caderno, página 20 (Figura 68), o título “Trânsito em 1974 deixou 2.169 mortes”, cujo texto contabilizava, a partir de estatísticas fornecidas pelo Instituto Médico-Legal, 8.577 óbitos no estado do Rio de Janeiro. Morreu-se, naquele ano, na mesma proporção que em 1973 (8.571). Eis os dados: 2.169 mortes causadas por acidentes de trânsito, atrás apenas dos óbitos por doenças incuráveis, que totalizaram 2.977. O texto elenca ainda 1.345 assassinatos, num ritmo de um homicídio a cada oito horas, duas vezes mais do que no ano anterior. A morte e a violência, ainda mais quando em ascensão, eram uma preocupação constante do jornalismo.

“Também houve um aumento no número de pessoas que se mataram: 396 suicídios em 1974, contra 231 anotados em 1973”, prosseguia o texto. Entre as outras mortes, estavam aquelas provocadas por afogamento (198), quedas de trem (294), acidentes de trabalho (240) e causas diversas, como aborto e ingestão de tóxico (1028).

Deduz-se que fossem mortes por abortamento inseguro, que lentamente entravam no radar da sociedade como um problema de saúde pública, ainda que não a ponto de sensibilizar a sociedade como um todo, e as autoridades de plantão em particular, sobre a questão da descriminalização. A categorização feita pelo IML, situando a prática como uma “causa

diversa”, é sintomática da ambiguidade que rodeava a questão: um fenômeno “oficioso”, por estar na fronteira opaca e movediça entre o público e o privado; uma prática que projetava, igualmente, uma indefinição semântica, isto é, algo obscuro e em certa medida inominável, sobre o qual se falava com reserva, meio sem jeito, de modo evasivo porque alvo de expressivo repúdio público. Em suma, um fenômeno caracterizado como “diverso”, predicado que cercava editorialmente, desde o século anterior, a prática e que, naquele momento, década de 1970, passava a ser reconhecido também como diverso através da rubrica médico-legal do Estado. Nos jornais e nos registros do poder público e oficial, o campo da Medicina-Legal conservava-se como operador semântico secular da interrupção da gravidez, num jogo de espelhos em que o aborto refletia-se como sinônimo de morte, misturado e nivelado, num combo de horror e morbidez, com acidentes de trânsito, homicídios, overdoses e suicídio.

Figura 68 – JB - 08/01/75 – 1º Caderno – p. 20

**Trânsito em
74 deixou
2169 mortos**

Das 8 577 mortes registradas no Instituto Médico-Legal durante o ano passado, 2 169 foram provocadas por acidentes de trânsito e 1 345 por assassinato, resultando uma média aproximada de sete mortes por dia em acidentes com veículos e um crime de morte em cada oito horas.

Embora o total de mortos tenha sido quase o mesmo que em 1973 (8 571), o número de vítimas de assassinatos quase duplicou, no período, enquanto caiu o número de mortos em acidentes. Também houve um aumento no número de pessoas que se mataram: 396, em 1974, contra 221 suicídios anotados em 1973.

Segundo os dados do IML, morreram no ano passado no Rio 2 977 pessoas por doenças incuráveis, 198 por afogamento, 224 por quedas de trem (pingentes), 2 169 por acidentes de trânsito (atropelamentos e colisões), 1 345 assassinadas, 396 por suicídios, 240 por acidentes de trabalho e 1 028 por outras causas diversas, como **aborto** e ingestão de tóxicos.

Do mundo dos mortos ao mundo dos vivos, especialmente o neonatal. Em meados da década de 1970, o Estado brasileiro expandia seus tentáculos reguladores sobre a experiência reprodutiva. Os óbitos anônimos registrados pelo aparato médico-legal se davam no mesmo período em que o regime militar estabelecia regras e direitos previdenciários para mulheres com filhos recém-nascidos. “INPS começará a pagar em fevereiro salário-maternidade” era o título da página 11 do dia 10/01/75 (Figura 69). A editoria era a de Saúde e abria mais um corredor editorial para a temática, que agora transformava-se em objeto de política pública e de sistematização de direitos. Afinal, conforme o texto assinala em sua abertura: “O Presidente Geisel assinou ontem Decreto regulamentando o salário-maternidade, que começará a vigorar a partir de 1º de fevereiro. Seu valor corresponderá ao do salário integral e será pago pela empresa, a qual, por sua vez, obterá reembolso do INPS”.

Figura 69 – JB - 10/01/75 – Saúde – p. 11

INPS começará a pagar em fevereiro salário-maternidade

Brasília — O Presidente Geisel assinou ontem Decreto regulamentando o salário-maternidade, que começará a vigorar a partir de 1º de fevereiro. Seu valor corresponderá ao do salário integral e será pago pela empresa, a qual, por sua vez, obterá reembolso do INPS.

O salário-maternidade será devido no período de quatro semanas antes do parto e oito semanas depois. Em caso de gravidez associada a algum problema médico, a segurada terá ainda direito a mais duas semanas adicionais de salário-maternidade, antes e depois do parto.

O documento

O decreto de regulamentação do salário-maternidade é, na íntegra, o seguinte:

"Art. 1º — O salário-maternidade, incluído entre as prestações da Previdência Social pela Lei nº 6 136, de 7 de novembro de 1974, será de vido, independentemente de prazo de carência, no período de descanso remunerado de quatro semanas antes e oito semanas depois do parto, à empregada de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que como tal se filia ao re-

empresa, obedecidas as prescrições legais referentes ao pagamento dos salários.

Parágrafo Único — A empregada dará quitação à empresa de maneira que a natureza do pagamento fique bem definida.

Art. 6º — O recolhimento da contribuição de que trata o Artigo 4.º da Lei nº 6 136, de 7 de novembro de 1974, será feito juntamente com o das contribuições regulares para o INPS, observados para esse efeito os mesmos prazos, sanções administrativas e penais e de-

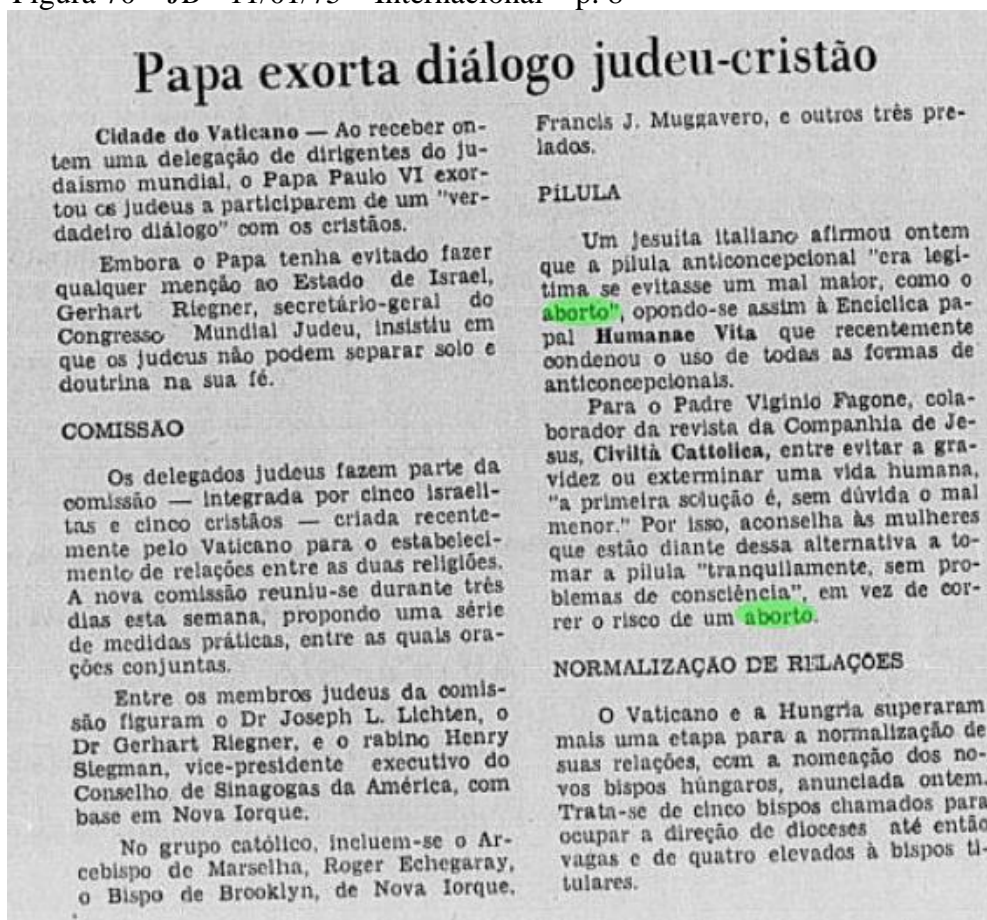
A começar um mês antes do parto, durando até o 2º mês do bebê, o benefício poderia ser estendido por mais duas semanas, caso a segurada tivesse uma gravidez associada com problemas de saúde. O *JB* reproduzia a íntegra do decreto e, entre as disposições, lia-se no parágrafo 2º que “em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, o segurado terá direito ao salário-maternidade durante duas semanas”.

O Estado brasileiro mostrava-se preocupado, nas suas ações de seguridade social, com a mulher-mãe, cuja definição era tão simples quanto excludente, pois condicionava a concessão do benefício àquela cuja gestação fosse levada a termo. Nem as que tivessem abortado espontaneamente, fruto de fatores imponderáveis e incontornáveis, eram merecedoras de auxílio de mesma duração dedicado às mães. O acaso e o azar não eram poupados. A função feminina tradicional, culturalmente associada à maternidade, ganhava mais uma chancela do Estado, que, com efeito, contribuía, no mesmo movimento burocrático, para o imaginário delituoso da prática do aborto. O que importava era a vida gestada e parida. As mulheres que tivessem voluntariamente abortado não eram, por óbvio, contempladas pelo Estado, que lhes oferecia o Código Penal como modelo de regulação social. A ideia de saúde da mulher continuava sendo estritamente maternalista, do mesmo modo que a noção de autonomia sobre o corpo não era outra coisa senão uma conduta delincente. A tutela médica, como se nota pela exigência do laudo médico, conduzia os parâmetros e a relação do Estado com as mulheres.

No front exterior, o repúdio ao aborto era vocalizado de maneira peculiar, dentro de uma matéria do dia 11/01, editoria Internacional, página 8. O título “Papa exorta diálogo judeu-cristão” (Figura 70) inicia texto relatando o encontro do Papa Paulo VI com delegação de dirigentes do “judaísmo mundial” no qual o Pontífice “exortou os judeus a participarem de um ‘verdadeiro diálogo’ com os cristãos”.

Um leitura rápida e superficial deduziria que o aborto teria sido levantado, ecumenicamente, com finalidade condenatória, como se elemento agregador de um empreendedorismo moral punitivo inter-religioso. A matéria aponta que o Papa evitou tocar na questão do Estado de Israel e as tensões territoriais envolvidas e cita os membros da comissão criada pelo Vaticano para aproximar as duas religiões.

Figura 70 – JB - 11/01/75 – Internacional – p. 8



Todavia, nem mesmo dentro do Vaticano o diálogo “verdadeiro” e consensual parecia tangível. Porque após o relato do encontro, lê-se que “um jesuíta italiano afirmou ontem que a pílula anticoncepcional ‘era legítima se evitasse um mal maior, como o aborto’, opondo-se assim à Encíclica Papal *Humanae Vitae* que recentemente condenou o uso de todas as formas de anticoncepcionais”.

Ainda de acordo com o texto, o padre Viginio Fagone pensava que “entre evitar a gravidez ou exterminar uma vida humana, ‘a primeira solução é, sem dúvida, o mal menor’”. Assim, o clérigo aconselhava mulheres “que estão diante dessa alternativa a tomar a pílula ‘tranquilamente, sem problemas de consciência, em vez de correr o risco de um aborto’”.

Evidentemente que o tom condenatório do aborto mantém-se, e de forma peremptória, pois classificado como “mal maior”, um ato de “extermínio”. O que chama atenção, não obstante, é o dissenso dentro da Igreja que se torna audível pelos jornais. Se havia um consenso categórico sobre o aborto, o mesmo não poderia ser dito acerca das compreensões e pontos de vista relativos ao campo amplo da reprodução e procriação humana, que contempla, entre outros assuntos, a interrupção da gravidez. No caso em questão, a gestão autônoma e

individual da trajetória reprodutiva, por meio da contracepção, era reconhecida como legítima. Obstruir quimicamente a fusão dos gametas era ventilado como um ato passível de tolerância e aceitação. As palavras do Papa, tidas como dogmáticas, eram questionadas publicamente. Sua infalibilidade era posta em dúvida, e a artificialidade da técnica ganhava respaldo, ainda que isolado, dentro de um ambiente profundamente hostil a tudo que remetesse a intervenções tecnológicas no alegado curso natural e divino da vida. O empreendedorismo moral da Igreja era alvejado por fogo amigo, que oferecia visões nuançadas e matizadas de concepções ortodoxas e posições inflexíveis acerca da vida reprodutiva.

De dentro e também do entorno territorial imediato a Igreja era abalada. Desta vez, especificamente em relação ao aborto. Em Florença, na Itália hospedeira do Vaticano, conforme noticiou o *JB* no dia 16/01/75, 1º Caderno, Europa, página 9, “Aborto volta à discussão na Itália” (Figura 71). O juiz Carlo Casini e “o pequeno Partido Radical Italiano, sem representantes no Parlamento, reativaram e atualizaram a campanha pela legalização do aborto na Itália”.

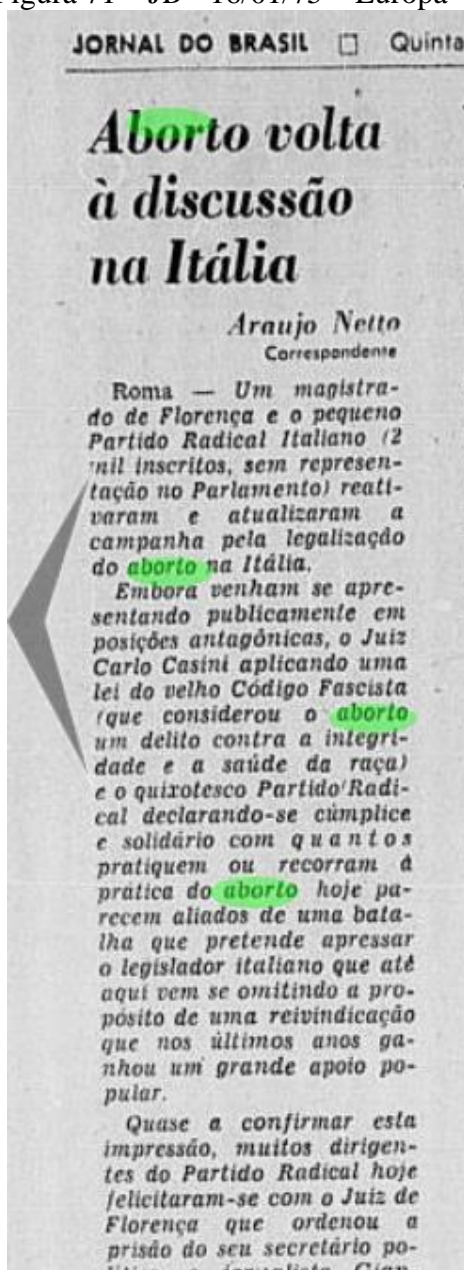
Relata o texto que “embora venham se apresentando publicamente em posições antagônicas, o juiz, aplicando uma lei do velho Código Penal Fascista (que considerou o aborto um delito contra a integridade e a saúde da raça) e o quixotesco Partido Radical declarando-se cúmplice e solidário com quantos pratiquem ou recorram à prática do aborto hoje parecem aliados de uma batalha que pretende apressar o legislador italiano que até aqui vem se omitindo a propósito de uma reivindicação que nos últimos anos ganhou um grande apoio popular”.

De maneira irônica, membros do Partido tinham comemorado e parabenizado o juiz pela prisão do secretário político da agremiação, que, num comício, admitira responsabilidade no funcionamento de uma clínica que realizava abortos. Por causa da prisão, o Partido pronunciou-se: “Finalmente, encontramos um juiz que assume as suas responsabilidades, que põe em prática a lei vigente, sem receio de despertar a revolta da opinião pública contra uma legislação hipócrita, iníqua e superada”. Assim, “diziam hoje vários outros líderes e filiados do Partido Radical, todos confessando com a mesma culpa de seu secretário, todos reclamando e aguardando novas ordens de prisão emitidas pelo juiz de Florença”.

As táticas de protesto do Partido eram esmiuçadas: “Recorrendo à prática generalizada de greves de fome, de confissões e autodenúncias públicas de mulheres que já praticaram o aborto e prometendo abrir em todas as cidades italianas novas clínicas à disposição de quem tiver necessidade de interromper um processo de gravidez, o Partido Radical, que neste

momento vem sendo apoiado por dezenas de movimentos feministas, por um grande número de jornais e intelectuais anticlericais, sindicatos e por vários grupos de esquerda, espera fazer com que todas as cadeias da Itália se tornem pequenas e inadequadas para quantos tenham recorrido, praticado, estimulado ou executado operações de aborto”.

Figura 71 – JB - 16/01/75 – Europa – p.9



A tematização da descriminalização da prática ampliava seu perfil geográfico europeu e incluía, agora, a Itália, fomentando ainda mais as tensões sociais e políticas na sede do Catolicismo. De maneira bastante inflamada, pois o embate exposto era flagrante e de expressiva intensidade. Mais do que protestos, o tema do aborto era motivo de movimentos e

atos de insubordinação civil explícita, alastrando-se por distintos setores e âmbitos da sociedade italiana. Sindicatos, indivíduos anticlericais e grupos de esquerda acrescentavam novas personagens ao cenário, povoado por uma combativa sociedade civil organizada que vituperava contra o Legislativo e atraía, no mesmo movimento, o Judiciário como instância importante para o debate sobre a prática. Também os jornais apareciam como atores expressivos nas querelas, participando ativamente na política de aborto. O componente ideológico desenhava-se como um pano de fundo comum do debate, pois a associação da prática como direito com o espectro da esquerda consolidava-se no xadrez político-partidário. Nesse sentido, a ideia de vanguarda que se espriava pela Europa no tocante ao aborto fazia-se ouvir atacando a velha ordem, representada por leis consideradas anacrônicas e ultrapassadas.

A velha ordem punitiva também emitia sinais de que ruiu em Israel. A temática chegava ao Oriente Médio pela Coluna do Zózimo (Caderno B), cujo interesse acerca da interrupção da gravidez ficava mais uma vez nítido em pequena nota intitulada “Aborto em Israel”, publicada no dia 26/01/75 (Figura 72): “Apesar da intensa oposição religiosa – o Rabino Menachem Porus chegou a acusar os parlamentares liberais israelenses de comportamento mais grave que o do Faraó ao ordenar o afogamento dos recém-nascidos judeus (“os egípcios só matavam os meninos, enquanto vocês também querem matar as meninas”) – Israel deverá em breve legalizar integralmente o aborto”.

Figura 72 – JB - 26/01/75 – Coluna do Zózimo/Caderno B – p. 3

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, domingo, 26 de janeiro de 1975 □ PAGINA 3

ZÓZIMO

BALLET' BRASILEIRO NO EXTERIOR'

• O Ballet do Rio de Janeiro, à frente Dalai Achcar Bocayuva, poderá se apresentar em agosto de 76, representando o Brasil, no famoso Festival de Baalbeck.

• O plano, em fase de negociações, inclui também, em seguida, uma excursão de quatro meses pela Europa.

• A idéia é levar apenas ballets brasileiros, modernos (nada de clássicos), coreografiados pela própria Dalai, Nina Verchinina, Johnny Franklyn, entre outros, com músicas de autores também brasileiros, como Vila-Lobos, Edino Krieger, Marlos Nobre, e cenografia assinada ainda por brasileiros, como Darcy Pentecote e Nilson Penna.

TV a cores na Argentina

• A Argentina acabou optando pelo sistema francês de TV a cores, Secam, não seguindo o Brasil, que preferiu o alemão, Pal.



Missão: Fotografar

- O fotógrafo norte-americano Otto Weiser, no Brasil para acompanhar o Marlboro-Texaco Team (leia-se Emerson Filippelli) no Grande Prêmio de Interlagos, terá, a partir do término da corrida, uma missão mais delicada a cumprir: fotografar 25 mulheres brasileiras para a revista **Playboy**.
- Da lista em poder do fotógrafo, sugerida por amigos brasileiros, constam os nomes de Silvinha Falkenburg, Rose de Primo e Mônica Duarte, que, já sondadas, ficaram de dar uma resposta.
- Em tempo: não é obrigatória a nudez, podendo as modelos optarem por outras formas de posar mais tranquilas, tais como biquínis, shorts, etc.

Elegância em retrocesso

- As mulheres brasileiras, de todas as camadas, mesmo (ou sobretudo) as consideradas e ditas elegantes, podem não ser as mais bem vestidas do mundo no momento mas são seguramente as mais vestidas.
- De uns tempos para cá, generalizou-se entre as nossas mulheres o hábito de

Aborto em Israel

• Apesar da intensa oposição religiosa — o Rabino Menachem Porus chegou a acusar os parlamentares liberais israelenses de comportamento mais grave que o do Faraó ao ordenar o afogamento dos recém-nascidos judeus (“os egípcios só matavam os meninos, enquanto vocês também querem matar as meninas”) — Israel deverá em breve legalizar integralmente o **aborto**.

• Para Márcia Friedman, autora de uma das leis em exame no Parlamento, a medida se justifica diante da realidade social: uma em cada três mulheres em Israel interrompe a gravidez e o número de abortos feitos anualmente chega hoje à casa dos 80 mil.

Os hotéis do mundo

- A Holiday Inns é a mais recente cadeia hoteleira a voltar a sua atenção para os capitais árabes.

A justificativa estatística e pragmática era apresentada por uma congressista: “Para Márcia Friedman, autora de uma das leis em exame no parlamento, a medida se justifica

diante da realidade social: uma em cada três mulheres em Israel interrompe a gravidez e o número de abortos feitos anualmente chega hoje à casa dos 80 mil”.

O protagonismo da mulher que, naqueles tempos, se via na sociedade civil organizada e nos grupos feministas ao redor do mundo, era também sentido nos espaços institucionais. Na condição de legisladoras, as mulheres tocavam a pauta da descriminalização mesmo em territórios adversos, tais como Israel, situado numa região berço de religiões de alcance global. A pauta, com efeito, tornava-se transreligiosa. E passava a encarar resistências estridentes e poderosas, na voz de personagens loquazes, como o rabino, que lançavam mão de retórica destinada a causar escândalo e comoção, bem como a acessar – e ressignificar – arquétipos milenares sobre a definição de mal: a passagem bíblica sobre o assassinato em massa de bebês do sexo masculino, determinado pelo rei Herodes por causa do nascimento de Cristo – o chamado “Massacre dos Inocentes” –, era remodelada e ventilada até mesmo como um evento menos drástico. Nem mesmo a Bíblia dava mais a medida da maldade e da crueldade. Pois, como se percebia, o aborto alcançava a todos sexos e, portanto, revestia-se de atributos para ser uma nova definição-síntese da barbárie. A saída do aborto do mundo “oficioso” para ingressar no mundo oficial acumulava tensões colossais, posto que vozes religiosas, agora engrossadas pelo coro judaico e não mais apenas pelas vozes católicas, resistiam desesperadamente à perspectiva de descriminalização do procedimento.

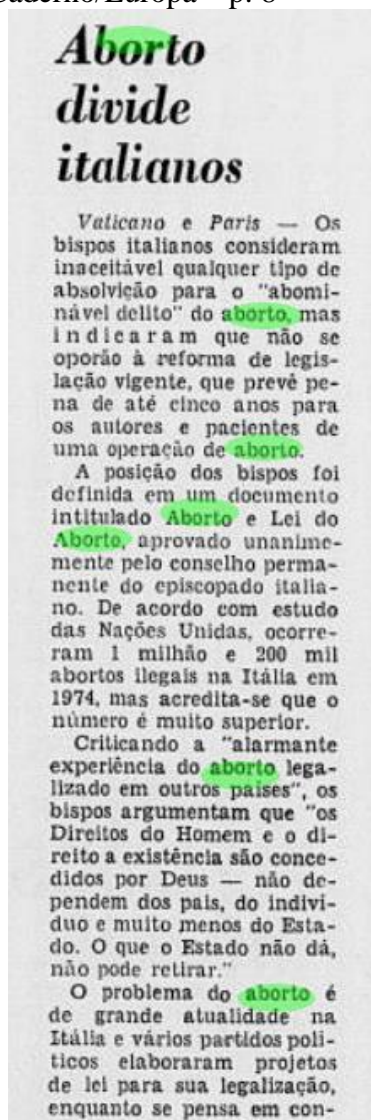
Tratava-se, no final das contas, de um confronto cada vez mais nítido entre visões religiosas punitivas, baseadas em dogmas e na ideia de vida desde a concepção, e libertárias, sustentada por teses sobre autonomia e também pela constatação estatística e epidemiológica de que leis restritivas eram ineficazes e deletérias à saúde das mulheres. O “oficioso” era escancarado publicamente, com o intuito de torná-lo legal e oficial.

Nota-se, nessas batalhas políticas que se desenrolam após a II Guerra, que há uma radicalização, especialmente por parte dos atores religiosos, para reduzir o debate a uma questão de salvação e redenção, num esforço para equiparar e fundir, ontologicamente, as categorias do embrião e/ou feto à categoria do bebê nascido e vivo num único contínuo simbólico.

De volta à Itália, que se destacava como um país-pauta por excelência. Em 08/02/75, no 1º Caderno/Europa, página 8 (Figura 73), o *JB* noticiava que “Aborto divide italianos”. O tema granjeava espaço editorial significativo, a ocupar com frequência semanal chamadas e títulos, à medida que perspectivas de descriminalização avançavam e produziam, como reação, contraofensivas organizadas.

No primeiro parágrafo, fica-se sabendo que “os bispos italianos consideram inaceitável qualquer tipo de absolvição para o ‘abominável delito’ do aborto, mas indicaram que não se oporão à reforma da legislação vigente, que prevê pena de até cinco anos para os autores e pacientes de uma operação de aborto”.

Figura 73 – JB - 08/02/75 – 1º
Caderno/Europa – p. 8



O vocabulário evocado não é novidade. Surpreendente é a sinalização dos clérigos. A qualificação de “abominável delito” vai na conhecida linha de repúdio incondicional, mas não corresponde à decisão de que não se intrometeriam na tramitação da pauta. Afinal, o aborto não representava uma batalha do bem contra o mal? Essa é uma leitura possível, mas talvez superficial e insuficiente, especialmente porque um novo xadrez da política do aborto parecia se desenhar no sentido de que as forças contrárias à descriminalização reproduziam, ao que

tudo indica, a mesma tática dos setores feministas e pró-legalização: investir na disseminação de ideias, na batalha por mentes e corações, isto é, nos esforços de convencimento social e na capacidade de persuadir a sociedade para a causa anti-aborcionista. A guerra cultural em torno do aborto tinha se instalado.

A tática das declarações e dos documentos oficiais nutriam a sociedade com argumentos e ideias contra a descriminalização. Literalmente, uma batalha pelas narrativas, num mundo em franca globalização, no qual as formas de comunicação e de difusão de mensagens ampliavam-se vertiginosamente. O ativismo católico mostrava suas garras.

No texto, toma-se conhecimento de que a “posição dos bispos foi definida em um documento intitulado Aborto e a Lei de Aborto, aprovado unanimemente pelo conselho permanente do episcopado italiano. De acordo com estudo das Nações Unidas, ocorrem 1 milhão e 200 mil abortos na Itália em 1974, mas acredita-se que o número é muito superior”.

É possível conjecturar que a própria Igreja estivesse, naquele momento, se dando conta de que a batalha pela legislação seria, inevitavelmente, perdida. A França, por exemplo, já tinha aprovado, ainda que provisoriamente, a descriminalização. Demais países europeus caminhavam para a mesma direção. Por isso, a ênfase em formas de intervir mais no imaginário e nos medos do que propriamente nos espaços institucionais e legais. No documento dos bispos, havia uma crítica à “alarmante experiência do aborto legalizado em outros países” e a afirmação de que “os Direitos do Homem e o direito à existência são concedidos por Deus – não dependem dos pais, do indivíduo e muito menos do Estado. O que o Estado não dá, não pode retirar”.

Um afastamento dos poderes institucionais, que se inclinavam pela descriminalização, para dedicar-se à sociedade como um todo, às discussões cotidianas e informais nas quais a Igreja poderia, organicamente, atuar e prevalecer sobre a Itália dividida. Assim, o Estado é apresentado como o usurpador-mor, seguido dos pais e do indivíduo, todos desprovidos de poder sobre a existência e sobre os direitos humanos. Usava-se exatamente a linguagem dos direitos e das liberdades, produzidas no pós Segunda Guerra pela concertação de nações e sociedade civil organizada com o intuito de definir parâmetros éticos e de dignidade para as relações sociais e de impedir eventos de autoritarismo e violência.

Se, na Europa, a Igreja mostrava descrença na batalha pela manutenção formal da criminalização, no Brasil, por outro lado, ela se imiscuía nos assuntos de Estado de forma aberta e declarada. Com direito à primeira página e na esteira de uma estratégia editorial de tratar o aborto com uma abordagem combinada, mediado em associação, como de costume, com outros temas de densidade moral. “D. Eugenio toma posição firme contra divórcio” foi a

manchete do dia 17/02/75 (Figura 74). Na chamada, o *JB* informava que “o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, disse ontem que sua Arquidiocese, ‘fiel aos ensinamentos do Santo Padre, tomará posição decidida e firme contra introdução do divórcio no Brasil’. Acrescentou que, ‘em matéria de direito divino, como esta, não se pode apelar para o desejo de uma eventual e suposta maioria’”.

Em 1975, o debate sobre a possibilidade de se anular e romper uma união matrimonial civil ganhava impulso, na esteira de movimentações no Congresso que patrocinavam uma emenda constitucional para instituir o divórcio – que viria a ser aprovada em junho de 1977 e regulamentada no final daquele ano.

Ainda de acordo com a chamada, o pronunciamento do cardeal foi feito “durante o sermão da missa do primeiro domingo da Quaresma, quando ele falou também sobre a importância da Campanha da Fraternidade. A Campanha visa ‘estimular a co-responsabilidade de todos problemas por parte do povo, formando a consciência e educando as pessoas a participarem da vida em comunidade’”.

Figura 74 – *JB* - 17/02/75 – capa



Pela lógica jornalística e editorial, a moralidade cristã atuava como eixo de noticiabilidade. Ainda mais quando se vislumbrava uma alteração legal com enorme peso

religioso e grande impacto social. O divórcio como direito no Brasil atraía, conseqüentemente, tudo o que estivesse no radar e no rol de preocupações da Igreja também no exterior. Nesse sentido, as editorias nacional e internacional entrelaçavam-se quando, na mesma chamada, o *JB* mencionava que o Papa Paulo VI, também por ocasião da Quaresma, pronunciara-se sobre os “males de hoje – as ameaças de guerra, recessão, inflação, desemprego, delinquência organizada e aborto livre” que, de acordo com o Pontífice, “ressuscitam os métodos e as rivalidades do período pré-guerra”.

O cenário narrativo que se projetava era, de um lado, já conhecido, qual seja, o de tematizar o aborto de forma conexas, num complexo semântico em que a interrupção da gravidez, pela voz de eminências clericais, compunha um index de atos e fenômenos ameaçadores e condenáveis. Mas novos elementos temíveis eram adicionados ao imaginário: o “mal” do aborto é aproximado e vinculado aos perigos tipicamente contemporâneos da ordem econômica e seus dissabores. A debacle moral que incidia sobre a reprodução humana era, agora, temida tal qual a falta de emprego, o custo de vida escorchante e a falta de crescimento econômico. Era um mundo fundamentalmente em crise, no qual o aborto era mais um elemento de desgosto a compor o panorama polissêmico de desgraça pintado pela Igreja.

As matérias internas traziam mais informações e detalhes, embora genéricos e sem contribuição substancial, em relação ao que se encontrava na capa, para a análise em relação ao aborto.

O intervalo de dias em que a prática motivava matérias encurtava-se. A periodicidade era quase diária. O interesse do Vaticano com a pauta era obsessivo. Dois dias depois, em 19/02, a página 2 do 1º Caderno/Europa (Figura 75), publicava a matéria intitulada: “Vaticano condena tribunal de Roma que apoia aborto”.

O Supremo Tribunal da Itália pronunciara-se no dia anterior pela “legalização do aborto nos casos em que os médicos concluem que a gravidez seja uma ameaça à saúde física ou mental da mulher”. Se o Judiciário do país reconhecia a dignidade e o bem-estar das mulheres de seu país, a Igreja insistia na defesa da vida desde a concepção. Continua o texto: “Numa transmissão da Rádio Vaticano, a Igreja acusou a Justiça italiana de haver chegado a uma decisão ‘questionável e de extrema gravidade porque condena à morte um ser ainda não nascido’. Os setores eclesiásticos surpreenderam-se principalmente pela circunstância de o Tribunal ser presidido por Francesco Bonifacio, um juiz filiado ao Partido Democrata Cristão – depois da Igreja, maior adversário do aborto”.

Há de se notar que a notícia era ladeada por outra que informava que a “França fará novos testes nucleares”. Entre tantas ameaças, era inevitável que o Vaticano condenasse “energicamente” – conforme pontua o *JB* - a posição da Corte, num país que se digladiava em torno do tema e num mundo radioativo. Continua o texto: “Da industrializada Milão às regiões mais atrasadas do Sul, o aborto se converteu nos últimos tempos no grande assunto, dividindo os italianos profundamente sobre a questão. Contra o aborto estão os democratas-cristãos – Partido Majoritário, a Igreja e o MSI de Giorgio Almirante (neofascismo) e, no extremo oposto, quase todos os demais Partidos, contrários à lei desde a Concordata de 1920”.

Figura 75 – *JB* - 19/02/75 – 1º Caderno/Europa – p. 2

França fará novos testes nucleares

Paris e Tóquio — A França está realizando preparativos para reiniciar experiências nucleares nos atóis de Mururoa e Fangataufa, na Polinésia, possivelmente, e pela primeira vez, subterráneas.

Paris não forneceu nenhuma informação a respeito, no entanto a Agência de Segurança Naval do Japão disse em Tóquio que tinha conhecimento de que a França havia declarado zona de perigo uma área de 55 quilômetros em torno de ambos os atóis.

SEM RADIOATIVIDADE

Diante dos numerosos protestos dos países do Pacífico, o Presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, assegurou, em fins do ano passado, que, em 1975, seu país só realizaria experiências subterráneas na região, o que teoricamente não produziria contaminação radioativa na atmosfera. O Governo da Austrália tem reafirmado sua confiança de que os próximos ensaios nucleares franceses no Pacífico serão exclusivamente subterráneos. Em recente visita a Paris, o Primeiro-Ministro australiano, Gough Whit-

Vaticano condena tribunal de Roma que apóia aborto

Roma — O Vaticano condenou energicamente a decisão do Supremo Tribunal Federal italiano que se pronunciou ontem pela legalização do aborto, nos casos em que os médicos concluíam que a gravidez seja uma ameaça à saúde física ou mental da mulher.

Numa transmissão da Rádio Vaticano, a Igreja acusou a Justiça italiana de haver chegado a uma decisão “questionável e de extrema gravidade, porque condena à morte um ser que ainda não nasceu”. Os setores eclesiais surpreenderam-se principalmente pela circunstância de o Tribunal ser presidido por Francesco Bonifacio, um juiz filiado ao Partido Democrata Cristão — depois da Igreja, o maior adversário do aborto.

Da industrializada Milão às regiões mais atrasadas do Sul, o aborto se converteu nos últimos tempos no grande assunto, dividindo os italianos profundamente sobre a questão. Contra o aborto estão os democratas-cristãos — Partido majoritário — a Igreja e o MSI de Giorgio Almirante (neofascismo), e, no extremo oposto, quase todos os demais Partidos, contrários à lei desde a Concordata de 1920.

BOSTON CONDENA

O médico norte-americano Kenneth Evelyn, de 36 anos, que realizou um aborto em 1973, foi condenado a um ano de liberdade condicional em Boston, Massachusetts.

Os cidadãos de Boston que fizeram parte do júri que condenou Kenneth Evelyn não levaram em conta uma instrução do juiz, no sentido de que o feto não pode ser considerado um ser humano e, por isso, o aborto não poderia ser uma forma de homicídio. O juiz foi criticado de uma forma que

Madri fecha mais duas faculdades

Madri e Roma — O Governo espanhol decidiu fechar até o dia 1º de março as Faculdades de Veterinária e de Ciências Biológicas da Universidade de León, intensificando o descontentamento dos setores estudantis do país, já insatisfeitos com a suspensão das aulas nas Universidades de Saragoça, Valladolid e Sevilha.

Em Roma, um grupo de sindicalistas italianos, ao chegar de Madri, informou que a ampla mobilização dos trabalhadores e de todas as forças de Oposição democrática antifranquista” influíu decisivamente na decisão da Suprema Corte da Espanha em reduzir sensivelmente, na semana passada, as penas de prisão decretadas contra líderes sindicalistas espanhóis.

MANIFESTAÇÕES

Em Madri e em Barcelona o ano letivo prossegue ainda sem anormalidades, embora a polícia faça constantes intervenções nas universidades para impedir a realização de assembleias estudantis não autorizadas.

Centenas de universitários fizeram manifestação

Conhecia-se assim o perfil partidário em relação ao procedimento e, sob qualquer ângulo de análise, o que fica evidente é a radicalização e o entrenchamento dos grupos que se mobilizavam a favor e contra. Como se não houvesse matizes ou espaço para nuances e reflexões ponderadas, os afetos irascíveis grassavam na Itália, nos espaços institucionais e na sociedade.

Na mesma matéria, uma quebra, por um entretítulo, para falar sobre um caso nos Estados Unidos. “Boston condena” iniciava os parágrafos finais em que se tomava conhecimento de que o “médico norte-americano Kenneth Evelin, de 36 anos, que realizou um aborto em 1973, foi condenado a um ano de liberdade condicional em Boston, Massachusetts. Os cidadãos de Boston que fizeram parte do júri que condenou Kenneth Evelin não levaram em conta uma instrução do juiz no sentido de que o feto não pode ser considerado um ser humano e, por isso, o aborto não poderia ser uma forma de homicídio. O feto foi extraído de uma jovem negra de 17 anos, o que deve ter pesado na decisão dos jurados, devido à pouca idade da paciente”.

Seja na Itália, seja nos EUA, é possível observar que a prática vai se embrenhando e sendo capturada pelo Judiciário, uma instância que passa a deliberar com mais frequência sobre o tema. Seja como for, a rota do litígio judicial abria-se e adicionava mais elementos políticos às tensões envolvidas na cada vez mais sonora guerra cultural em torno do aborto.

O cardápio noticioso, enfim, trazia algo de radicalmente novo no cenário doméstico. A possibilidade de legalização (parcial) era apresentada como projeto de lei em Brasília. Estampada na capa do dia 20/02/75 (Figura 76), na qual se lê a manchete: “Projeto propõe volta do aborto legal ao Código”.

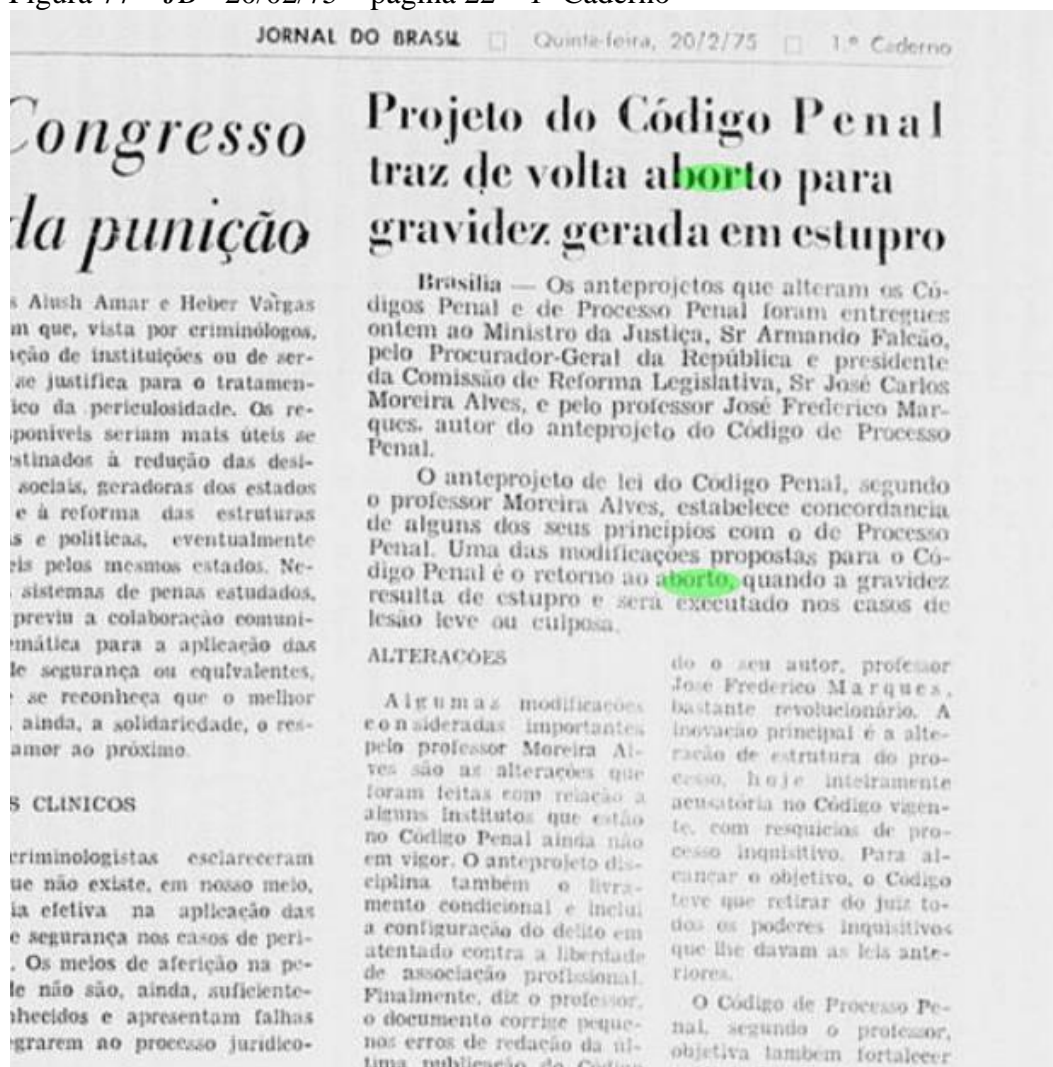
Figura 76 – JB - 20/02/75 - capa



Na chamada logo embaixo, o JB informava que “a volta do aborto legal quando a gravidez for provocada por estupro e a possibilidade de o criminoso preso em flagrante responder a processo em liberdade são algumas das inovações propostas pelo anteprojeto do

Código Penal que o ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, recebeu ontem do Procurador-Geral da República, Sr José Carlos Moreira Alves”.

Figura 77 – JB - 20/02/75 – página 22 – 1º Caderno



Na matéria interna, na página 22, 1º Caderno (Figura 77), lê-se que “os anteprojetos que alteram os Códigos Penal e de Processo Penal foram entregues ontem ao ministro da Justiça”. A matéria detalha mudanças propostas em relação a diversos temas, sem aprofundar ou explorar mais a questão do aborto. A política de gabinetes, registrada em fotos, fazia-se ao mesmo tempo discreta e pública, tocada por homens de ternos que propunham mudança sutil na legislação⁵². A legalização completa da prática estava longe do horizonte. A possibilidade

⁵² Em outubro de 1969, o decreto-lei 1.004 fora publicado pelo comando militar para substituir o Código Penal de 1940. Ali, o aborto voluntário permanecia como crime, com pena de 1 a 4 anos para a gestante. Também se definia agravantes àqueles que praticassem o procedimento levando à morte ou gerando lesão grave na gestante. O artigo sobre aborto terapêutico tornava legal o procedimento quando feito por médico nos casos de gravidez resultante de estupro ou para salvar a vida da mulher. Alvo de muitas críticas, o texto foi alterado e

de mudança legal de algo tão sensível é exposta de maneira sucinta, ainda que privilegiada por capa, manchete e título interno. Uma descrição fria e protocolar, mas cuja posição e pujança editorial sinalizava bastante, tanto em termos visuais quanto em termos políticos e culturais. Porque o tema ganhava densidade na sociedade.

Ao mesmo tempo em que a proposta de reforma penal era apresentada, a Igreja Católica movimentava-se em sua cruzada moral contra o divórcio e, de tabela, contra o aborto. “Igreja em Alagoas inicia campanha contra o divórcio” foi o título de matéria do dia 24/02/75, na página 7 do 1º Caderno (Figura 78). Ficava-se sabendo que “a partir de ontem todas as igrejas de Alagoas iniciaram uma campanha de esclarecimento aos seus fiéis a respeito da gravidade da campanha divorcista e mostrando os perigos que surgirão para o Brasil com uma mudança no curso da legislação vigente”.

Figura 78 – JB - 24/02/75 – 1º Caderno – p. 7



A iniciativa fora relatada por Dom Miguel Fenelon Câmara, bispo da Arquidiocese de Maceió, para quem “a Igreja se defronta, mais uma vez, com uma campanha pró-divorcista que terá certamente ressonância no Parlamento Nacional. É dever da Igreja e sua missão colocar-se em defesa da família brasileira, tomando posição contra possível modificação que atente contra o estatuto de sua indissolubilidade”.

O clérigo complementava seu argumento dizendo que “assim ela [Igreja] se comporta não por simples apego a uma posição tradicional, mas por uma coerência com a doutrina por

promulgado sob a forma da lei 6.016, de dezembro de 1973, que endurecia drasticamente a abordagem da prática: o aborto terapêutico restringia-se apenas ao evento de salvar a vida da gestante, excluindo o permissivo nos casos de estupro. Também esta versão do Código não entrou em vigor, tendo sido revogada em outubro de 1978. Assim, a volta do aborto legal não tinha, de fato e de direito, sequer sido precedida por uma partida.

ela pregada e recebida do próprio Jesus Cristo. Não depende da vontade dos homens que a família seja indissolúvel”.

A Igreja católica tomava partido na guerra cultural que se instalava no país, buscando persuadir mentes e corações numa política do altar em que padres e clérigos se engajariam na vilanização de atos e condutas. O alvo era duplo: mirava-se os fieis e a capacidade de disseminação dos sermões para, conforme o próprio bispo sublinhava acerca do objetivo da campanha, “repercutir diante das autoridades”. Assim, o divórcio, naquele momento, ocupava o item número 1 do index moral, e era condenado publicamente numa tática para gerar pressão popular.

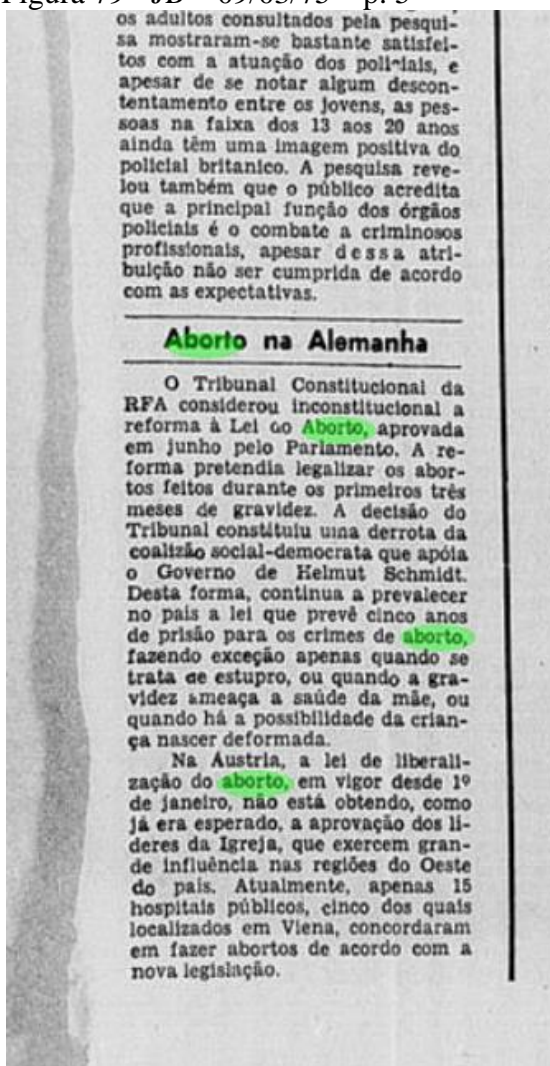
Na leitura da Igreja, o mundo estava tomado pelo infausto, que se materializava sob diversos uniformes e acumulava simpatizantes. “Sabemos que haverá patrocinadores de um clima de favorecimento ao divórcio. Em escalada mundial, nota-se um afrouxamento das instituições civis que, em alguns países, chegou à permissão não só do divórcio, mas do próprio aborto. Isto não significa uma conquista da humanidade, mas um retrocesso na integridade de seus costumes e nas leis que o amparam”, concluiu o bispo em seu pronunciamento.

Evidente é que, naquele momento, o mundo externo aparecia sob duas facetas antagônicas nas páginas do jornal: uma liberal e imoral e a outra tradicionalista e conservadora. Para o empreendedorismo da Igreja no Brasil, prevalecia a imoralidade, que se concretizava especialmente por meio de práticas como o divórcio. Mais uma vez, a tematização é geminada, sendo o aborto citado e condenado, numa operação de sincronia semântica, em associação com outra conduta tida como inaceitável. A ideia da vida como um bem divino instituído desde a concepção está clara. Família e reprodução/procriação eram, para a Igreja, interdependentes e inegociáveis, posto que entendidas como sagradas, o que talvez explique o tom de conspiração e armadilha: o mal insinuava-se de maneira insidiosa e ardilosa, manifestando-se através de pautas distintas, mas associadas, o que lançava a Igreja a expressar seu ímpeto missionário e salvacionista diante de um mundo em processo de dissolução moral, num ritmo de pandemia altamente contagiante, vinda de todo o globo.

A investida da Igreja contra o avanço de legislações liberais também era notada na Europa, afetando tanto o plano jurídico-legal quanto a oferta de serviços de interrupção da gravidez. Com a nota “Aborto na Alemanha”, de 09/03/75, página 5 (figura 79), o jornal dava conta de que “o Tribunal Constitucional da RFA [República Federal da Alemanha, sob domínio das forças ocidentais durante a Guerra Fria] considerou inconstitucional a reforma à lei do aborto, aprovada em junho pelo Parlamento. A reforma pretendia legalizar o aborto

feito durante os primeiros 3 meses de gestação. A decisão do Tribunal constitui uma derrota da coalizão social-democrata que apoia o governo de Helmut Schmidt. Desta forma, continua a prevalecer no país a lei que prevê cinco anos de prisão para os crimes de aborto, fazendo exceção apenas quando se trata de estupro, ou quando a gravidez ameaça a saúde da mãe, ou quando há possibilidade da criança nascer deformada”.

Figura 79 - JB – 09/03/75 – p. 5



Nenhuma alteração legal, ainda que embalada pela onda de descriminalização que tomava parte do mundo, resultava inabalável. Porque o litígio jurídico era uma estratégia ao alcance de todas as forças e setores sociais. Mais do que isso, a via jurídica notabilizava-se com força de lei, não se restringindo a julgar casos isolados a partir de decisões monocráticas de juízes. O Judiciário também se arvorava de funções legislativas, sendo provocado a ajuizar a prática. A política do aborto nos Tribunais e nas Cortes colocava em cena o empreendedorismo de toga no qual o procedimento revestia-se de sentido constitucional,

deliberado em conjunto no colegiado dos plenários. O peso de princípios, normas e valores escritos em Cartas Magnas – e, por isso, tidos como supremos e vistos como o cume normativo de um Estado - adensava o debate, para além das fronteiras específicas do direito penal.

Na mesma nota, o último parágrafo trazia notícias da Áustria: “a lei de liberalização do aborto, em vigor desde 1º de janeiro, não está obtendo aprovação dos líderes da Igreja. Atualmente, apenas 15 hospitais públicos, dos quais 5 em Viena, concordam em fazer aborto de acordo com a nova legislação”.

Já nem era preciso, necessariamente, recorrer a Cortes ou juízes para impedir a concretização do direito ao aborto. Os contragolpes conservadores se alastravam no tecido social e mobilizavam os espaços de saúde por excelência. A Igreja, nesse cenário, liderava a luta anti-aborcionista, atuando com precisão cirúrgica. Nada mais óbvio: se a demanda pelo direito ao aborto estava associada às inquietações de saúde pública, a desobediência/resistência acontecia no lugar mesmo em que o procedimento e os cuidados poderiam ser oficialmente oferecidos. Os conflitos sociais em torno do aborto, na Europa liberalizante, tornavam-se mais pulverizados, posto que desciam das altas esferas de decisão política e deliberação jurídico-legal para aninhar-se no aparato específico do ambiente hospitalar.

O turbilhão de mudanças e reviravoltas nos marcos legais não escancarava apenas a óbvia centralidade da Europa como epicentro noticioso do tema. Deixava também evidente o padrão dicotômico que cercava o procedimento: o aborto era um assunto em relação ao qual se desenhava um rígida disposição de juízos, porque ou se era contra ou a favor. Nesse horizonte esquemático, em que a Igreja – e sobretudo o Papa -- pilotava as forças contrárias, é curioso notar como também nos setores favoráveis um personalismo se forja.

“O prestígio construído sobre um tema explosivo” foi título no Caderno B do dia 12/03/75, página 4 (Figuras 80 e 81), que traçava o perfil da então ministra da Saúde da França, Simone Veil, responsável pelo projeto que despenalizou e legalizou o aborto no país, em 1974. De saída, nota-se que o tema é reconhecido como explosivo e que, por isso mesmo, digno de incidir sobre a reputação de alguém.

Simone Veil é apresentada como “a mais popular figura política da França, atualmente, conforme pesquisa de opinião pública realizada pelo jornal *L’Aurore*. É uma advogada de 47 anos, quase inteiramente desconhecida seis meses atrás”. A popularidade se justificava, conforme o texto, por causa de “sua capacidade de argumentação, a habilidade com que conduziu o assunto durante os quatro dias de debate, em novembro, seu ‘frio

charme', tudo isso lhe daria o prestígio popular, que sua apresentação na televisão só viria a reforçar".

Figura 80 – JB - 12/03/75 – Caderno B – p. 4

PÁGINA 4 □ CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, quarta-feira, 12 de março de 1975

MULHER é sempre notícia

MINISTRA SIMONE VEIL



José Carlos Oliveira

MOMENTO

ENTRE sobriedade e lucidez vai uma distância maior do que entre uma taça de chá e uma dose de uísque. Digo isso de camarote, pois venho de fazer a experiência do chá. Estando sóbrio, mas escravo ainda de minha oralidade — na acepção psicanalítica — era natural que eu andasse com um saquinho de chá na sacola de couro, tal como outrora andei com uma garrafinha de uísque. O efeito dessa combinação inesperada era

ra de
231-91

CONT
clínica
mento
rejuve
resulta
tes qu
da ap
leblor

CONJ
cela,
tangu
R. Vis

DECO
festas
critóri
peçai
visita

Figura 81 – JB - 12/03/75 – Caderno B – p.4

O PRESTÍGIO CONSTRUÍDO SOBRE UM TEMA EXPLOSIVO

Condensado do THE TIMES

A mais popular figura política da França, atualmente, conforme pesquisa de opinião pública realizada pelo jornal *L'Aurore*, é uma advogada de 47 anos, quase inteiramente desconhecida seis meses atrás. Trata-se de Simone Veil, Ministra da Saúde do Governo Giscard d'Estaing, responsável pelo encaminhamento e defesa, junto ao Parlamento, da nova lei sobre **aborto**, em vigor desde 17 de janeiro. Sua capacidade de argumentação, a habilidade com que conduziu o assunto durante os quatro dias de debate, em novembro, seu "frio *charme*", tudo isso lhe daria um prestígio popular, que sua apresentação na televisão só iria reforçar. Alguns parlamentares já veem nela um futuro Primeiro-Ministro.

Mãe de três filhos adultos, fotografada com frequência ao lado de sua neta de dois anos, Simone Veil tem uma boa folha de serviços no trato com problemas sociais, principalmente infantis. Embora não seja uma profissional da política e, conseqüentemente, não tenha necessidade de cortejar

Pasta, como política internacional ou finanças. Encarregada de encaminhar a lei sobre **aborto**, entregou-se à tarefa com determinação. Conversou com virtualmente todo mundo que conhecia algo sobre o assunto e inclusive encomendou um estudo sobre a influência ou não do **aborto** legal

possível levar um convívio democrático pacífico.

Porém, a respeito de um ponto ela está firme: o não envolvimento em política partidária.

— Não fui convidada a me filiar a qualquer Partido. Mas se

ne compreendia
ar, então, do prin-
ziqui é uma festa.
dos estão bebendo
, gim, campari. E
r o quê?

beber chá.

neu nêgo, você já
o-de-obra que dá?
si ferver a água?

mo fervo.

que andei nos fo-
vida, esperando a
r e preparando eu
u chá. De volta ao
o da festa, eu sabo-
a sobriedade; mas
eira, quer dizer, in-
nessa investigação
ça (a investigação)
de minha frivolida-
te ali onde eu me
"uma xícara", tro-
uma taça" de chá.
aça de chá, eis-me

Por isso, "alguns parlamentares já veem nela um futuro Primeiro-Ministro". Depois desse breve histórico político, passa-se a falar da vida privada e familiar. Mãe de três filhos,

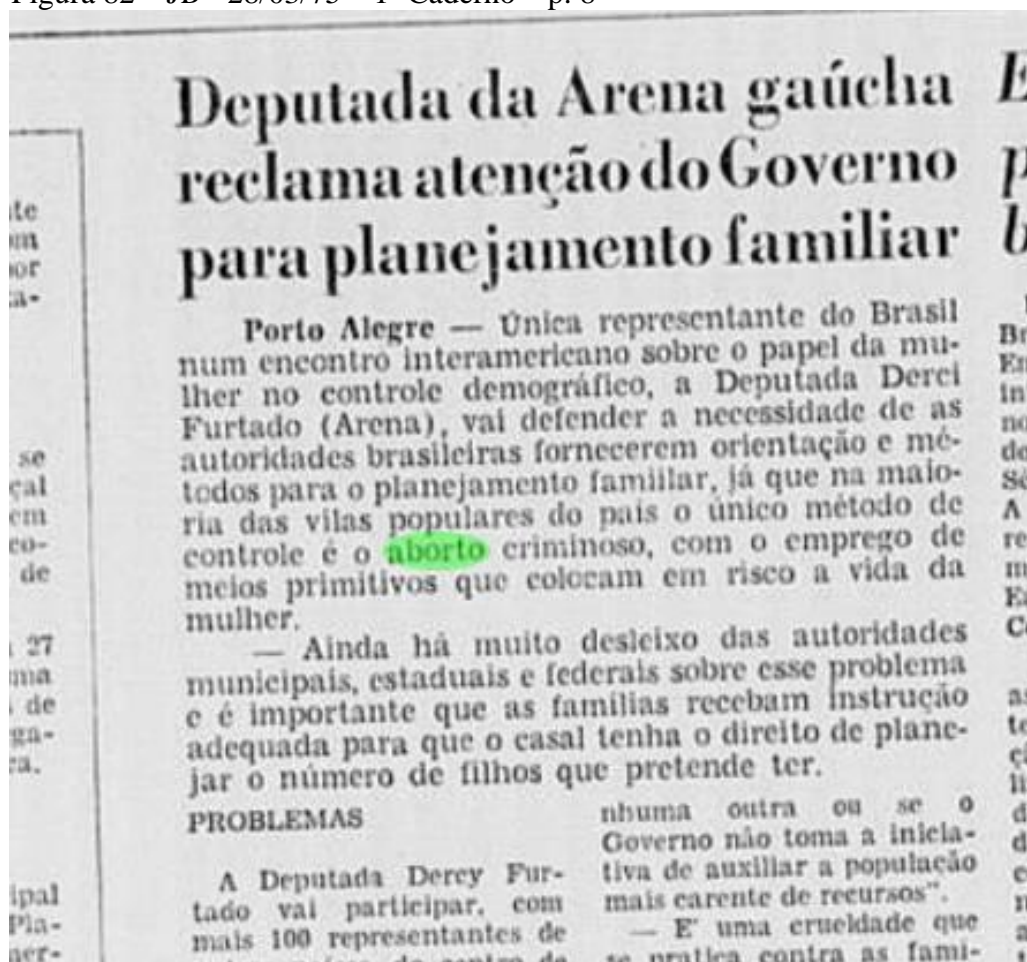
natural de Nice, pais judeus, presa pelos nazistas no campo de concentração de Auschwitz, onde perdeu pais e irmãos. Aborda-se qualidades tais como perfil metódico de trabalho e predileção por trabalhar com dados e pesquisas. Predicados que são apontados como cruciais para a aprovação da lei do aborto no Parlamento. Conforme a própria Simone Veil relata: “Procurei colocar os fatos de maneira mais prosaica, mais terra-a-terra, confiando mais nos fatos que em ideias”.

No mundo dos costumes noticiado nas páginas de cultura, o aborto escapava de ser um tema estritamente político-institucional. Ainda que se abordasse uma alteração legal de peso mundial, porque na França, a ênfase era mais na pessoa e nas qualidades profissionais do que no procedimento em si. A rigor, é como se o tema fosse o ponto de partida para uma narrativa personalista, que consagrava uma mulher, no âmbito jornalístico e social, como uma notável empreendedora moral. As guerras culturais produziam seus ícones e heróis.

No Brasil, a pauta era provocada majoritariamente por figuras masculinas, embora eventualmente despontassem vozes femininas. “Deputada da Arena gaúcha reclama atenção do governo para planejamento familiar” foi o título de matéria do dia 28/03/75, 1º Caderno, página 8 (Figura 82), na qual se tomava conhecimento que “a deputada Derci Furtado, única representante do Brasil num encontro interamericano sobre o papel da mulher no controle demográfico, vai defender a necessidade de as autoridades brasileiras fornecerem orientação e métodos para o planejamento familiar, já que na maioria das vilas populares do país o único método de controle é o aborto criminoso, com o emprego de meios primitivos que colocam em meio a vida da mulher”.

De acordo com a parlamentar, “ainda há muito desleixo das autoridades municipais, estaduais e federais sobre esse problema e é importante que as famílias recebam instrução adequada para que o casal tenha o direito de planejar o número de filhos que pretende ter”.

Figura 82 – JB - 28/03/75 – 1º Caderno – p. 8



O discurso é, num primeiro olhar, pautado pela preocupação com a saúde da mulher, pois enfatiza os riscos que a clandestinidade do aborto impõe às gestantes. Uma leitura mais crítica, todavia, permite observar que por trás da aparente preocupação sanitária está o pânico com o descontrole demográfico impulsionado pelas camadas pobres, a partir do qual se organiza a ideia de planejamento familiar centrada na contracepção e refratária à ideia de aborto como direito. Em outras palavras, retoma-se o argumento de que o aborto é o mal maior, um evento extremo contra o qual existiriam alternativas para evitá-lo.

Isso faz sentido não apenas porque a deputada em questão integrava as hostes de sustentação parlamentar do regime militar – a Arena era o partido da situação –, que se engajava nos debates globais e políticas demográficas internas focando na contracepção. Mas também porque, na mesma matéria, a parlamentar afirma que “a Bemfam é a única entidade no país a se preocupar com o problema demográfico”, citando a ONG que, então, protagonizava os debates nacionais sobre demografia e vida reprodutiva.

Segue a deputada, que iria no mês seguinte aos Estados Unidos para o tal evento: “É uma crueldade que se pratica contra as famílias pobres, e o governo, auxiliado por entidades

de bairro, órgãos estaduais e municipais deveria orientar e fornecer métodos para o planejamento familiar, podendo assim, evitar meios criminosos de controle, como a utilização de agulhas de tricô e gotas de soda cáustica para furar o útero”.

O Estado brasileiro manifestava para a comunidade global interesse pelo tema do aborto através de discursos contrários e punitivos. A onda global de descriminalizações, pautada na ideia de autonomia e na preocupação sanitária, repercutiria no país e, mais especificamente, no Congresso?

No início de abril de 75, o *JB* informava na editoria Nacional, página 12 (Figura 83), que “Membro do MDB apresenta proposição para legalizar aborto em casos específicos”.

“O deputado João Menezes (MDP-PA) apresentou ontem projeto de lei permitindo a realização do aborto praticado por médico, quando realizado com o consentimento da gestante ou de seu representante legal, dentro de 12 semanas do início da gravidez. O projeto de lei considera que não é crime a prática de tal aborto, quando for o único recurso para evitar a morte da gestante ou quando a gravidez resultou de atentado violento ao pudor ou estupro, seja real ou presumida violência. Nesses dois últimos casos, a realização do aborto deve ser precedida, segundo a proposição do deputado, pela concordância de dois médicos e com o consentimento da vítima, no caso de estupro”.

A proposta era um aceno parcial à legalização. Além disso, não previa o acesso ao direito de forma livre e direta, porque incluía a exigência de autorização médica. Ainda que uma proposta restrita de um ponto de vista liberal, ela encaminha o tema no terreno ideológico e partidário do regime militar: a legalização era uma demanda empalmada pela oposição (o MDB era o partido dos opositores) e identificada com setores de esquerda.

Figura 83 – JB - 02/04/75 – Nacional – página 12

Membro do MDB apresenta proposta para legalizar aborto em casos especiais

Brasília — O Deputado João Menezes (MDB-PA) apresentou ontem projeto de lei permitindo a realização do aborto praticado por médico, quando realizado com o consentimento da gestante ou de seu representante legal, dentro de 12 semanas do início da gravidez.

O projeto de lei considera que não é crime a prática de tal aborto, quando for o único recurso para evitar a morte da gestante ou quando a gravidez resultou de atentado violento ao pudor ou estupro, seja real ou presumida a violência. Nesses dois últimos casos, a realização do aborto deve ser precedida, segundo a proposição do Deputado, pela concordância de dois médicos e com o consentimento da vítima, no caso de estupro.

Justificativa

Em sua longa justificativa, o Deputado João Menezes cita uma resolução do IX Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Haia, segundo a qual é necessário alargar a possibilidade da execução legal do aborto nos países onde ele é proibido por lei.

A proposição do parlamentar dá nova redação ao Art. 129 do Decreto-Lei 1 004 de 21 de outubro de 1969, permitindo a prática do aborto dentro das doze se-

manas do início da gravidez.

O atual código, segundo a justificativa do Sr João Menezes, "não permite sequer o aborto quando a gravidez resulta de estupro, o que significa uma tomada de posição radical do legislador." O parlamentar referiu-se também aos códigos penais de 1940, 1890 e 1830, sendo que este último não punia o aborto provocado pela própria mulher.

Uma oposição que também dialogava com o mundo externo para tratar o tema. O projeto do deputado era justificado usando como base uma resolução do "IX Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Haia, segundo a qual é necessário alargar a possibilidade de execução legal do aborto nos países onde ele é proibido por lei. [...] O atual código, segundo justificativa do Sr. João Menezes, 'não permite sequer o aborto quando a gravidez resulta de estupro, o que significa uma tomada de posição radical do legislador'. O parlamentar referiu-se também aos códigos penais de 1940, 1890 e 1830, sendo que este último não punia o aborto provocado pela própria mulher.

O Brasil olhava para o retrovisor e, mesmo que escravocrata e monárquico por um lado, via-se menos punitivo, por outro – o da autonomia reprodutiva. Nesse balanço legislativo, através de narrativas parlamentares que obtinham visibilidade social expressiva, a interrupção da gravidez lentamente angaria pontos de vista liberais, apresentados na editoria Nacional, injetando um peso político importante à pauta, que se consolidava candente nos espaços de tomada de decisão e poder.

Tamanha energia social e política que o tema concentrava foi nítida nas páginas do *JB* durante o ano de 1975. O material empírico, vasto, comprova isso, pois apresenta o tema a partir de inúmeras narrativas e tematizações. Todas, entretanto, já contempladas no curto espaço de janeiro a abril. Ao longo do restante do primeiro semestre apareceram notícias policialescas e do tipo *fait divers*, sobre profissionais de saúde presos por realizarem aborto; bispos, clérigos e o onipresente Papa vituperando contra a “desgraça” do aborto, métodos contraceptivos e legislações liberais, no Brasil e no mundo; notas e matérias no Caderno B tratando da condição da mulher e de pautas feministas; parlamentares e autoridades brasileiras propondo sobre o tema, quando não criticando-se mutuamente; entre outros registros.

Contudo, ainda em 1975, é possível observar que o tema expande-se com expressividade dentro da pauta cultural, muito porque o aborto torna-se uma questão da ficção cinematografia brasileira. A sétima arte ia ao encontro do tema.

No dia 17/09, na página 2 do Caderno B (Figura 84), era publicada resenha do filme “O casal”, protagonizado por Sonia Braga e José Wilker e dirigido por Daniel Filho. Escrita por Ely Azevedo, a crítica intitulada “Difícil casal” faz inicialmente uma aproximação da trama com a vida social: “Milhões de pessoas, antes de José Wilker e Sonia Braga, viveram as ocorrências de *O Casal*. A primeira gravidez traz a um jovem casal incertezas quanto à responsabilidade de ter e manter um filho. Surgem os entusiasmos, as depressões, a ideia de aborto, os rancores mútuos que põem em risco a própria continuidade da vida conjugal”.

A crítica é desfavorável ao filme, desqualificando-o, por diversos aspectos cênicos, com adjetivos como “frio, inexpressivo, inconsequente e desgraciosamente caricato”. Seja como for, o que se notabiliza é a representação da prática no cinema, ainda que de forma lateral. Isso estende as possibilidades de tematização, porque retrata dilemas e eventos que são próximos à realidade comum da vida conjugal e reprodutiva. Mais uma vez, o aborto extravasa as fronteiras político-institucionais formais e as narrativas demográficas e médicas, sendo, com efeito, absorvido como pauta artística, levando a crer que mais do que um tema cultural, era um tema do cotidiano, ao alcance das massas que se reconheciam nos dramas “oficiosos” expostos no mundo do entretenimento.

Figura 84 – JB - 17/09/75 – Caderno B – página 2

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de setembro de 1975

CINEMA

TV E CINEMA:

DIFÍCIL CASAL

Ely Azeredo

MILHOES de pessoas, antes de José Wilker e Sonia Braga, viveram as ocorrências de *O Casal*. A primeira gravidez traz a um jovem casal incertezas quanto à responsabilidade de ter e manter um filho. Surgem os entusiasmos, as depressões, a idéia de aborto, os rancores mútuos que põem em risco a própria continuidade da vida conjugal. Assim, antes de falar nas decepções do filme, impõe-se registrar a vitalidade do que o mantém de pé essa trama sem novidades e que é, sem sombra de dúvida, a substância pessoal (conferentemente autobiográfica) da linha mestra do roteiro de Oduvaldo Vianna Filho, refletido com a colaboração de Daniel Filho. Um *tour-de-force* autoral que resiste inclusive à turbulência narcisista do trabalho de José Wilker, cujo Giacomo é um dos mais agressivos casos de hiper-representação que já vimos no cinema brasileiro.

A julgar pelas referências fidedignas, aquilo que o autor chamava de carinho de sua "historinha" é, no original, um sensível trabalho de observação de comportamento, empreendido com aquela imitação para o cotidiano revelada aos cinefólios na versão cinematográfica de *Em Família*, dirigida por Paulo Porto (roteiro: Vianna Filho, Ferreira Gullar, Ruyter). Provavelmente só pelo exemplo, recém-saída de uma telenovela que a transformou em personagem discutida em todas as camadas de audiência, faz (com eficiência e notável modéstia) uma simples ponta.

Há na simpática acolhida a *O Casal* reflexos sintomáticos de um fenômeno de identificação — o da telenovela — que não se explica apenas pela hipnose da TV e pelo *charme* do estereótipo. Ao público brasileiro, brindado com ousadas experiências de cinema de vanguarda sem ter conhecido uma transição comparável à do neo-realismo italiano, por exemplo, os gestos e emoções de seu cotidiano projetados nas telenovelas são irresistíveis. Sem dúvida, nenhuma telenovela sequer tangenciou a força de observação dos melhores filmes de Domingos Oliveira, Flávio Tambellini ou Nelson Pereira dos Santos. Mas falta a este melhor cinema a virtude da assiduidade que é a primeira vantagem da TV, enquanto a segunda é a organização de produção.

Nas virtudes e defeitos *O Casal* é menos uma criação cinematográfica que um transplante do sistema *televisivo* ao veículo filme. A imagem se sujeita ao registro do trabalho do ator e, quando não o surpreende com a proximidade da câmera de TV o resultado é frio e inexpressivo. Por outro lado, a proximidade é desastrosa quando Wilker se comporta (e o faz com frequência) como se estivesse num palco. A tentativa de reproduzir os personagens *fora de órbita* da Zona Sul de Domingos Oliveira se perde numa visão incolor, inconsequente, desgraciosamente caricata. E a própria abordagem do jovem casal está aquém das possibilidades do tema.

O CASAL — Elenco: José Wilker, Sonia Braga, Antonio Pedro, Rui Resende, Ida Gomes, Pedro Camargo, Flávio São Thiago. Em "participações especiais": Betty Faria, Suzana Vieira, Fábio Saben, Herval Rossano, Walter Avancini, e ainda Angela Leal, Sérgio de Oliveira, Mosey Deriqueim, Fernando José, Jacira Silva, Mary Daniel, José Simões, Iulo Furtak, Juan Daniel, Nelson Cavacoelho e outros. Direção: Daniel Filho. Roteiro: Oduvaldo Vianna Filho e Daniel Filho. História original e diálogos: Vianna Filho. Montagem: Waldemar Nova. Fotografia: Oswaldo de Oliveira. Cenografia: Mário Monteiro. Figurinos: Marília Carneiro. Música: Guio Graça Melo e Nelson Cavacoelho. Diretor de produção: Roberto Ribeiro. Som: Geraldo José (efeitos sonoros) e José Tavares. Produção M.M./R.F. Farias/Prodel, Rio, 1975.

LITERATURA

DE LI E OUT SENTI FÁBU

QUEM acompanha o 3 *Minas Gerais* habitua ginas, de quando em quando de Dailio Gome vem escritor mineiro ção esparsa, a dificuldade de chega finalmente, em modetia. Outros, menos dotado tanger o badalo de esquitortes.

Três prêmios em concei quais para este *O Nascimento* espontâneo de um Pau Lara Resende, que não são ciam-lhe as ficções. Estas, si. Tem uma qualidade básis verá ser o ponto de partida que, antes de tudo, disperculio quase sacramental.

Cartas suas, a mim di anos, atestam a paixão, o fi polga para afora tantos fic mostram também o escrito de continuidade, em busca novela. Apesar de hoje est

4.5 A crescente ofensiva da Igreja

O ano de 1978 marcava os últimos momentos da ditadura militar. O governo Geisel entrava em sua reta final e, além de ter iniciado a abertura aos civis através de um processo tido como "lento, gradual e seguro", pôs fim ao AI-5 através de uma emenda constitucional. Direitos civis básicos e garantias constitucionais foram restabelecidos.

O aborto continuou sendo um tema de alta voltagem política e social, muito em razão das vicissitudes do mundo estrangeiro. Também sua dimensão cultural e, principalmente, acadêmica foi digna de nota. Porque, na esteira dos movimentos feministas, os debates sobre a prática acabaram, novamente, por orbitar em torno de figuras públicas capazes de gerar notícia. Simone de Beauvoir, nome seminal para os estudos de gênero e os feminismos a partir da segunda metade do século XX, estampou a página 5 do Caderno B do dia 11/01/78 (Figura 85). "O segundo sexo ainda é o mesmo — "Ninguém nasce mulher: torna-se". O perfil da filósofa francesa era publicado por ocasião de seus 70 anos e reproduzia depoimentos que ela tinha dado ao jornal francês *Le Monde*.

Em seu depoimento, ela reitera o argumento central sobre a condição social das relações de gênero e que lhe tornou célebre por sintetizar em poucas palavras uma linha de pensamento paradigmática. "Tudo o que li, vi, aprendi nesses últimos 30 anos me confirma a

tese de que ninguém nasce mulher: torna-se. Fabrica-se a feminilidade como se fabrica também a masculinidade, a virilidade”.

A partir daí, faz uma análise pessimista da realidade de então, avaliando que “a situação da mulher na sociedade contemporânea não evoluiu”. Ela também apontou, na entrevista, que mudara de opinião acerca das soluções pensadas e apresentadas para dar conta das desigualdades entre homens e mulheres. “Se, há 30 anos, Simone de Beauvoir pensava que a vitória do socialismo modificaria as discriminações sexuais, ela hoje está convencida do contrário. ‘Cheguei a pensar que a vitória das mulheres seria ligada ao surgimento do socialismo. Ora, o socialismo é um sonho, não existe em lugar algum. Os países a que chamamos de socialismo, hoje, não o são’”.

Na moldura ideológica da Guerra Fria, o retrato das mulheres nos países capitalistas e comunistas era o mesmo, com as mesmas dificuldades e desafios. Entretanto, a filósofa reconhecia que houve algum tipo de emancipação, tais como na vida sexual: “Há emancipação devido à contracepção e à legalização do aborto, mas isso não é grande coisa, porque a verdadeira independência não se dá de si, e sim no plano do trabalho, da situação econômica e das possibilidades de ganhar a vida. Nesse domínio, os resultados são ainda medíocres.”

O aborto legalizado é apresentado como uma forma de emancipação importante, sem que isso encerre os obstáculos. Na França das “Simones” ilustres, o aborto afastava-se do rótulo de “crime abominável” e, quatro anos após a descriminalização, parecia ter se tornado um ponto pacífico e superado no sentido de consolidado enquanto lei. A força do feminismo lograva esse deslocamento semântico em que um crime torna-se prerrogativa individual. Há de se notar que as narrativas intelectuais e acadêmicas, emitidas por mulheres, se fazem presente e injetam autocrítica aos debates, reconhecendo a complexidade do mundo, os limites do ativismo feminista e a aspereza das relações sociais no que tange à condição da mulher.

Figura 85 – JB - 11/01/78 – Caderno B – p. 5

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL

**SIMONE DE
BEAUVOIR, 70 ANOS**

**O SEGUNDO SEXO AINDA É O MESMO
“NINGUÉM NASCE MULHER: TORNA-SE”**

Arlette Chabrol
Correspondente

Paris — “Tudo que li, vi, aprendi nesses últimos 30 anos me confirma a tese de que ninguém nasce mulher: torna-se. Fabrica-se a feminilidade como se fabrica também a masculinidade, a virilidade”. A declaração é de Simone de Beauvoir, que completou 70 anos segunda-feira passada e consentiu numa entrevista ao *Le Monde*, feita por um jornalista do sexo masculino, Pierre Vianon Ponte, sobre seu tema favorito, o feminismo.

Para a companheira de Jean-Paul Sartre, a situação da mulher na sociedade contemporânea não evoluiu. Trinta anos depois de escrever o *Segundo Sexo*, base de todo o feminismo atual, Simone lembra o livro de uma italiana *Do Lado das Moças*, para explicar o empreendimento da sociedade que, “desde os primeiros dias da criança, macho ou fêmea, impõe-se de modo a fabricar a partir daí, de acordo com as exigências da nossa civilização, algo que passa a se chamar um homem e uma mulher, algo que passa a se chamar feminino ou masculino”.

A escritora mudou, porém, de opinião quanto às soluções apresentadas para solucionar o estado de coisas que ela reprova: se, há 30 anos, Simone de Beauvoir pensava que a vitória do socialismo modificaria as discriminações sexuais, ela hoje está convencida do contrário. “Cheguei a pensar que a vitória das mulheres seria ligada ao surgimento do socialismo. Ora, o socialismo é um sonho, não existe em lugar algum. Os países a que chamamos de socialistas, hoje, não o são absolutamente”.


emancipação das mulheres. Essa hostilidade os torna muito mais agressivos e muito mais perigosos do que nunca”.

De certo, Simone admite que, mesmo assim, ocorreu alguma emancipação. No plano sexual, por exemplo: “Há emancipação devido à contracepção e à legalização do aborto, mas isso não é grande coisa, porque a verdadeira independência não se dá aí, e sim no plano do trabalho, da situação econômica e das possibilidades de ganhar a vida. Neste domínio, os resultados são ainda mediocres”.

“Existem algumas mulheres (que nós, as feministas radicais chamamos de mulheres-álbis) capazes de ganhar a vida tão bem quanto os homens, mas elas são raras, ainda. Somente em casos excepcionais os pais investem na educação de uma moça tanto quanto na de um rapaz”.

E o pior, para a escritora, é que quando as carreiras antigamente reservadas aos homens se abrem para as mulheres ocorre um fenômeno curioso: o trabalho perde todo o prestígio. “Por exemplo, na URSS há uma feminização da Medicina. Quase todos os médicos são mulheres. Hoje, alguém que se dedica à Medicina tem a mesma consideração que antigamente tinham aqueles que se dedicavam à Enfermagem”.

Mas para esta feminista que aderiu ao radicalismo a luta é uma constante colocação de problemas. Assim, a necessidade de trabalhar para ganhar a in-



“Toda a verdade que se precisa conhecer é oferecida. A câmara não mente”

BOB DYLAN

AGORA

ATRA

John Rockwell
The New York Times

B OB Dylan camente música po

A francofonia da política do aborto constituía um padrão noticioso recorrente. Nove dias depois da entrevista com Simone de Beauvoir, o *Jb* publicava, na página 13 da editoria Europa (Figura 86), que “Bispos manifestam-se contra pena de morte”.

“O Episcopado francês, pela primeira vez, tomará posição contra a pena de morte. Um documento de 13 páginas, Elementos de Reflexão sobre a Pena de Morte, a ser publicado na próxima semana, apresenta todos os argumentos da Comissão Social do Episcopado contra e a favor desta punição extrema ainda em vigor na França”, dizia o lead da matéria.

O texto detalha ainda os passos e consultas tomados pelos bispos para a elaboração do documento. A justificativa central para a demanda pelo fim da pena de morte era pautada na Bíblia: “Se Deus perdoa o homem, o homem também deve perdoar. É preciso proteção, sem dúvida, contra os que querem prejudicar a sociedade, mas não tirar uma vida humana criada por Deus. O Episcopado aproveita para lembrar que esta convicção se aplica também ao aborto e à eutanásia, julgados inadmissíveis pela fé cristã”.

A posição da Igreja francesa não trazia novidades, porque insistia na articulação do tema do aborto com outros atos e condutas tidos como inadmissíveis. Eutanásia, suicídio, desemprego, inflação, divórcio, entre outras condutas e fenômenos sociais, ganhavam a cada um ano um novo elemento na constelação de infâmias e desventuras mundanas. Os

imaginários da desgraça e da vida como um bem divino permaneciam pétreos e, agora, alcançavam a pena capital como um evento também condenável, algo até então inédito. O ativismo católico tecia seu conceito de civilização contemporânea baseado na contraposição inflexível entre vida e morte e na aplicação do afeto do perdão como base moral para as relações sociais e como avalista nobre do repúdio ao aborto. Afinal, o perdão é apresentado como um sentimento sublime e esplêndido, que desculpa e supera erros sem deixar de asseverá-los como tal, isto é, como atos repreensíveis e condenáveis.

Figura 86 – JB - 20/01/78 – 1º Caderno-Europa – p.13



A Europa vivia dias de ebulição social por causa do aborto. Conforme nota de 25/01/78, publicada na editoria Internacional, página 12 (Figura 87), "Itália tem 1 milhão contra aborto".

A guerra cultural atingia proporções massivas e demonstrava fôlego, numa Itália que há alguns anos mostrava-se dividida sobre o tema. Consta na pequena nota: "O Movimento pela Vida, organização criada há pouco tempo com o apoio da Igreja Católica, informou ontem ao Vaticano que em apenas três semanas de campanha conseguir recolher um milhão

de assinaturas contra o aborto. É possível que em meados do ano seja realizado um plebiscito para saber se a maioria dos italianos aprova a interrupção da gravidez”.

Figura 87 – JB - 25/01/78 – Internacional - ~p. 12



O patrocínio da Igreja Católica e a sua capacidade de agitação social eram mais do que expressivos. Pode-se dizer que o aborto ganha as massas, tornando-se um tema das multidões e das paixões coletivas impetuosas, posto que só uma prática com inegável capacidade de combustão poderia reunir contingente da ordem do milhão de cidadãos. O que movia a pauta e a tornava noticiável era tanto o assunto em si, com suas dimensões morais, quanto sua força de mobilização e militância.

Não por acaso, ao lado da França, a Itália seria notícia constante, sendo o aborto um tema transversal e difuso, atravessando diversos âmbitos da sociedade e mesclando-se a variados assuntos. “PCI compra TV mas não adere à pornografia” foi manchete no dia 27/01/78 (Figura 88), acompanhada da chamada: “O Partido Comunista italiano comprou uma estação de televisão, a *Videonno*, e assegurou que seus programas serão de entretenimento, mas não pornográfico, ‘como acontece com emissoras do setor privado’. A compra foi feita pela editora do PCI, *Rinnotamento*, e o diretor da estação será o dirigente do jornal *Paese Sera*, Piero Passetti”.

No contexto de um debate sobre mercado das telecomunicações, bem como sobre conteúdos televisivos, eis que o aborto surge. Não se trata de dizer que era um tema aleatório, mas sim um fenômeno cuja proeminência já não podia ser ignorada. Um tema, por assim

dizer, categórico, de relevância social que lhe concedia tamanho e peso grandes o suficiente para que não pudesse existir cardápio noticioso sem a sua presença.

No segundo parágrafo da chamada consta que “depois de reafirmar a disposição do PCI de integrar um Governo de emergência, ‘de unidade e solidariedade entre todas as forças populares’, o líder Enrico Berlinguer manifestou-se contrário à realização do plebiscito sobre aborto, porque dividiria a opinião do país. Assegurou que os comunistas são, por princípio, contra o aborto, só aceitando ‘como remédio extremo’.

Figura 88 – JB - 27/01/78 - capa

ACHADOS PERDIDOS

ACHADOS PERDIDOS -
 ifica-se bem a quem en-
 rar os documentos de
 de Souza e Silva Infe-
 Cartão Elo nº 4560 070
 87. Telefones 234-1132 e
 0943.

ACHADOS PERDIDOS Carlos
 lino da Costa Gratifica
 n entregar a Carteira de
 tidade e etc. Fone
 1031.

ACHADOS PERDIDOS
 v. sua foi extraviado o al-
 de localização, inscrição
 13344.00 da firma Tele-
 Ponta Azul S. A., estabe-
 a mesma cidade na Rua do
 rio, nº 70, loja.

ACHADOS PERDIDOS - Para evitar
 indivíduo, comunico e ex-
 dos documentos: cari-
 BCO Itau SA., F15, CPF
 Credicard, C/C Sears, C/C
 ia, C/C Touring, CNH
 dor, cert. prom. veic. SP/
 8292, TRU, BIL, SEG,
 G., todos emitidos em S.
 P. - Gratificase - Tels
 1804.

ACHADOS PERDIDOS - a carteira de
 idade M. Ex. 232056 do
 cidade de Vera Regina
 Ilhéus.

ACHADOS PERDIDOS - na trajetória Copacaba-
 tranças carteira e o m-
 mentos de Zuleika Brogi-
 do. A quem encontrar
 telefonar para 225-9478
 25-2214.

ACHADOS PERDIDOS - a plaqueta de iden-
 tificação do Veículo Volk-
 n, verde cor azul, modelo
 placa MZ 8319. Chassi
 92002 de Propriedade de

dar ao país uma política de austeridade
 econômica, foi criado um Ministério da
 Fazenda e Planejamento, ocupado pelo
 socialista Victor Constancio. (Pag. 13)

PCI compra TV mas não adere à pornografia

O Partido Comunista Italiano com-
 prou uma estação de televisão, a *Videot-
 no*, e assegurou que seus programas se-
 rão de entretenimento, mas não porno-
 gráficos, "como acontece com emis-
 soras do setor privado". A compra
 foi feita pela editora do PCI, *Rinova-
 mento*, e o diretor da estação será o di-
 rigente do jornal *Paese Sera*, Piero Pas-
 setti.

Depois de reafirmar a disposição do
 PCI de integrar um Governo de emer-
 gência, "de unidade e solidariedade entre
 todas as forças populares", o líder Enrico
 Berlinguer manifestou-se contrário à
 realização do plebiscito sobre o **aborto**,
 porque dividiria a opinião do país. As-
 segurou que os comunistas são, por prin-
 cípio, contra o **aborto**, só o aceitando
 "como remédio **extremo**". (Página 13)

uma anistia política
 ta ao regime dem
 direito". "Sem
 tou um repórter.
 dentemente" - r

Com a decla
 tende se envolver
 cial, o General, q
 de o ano pasado
 dade de o Senac
 apresentar um ol
 las como candid
 na sua chapa.

No gabinete
 do, antes mesmo
 do General Euler
 que ele viesse a a
 de sua candidatu
 chapa do Senado

Sem diminui
 candidatura do S
 tar-lhe o direito
 manifestação no g
 SNI, feita antes d
 posição do Gener

Além do conhecido jogo de equivalências, em que a pornografia era adicionada ao conjunto amplo de temáticas sensíveis acerca da vida sexual e reprodutiva que marcava as guerras culturais, pode-se ver como, mesmo dentro dos setores partidários e ideológicos identificados com a descriminalização da prática, contradições e inseguranças apareciam. Em um país em situação de emergência, não convinha despejar ainda mais conteúdo inflamável no território da política. Não parecia estratégico encarar o tema, preferindo silenciá-lo. Eis uma característica que a prática angariava: tornara-se objeto de cálculo e planejamento político, em que o pressuposto da autonomia sobre o corpo ficava sujeito ao silenciamento e

às concessões do mundo político-partidário. Os comunistas italianos rejeitavam a prática, e a matéria interna, na editoria Internacional (Figura 89), acrescentava que o dirigente negava que “o aborto seja instrumento de emancipação feminina...Sustentamos a urgente necessidade de criar condições sociais tais, pelas quais o aborto cesse.”

Figura 89 – JB - 27/01/78 – Internacional – p. 13



di- mo, Portugal se verá obri- in- gado, em questão de sema- m- nas, a vender mais uma de- parte de suas reservas em do- ouro.

O novo parceiro da coa- la- zação governamental, o Centro Democrático Social, terá três Pastas: Victor Sá Machado, Vice-Presidente da Assembleia, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Basílio Horta, secretário-geral do Partido, foi para o Ministério do Comércio e Turismo, Rui Pena recebeu o cargo de Ministro da Reforma Administrativa.

A constituição do novo Gabinete, que inclui ainda tecnocratas e oficiais, é a seguinte: Primeiro-Ministro: Mário Soares, socialista; Ministro da Defesa: Mário Firmão Miguel, independente; Sem Pasta para Relações Parlamentares: António de Almeida Santos, socialista; Fazenda e Planeamento: Victor Constâncio, socialista; Administração Interna: Alberto Oliveira e Silva, socialista; Justiça: José dos Santos Pais, socialista; Relações Exteriores: Victor de Sá Machado, do CDS; Pesca e Agricultura: Luis Gonçalves Isaias, independente; Indústria e Tecnologia: Carlos Monteiro Melancia, socialista; Comércio e Turismo: Basílio Mendonça Horta, do CDS; Trabalho: António Maldonado Gonçalves, socialista; Educação e Cultura: Mário Sottomayor

Paris — Surgiu um dado no sequestro do Barão Edouard-Jean Berger, o porta-voz do Ministério formou ontem que os sequestradores contato com a família do presidente Empain-Schneider e exigiram um resgate de 10 milhões de dólares (C) Para provar que são os verdadeiros do Barão e não alguns dos res dos telefonemas pedindo resgate de prisioneiros políticos, o documento que estava com o empre do sequestro, na terça-feira, em p

PISTAS FALSAS

Outros rumores, no entanto, espalham-se por Paris. O primeiro é que os policiais, no estágio atual de suas investigações, acreditam que o sequestro não é político. Uma tese plausível, ainda mais se se confirmar que os sequestradores exigiram à família o vultoso resgate (superior até mesmo ao que foi pago pela libertação do presidente da Fiat francesa, Rivelli Beumont).

Os sequestradores — muito organizados, pois previram cada etapa da ação nos seus mínimos detalhes (os carros usados foram roubados em dezembro) — utilizariam ainda uma fra-seologia política, para confundir os policiais.

A segunda versão refere-se a um “documento” enviado pelos sequestradores ao staff do Barão, para comprovar o sequestro. Alguns afirmam que se trata de um documento escrito e assinado pelo próprio

Berlinguer abriu a sessão de seu Comitê Central considerando absurda a obstinação da DC

Berlinguer propõe Governo amplo sujeito a controle

Araújo Netto
Correspondente

Roma — Na página 40 da ampla e eclética exposição que fez na abertura da reunião do Comitê do Partido Comunista Italiano — em 45 páginas datilografadas — o secretário-geral Enrico Berlinguer formulou uma hipótese que pode pôr fim à crise de Governo na Itália. Uma hipótese de solução que vem de encontro a uma idéia e à proposta mais audaciosa de Giulio Andreotti para evitar as eleições antecipadas e constituir o 35º Governo italiano depois da Segunda Guerra Mundial.

“Parece-nos justo — no caso de um agravamento da crise governa-

um Governo de emergência, de unidade e solidariedade entre todas as forças populares”, Enrico Berlinguer ofereceu ontem a maior e mais inesperada contribuição à difícil, quase inviável missão que a Democracia Cristã e o Presidente da República Giovanni Leone confiaram ao Deputado Giulio Andreotti.

Tudo o que Berlinguer pede exige, como Secretário do PCI, é um comportamento de responsabilidade. Um autêntico gesto de reciprocidade: “análogo — diz ele — àquele que nós (os comunistas ita-

lo uma luta eleitoral que dividiria o país em dois. Berlinguer disse que “como Partido comunista é por princípio contrário ao aborto, salvo como remédio extremo, em casos de perigo e frustração da personalidade da mulher. Negamos que o aborto, seja instrumento de emancipação feminina... Sustentamos a urgente necessidade de criar condições culturais e sociais tais, pelas quais o aborto cesse, não somente como princípio, mas também nos fatos, de ser um meio ordinário de controle dos nascimentos. Como Partido revolucio-

O giro pela editoria internacional era inesgotável. Do outro lado do Atlântico, ficava-se sabendo que “Ministro canadense renuncia”, pequena nota publicada no dia 01/02, na página 12 (Figura 90).

“O Procurador-Geral do Canadá, Francis Fox, anunciou ontem sua renúncia por ter forjado um certificado de aborto por uma mulher casada engravidada por ele. O Primeiro-Ministro, Pierre Trudeau, ao comentar a renúncia de seu potencial sucessor, destacou que Fox foi um ministro jovem, dinâmico, inteligente, que se consagrou com grande dedicação ao serviço público. Fox poderá voltar ao Gabinete se for reeleito nas eleições gerais deste ano.”

A dimensão de escândalo, típica do registro *fait divers*, também atingia os países desenvolvidos. A vida privada que ganhava o domínio da vida pública carregava nesse movimento forte componente político, fazendo do aborto um fenômeno com poder de ejetar autoridades de cargos oficiais, bem como de manchar carreiras de políticos. Um tema de ascensão e queda, de desmoralização e consagração.

Figura 90 – JB - 01/02/78 – Internacional – p. 12



“Esquerda quer Rei com menos poder”, do dia 02/02, editoria Internacional, página 14 (Figura 91), colocava a Espanha no radar noticioso. O país ibérico discutia nova Constituição, no âmbito do processo de transição democrática após o fim do regime franquista. Informa a matéria que “socialistas e comunistas representados no Parlamento espanhol propuseram restrições às atribuições do Rei na nova Constituição, cujo anteprojeto começará a ser debatido nos próximos meses, devendo ser submetido a um referendo nacional, para sua aprovação, provavelmente em maio”.

As restrições ao poder do rei eram propostas pelo Partido Socialista Operário Espanhol, que defendia o “direito do soberano reinar, mas não governar ou desempenhar um papel político no país. Nesse caso, seria o Parlamento, e não o rei o encarregado de designar o Primeiro-Ministro”.

O anteprojeto continha 1.133 propostas, e a matéria informa a participação dos partidos na confecção do texto, relatando que os “comunistas incluem a legalização do divórcio e aborto, a abolição da pena de morte, garantias para a formação de sindicatos livres e fazer com que o Governo seja submetido a voto de confiança”.

O debate constituinte na Espanha é prova de que o fenômeno estava alçado à condição de assunto do mais alto valor e preocupação, social e jornalística. Por que, no final das contas, entre centenas de projetos, aqueles eram realçados? Identificado com o espectro da esquerda, era acompanhando de matérias do âmbito da família, como o divórcio, bem como com liberdades e direitos civis e políticos, como a livre associação. Nesse sentido, o tema, a partir de uma perspectiva liberal, figurava como fenômeno fulcral do processo histórico do pós-Guerra no qual nações se redemocratizavam e buscavam reconstruir-se a partir dos escombros do fascismo e do autoritarismo. Também, nesse panorama, investidas laicas, contrárias a dogmas e pressupostos religiosos sobre vida, obtinham repercussão nos debates em que distintas nações se engajavam. O aborto tornara-se um tema de democracia.

Figura 91 – JB - 02/02/78 – Internacional – p. 14



No Brasil, a trajetória semântica da interrupção da gravidez era capturada por um ruído diplomático. “D. Aloisio nega que Papa tenha acusado tortura no Brasil” foi manchete

do dia 04/02/78 (Figura 92) em que se lia em seguida: “O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, D. Aloisio Lorscheider, afirmou ontem que o Papa Paulo VI não citou ‘explicitamente o nome de nenhum país’ ao discursar para o Corpo Diplomático no Vaticano, dia 14. A revista *Civiltá Cattolica*, dos jesuítas italianos, informara que Brasil, Chile e Argentina foram citados como países que usam a tortura”.

No esforço de evitar um incidente diplomático aberto, o chefe da Igreja Católica no Brasil avisava que “o discurso tratou dos direitos humanos em geral, com referência especial à liberdade religiosa, à igualdade fundamental dos homens, à integridade física e psíquica das pessoas”. Nesse contexto genérico, o Papa “considerou a tortura e a violência análogas à pessoa humana ‘muito mais grave para a consciência cristã’ do que o duelo e o aborto, contra os quais a Igreja já tomou ‘atitude severa’”.

Figura 92 – JB - 04/02/78 - capa

JORNAL DO BRASIL
Rio de Janeiro — Sábado, 4 de fevereiro de 1978 — Ano LXXXVII — N.º 300

TEMPO
Bom c/ aumento do neb., instab. de caráter pré-frontal ao entardecer c/ poss. trov. princ. nas reg. N. e Rural. Temp. estável. Ventos de Noroeste, fracos a mod., c/ raj. ocas. Máx.: 40,1 (Bangu); Mín.: 21,4 (A. B. Vista). (Mapas na pág. 21)

PREÇOS, VENDA AVULSA, Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais:
Dias Úteis . . . Cr\$ 4,00
Domingos . . . Cr\$ 3,00
SP, PR, SC, RS, MT, BA, SE, AL, RN, PB, PE, ES, DF e GO:
Dias Úteis . . . Cr\$ 7,00
Domingos . . . Cr\$ 8,00
CE, MA, AM, PA, PI, AC e Territórios:
Dias Úteis . . . Cr\$ 7,00
Domingos . . . Cr\$ 9,00

ASSINATURAS — Domiciliar (Rio e Niterói): Tel. 264-6807.
3 meses . . . Cr\$ 225,00
6 meses . . . Cr\$ 384,00
São Paulo, Capital:
3 meses . . . Cr\$ 500,00
6 meses . . . Cr\$ 1.000,00
Postal, via aereota, em toda

D Aloisio nega que Papa tenha acusado tortura no Brasil
Fortaleza — O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, D Aloisio Lorscheider, afirmou ontem que o Papa Paulo VI não citou “explicitamente o nome de nenhum país” ao discursar para o Corpo Diplomático no Vaticano, dia 14. A revista *Civiltá Cattolica*, dos jesuítas italianos, informara que Brasil, Chile e Argentina foram citados como países que usam a tortura.
“O discurso tratou dos direitos humanos em geral, com referência especial à liberdade religiosa, à igualdade fundamental dos homens, à integridade física e psíquica das pessoas”, explicou D Aloisio. O Papa Paulo VI considerou a tortura e as violências análogas à pessoa humana “muito mais graves para a consciência cristã” do que o duelo e o aborto, contra os quais a Igreja já tomou “atitude severa”.

Na Av. Brasil, ontem, o movimento de saída de carros foi superior ao de chegada, o que tornou o trânsito

A matéria interna não trazia dados novos, porque, de fato, a ênfase era no “mal-entendido” acerca da tortura. Naquele momento, o processo de abertura democrática do país estava em sua marcha lenta e gradual de modo que estavam postas condições menos desfavoráveis para a emissão de críticas ao uso da tortura pelo Estado contra dissidentes. Nessa mobilização cristã a favor da dignidade humana, traduzida pelo paradigma dos Direitos Humanos, o aborto era acolhido como exemplo criminoso. A rigor, um crime “menos grave” na hierarquia moral da infâmia estipulada pelo Vaticano, mas nem por isso um crime tolerável, sobretudo porque situado no cenário de brutalidade autoritária e apreciado como

uma prática antagônica aos referenciais democráticos expressos pela liberdade religiosa, igualdade entre pessoas e integridade física e psíquica.

O empreendedorismo moral cristão, dominado pelo Vaticano, passava aos poucos a ser também concorrido por correntes protestantes, que produziam, a seu turno, suas próprias narrativas intelectuais. “O bom negócio do livro religioso” foi título do Caderno Livro do dia 18/03/78, página 4 (Figura 93), no qual se lia que “hoje, cerca de um terço da população dos Estados Unidos filia-se a seitas evangélicas fundamentalistas. Em paralelo ao rápido crescimento desse ramo religiosos, observou-se nos últimos 10 anos um rápido crescimento do número de editoras e livrarias especializadas em alimentar a sua religiosidade”.

Figura 93 – *JB* - 18/03/78 – Caderno Livro – p. 4

ESTADOS UNIDOS

O BOM NEGÓCIO DO LIVRO RELIGIOSO

NOVA IORQUE — Hoje, cerca de um terço da população dos Estados Unidos filia-se a seitas evangélicas fundamentalistas. E paralelo ao rápido crescimento desse ramo religioso, observou-se nos últimos 10 anos um rápido crescimento do número de editoras e livrarias especializadas em alimentar a sua religiosidade.

Gary Foster, presidente da Associação dos Livreiros Cristãos (com sede em Colorado Springs, Colorado, informa que nos Estados Unidos e Canadá há pelo menos 5 mil livrarias e pontos de venda de livros religiosos, dos quais 2mil 500 são associados à entidade que preside.

Os critérios de comercialização variam de local para local, mas algumas tendências tornaram-se nítidas nos últimos anos. Uma, o aumento de vendas de obras que interessam diretamente aos fundamentalistas. Outra, uma aceitação maior de livros publicados pelas editoras católicas. Finalmente, a queda gradual dos tabus, o que já permite se encontrar em muitas livrarias, por exemplo, obras que tratam, do ponto-de-vista cristão, de problemas antes sequer mencionáveis, como o homossexualismo.

Outros assuntos que antes constituíam tabus — ou quase — e que agora recebem grande atenção das editoras religiosas: educação sexual, dificuldades familiares, divórcio, **aborto**. Os livros de dieta, ginástica e beleza indicam uma nova maneira cristã de encarar o corpo. Mas a grande voga é dos testemunhos de convertidos, dos



maioria delas só metade desse faturamento corresponde a livros: o resto é produto da comercialização de discos, cartões e objetos religiosos. A Associação dirigida por Foster calcula que cada mês são abertas, no país, de 20 a 30 novas livrarias religiosas, e que o capital requerido para começar o negócio oscila entre 35 mil e 50 mil dólares.

Os dados sobre 1977 ainda não estão disponíveis, mas em 1976 as editoras religiosas faturaram um total de 274 milhões de dólares; mais da metade desse total corresponderia à venda de livros publicados pelos evangélicos, numa estimativa da recém-criada Associação dos Editores Evangélicos, com sede em La Habra, Califórnia.

Segundo um porta-voz dessa Associação, que já conta com 36 membros, é cada dia maior o número de grandes editoras que incluem em seus programas uma linha de lançamentos religiosos. É o caso da Harper & Row, que não apenas criou um departamento de obras religiosas, como trans-

Os dados deixavam claro a robustez do fenômeno: “Gary Foster, presidente da Associação dos Livreiros Cristãos (com sede no Colorado), informa que nos EUA e Canadá

há pelo menos 5 mil livrarias e pontos de venda de livros religiosos, dos quais 2 mil e 500 são associados à entidade que preside”.

O que caracterizava esse mercado? De acordo com a matéria, “algumas tendências tornaram-se nítidas nos últimos anos. Uma, o aumento de vendas de obras que interessam diretamente aos fundamentalistas. Outra, uma aceitação maior de livros publicados por editoras católicas. Finalmente, a queda gradual dos tabus, o que já permite se encontrar em muitas livrarias, por exemplo, obras que tratam, do ponto de vista cristão, de problemas antes sequer mencionáveis, como o homossexualismo”.

Também o silêncio se esvaía em relação a outros tópicos. “Outros assuntos que antes constituíam tabus -- ou quase -- e que agora recebem grande atenção de editoras religiosas: educação sexual, dificuldades familiares, divórcio, aborto”, afirmava o texto, citando ainda a “grande voga dos testemunhos de convertidos”.

O restante da matéria aborda a pujança desse filão do mercado editorial que indicava, entre outras coisas, uma vontade de saber sedenta por temas sensíveis, entre os quais o aborto. Diferentemente das mensagens do Vaticano, centralizadas e personalistas, as narrativas evangélicas nos EUA se pulverizavam entre obras diversas, gerando um campo amplo de produção de sentidos que, se não é detalhado, não deixa dúvidas sobre o interesse público acerca da interrupção da gravidez, bem como sobre a força econômica do mercado editorial. Também não há margem de dúvida sobre a associação entre setores fundamentalistas e o aborto, que permite conjecturar sobre a configuração de fanatismos.

Não se tinha notícias de fenômeno similar no Brasil de forte influência católica. Se não havia evidências de livros e obras em profusão, certo é que havia a vigorosa e comunicativa atuação da Igreja Católica, protagonista implacável da resistência anti-aborcionista. “D. Eugenio lança campanha em Defesa da Vida para reduzir números de aborto” estampou a página 19 do 1º Caderno no dia 06/04/78 (Figura 94).

“Um chamado à consciência de todos os que defendem os direitos humanos’, é como o Cardeal Eugênio Sales qualifica a Campanha em Defesa da Vida por ele lançada ontem no Palácio São Joaquim e que deverá ser concretizada através de palestras, debates e projeção de slides que ajudem as pessoas a tirar dúvidas e evitar o aborto”.

A Igreja brasileira inovava em seus esforços contra a legalização da prática. O divórcio, que fora aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado no ano anterior, deixara de ser o inimigo número 1. A Igreja tinha trocado de faixa. A batalha era contra o aborto, a partir de então.

O coordenador da campanha, Padre Ney Affonso de Sá Earp, disse na ocasião “não ter dados numéricos a respeito, mas admite que assim como ‘no mundo se constata um crescimento galopante do aborto, em nossa cidade existe uma mentalidade da sua aceitação, expressa por eufemismos tais como *interrupção da gravidez* (aborto) e *produto da gravidez* (criança)”.

Figura 94 – JB - 06/04/78 – 1º Caderno – p. 19

as de cole-
s figuraram
ho até gra-
cula a acu-

uérto, uma
itas foi a de
os colegas.
atos e fatos
errotadas,
que apela-
ps para des-
a reputação
uma reunião
rante a qual
rede convo-
brandindo
e eu denun-
fessores da
o que era
Em inquéri-
na autorida-
apelar para
o intuito de
lade.

n que poder
para — na
cínio do ré-
ber o Govern-
entar quase
fessores, se
a qualquer
ria. Com to-
o se explica
iaie elevados

ataques fei-
de 1963 são
te das atitu-
de ano, não
uolicamente,
aculdade, no
e no Con-
restel depoi-
ocado a fa-

do JB reme-

D Eugênio lança Campanha em Defesa da Vida para reduzir número de abortos

“Um chamado à consciência de todos os que defendem os direitos humanos” é como o Cardeal Eugênio Sales qualifica a Campanha em Defesa da Vida por ele lançada ontem no Palácio São Joaquim e que deverá ser concretizada através de palestras, debates e projeção de slides que ajudem as pessoas a tirar dúvidas e evitar o **aborto**.

O Padre Ney Affonso de Sá Earp, que coordenará a Campanha, disse não ter dados numéricos a respeito mas admite que, assim como “no mundo se constata um crescimento galopante do **aborto**, em nossa cidade existe uma mentalidade da sua aceitação, expressa por eufemismos tais como *interrupção da gravidez* (**aborto**) e *produto da gravidez* (criança)”.

A PREOCUPAÇÃO

O lançamento da Campanha em Defesa da Vida foi feito exclusivamente diante dos jornalistas e tendo como únicos presentes responsáveis o Cardeal Sales, Padre Ney (professor de ética, na PUC) e Dona Maria do Carmo Sarabanda (secretária da Campanha).

Dom Eugênio lembrou duas constatações que o levaram à Campanha: de um lado, “a violência generalizada contra a vida humana”, especialmente a partir da sua concepção e, do outro, “a preocupação crescente pelos direitos humanos”. E para ele, o direito a vida no embrião humano é tão respeitável como em qualquer pessoa que se destaca na vida social. Por is-

dem os direitos humanos” para que reconheçam esse direito em todo embrião portador de vida humana.

A INFORMAÇÃO

Alegando outros compromissos, o Cardeal demorou-se com os jornalistas apenas cinco minutos. Tomou então a palavra o Padre Ney para dizer que um dos motivos por que a Arquidiocese lançou a Campanha é o perigo de também no Brasil vir a ser legalizado o **aborto**. Por outro lado, disse ele, “existe muita gente desinformada e a quem devemos mostrar as características humanas do feto desde a sua concepção”.

O coordenador da Campanha se deteve também

Esse é um aspecto observado por Boltanski (2004) nos contextos de legalização do procedimento: a manipulação ontológica do feto, ou seja, o uso de termos que se esquivassem da representação vocabular convencional do corpo intra-uterino, num arranjo linguístico em que o “feto desaparece para que o aborto apareça” (2004, p. 144). Com astúcia, a Igreja atacava um dos fios semânticos pelos quais a luta pela legalização era tecida, empenhando-se

numa política vernacular. Uma palavra, na política brasileira do aborto, podia valer tanto quanto mil imagens.

Na matéria, torna-se público que “o lançamento da Campanha em Defesa da Vida foi feito exclusivamente diante dos jornalistas e tendo como únicos presentes responsáveis o Cardeal Sales, Padre Ney (professor de ética, na PUC) e Dona Maria do Carmo (secretária da Campanha)”.

O repúdio enérgico e a reivindicação do primado da vida desde a concepção eram claros. Disse Dom Eugênio Sales sobre as motivações da campanha: “de um lado, a violência generalizada contra a vida humana, especialmente a partir de sua concepção e, do outro, a preocupação crescente pelos direitos humanos”. Para o cardeal, “o direito à vida do embrião é tão respeitável como em qualquer pessoa que se destaque na vida social”.

No contexto de torturas e violência do Brasil da ditadura, a Igreja encontrava um flanco aberto para nele encaixar o aborto como um elemento disruptivo e danoso. E, não mais restrito às representações etéreas e metafísicas traduzidas em conceitos tais como alma. Porque a vida social -- a sua trama concreta, objetiva e imanente -- estendia-se até a intimidade do útero. O divino transmutava-se em personagem declaradamente social e mundano.

Ainda de acordo com o Padre Ney Affonso, outra razão para a ação da Igreja era o “perigo de também no Brasil o aborto vir a ser legalizado. Existe muita gente desinformada e a quem devemos mostrar as características humanas do feto desde a sua concepção”.

A lógica do contágio era nítida, e a campanha, por assim dizer, era proposta como um vetor de prevenção. Isso diz muito não apenas sobre o engajamento, mas também sobre a sofisticação da empreitada. Por causa do aborto, colocava-se em prática uma estratégia racional de comunicação, com estrutura organizacional e táticas de disseminação de informação, que exigia preparo, planejamento, financiamento e capacidade de execução. A Igreja buscava incidência cultural e política e, para tanto, lançava mão de uma vigorosa investida de persuasão e marketing, que nada tinha de amador, pois encenava seu ato para jornalistas contando com a força de mediação do ofício. O profissionalismo empregado levanta algumas reflexões, sobretudo quando se observa o intento de esclarecimento dos clérigos acerca da exposição das “características humanas desde a concepção”.

Conforme Boltanski (2004) observa, a partir da década de 1970, o feto entra em cena na sociedade. Muito em função, como já mencionado, das tecnologias biomédicas de imagem, que concederam impactante representatividade visual à morfologia embrionária/fetal, tornando acessível aos sentidos o que antes era abstração. Ao reivindicar os traços humanos, a

Igreja fazia um apelo de ordem afetivo, porque projetava um contínuo simbólico de dignidade que unia a dimensão molecular do zigoto à vida pós-uterina, nascida e biográfica. E, nessa operação, abastecia de sentidos morais e sentimentais o debate. Afinal, o aborto não era outra coisa senão a destruição de uma vida, uma forma de assassinato de alguém “inocente”. A alusão ao respeito e ao perigo compunham uma economia sentimental que evocava um repertório afetivo comum ao tema: medo, indignação e piedade constituíam reações a uma prática que era sinônimo de perda e crueldade.

A Igreja, nesse sentido, agia como mediadora sentimental, atribuindo valor social a um corpo que, por outros caminhos, através das demandas feministas e legalizantes, era objeto de tentativas de relativização. O feto era, com efeito, um objeto em disputa, em construção e desconstrução.

As operações de negociação e definição sobre os limites da vida humana não se limitam a refletir vicissitudes do mundo real e objetivo, suas linguagens e tensões políticas. Elas também atuam como um convite ao pensamento crítico sobre o processo de produção de conhecimento, isto é, a condição social e simbólica da própria Ciência, principalmente no campo das Ciências Sociais. E, com particularidade ainda maior, no âmbito da Antropologia e Sociologia. A perspectiva do “construcionismo” a que Boltanski (2004) alude – e que também Le Breton (2008) e Wagner (2010), cada um a seu modo, fazem uso -- está longe de ser um referencial teórico e metodológico auto-evidente.

Porque trata-se de um ponto de partida voluntário, de uma escolha que é feita a partir de intenções e preferências. Quando se trabalha com a perspectiva de que todo fenômeno é social e que, portanto, nenhuma conduta humana, subjetiva ou objetiva, concreta ou imaterial, pode ser identificada, descrita e compreendida fora da teia social circundante, isso não significa um exercício meramente descritivo de algo como produto social. Trata-se de um ato deliberado, uma posição ideológica e política, pois encontra-se não raro, como no caso específico do aborto, no centro de disputas conceituais nas quais convenções podem ser registros conflituosos, dissonantes e antagônicos (BOLTANSKI, 2004). Ainda de acordo com Le Breton (2004, p. 622), “os conflitos de escolas [teóricas] não são conflitos sobre maneiras desiguais de buscar a ‘verdade’, mas tão somente conflitos de interpretação que repousam sobre olhares e métodos portadores de valores e sensibilidades diferentes. [...] toda decisão metodológica no trabalho sociológico possui uma contrapartida teórica e conceitual”.

Por essa lógica, a noção de “construção social” enquanto referência teórica também é uma forma de invenção, nos termos de Wagner (2010). Inventar pode ser encarado como um ato de simbolização que qualifica e legitima um objeto de estudo, suas hipóteses e achados.

Da mesma maneira que as batalhas em torno do aborto, ou mesmo em torno de assuntos diversos, podem decretar a inserção e o acolhimento social de um corpo ou coisa, seja ela animada ou inanimada. Para que um ser humano seja qualificado como tal, é crucial a sua codificação simbólica, que lhe permite tanto a singularização quanto o reconhecimento pelos outros, bem como a imersão nas pulsões culturais que movem uma sociedade. É nessa dinâmica – de adoção ou rejeição simbólica -- que a condição fetal se encontra, adquire voltagem afetiva e transforma-se em matéria empírica.

Na perspectiva do “construcionismo”, é importante ter em vista que se trata de um exercício crítico e complexo. Crítico, porque reconhece que a empreitada científica não pode ser confundida como tarefa isenta e neutra, sendo importante mirá-la com olhar de desnaturalização. Igualmente crítico, porque “abre um campo de possibilidades relativamente indeterminadas e exerce efeitos de liberação” (BOLTANSKI, 2004, p. 209), facilitando desmontar e dissecar fenômenos, atos e processos semânticos para, na sequência, remontá-los a partir de novos registros e ângulos.

Por exemplo, o aborto pode ser compreendido, sob esta perspectiva teórica, como um grave problema na medida em que é enquadrado no contexto da sacralidade da maternidade. Sacralidade que pode, a seu turno, ser questionada (desconstruída) diante de suas raízes religiosas milenares, dos riscos sanitários envolvidos ou da usurpação da autonomia sobre o corpo. Assim, a maternidade compulsória é entendida como uma “construção social”. Desconstruí-la encerra o problema?

Não necessariamente. O elemento de complexidade desse jogo de monta e desmonta é justamente o fato de a realidade ser, sob qualquer ângulo, irreduzível. Examinável, desmembrável e categorizável, sim, mas nunca de forma peremptória e absoluta no sentido de encontrar um substrato primordial. Não é por outra razão que Becker (1993) disserta sobre a incapacidade de se representar plenamente a realidade social, tida como um registro parcial e incompleto. Conforme Boltanski (2004) argumenta:

[...] o construcionismo constitui um jogo com o realismo. Porque, se no momento da desconstrução as qualificações são tratadas como puramente “históricas” no sentido de “arbitrárias” ou “intencionais”, de modo a colocar em evidência o realismo ilusório das posições submetidas à crítica, no momento construcionista nós nos aproveitamos de diferentes qualificações para estabelecer a existência de entidades essencialmente diferentes situadas na realidade independentemente das disposições da mente. O momento construcionista está associado a um movimento de retorno ao essencialismo mais trivial. (2004, p. 208, tradução nossa).

Em outras palavras, a desconstrução é também um ato inventivo, suscetível, ele próprio, a reavaliações e dissecações. E, assim, sucessivamente, num vaivém teórico-analítico

em que construir e desconstruir não raro se sobrepõem e se confundem, em compasso de retroalimentação. Isto vale para a condição fetal e também para a condição dos fetos. Sendo estes compreendidos como construções sociais, de que modo é possível pensar a sua substância histórica e seus condicionantes culturais, sem a pretensão de exauri-los?

Interrogando-se acerca da sua manifestação rotineira pode ser uma saída. Na política de aborto brasileira, a Igreja formalizava, em sua encenação com jornalistas, o afeto de indignação, procurando ratificar, no repertório sentimental comum, repulsa e hostilidade como reações “naturais” à prática. A ênfase na morfologia fetal como forma de aproximação entre corpos – não-nascidos e nascidos, separados em termos de evolução histológica, mas unidos discursivamente – não deixa de ser, simultaneamente, uma forma de distanciamento e de discriminação de emoções: no panorama de uma promoção cerimonial de fetos, o objetivo parecia tornar automático e espontâneo o sentimento de aversão, sacramentando-o como uma expressão involuntária e óbvia de afeto, de modo a afastá-lo do registro do espanto e do inesperado. A repulsa ao aborto insinuava-se como um hábito e não como solavanco, em consonância com o pressuposto de Le Breton (2004, p. 624) segundo o qual “a emoção não está necessariamente ligada a um evento forte no sentido de que ela está, permanentemente, presente na relação com o mundo e não somente quando a existência escapa do ordinário”.

A rotinização de fetos entraria em cena cinco dias depois, com a matéria “Arquidiocese do Rio lança Campanha contra o aborto com palestras e ‘slides’”, na página 16 do 1º Caderno (Figura 95), informando sobre a mesma campanha, inaugurada na cidade com o intuito de “combater o aborto, provando que desde o instante da concepção existe um novo ser com todos os direitos da pessoa humana – segundo um folheto distribuído na ocasião – ‘tão importante, hoje em dia, quanto a luta de libertação dos escravos no século que passou’”.

A operação de comunicação da Igreja mostrava um tom redentor e triunfal, como se a resistência ao aborto exigisse jornadas heroicas. A equiparação à luta pela abolição da escravidão consagrava a potência polissêmica do fenômeno, numa linguagem hiperbólica à altura do que a Igreja brasileira enxergava como um desafio homérico.

“Depois de afirmar que ‘há muitos interesses escusos que conspiram direta ou indiretamente para essa atual matança de inocentes’, o folheto lembra que o novo ser, 18 dias após a sua concepção, já tem coração que bate e, com três meses, ‘já é capaz de engolir, chupa dedo, dorme e acorda, todos os seus sistemas vitais estão presentes e, daí por diante, já não vai aparecer nada de radicalmente novo, mas somente o crescimento e maturação do que já existe”.

Figura 95 – JB -11/04/78 – 1º Caderno – p. 16



Arquidiocese do Rio lança campanha contra o aborto com palestras e “slides”

A Campanha Defesa da Vida, que a Arquidiocese do Rio começou ontem à noite, para combater o aborto, provando que desde o instante da concepção existe um novo ser com todos os direitos da pessoa humana, é — segundo um folheto distribuído na ocasião — “tão importante, hoje em dia, quanto a luta de libertação dos escravos no século que passou”.

Depois de afirmar que “há muitos interesses escusos que conspiram direta ou indiretamente para essa atual matança de inocentes”, o folheto lembra que o novo ser, 18 dias após sua concepção, já tem coração que bate e com três meses “já é capaz de engolir, chupa o dedo, dorme e acorda, todos os seus sistemas vitais estão presentes e, daí por diante”, já não vai aparecer nada de radicalmente novo, mas somente o crescimento e maturação do que já existe”.

INJUSTO E CRUEL

A Campanha, que está sendo dirigida pelo Padre Ney Affonso de Sá Earp (filho de médico e professor de Ética da PUC), compõe-se de palestras e apresentação de slides mostrando que “crianças que ainda não nasceram estão sendo deliberadamente suprimidas, porque um mundo desnaturado resolveu decretar que a vida uterina vale menos do que qualquer capricho”.

Ele critica também “a indiferença e o descomprometimento, homens e mulheres, rapazes e moças caem nos piores desmandos, iludidos pela propaganda sem escrúpulo de uma indústria cultural, que fomenta todas as aberrações, com o único intuito de lucro e de comércio”.

A Campanha Defesa da Vida começou ontem na Igreja de Nossa Senhora das Graças, em Marechal Hermes. A próxima sessão será quinta-feira, às 20h, na Igreja de São Cosme e São Damião, no Andaraí; sexta-feira, também às 20h, na Igreja de São Geraldo, em

transportes

O que já existe é, por assim dizer, um ser dotado de expectativas e rodeado de afetos, especialmente quando se observa o esforço para realçar gestos, faculdades, competências e anatomia marcadamente humanas, inerentes à vida diária e cotidiana. Quem não haveria de se comover e render-se à ternura contida na narrativa construída pela Igreja católica? O feto era um ser vivo miniaturizado, mas ainda assim um ser humano como outro qualquer, caracterizado por traços e atos triviais e cotidianos.

A campanha pode ser pensada como mais do que um panfleto político. Pode-se especular acerca de uma espécie de educação sentimental, um esforço de pedagogia afetiva

direcionada às paixões sociais associadas ao feto. “A emoção está vinculada às circunstâncias morais, ela não é espontânea, mas ritualmente organizada. Ela revela a comunicação social” (LE BRETON, 2004, p. 625).

Era exatamente o que a Igreja utilizava: a comunicação. E, ao revelar-se comunicação social, a emoção apresenta-se, com efeito, como mediação e como fator constituinte da realidade. “Injusto e cruel” é o entretítulo que inicia a exposição do conteúdo dos tais “slides”, que, entre outras coisas, falam de “crianças que ainda não nasceram e estão sendo deliberadamente suprimidas porque um mundo desnaturado resolveu decretar que a vida uterina vale menos do que qualquer capricho”.

Na raiz desse panorama sombrio, “[...] homens e mulheres, rapazes e moças caem nos piores desmandos, iludidos pela propaganda sem escrúpulo de uma indústria cultural, que fomenta todas as aberrações, com único intuito do lucro e do comércio”.

A campanha seria levada, nos próximos dias, aos bairros de Marechal Hermes e Andaraí, segundo a matéria. Nesse tour missionário com agenda programada, folhetos e slides, ao que tudo indica, dariam continuidade ao trabalho de construção e confirmação de afetos que há séculos circulavam na sociedade. E que, naquelas circunstâncias históricas, eram explorados, com ênfase repetitiva, face aos dramas e “perigos” múltiplos, inclusive os midiáticos e sua indústria cultural apocalíptica. Assim, a Igreja atualizava dogmas e condenações, num trabalho de escopo local que procurava consolidar o afeto da ojeriza nas tramas ordinárias do cotidiano.

No que se identificou no restante do primeiro semestre de 1978, nota-se a intensificação das tensões na Itália. Entre meados de abril até o início de junho, a pauta monopolizou debates e provocou queixumes e reprimendas. A Câmara dos Deputados aprovou novo texto autorizando a interrupção da gravidez quando a mulher não tivesse condições socioeconômicas e/ou houvesse risco à gestante. O Vaticano, imediatamente, condenou. Semanas depois, o Senado ratificou a decisão dos deputados, para, ato contínuo, ser vergastado pela Santa Sé. Apesar dos protestos, a lei entrou em vigor e de modo algum arrefeceu as resistências, uma vez que continuou sendo alvo sistemático da Igreja e de setores anti-aborcionistas, num roteiro de conflito político e sentimental preenchido por argumentos e encenado por empreendedores morais já mapeados nesta tese.

No ano seguinte, a tematização religiosa continuaria vigorosa. João Paulo II seria eleito o novo Papa em fins de 1978 e expandiria a atuação global e midiática da Igreja de forma ainda mais acentuada, tornando o repúdio ao aborto uma bandeira central de seu pontificado. Mas não só ele, no campo da religiosidade anti-aborcionista, se destacaria, como

é o caso de Madre Teresa de Calcutá. Em contraponto, no campo dos defensores da descriminalização e legalização, certas figuras também seriam notícia.

4.6 “O papa é pop”: João Paulo II e a Igreja contra o aborto

A ministra francesa Simone Veil foi uma dessas protagonistas. Em meados de 1979, ela saía do gabinete do presidente Valéry Giscard d’Estaing, após ocupar a pasta da Saúde e Previdência Social por cinco anos. O próximo destino era o posto de deputada no Parlamento Europeu. “Simone Veil deixa o governo” foi notícia no dia 05/07/79, na página 14 da editoria Internacional (Figura 96).

O protagonismo que lhe era concedido derivava em larga medida de decisões e ações que tomara ao longo de sua gestão, elogiada pelo próprio presidente. “O presidente Giscard d’Estaing prestou homenagem durante o Conselho de Ministros. ‘V. Exa simbolizou o acesso da mulher às mais altas responsabilidades da sociedade francesa. Sua ação conquistou a afeição e estima de todos’. E acrescentou: ‘Sentiremos falta do sorriso de V. Exa.’, gentil frase que franziu as sobrancelhas das feministas presentes”.

O feminismo, como se vê, estava dentro dos gabinetes dos altos círculos de poder e decisão, atento e vigilante às palavras e atos das autoridades. Simone Veil projetara-se internacionalmente, conseguindo “criar, intencionalmente ou não, uma espécie de mito. Uma mulher terrivelmente eficaz e, ao mesmo tempo, humana e autoritária, que não se misturava com a política”.

Conforme a matéria relata, a gestão mesclava fracassos e êxitos, entre eles aquele que era considerado o seu maior feito: a lei do aborto, que descriminalizara e legalizara a prática, impactando de forma tão radical a sociedade francesa a ponto de ser capaz de mitificar indivíduos, especialmente, uma mulher, num ambiente social em que as desigualdades de gênero eram perceptíveis sem muito esforço nas palavras do presidente do país. Simone Veil tornara-se uma grife global por causa de sua liderança na questão do aborto e os consequentes efeitos que isso causara na opinião pública. Assim, nesse caso específico, a interrupção da gravidez demonstrava ser um fenômeno capaz de conferir prestígio e alçar figuras públicas ao reconhecimento global.

Figura 96 – JB - 05/07/1979 – Internacional – p. 14

bas, obri
as pesso
luxuosos
gam apa
na Costs
aborrecid
mungane
seguida
cientes, j
humor e
movimen
Mas
te o bast
var na l
primeira

W
Bo

Vien
os sobre
como de
Centro
de Vien
cisão do
Ocidenta
para ass
vai perm
a perseg
metidos
rista.

Wien
que do p
"ato pol
cas cos
contudo,
que esp
gor a pr
çador de
novas e
quadrar
de guer

lo ter co-
as que de-
Vietnam
giados pe-

CEE de-
a receber
ático, pla-
ferência
atara do
e 22 em
ais 1 mil
recebeu,
cial para

s aborda-
ngganu, e
cação pa-
uma jo-
idades lo-
grupo de
ornecerem

Exteriores
ais "ultra-
sorção de
aceliará
nicado do
Vermelha,
ambojanos
u país sem
nilitar que
ortes, em
eles não
ncidos a
necessá-

em seu bo-
da de que
são sufici-
a encon-

Simone Veil
deixa o
Governo

Arlette Chabrol
Correspondente

Paris — Após cinco anos à frente do Ministério da Saúde e Previdência Social, a Sra Simone Veil deixou ontem suas funções governamentais, durante a reunião semanal do Conselho de Ministros. A partir do dia 20, aquela que manteve recordes de popularidade entre os dirigentes da Maioria, assumirá seu posto de

No Brasil, o assunto também se convertera em questão candente de opinião pública. Contudo, associado mais a vilanias do que a heroísmos femininos. Numa mediação então inédita, o aborto era notícia porque a tematização televisiva gerava mal-estar. Na matéria “Muito jornalismo e bons seriados”, publicada na página 7 do Caderno de Serviços do dia 06/07/79 (Figura 97), era apresentada a programação semanal das principais emissoras do país, que iriam transmitir eventos esportivos, entrevistas com personalidade políticas, seriados, programas de saúde e de música.

Entre os seriados, a matéria informava que “na quinta, o canal 4 coloca no ar mais um episódio de Malu Mulher⁵³, que vem criando uma certa polêmica entre as mulheres, principalmente quando aborda tabus como o aborto”.

⁵³ *Malu Mulher* foi uma série de televisão exibida pela Rede Globo entre maio de 1979 e dezembro de 1980. Protagonizada por Regina Duarte e Denis Carvalho e dirigida por Daniel Filho, a trama retratava a vida cotidiana de Malu, socióloga divorciada e com uma filha adolescente. Os dramas encenados falavam das dificuldades da condição social da mulher em um mundo mais livre e, ao mesmo tempo, tomado de

A teledramaturgia, assim, contribuía para o debate, o que não significava que fosse uma tarefa tranquila e indicava que, de fato, o aborto era um fenômeno cujo caráter “oficioso” revelava-se tamanho e tão delicado que abordá-lo, ainda que na ficção, mexia nas sensibilidades morais. Como se certas coisas não pudessem ser mencionadas em público, sob o risco de escancarar e contagiar a sociedade com pautas subversivas.

Figura 97 – JB - 06/07/79 – Caderno de Serviços – p. 7

americano, anal, e às 7 tam-lênis, com ada entre e Hans Pa re e inoção de partamen- n e mais fada para desse es-
esportiva cabou. A o canal 4 frito de partida de e o Bra- ara quem tanto es- ternativas filmes, os Tupi e da primeira, o progra- clare com valho e o ia, a par- programa m do len- o balé A da, estre- ia Haydés ignu.
a palavra intima a O Esporte da Globo, horas mo- ádo do o, o cam- seu de gi- ca e uma de Wim- ibirá o VT Flamengo, o 2, alem nda, repri- s, o encun- Zico com linha, Ale- anos. Mas noite fica

MUITO JORNALISMO E BONS SERIADOS

SALVO as transmissões esportivas não confirmadas e que certamente deverão aparecer no correr dos dias, a semana não tem maiores surpresas. Na segunda-feira, a polémica fica com a Bandeirantes, que depois da transmissão da entrevista com Luis Carlos Prestes colocará no ar. Às 23h, os debates em torno da mesma. E diga-se que a entrevista, a exemplo da realizada com Leonel Brizola, foi bastante interrompida pelos entrevistadores, Ewaldo Dantas Ferreira e Roberto D'Avida, que não deixaram

quase o entrevistado falar. A emissora informa que o debate não foi transmitido no mesmo dia da entrevista devido a problemas técnicos, e, embora fique meio solto no ar, o debate contará com as presenças dos jornalistas Leo Gláson Ribeiro, João Saldanha, Alberto Dines, Martin de Moraes, Oliveira Ferreira, Carlos Eduardo Novaes, Paulo Branco, Maurício Dias e Ib Teixeira.

Ainda na segunda-feira, o canal 4 estreia um novo episódio do *Sítio do Pico-Pau-Amarelo* — escrito por Marcos Reynolds. Às 21h, a Educativa exibirá dentro do programa *As Máscaras* uma comparação entre os teatros da Zona Sul e os teatros da periferia, além de apresentar trabalho sobre o condomínio intitulado *Festa de Xangô*. O canal 4, no seu programa de teatro, *Apoteose*, transmitirá duas peças de Ionesco: *O Oso*, com Paulo José, e *A Lição*, com Luis de Lima e Henrietti Morineau, às 22h.

Na terça-feira, além do trivial, uma novidade: a confirmação da es-
treia pela Tupi do programa *O Grupo*, às 22h40m, propondo a psicoterapia pela TV a cargo do psiquiatra Paulo Gaudêncio. Deve ser no mínimo engraçado. Mas temos ainda o *F. Preciso Center*, da Educativa, às 21h, apresentando o tema *Dinheiro na música brasileira*. Participarão do programa os cantores Beth Carvalho, Jorginho do Império, Maria Lopes, Paulo Marques, Beth Maia, Clementina de Jesus, Sônia Lemos e o Trio Nagô.

No mesmo horário temos o *Globo Repórter Atualidade* mostrando retrospectiva sobre a Nicarágua até a luta atual dos sandinistas contra Somoza. As reportagens de *Pais do Sol* e da *Troglodita* são de Sérgio Mota Melo, correspondente em Managua durante a luta. Logo em seguida, às 22h, o episódio de *Corpus Pesado* é *A Fuga*, que mostra o trabalho escravo em fazendas do interior do Brasil. Este episódio, programado para ser transmitido há duas semanas, não foi ao ar devido a problemas técnicos e não à censura, conforme noticiou-se. O texto é dos jornalistas Ciro Dias, Luis Bartolomeu Jr. e Marco A. Souto Maior, responsáveis pelo jornal *O Corretivo*, distribuído entre os caminhoneiros do país. A direção é de Milton Gonçalves, e além do elenco fixo participam Germano Filho e Leônidas Aguiar, entre outros.

Ainda na terça-feira, bem animada, o 2 exibirá o segundo filme da série *Vozes do Grande Rio: Sei Lá Jacarezinho, Sei Lá*, mostrando a vida desta grande favela, às 23h.

Na quarta-feira, como acontece já há algum tempo, não há nada de especial a registrar, com exceção do *Em Busca do Conhecimento*, do canal 2, que deverá apresentar, às 23h, debate sobre a formação cinematográfica a cargo de técnicos e de alunos de cinema da UFF. E o canal 6 estreia, às 22h40m, *Festival Hitchcock*.

E na quinta-feira, a Tupi confirma a estreia de *Cidade Aberta*, que enfoca os problemas de São Paulo em programa produzido pelo jornalista Mino Carta, também às 22h40m. E o canal 4 coloca no ar mais um episódio de *Malu Mulher*, que vem criando uma certa polémica entre as mulheres, principalmente quando aborda temas ainda tabus como o aborto. O da semana passada, focando o abandono da velhice, teve

contratempos. Conforme o acervo “Memória Globo”, eram discutidas as “relações entre homem e mulher; as dificuldades da vida conjugal e da vida profissional; a educação dos filhos; e o conflito de gerações, questões até então inéditas na televisão brasileira. O seriado debatia ainda a condição da mulher emancipada que, diante de uma liberdade recém-conquistada, queria assumir responsabilidades sem precisar se submeter à figura do marido. Malu Mulher falava para essa nova mulher, que tentava tomar conta do próprio destino. Fonte: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher/formato.htm>>. Acessado em 22/10/2018.

O clima de tensão e polarização em torno da questão ganhava densidade à medida que a construção de lideranças e celebridades morais⁵⁴, de alcance global, acelerava-se. No dia 13/07/1979, na página 6 do 1º Caderno, o *JB* informava que “Irmã Teresa inaugura numa favela baiana a Casa Missionárias da Caridade” (Figura 98). A freira católica, nascida na Albânia e naturalizada indiana, desembarcava em Salvador “a convite do Arcebispo-Primaz D. Avelar Brandão Vilela, para fundar uma casa de sua ordem – a primeira no Brasil – na favela dos Alagados, onde vive uma população de 80 mil pessoas”.

A matéria menciona que Madre Teresa iria depois à Argentina. Entrevistada ainda no aeroporto, pouco depois da chegada à cidade baiana, ela concedeu rápida entrevista sobre pobreza, riqueza e avareza, na qual foi taxativa: “O grande pecado é o aborto, aquele em que a mãe mata seu próprio filho. Qualquer coisa contra o amor é um grande pecado”.

Figura 98 – *JB* - 13/07/1979 – 1º Caderno – p.6



**Escrito
lança
em S. I**

São Paulo - ontem, na Lib o romance. J Suas Andanças ções do Encar naldo Costa F num resumo d ca seu conteú

"É a históri sonagem urba mundo moder pela imagem l água. E narri grupo anônim tários e contá saganagem, co tre Houaiss, n do livro. O J aventuras, el mas e surpres tor. E escrito guagem brasl a linguagem e formada em terária".

Junto com Ronaldo, for outros dois B Barbara, de a César Monte outro, Sangue grimas (con Comparato.

**Brasil
para
da bal**

Recife e Br ali continuar leias em sua da decisão l países de pr animal por minado. Este tidas 735 bal mink e 24 d água brasle Sr Isaac lili sidente da C empresa do dica a essa A ordem d

verbo desbu- rificar, pos- i ele acaba de óprio exemplo. Planejamento líva não tem status — de residente da existe para o nal quer dizer dal Civil. ão, ele ainda — mas de cuja breve ela terá

recusou a ti- rdinário que o lhe ofereceu. nália burocrá- erá mais fácil a burocracia.

... presidente do sou ontem, em inco val Insti- nbitio nacional o de pesquisa pergia, que se- Fundo de In- sico-Científicos,

lias será divul- ncial que reor- cional de Di-

erá bem mais cinco passará três suplentes, os e votos) de ras, entidades de artistas. A rdo Fortella é ve ser um lu- co e saudável, is interessadas, so que em me- ou o plano de NDA atualimen- stério da Edu-

Irmã Teresa de Calcutá desembarcou de sari

Irmã Teresa inaugura numa favela baiana a casa das Missionárias da Caridade

Salvador — Irmã Teresa de Calcutá, fundado- ra das Missionárias da Caridade, chegou, ontem, a convite do Arcebispo-Primaz D Avelar Brandão Vi- lela, para fundar uma casa de sua ordem — a primeira no Brasil — na favela dos Alagados, onde vive uma população de 80 mil pessoas.

De origem albanesa, a religiosa, antes de seguir para a Argentina, fará uma palestra para as irmãs que trabalham no Estado e se encontrará com o Cardeal Avelar Brandão que, por estar em retiro es- piritual, não pode recebê-la no aeroporto. A ordem

⁵⁴ A designação de celebridade moral evoca, nesta tese, a noção de empreendedor moral de Becker (2008) na sua variante pop, em que a vontade de definir regras e estipular juízos de valor adquire, calculadamente, dimensões midiáticas com o objetivo de repercutir e impactar, política e afetivamente, a sociedade. Conforme se verá, as ofensivas midiáticas e religiosas em relação ao aborto iriam ganhar vulto e proporção globais com a atuação do Papa João Paulo II.

A concepção negativa do aborto vinha envelopada – e reforçada – pelo ato da caridade. Na figura de Madre Teresa, doar-se aos outros, sobretudo aos pobres, era um exercício situado no campo do amor. Nesse jogo de contrapontos, novamente o aborto era tematizado como um ato abominável, que chocava-se frontalmente com os ideias de compaixão e a cartilha sentimental de ternura e carinho sublimes de que os desvalidos eram merecedores. Diante da miséria e da pobreza, nota-se que a interrupção da gravidez desperta contrariedade e repúdio categóricos, num exercício político de afeto em que o aborto prescinde das habituais condutas igualmente intoleráveis a lhe fazer companhia na galeria moral dos atos repulsivos. A prática em si era exposta como um mal inigualável, sem paralelos. Um desamor absoluto.

A romaria caridosa e anti-aborto de Madre Teresa era um assunto jornalisticamente empolgante. Porque, dois dias depois, ela despertou o interesse do *JB*, sendo tema de um extenso perfil no Caderno B. A editoria de Cultura, que tanto difundira as “revoluções” comportamentais dos anos 1970, agora se dedicava também ao outro lado, às reações e contragolpes restauradores dos valores cristãos. O caderno de cultura se tornara, com efeito, um front de batalha das guerras culturais.

“Madre Teresa de Calcutá – caridade com dignidade” foi a manchete (Figura 99). O texto faz um extenso perfil da religiosa, que, entre outras coisas, mostrava um discurso de apologia ao sofrimento como forma de elevação espiritual. “O amor, para ser verdadeiro, tem de doer. E não basta dar o supérfluo a quem necessita, é preciso dar até que isso nos machuque, para que haja sacrifício nessa doação, assim como Cristo sofreu por nos amar”, disse ontem em Salvador a fundadora da ordem Missionárias da Caridade, Madre Teresa de Calcutá.

Figura 99 – *JB* - 15/07/1979 – Caderno B - capa

caderno B **JORNAL DO BRASIL**
Rio de Janeiro □ Domingo, 15 de julho de 1979

MADRE TERESA DE CALCUTÁ

CARIDADE COM DIGNIDADE

Symona Groper

SALVADOR — “O amor, para ser verdadeiro, tem de doer. E não basta dar o supérfluo a quem necessita, é preciso dar até que isso nos machuque, para que haja sacrifício nessa doação, assim como Cristo sofreu por nos amar”, disse ontem em Salvador a fundadora da ordem Missionárias da Caridade, Madre Teresa de Calcutá.

Há 50 anos a serviço de Cristo e dos pobres, indicada para o Prêmio Nobel da Paz em 1979, Madre Teresa veio a Salvador para criar a primeira casa, no Brasil, das Missionárias da Caridade, na Favela dos Alagados, cuja pobreza ela comparou à da Índia e da África, “embora não devemos comparar”.

Nascida na Albânia, numa família de classe média, Madre Teresa de Calcutá fez sua opção de vida aos 19 anos, indo para a Índia como missionária e escolhendo de ser pobre. Seus bens materiais se resumem a dois saris (traje típico indiano) e um par de sapatos.

Em casa, ainda dedicada a um costume de todos os

Madre Teresa usa o sari de algodão, por ser o mais barato, e veio criar nos Alagados laianos uma casa de caridade nos moldes das muitas em que sua missão é desenvolvida na Índia e em outros países.

nen precisa passar a ferro. Além dos três votos comumente feitos pelas freiras (pobreza, castidade e obediência), as Irmãs Missionárias da Caridade ainda fazem um quarto, o de “servir gratuitamente e de todo o coração aos pobres”. Assim, elas dependem inteiramente da Providência Divina para se manter e poder sustentar os programas realizados para os pobres.

— Recebemos doações, não é muito, mas é o bastante para podermos dar

cos, cursos de dactilografia e costura, cursos preparatórios para casamento e primeira comunhão. Falamos a mesma coisa para todos os pobres, não importa se cristãos ou não, pois são todos filhos de Deus.

A congregação tem 155 casas (conventos) nos mais diversos países e abrangendo os pobres de cidades, inclusive, como Nova Iorque e Londres. “Cuidamos de milhares de pessoas em todo mundo, e agora haverá mais alguns milhares a se-

Caridade, a quem os mendigos doaram um andar de um prédio precário na área para ser sua casa-convento, pois as casas religiosas são sempre simpas e pobres. Precisamos saber o que é a pobreza, se queremos entender os pobres. E é por isso que eles nos acenam”.

E Madre Teresa lembra um episódio ocorrido com ela na Índia, numa época em que estava falando açúcar, quando “um menino indiano de quatro anos es-

dade só se instalaram numa cidade depois de serem convidadas pelo bupô local. Aqui, o convite para atender nos Alagados partiu do Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avellar Brandão, ao se encontrar com Madre Teresa de Calcutá em Roma, recentemente.

“Os pobres são pobres em todo o mundo. E, nos lugares onde existe muita riqueza, encontra-se também muita pobreza. Pobrezas nem sempre iguais. Na África, na Ásia, na América Latina, há fome de pão, uma pobreza material. Na Europa, nos Estados Unidos, há muita fome de amor. É a fome espiritual. A solidão é uma pobreza terrível, o solidão também.”

— Mas que permite o aborto é a mais pobre dos pobres. Em nossas casas, ensinamos a planificação familiar natural, o método Oitavo-knox, eficaz em 97% dos casos. Funciona muito bem. E, se Deus pode tornar conta do mundo, por que não de mais uma criança? E se você tem o direito de existir, por que não a sua criança?”

Caridade Madre Teresa de Calcutá: “Os mais ricos en-

Sabe-se, no perfil, que ela dedicava-se há 50 anos à caridade, que fora indicada, anos antes, ao Prêmio Nobel da Paz. Nascida na Albânia em uma família de classe média, rumou para a Índia aos 19 anos, tornou-se missionária e “escolheu ser pobre”. Sua Ordem, conhecida como “Irmãs Missionárias da Caridade”, atuava naquele momento em diversos países, com 155 casas e abrigos sob sua administração.

A opção pelos pobres era a base de sustentação moral da atuação de Madre Teresa. As integrantes da Ordem faziam três votos obrigatórios: castidade, obediência e pobreza. Além de um quarto, “servir gratuitamente e de todo o coração os pobres”. Nas palavras da religiosa: “os pobres são pobres em todo o mundo. E, nos lugares onde existe muita riqueza, encontra-se também muita pobreza. Fome de pão, fome de amor”.

A opção pelos pobres era também um posicionamento político, um chamamento à maternidade. Porque a interrupção da gravidez era uma questão pela qual a freira indiana nutria obstinada inquietação e repulsa. De acordo ela, “mãe que permite o aborto é a mais pobre dos pobres”. Ao enfatizar o combate à pobreza e à desigualdade, a narrativa da caridade inseria o repúdio ao aborto no imaginário nobre da justiça social. Quem poderia, afinal, ser a favor da miséria, fome e pobreza? E, por conseguinte, do aborto?

A defesa da vida intra-uterina, do feto essencialista, e da função materna compulsória da mulher estava imersa nas formas contemporâneas de ativismo cristão global. De um lado, Madre Teresa. Do outro, Simone Veil, figura que, por si só, já era notícia por causa de seu currículo legislativo em prol dos direitos das mulheres. Ao noticiar que “Parlamento europeu abre primeira legislatura com seus 40 representantes” (Figura 100), o *JB* expunha como o tema afetava as relações internacionais que se desenvolviam no âmbito dos países que então integravam o bloco hoje encarnado pela União Europeia.

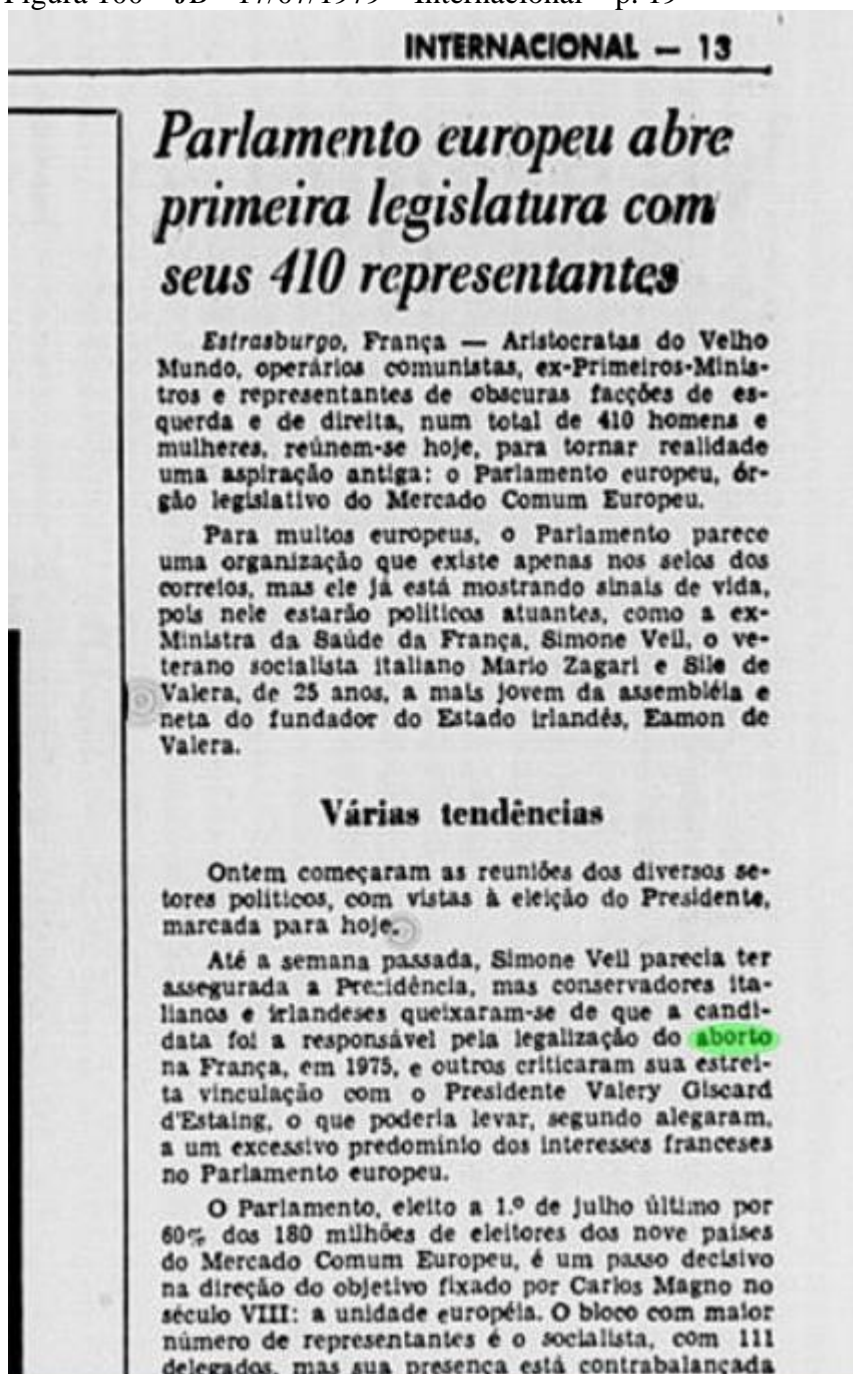
“Aristocratas do Velho Mundo, operários comunistas, ex-Primeiros-Ministros e representantes de obscuras facções de esquerda e de direita, num total de 410 homens e mulheres, reúnem-se hoje para tornar realidade uma aspiração antiga: o Parlamento europeu, órgão legislativo do Mercado Comum Europeu”.

A matéria enfatiza que, apesar de parecer uma mera formalidade para muitos europeus, o Parlamento “já dá sinais de vida, pois nele estarão políticos atuantes, como a ex-ministra da Saúde da França, Simone Veil, o veterano socialista italiano Mario Zagari e Síle de Valera, de 25 anos, a mais jovem da Assembleia e neta do fundador do Estado Irlandês, Éamon de Valera”.

O texto relata as reuniões para discutir a Presidência, cuja eleição aconteceria no dia seguinte, e o perfil das bancadas. Simone Veil despontava como favorita para ocupar o cargo,

“mas conservadores italianos e irlandeses queixaram-se de que a candidata foi a responsável pela legalização do aborto na França, em 1975, e outros criticaram sua estreita vinculação com o presidente Valery Giscard, o que poderia levar, segundo alegaram, a um predomínio dos interesses franceses no Parlamento Europeu”.

Figura 100 – JB - 17/07/1979 – Internacional – p. 19



O prestígio que ela reunia era, ao mesmo tempo, o ranço que despertava. Na primeira legislatura do Parlamento Europeu, a questão do aborto desempenhava papel crucial nas

correlações de força e nas tensões e negociações para a designação do comando. Era, igualmente, um tema de peso supranacional, incidindo diretamente nos rumos do bloco político e econômico de países do Velho Continente. O sonho da integração não se realizava sem percalços e cizânias, inclusive aquelas referentes à vida reprodutiva e às disputas entre a autonomia da mulher sobre o corpo e o primado da vida desde a concepção.

O desfecho da contenda foi noticiado no dia seguinte. “Simone Veil preside o parlamento europeu”, na página 14 da editoria Internacional (Figura 101). Eleita em segundo turno para a chefia do órgão, Veil encontrou “mais dificuldades do que esperava”. O dia da votação fora marcado pelo discurso inaugural da feminista e escritora Louise Weiss. Ao longo da jornada, as votações para a Presidência foram acompanhadas de negociações entre os blocos e grupos de parlamentares separados por diferenças ideológicas, mas unidos pelas alianças inevitáveis em busca do posto máximo. O nome de Simone Veil estava longe do consenso e, tal como noticiado no dia anterior, a questão do aborto fora decisiva para as negociações. Ao final, contudo, ela foi eleita, com 1 voto de diferença, tamanha a polarização que se desenhou no Parlamento.

Figura 101 – JB - 18/07/1979 – Internacional – p.14

Simone Veil preside o Parlamento europeu

Arlette Chabrol
Correspondente

Paris — Duas mulheres, ambas francesas, brilharam ontem em Estrasburgo após a sessão inaugural do Parlamento Europeu: Louise Weiss e Simone Veil. A primeira, de 86 anos, feminista, escritora e gaullista, pronunciou o discurso de abertura, e a segunda, de 52 anos, ex-Ministra de Estado, foi eleita no segundo escrutínio, com mais dificuldade do que se esperava, presidente do organismo.

As mulheres e a política fizeram um bom casamento ontem. De manhã, em Estrasburgo, Capital da Alsácia e desde agora sede principal da Assembleia Europeia eleita pela primeira vez por sufrágio universal a 10 de junho último, foi Louise Weiss quem se destacou. Eleita presidente do dia, ela teve, como tal, o direito de pronunciar o discurso inaugural.

Eleição renhida

O acaso não poderia ter sido mais feliz, porque essa antiga e obstinada militante feminista — desde 1920, quando era preciso coragem para externar suas idéias — que conheceu Leon Blum, Lenine, De Gaulle e Mao, é também uma europeísta convicta desde 1917, ano em que fundou a revista política *L'Europe Nouvelle*.

Com incrível vitalidade para uma mulher de sua idade, Louise Weiss falou ontem sobre o futuro da Europa, en-

Instituições da Comunidade em geral, o que atribui à ausência de uma política cultural comum. Quanto ao segundo, considera-o muito grave, porque “no ritmo em que as coisas vão, em breve não haverá mais europeus”. Ela acha que “nossa sociedade deve enfrentar uma profunda transformação moral”.

Sobre o terceiro, Louise Weiss se escandaliza em ver “tiranos”, “responsáveis por genocídios”, terem assento nas Nações Unidas sem que ninguém diga nada. A seu ver, essa “tolerância”, essa tendência a se dobrar “ante o fanatismo e os abusos da força” pode ser catastrófica para a Europa: “um pequeno número de filhos do deserto pode, do exterior, matar uma civilização a que deve a sua fortuna”.

Muito elegante em seu vestido azul-escuro de Christian Dior, Louise Weiss obteve um franco sucesso. Uma boa parte da sala a ovacionou.

A segunda estrela do dia foi Simone Veil. Todos esperavam sua escolha para presidir a primeira Assembleia Europeia eleita por sufrágio universal. Comentou-se que as Sras Giscard d'Estaing e Schmidt tinham chegado a um acordo a respeito. O fato é que a candidata do grupo liberal devia ser oficialmente a candidata do grupo dos democratas-cristãos também, depois de entendimentos antigos entre os liberais e os democratas-cristãos.

gabinete
tantes
dentro
sentar
uma f
formo
guma
cia en
dentro
tados
també
nível
Embal
no na
As
sadas
my C
ção à
da fo
admi
dias,
conve
com t
litico
cais,
ram
sessoi
PERN
Um
revel
gura
grad
Estad
Secre
Brow
siden
segur
niew
neces
Os
Carte
seus
nunc
Impr
Jody
entre
infor

A efervescência eleitoral do tema também era sentida nos Estados Unidos, que no ano seguinte realizariam eleições gerais. “As eleições para a Presidência, Câmara e Senado dos Estados Unidos em 1980 contarão com um bem disposto número de organizações que vêm se agrupando em torno de questões extremamente conservadoras e já estão combatendo por meios parlamentares e campanhas públicas uma série de itens da política do Governo Carter. Sua ação está inquietando os meios políticos que temem seu crescimento e atuação junto aos eleitores” foi o lead da matéria intitulada “Direita se organiza para eleições de 80”, publicada na página 17 da editoria Internacional no dia 19/08/1979 (Figura 102).

Essas organizações eram conhecidas como “a nova direita” e eram caracterizadas como antigas, “com forte ênfase numa política externa anticomunista e uma drástica redução nas atividades internas do Governo”. O objetivo era, naquele momento, concentrar esforços de campanha em Estados onde tinham maiores possibilidades de ganhar.

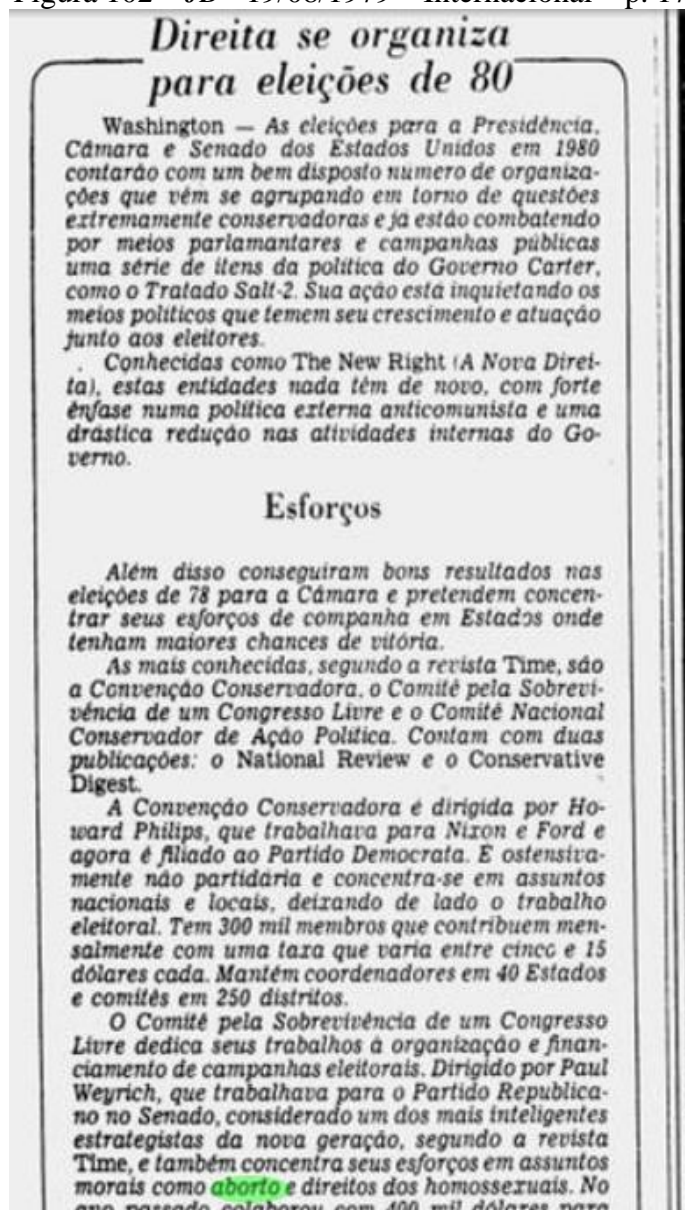
O texto nomeia algumas das organizações: “Convenção Conservadora”, “Comitê pela Sobrevivência de um Congresso Livre” e o “Comitê Nacional Conservador de Ação Política”. Os grupos mantinham ainda publicações, entre elas a “National Review” e a “Conservative Digest”.

Ligado a um membro do Partido Republicano, o “Comitê pela Sobrevivência de um Congresso Livre” era apresentado como tendo foco no financiamento de campanhas e concentrando “esforços em assuntos morais como aborto e direitos homossexuais”.

O tema do aborto alastrava-se pela sociedade norte-americana na esteira do empenho conjunto da sociedade civil organizada com partidos políticos. Nesse contexto, a luta anti-aborcionista era identificada com a direita ideológica e partidária. E, conseqüentemente, se entrelaçava às demandas, anseios e preocupações desses setores: assuntos morais eram pensados estrategicamente no bojo de investidas políticas amplas, voltadas também para outras esferas da vida, como a organização do Estado. O ultra-liberalismo econômico era articulado ao conservadorismo e tradicionalismo dos costumes com propósitos eleitorais e de poder, num quadro histórico em que a aversão radical ao comunismo coincidia com o repúdio enérgico ao aborto, um tema que se incorporava de vez às inflamadas paixões políticas e ideológicas. Além de, ao que tudo indica, mostrar-se amadurecido no cardápio temático da vida cotidiana dos cidadãos dos EUA, sujeitos a mediações políticas organizadas que incluíam esforços de comunicação. O mundo da política, que se profissionalizava – apostando inclusive em ações editoriais e intelectuais – e passava a atuar com estratégias de persuasão eleitoral na busca pela conquista do poder, incentivava debates e ações para conquistar mentes e corações.

O aborto tornara-se um tema explorável eleitoralmente, com o objetivo claro de mobilizar a sensibilidade anti-aborcionista e, assim, incidir sobre afetos maternos.

Figura 102 – JB - 19/08/1979 – Internacional – p. 17



No Brasil, as tensões em torno da pauta do aborto se avolumavam, na medida em que o cardápio televisivo abordava a sensível temática. A série *Malu Mulher*, mais uma vez, ganhava as páginas dos jornais. Na capa do Caderno B de 01/09/1979 (Figura 103), matéria informava sobre boatos de que a Rede Globo estava interferindo no roteiro da série. “Autocensura pode transformar Malu numa mulher sem problemas” foi a manchete.

“Já imaginou Malu (Regina Duarte) deixando de viver os problemas que fizeram dela a grande atração das noites de quinta-feira (desquite, solidão, sexo, loucura, conflito de gerações, velhice, aborto, desemprego) para se transformar numa pacata dona-de-casa com uma vida tão rotineira quanto a de uma personagem de novela das seis?” , provocava o texto em sua abertura.

Figura 103 – JB - 01/09/1979 – Caderno B - capa

caderno B

JORNAL DO BRASIL

Rua de Janeiro - Sábado, 1º de setembro de 1979



Wilson Aguiar nega o que muitos afirmam: que seria ele o responsável, na TV Globo, pelo autopolicionamento dos temas focalizados nas séries e novelas

AUTOCENSURA PODE TRANSFORMAR MALU NUMA MULHER SEM PROBLEMAS

Clelia Grupião

JA imaginaram Malu Regina Duarte deixando de viver os problemas que fazem dela a grande atração das noites de quinta-feira (desquite, solidão, sexo, loucura, conflito de gerações, velhice, aborto, desemprego) para se transformar numa pacata dona-de-casa com uma vida tão rotineira quanto a de uma personagem da novela das seis?

Mais do que imaginação, é bem possível que isso realmente venha a acontecer. Pois muitas é a que inventa produtores, diretores, autores e atores de Malu Mulher, diz o diretor da Rede Globo de Televisão para formar temas causados as séries abordadas em suas séries.

Ninguém sabe ao certo como e onde começaram os rumores, mas o fato é que eles se espalham pelos corredores do

departamento realmente for criado, não creio que vá interferir na criação artística.

Para os autores de Malu Mulher, se por um lado as novas séries da Globo permitiram maior abertura no processo de criação, por outro criaram certos problemas. Todos eles dizem trabalhar "com a faca na mão", tentando não sucumbir a um espírito de autopolicionamento. Daniel Figueira comenta: — Seria lamentável que, além da Censura Federal, tivessem de lutar também contra coisas próprias nossas. Mas quero deixar bem claro que sou apenas o criador do programa e não o seu censor. Quando não posso levar um programa ao ar, parto para outro até não poder mais.

Fábio Marinho acredita que o sucesso de Malu Mulher — com excelente LÍCIOS no Rio e em São Paulo — seria muito afetado, caso a censura viesse a tomar mais interferência o espírito da série.

— Escrevi três episódios até agora e nunca tive problemas com a Censura Federal. Essa é a minha primeira experiência em televisão e Daniel Figueira tem me ajudado muito. O primeiro dos meus episódios a ir ao ar será Lasse Livre, mostrando Malu a voltar com o marido de trabalho. Não sei se passarem pelo critério episódios como Os Tempos Maduros, diálogo entre mãe e filha, quando esta atrazia o primeiro namorado e faz confidências a Malu, e

cheguei ao Riojão. Através dele, a Enele foi incluído para outras passagens na televisão. Costaram, mas não comparem. Em lugar disso, me deram um emprego. São que, em vez de cinegrafata, preferi arriscar outra coisa: pedi para escrever.

Esquadrão diretor: Ciranda, Cirandinha — espécie de segmento dos atuais seriados—e sou na equipe. Depois, houve uma grande reformulação: Desmanga de Oliveira foi para Aplauso, Lenita Ficozzyrka para Malu Mulher, Fátima para Planície de Polícia e eu para Carga Pesada.

— Depois, sem ter escrito um episódio sequer para Carga Pesada, fui transferido para Malu Mulher, para mais bem dizer, para mais bem dizer, para mais bem dizer. As histórias foram feitas em equipe, todos discutindo os temas e discutindo quem iria escrever o quê.

Um dos episódios de Euclides foi A Amiga, censurado.

— Meu propósito era abordar o problema de feminismo, mas não sou feminista. Malu é uma amiga, não um movimento ético-intelectual, justamente num momento em que a primeira passa por grande crise de fé. Malu acredita a amiga como ela é, mas não chega a entrar no jogo, mesmo sabendo que a amiga pode achá-la careta. Procura deixar a história a mais autêntica possível, para que o telespetador também participe. A posição de Malu não é tão importante quanto a de



Esse era o temor de produtores, autores, diretores e atores diante de “rumores de que um departamento de autocensura seria criado pela Rede Globo para tornar menos ousados os temas abordados em suas séries”. Não era um rumor surpreendente, porque o próprio JB já noticiara dois meses antes a polêmica que o seriado vinha causando. O aborto, então, era um dos motivos.

A reportagem ouviu funcionários, diretores e autores para apurar os boatos. Evasivas, lamentos e tergiversações foram ouvidos, num indício de que algo estava sendo escondido. De

acordo com os autores *Malu Mulher*, “se, por um lado, as novas séries da Globo permitiram maior abertura no processo de criação, por outro, criaram certos problemas. Todos eles dizem trabalhar com a ‘faca na boca’, tentando não sucumbir a um esquema de autopolicimento”.

Daniel Filho, o diretor, opinou que “seria lamentável que, além da censura federal, tivéssemos de lutar contra nossa própria censura. Mas queria deixar bem claro que sou apenas o diretor do programa, e não o seu censor. Quando não posso levar um programa ao ar, parto para outro até não poder mais”.

A teledramaturgia convertia-se em campo de batalha moral, de disputas de bastidores acerca do que poderia ou não ser encenado e levado ao ar. A dimensão oficiosa do aborto – e de tantos outros temas sensíveis – encontrava dificuldades para ser exposta. O Brasil mostrava-se resistente, inseguro e envergonhado até mesmo no mundo ficcional para encarar a realidade social, suas vicissitudes e dramas cotidianos.

Ao lado do Brasil, Holanda e Polônia também exibiam resistências à prática, só que por meio de suas eminências clericais, num sinal de que o tema circulava politicamente dentro da Europa e de que o papado de João Paulo II, bispo polonês alçado ao posto no final de 1978, tomava os primeiros passos em sua cruzada global contra a interrupção da gravidez.

No dia 06/09/1979, na página 15 da editoria Internacional (Figura 104), duas matérias davam conta de que “Bispos têm posição na Polônia” e “Sínodo holandês em 1980 vai discutir o aborto e o controle da natalidade”.

Figura 104 – JB - 06/09/1979 – Internacional – p. 15

JORNAL DO BRASIL □ Quinto-feira, 6/9/79 □ 1º Caderno INTERNACIONAL — 15



O Papa assistiu uma exibição de danças típicas de Salzburgo, Áustria

Bispos têm posição na Polônia

Varsóvia — Em carta pastoral a ser lida domingo nas igrejas, os bispos católicos intensificaram suas críticas à lei do aborto na Polónia e ao Governo comunista do país por “entrafquecer os princípios morais na educação das crianças”.

Além de condenarem qualquer forma de controle da natalidade, os bispos poloneses exortam médicos e enfermeiras do país a se recusarem a praticar os abortos, apesar de sua legalidade oficial.

A Mecânica Pesada S.A.
comunica seu novo telefone:

221-8777

(021) **221-8777** (PABX)

A partir do dia **08/09/79**, nos escritórios do Rio de Janeiro.

 MECÂNICA PESADA S.A.

Sínodo holandês em 1980 vai discutir o aborto e o controle da natalidade

Vaticano — Para tentar resolver divergências em temas como o aborto, a homossexualidade e o controle da natalidade, o Papa João Paulo II convocou um sínodo de bispos holandeses a partir de 14 de janeiro de 1980. O sínodo, segundo anúncio do Vaticano, “analisará a tarefa eclesial na Holanda e examinará o estado atual das atividades pastorais”.

Desde a década passada tem havido choques entre os chamados setores tradicionais e progressistas na igreja holandesa. Em especial, o Bispo Gijzen, de Roermond, foi quem reavivou o debate, ao acusar alguns sacerdotes de levarem uma “vida licenciosa”.

DESEJO EPISCOPAL universal, e a terceira objetivando “regulamentar quest-

Liberação de inglês na Itália prova que o seu seqüestro não era farsa

Araújo Netto
Correspondente

Roma — O seqüestro do engenheiro eletrônico e industrial inglês Noel Schid, sua mulher e uma filha deixaram ontem de ser considerado um caso de farsa, de espionagem ou de simples evasão de um homem que devia a bancos da Inglaterra 3 milhões de libras esterlinas.

Liberado pelos seus seqüestradores para receber cerca de 25 milhões de dólares, resgate simultaneamente fixado pelos banqueiros da Suécia pela liberdade da mulher (Dapione) e da filha (Anabelle), o engenheiro Schid foi encontrado às 10 da manhã de ontem, a 80 km da cidade de Sassari, a segunda mais importante da ilha da Sardenha.

Estado declarad-

Repórter: “Que apelo a senhora faria aos motoristas?”



Na primeira, lia-se que “em carta pastoral a ser lida domingo nas Igrejas, os bispos católicos intensificarão suas críticas à lei do aborto na Polônia e ao Governo comunista do país por ‘enfraquecer os princípios morais na educação das crianças’. Além de condenarem qualquer forma de controle de natalidade, os bispos poloneses exortam médicos e enfermeiros a se recusarem a praticar o aborto, apesar da legalidade oficial”.

Na segunda, o jornal informava que “para tentar resolver divergências em temas como aborto, homossexualidade e o controle da natalidade, o Papa João Paulo II convocou um sínodo de bispos holandeses a partir de 14 de janeiro. O encontro, segundo anúncio do Vaticano, “analisará a tarefa eclesial na Holanda e o estado atual das atividades pastorais”.

A razão da assembleia eram as divergências internas que se prolongavam desde a década anterior, “com choques entre os chamados setores tradicionais e progressistas” e que levaram a ataques contra sacerdotes acusados de terem uma “vida licenciosa”.

Não se tratava de um esforço meramente interno, como se a Igreja quisesse dirimir disputas e dissensos no seu corpo sacerdotal. Era, certamente, um esforço de preservação de suas concepções dogmáticas sobre a sacralidade da vida e da família. Mas também era um aceno à sociedade. O Vaticano buscava cada vez mais dialogar com o mundo social e secular, fazendo do aborto um tema popular.

“Igreja na Polônia quer acesso ao povo”, matéria do dia 17/09/79, veiculada na página 8 da editoria Internacional (Figura 105), relatava que “os bispos católicos solicitaram ontem ao governo comunista da Polônia que seja permitido à Igreja acesso à televisão e aos demais meios de comunicação de massa do país, e que sejam apoiados os esforços do clero no sentido de que suas palavras possam chegar a todas as crianças polonesas”.

A mensagem foi transmitida em carta lida nas missas do dia anterior, onde os fieis ouviram críticas aos meios controlados pelo Estado por “difundir a tolerância a relações pré e extra-matrimoniais, a aprovação moral e legal do aborto e do divórcio, assim como aceitar e difundir certas carreiras profissionais para mulheres, e por organizar escolas de dia integral e acampamento de férias para crianças”.

Constata-se um investimento político expressivo na figura da criança, cujo destino passa a ser objeto de controle pelo catolicismo. Evidentemente, a prática do aborto figura no rol de preocupações, compondo o tradicional combo de imoralidade, em que estão também o divórcio e o sexo fora do casamento. O que chama a atenção é a investida, cada vez mais espalhada em termos geográficos, do Vaticano em semear palavras contra a interrupção da gravidez.

Por isso, a Igreja mostrava-se crítica aos programas de rádio e televisão que utilizavam “o doutrinação e transmitem apenas pontos de vista leigos e anti-religiosos. [...] Os bispos dizem que, aos domingos pela manhã, em horários que deveriam ser dedicados aos serviços religiosos, a televisão transmite filmes que agradam notadamente às crianças”.

Em tais filmes, “frequentemente violência, brutalidade, vulgaridade e cinismo – diz a carta pastoral”. A guerra cultural era, também mundo afora, uma questão midiática, travada no terreno ficcional e no âmbito dos conteúdos televisivos.

Figura 105 – JB - 17/09/79 – Internacional –p. 8



Nos Estados Unidos, em meio ao conservadorismo dos costumes que ganhava fôlego ali e pelo mundo, as investidas missionárias da Igreja Católica eram confrontadas com resistências, que, entre outros temas, também giravam em torno da questão do aborto.

“Ateia dos EUA entra com ação contra missa a ser rezada por João Paulo II” foi notícia dois dias depois, na página 14 da editoria Internacional (Figura 106), antecedendo o que viria a ser, nas semanas seguintes, uma hiper-tematização da viagem do Papa aos EUA.

A ateia chamava-se Madalyn Murray O’Hair. Junto com seu filho, ambos autodeclarados ateus, entrara com “ação num tribunal de Washington para impedir que o Papa João Paulo II celebre uma missa campal ao fim de sua visita aos Estados Unidos. Dizem ser ilegal o uso de terras públicas para esse fim e lembram que a Igreja Católica tem terras no valor de mais de 162 bilhões de dólares para isso”.

O ateísmo surgia como um operador semântico inédito nas narrativas sobre aborto. “A Sra. O’Hair disse também que o Papa, com sua visita, pretende apoiar a candidatura de Edward Kennedy (católico) à Presidência e reforçar o pedido de aprovação da emenda constitucional contra o aborto. A ação é ‘contra Karol Wojtyła, aliás João Paulo II, também conhecido como o Papa de Roma’”.

Diz o texto que a Sra. O’Hair adquiriu fama em 1963, “quando batalhou nos tribunais para conseguir que não se fizessem orações diárias nas escolas públicas americanas, que o Papa deveria responder, ante as Nações Unidas, ‘por crime contra as mulheres’ e anunciou que desfilará em Chicago à frente de uma manifestação de ateus, mulheres e defensores dos direitos dos homossexuais, durante a visita de João Paulo àquela cidade”. No total, o Papa ficaria quase 10 dias nos EUA.

A bandeira ateuista, como se nota, era empalmada em associação com outras bandeiras, vinculando o ativismo feminista com o laico. A demanda pelo direito ao aborto vinha acompanhada de questões relativas também aos direitos da população gay e da prerrogativa da liberdade religiosa, num contexto em que a ofensiva católica demonstrava organização e vigor. Também no campo das organizações e das forças de esquerda, as reivindicações passavam a ser feitas em conjunto, com pautas combinadas, buscando nos Tribunais o espaço de litígio para demandas liberais e civis.

Figura 106 – JB - 19/09/1979 – Internacional – p. 14

**Atéia dos EUA entra com
ação contra missa a ser
rezada por João Paulo II**

Washington — A Sra Madalyn Murray O'Hair e seu filho, que se dizem ateus, entraram com ação num tribunal de Washington para impedir que o Papa João Paulo II celebre uma missa campal ao fim de sua visita aos Estados Unidos. Dizem ser ilegal o uso de terras públicas para esse fim e lembram que a Igreja Católica tem terras no valor de mais de 162 bilhões de dólares para isso.

A Sra O'Hair disse também que o Papa, com sua visita, pretende apoiar a candidatura de Edward Kennedy (católico) à Presidência dos Estados Unidos e reforçar o pedido de aprovação da emenda constitucional contra o aborto. A ação é contra "Karol Wojtyla, aliás João Paulo II, também conhecido como o Papa de Roma".

FAMA
Disse a Sra O'Hair que ganhou fama em 1963, quando batalhou nos tribunais para conseguir que não se fizessem orações diárias nas escolas públicas americanas, que o Papa deveria responder, ante as Nações Unidas, por "crimes contra as mulheres", e anunciou que desfilará em Chicago à frente de uma manifestação de ateus, mulheres e defensores dos direitos dos

homossexuais, durante a visita de João Paulo II àquela cidade.

A viagem do Papa ao exterior durará quase 10 dias, começando a 29 deste, na Irlanda, e continuando, de 1º a 7 de outubro, nos Estados Unidos. No dia 8, ele regressará a Roma, segundo programa oficial divulgado ontem pelo Vaticano. Falará na ONU a 2 de outubro.

**Futebol dá mais
IBOPE que o Papa**

Nova Iorque (da correspondente) — Enquanto a visita mil encomendas de camisas com a imagem do Papa e

“Boston recebe hoje com festa”, que viria a ser publicada duas semanas depois, no dia 01/10/79 na página 8 da editoria Internacional (Figura 107), consagra a figura papal como eixo central das narrativas anti-aborcionistas do final da década de 1970. O *modus operandi* era voltado às multidões.

“O Papa João Paulo II chega hoje à tarde a esta metrópole, de maioria católica entre 3 milhões de habitantes, iniciando sua intensa jornada de uma semana por seis cidades dos Estados Unidos, em meio a grande expectativa pelo que possa recomendar como postura para a Igreja Católica numa sociedade tão afluyente como a norte-americana”.

A sequência da matéria lembra que os EUA tinham, naquele momento, 49 milhões de católicos, número que, apesar de expressivo, fazia dos fieis uma minoria (sobretudo em comparação à Itália, Polônia e América Latina), diante do “pluralismo religioso” do país.

A visita do Pontífice era muito aguardada pelos seus efeitos políticos locais e internacionais. Conforme o texto assinala, a sociedade americana era caracterizada pela

riqueza, o desenvolvimento econômico e a fartura de bens materiais, apesar dos “bolsões de miséria”. “Nesse contexto, e ainda considerando a influência dos Estados Unidos no resto do mundo, as mensagens do Papa para a Igreja Católica local podem ter um significado considerável para além das fronteiras”, observa o texto.

Figura 107 – JB - 01/10/1979 – Internacional – p. 8

...o futuro dos dois países será decidido pelo povo, e não pelos terroristas”, disse o parlamentar. Seu colega Herald McCusker afirmou que o discurso do Papa provavelmente não fará os terroristas abandonarem as armas, mas talvez impeça que outras pessoas escolham o mesmo caminho.

O Papa não voltou ontem a falar detalhadamente do conflito. Pela manhã, depois de breve visita a um santuário em Dublin, João Paulo II foi à cidade de Galway, na costa Oeste do país, para um encontro com a juventude irlandesa. À tarde, voou de helicóptero para o centro de romaria de Knock, próximo à fronteira da Irlanda do Norte, que está comemorando este ano o centenário da aparição de uma imagem da Virgem.

Muitos jornais utilizaram ontem a frase do Papa — “Peço-lhes, de joelhos, que abandonem os caminhos da violência” — como manchete. Enquanto os irlandeses destacaram o entusiasmo da população, os britânicos exploraram principalmente os aspectos políticos da viagem. Em especial, chamamos a atenção um editorial publicado ontem pelo diário londrino *The Observer*. “É uma ironia trágica e terrível que o Papa na Irlanda, tentando trazer uma mensagem de paz, aumente as pressões, intensificando as divergências, acelerando o ciclo da violência que ele condena e contra a qual está clamando”, afirma o jornal. “As tocantes palavras do Papa em Drogheda mostram seu repúdio à violência. Em termos pastorais, há toda razão de esperança de que a visita traga os benefícios que seus promotores esperavam. Em termos políticos, sobretudo diante das relações entre católicos e protestantes, os efeitos podem ser apenas negativos”.

João Paulo II reúne bispos

João Paulo II fez nova tentativa de conciliação entre as Igrejas Católica e Protestantes, ao receber, na noite de

Boston recebe hoje com festa

Sílvio Bocanera
Enviado Especial

Boston — O Papa João Paulo II chega hoje à tarde, a esta metrópole, de maioria católica entre 3 milhões de habitantes, iniciando sua intensa jornada de uma semana por seis cidades dos Estados Unidos, em meio a grande expectativa pelo que possa recomendar como postura para a Igreja Católica numa sociedade tão afluente como a norte-americana.

Nos Estados Unidos, o Papa encontrará 49 milhões de católicos que — ao contrário de seus fiéis na Polónia, na América Latina ou na Itália — vivem em minoria numa sociedade de pluralismo religioso, com uma variedade de cultos pouco comparável a outra nação.

É também uma sociedade que, apesar de conservar significativos bolsões de pobreza, se caracteriza pela riqueza, o desenvolvimento econômico, a fartura de bens materiais para grande parte da população e o consumo até esbanjador de muitos. Neste contexto, e ainda considerando a influência dos Estados Unidos no resto do mundo, as mensagens do Papa para a Igreja Católica local podem ter um significado considerável além das fronteiras.

Boston aguarda João Paulo II em festa, com feriado decretado pelo Governo de Massachusetts, apesar das tentativas de grupos cívicos em impedir a medida, sob a alegação de que isso forçaria o Estado a ter despesas extras, implicitamente caracterizando seu apoio material a uma manifestação religiosa, o que é proibido pela Constituição dos Estados Unidos. Caberá aos tribunais decidir mais tarde se o governador violou ou não a lei com a decretação do feriado.

Para evitar conflitos jurídicos desse tipo nos outros locais por onde o Papa passará, a Igreja está-se oferecendo para pagar as principais despesas ligadas à parte ostensivamente religiosa — sobretudo as missas em áreas públicas — deixando a cargo das autoridades locais apenas os gastos inerentes à visita de uma personalidade famosa, como segurança policial, controle de tráfego e limpeza de rua.

Berço da vida intelectual norte-americana, com a mais antiga e prestigiada universidade do país — Harvard — na vizinhança, Boston abriga três milhões de pessoas em uma área metropolita-

milhão 500 mil pessoas esperada para hoje nas ruas a fim de receber João Paulo II, quando ele chegar a tarde de Dublin, a bordo do Boeing-747 São Patrício, da linha aérea irlandesa Air Lingus. Deverá seguir em carro aberto do aeroporto até a catedral metropolitana, para uma parada breve, e de lá para um parque ao ar livre — Common — onde concelebrará missa campal com 82 cardeais e bispos norte-americanos e canadenses, sua principal atividade na cidade até a partida para Nova Iorque — e um discurso nas Nações Unidas — na manhã seguinte.

O tema da fala papal em Boston será “A Juventude e seu relacionamento com a Igreja”, estando programadas para as outras escalas questões como “Paz e Direitos Humanos” (Nova Iorque — Nações Unidas), “A Natureza da Vocação para Padre” (Filadélfia), “Vida Rural e Relacionamento do Povo com a Terra” (Des Moines), “Colegialidade e Relação Fraternal do Papa com seus irmãos bispos” (Chicago) e “A Dignidade de Pessoa e o Respeito Pela Vida em Família” (Washington). Embora João Paulo II já tenha visitado os Estados Unidos em 1969 e 1976, ainda como Arcebispo de Cracóvia, Polónia, esta sua passagem por aqui como Papa por certo tem um significado mais amplo e servirá para influenciar os caminhos da Igreja Católica nos Estados Unidos, onde ela está dividida, como em outros países, entre setores liberais e conservadores.

Mas as questões controversas para essas duas linhas da Igreja americana não são exatamente as mesmas da América Latina, por exemplo, onde o tema “Teologia da Libertação” provoca as discussões mais inflamadas no seio da Igreja, entre os que defendem a aproximação dos religiosos com os pobres, num ativismo pela obtenção de justiça social, e os que insistem na ênfase ao aspecto atemporal da Evangelização e na necessidade de limitar a ação da Igreja à preparação espiritual.

Os católicos americanos demonstram mais preocupação com questões como aborto, controle da natalidade, celibato dos padres e a posição da mulher na Igreja — tema sobre os quais a posição de cautela, por muitos considerada conservadorismo, do Vaticano provoca dis-

a nuvem nuvem e coro o Sto que os polonês em ocasiões litúrgicas, e que “que ele viva”. No começo l portada, a aplaudiu tanto do discurso, o o Papa pedir um padre irlandês para continuar fa entusiasmo muito o calor tantes de I noite de sábado o Papa para ruas principais aberto.

As duas do domingo, haviam poucos abstinência recomendados irlandeses de pessoas v te embriagavam e gritavam nas ruas do centro e os centos pelo sentimento interm irlandeses si a euforia da Papa pela ra da pela tota de qualquer transporte.

Conservação

Antes de João Paulo I servador, e li deixar bem discurso que os 200 mil jo receberam n mo de Ga uma longa valores relig tando os jo que não se fluenciar pel que consider ca religiosa fora de mod muitos relig tarão este ti

Por causa da visita, o estado de Massachusetts decretara feriado, “apesar das tentativas de grupos cívicos em impedir a medida, sob o alegado de que isso forçaria o Estado a ter despesas extras, implicitamente caracterizando seu apoio material a uma manifestação religiosa, o que é proibido pela Constituição dos Estados Unidos. Caberá a um tribunal decidir”.

A ação dos grupos surtira efeito de constrangimento. “Para evitar conflitos jurídicos desse tipo nos outros locais por onde o Papa passará, a Igreja está-se oferecendo para pagar as principais despesas ligadas à parte ostensivamente religiosa – sobretudo as missas em áreas públicas – deixando a cargo das autoridades locais apenas os gastos inerentes à visita de uma personalidade famosa, como segurança policial, controle de tráfego e limpeza de rua”, continuava a matéria.

Além disso, o relato informava, meticulosamente, que mais de 1 milhão e meio de pessoas eram esperadas “para hoje nas ruas a fim de receber João Paulo II, quando ele chegar à tarde de Dublin, a bordo do Boeing 747 São Patricio, da linha aérea irlandesa Air Lingus. Deverá seguir em carro aberto do aeroporto até a catedral metropolitana, para uma parada breve, e de lá para um parque ao ar livre – Common – onde celebrará missa campal com 62 cardeais e bispos norte-americanos e canadenses, sua principal atividade na cidade até a partida para Nova Iorque – e um discurso nas Nações Unidas – na manhã seguinte”.

O roteiro esmiuçado traçava mais do que uma rota ou uma agenda. Era uma operação de campanha. O *mise en scène* papal, que se tornara por si só uma notícia, era tomado como uma espécie de emblema acerca da postura e das ações do Vaticano naquele início de Pontificado. A matéria cita os temas das palestras do Papa pelo país – Juventude; Direitos Humanos; Vida em Família, entre outros – e sublinha as divisões dentro da Igreja local, fraturada entre grupos liberais e conservadores.

Fraturas que diferiam das divergências que ocorriam na América Latina, agitada pela Teologia da Libertação, que “provocava discussões mais inflamadas no seio da Igreja, entre os que defendem a aproximação das religiões com os pobres, num ativismo pela obtenção da justiça social, e os que insistem na ênfase ao aspecto atemporal da Evangelização e na necessidade de limitar a ação da Igreja à preparação espiritual”.

Nos EUA, o intento do Papa era se aproximar com a população, porque “os católicos americanos demonstram mais preocupação com questões como aborto, controle da natalidade, celibato dos padres e o papel da mulher na Igreja”. A interrupção da gravidez era um tema social inescapável. Tornara-se tão central que fora um dos principais motivos de uma visita de pompa e espetáculo.

Entusiasmo que se refletiu nas páginas do *JB*, que dedicou ampla cobertura à visita, com uma página inteira, que se convertera ela mesma em uma espécie de “editorial” denominada “Viagem do Papa”. “Aborto, ‘crime abominável’” (Figura 108) foi a ênfase que o jornal escolheu para intitular matéria, veiculada em 02/10/79, falando sobre discurso do Papa em Dublin (Irlanda), no dia anterior.

Em sua apresentação, João Paulo II fez “um duro discurso contra o aborto, o divórcio e alguns itens do programa de emancipação feminina durante missa, momentos antes de deixar Dublin rumo aos EUA”.

Figura 108 – JB - 02/10/1979 – 1º Caderno/Viagem do Papa – p. 12

João Paulo II reflete-se ao parir — Concomitantemente à sua visita de um período de aproximadamente 100 dias de duração, a 1ª e 2ª missões de diplomacia, e a realização de missões de caráter pastoral, mas a realização de missões de caráter pastoral, mas a realização de missões de caráter pastoral...

Católico apóia celibato mas insiste na pílula — Uma pesquisa de opinião encomendada pela rede de televisão NBC entre católicos norte-americanos revelou considerável discordância com a posição oficial da Igreja sobre o celibato, o uso da pílula e o aborto...

Aborto na Igreja é crime — 80% dos católicos norte-americanos acreditam que o aborto é um crime, segundo pesquisa realizada pela rede de televisão NBC...

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Condomínio nº 2679
Pagamento de encargos e obras complementares em pagamento da 1ª parcela administrativa

Igreja dos EUA teme preconceito do Papa — Desde uma visita que o papa fez em 1965, a Igreja Católica nos Estados Unidos tem sido alvo de críticas em alguns setores...

Aborto, "crime abominável" — O papa João Paulo II afirmou que o aborto é um crime abominável, segundo uma pesquisa realizada pela rede de televisão NBC...

Exemplos — O papa que a Irlanda, se não se desligar do aborto, não poderá ser reconhecido como país católico...

Ingleses não creem em paz — Robert Dervel Evans — A mensagem de paz, visando principalmente a Irlanda, foi recebida com entusiasmo...

Discussões — A sala plenária do ISA, em uma sessão que se realizou no dia 10 de outubro, discutiu a situação da Igreja Católica nos Estados Unidos...

Aborto, "crime abominável" — O papa João Paulo II afirmou que o aborto é um crime abominável, segundo uma pesquisa realizada pela rede de televisão NBC...

Exemplos — O papa que a Irlanda, se não se desligar do aborto, não poderá ser reconhecido como país católico...

Ingleses não creem em paz — Robert Dervel Evans — A mensagem de paz, visando principalmente a Irlanda, foi recebida com entusiasmo...

Japão pode ser próxima viagem — Indiscrições — O papa João Paulo II afirmou que o aborto é um crime abominável, segundo uma pesquisa realizada pela rede de televisão NBC...

Aborto, "crime abominável" — O papa João Paulo II afirmou que o aborto é um crime abominável, segundo uma pesquisa realizada pela rede de televisão NBC...

Exemplos — O papa que a Irlanda, se não se desligar do aborto, não poderá ser reconhecido como país católico...

Ingleses não creem em paz — Robert Dervel Evans — A mensagem de paz, visando principalmente a Irlanda, foi recebida com entusiasmo...

O papa era seguido diariamente, construindo um sequenciamento noticioso em que cada ato convertia-se em evento único. Qualificando a interrupção da gravidez de “abominável”, o Pontífice fazia apelo a um estilo de vida conservador: “Que as mães e jovens mulheres irlandesas não ouçam aqueles que lhes dizem que o trabalho em uma tarefa secular ou o sucesso em uma profissão secular sejam mais importantes do que a vocação de conceber a vida e cuidá-la como mãe”.

O foco na mulher como responsável única da gestação fica evidente. Da mesma forma que, de maneira repetitiva, o repúdio ao mundo leigo e social, organizado fora dos princípios e dogmas da Igreja, era ratificado como danoso. Uma batalha de mundos, de um binarismo cristalino entre bem e o mal, em relação à qual o Papa assumia contundência e virulência

retórica. “Satã, o adversário de Cristo, usará todos os seus poderes e tentações para ganhar a Irlanda”, pontuara o Papa, que complementaria ainda que “atacar a vida em qualquer momento de sua concepção é minar toda a ordem moral que é o verdadeiro bem do homem”.

Já nos Estados Unidos, João Paulo II privilegiou inicialmente questões matrimoniais. Em “Papa exige da Igreja dos EUA fidelidade ao celibato”, publicada na página 12 do 1º Caderno no dia 05/10/79 (Figura 109), lia-se que a posição do Vaticano ante a questões controversas era clara: “padre não pode casar e mulher não pode ser sacerdote”.

A matéria ocupava praticamente a página inteira e era acompanhada de foto do Pontífice de joelhos rezando diante do túmulo do santo John Neumann e de outra em que ele aparece beijando uma criança. Em sua defesa do celibato, ele criticara duramente as “tendências perturbadoras e a frouxidão no que se refere à visão cristã da sexualidade”. E deixava claro que a Igreja, em um mundo de ampliação da participação social das mulheres, não era uma instituição aberta a elas.

O aborto, contudo, não fora alvo de discursos e/ou declarações naquela primeira etapa de viagem, relata o texto, adicionando que era uma questão muito polarizada no país. Conforme pesquisa de opinião da época, 50% dos católicos concordavam com a posição da Igreja sobre o tema, enquanto 45% discordavam.

Figura 109 – JB - 05/10/79 – 1º Caderno/Visita do Papa – p. 14

14 — VIAGEM DO PAPA

JORNAL DO BRASIL sexta-feira, 5/10/79 1º Caderno

Papa exige da Igreja dos EUA fidelidade ao celibato

Silvio Bocanera
Correspondente

Washington — Ao passar por Filadélfia em sua peregrinação pelos Estados Unidos, que ontem ainda o levou a Des Moines e Chicago, o Papa João Paulo II deixou clara sua posição sobre duas questões controversas para a Igreja Católica neste país: padre não pode casar e mulher não pode ser sacerdote.

Após vários discursos em que firmou uma posição liberal da Igreja em questões sociais — a luz das reformas originadas pelo Concílio Vaticano II — o Sumo Pontífice mostrou em Filadélfia que em alguns temas ele não se arreda da doutrina tradicional da Igreja.

Questão de escolha

Admirou que a Bíblia exclua a mulher do sacerdócio, questão que, segundo ele, nada tem a ver com direitos humanos, mas “expressa a convicção da Igreja sobre esta dimensão particular do sacerdócio pela qual Deus escolheu como condutor seu rebanho”.

A plateia de 20 mil padres, bispos e bispas no Centro Cívico de Filadélfia recebeu a afirmação papal com entusiasmo, aplaudindo-o de pé durante vários minutos quando ele fez a observação sobre a limitação do sacerdócio para os homens. Completou a observação dizendo que “o fato de que haja uma chamada individual para o sacerdócio feita pelo Senhor aos homens que Ele mesmo escolheu está de acordo com a tradição profética”.

Anteriormente, falando a um grupo de seminaristas, o Papa exortou os futuros padres a refletirem bastante sobre as “muitas obrigações e dificuldades que fazem parte da vida de um padre”, deixando clara sua mensagem ao advertir os seminaristas para que “considerassem se Cristo os estava chamando para a vida de celibato”.

João Paulo II lembrou aos seminaristas a importância de manter o compromisso com Cristo de ser fiel a ele e à Igreja, “não importa que dificuldades vocês possam encontrar e a que tentações sejam expostos”.

Na homilia da missa campal rezada no Logan’s Circle de Filadélfia, posteriormente, o Papa pediu um restrição dos valores familiares a um senso maior de moralidade entre a juventude, observando que “não pode haver liberdade verdadeira sem respeito pela verdade sobre a natureza da sexualidade humana e o casamento”.

que não limitava suas palavras à moralidade conjugal, o Papa notou que sua mensagem se aplicava também aos padres “no que se refere às obrigações do celibato”.

Embora em outros países as questões de celibato dos padres e o papel da mulher na Igreja sejam secundárias na lista de preocupações dos católicos, nos Estados Unidos elas são alvo de discussões frequentes, e muitos féis aguardavam do Papa uma definição clara sobre o assunto.

Uma pesquisa de opinião realizada na semana passada pela Associated Press e a rede de televisão NBC indicou que a maioria (53%) dos católicos norte-americanos aprova a posição tradicional da Igreja, favorecendo o celibato dos padres. Os dissonantes chegavam a 40%, enquanto 7% não tinham opinião formada.

Outras questões controversas para os católicos daqui são aborto e controle da natalidade. Quanto à primeira, João Paulo II manifestou sua oposição ao falar na Irlanda domingo último, mas ainda não tocou no assunto neste país, onde tampouco se refere até agora ao controle de natalidade.

A mesma pesquisa AP-NBC indica apoio de 50% dos católicos norte-americanos à posição da Igreja contra o aborto (55% dissonantes, mas 66% rejeitam contra 27% que aprovam as restrições do Vaticano ao controle artificial de natalidade. A Igreja aceita apenas o método contraceptivo da taboia, baseado na observação do processo de ovulação da mulher).

A terra

Nam de seus dias mais starbúdos, o Papa ontem deixou Filadélfia à tarde, viajou duas horas e meia de avião até Des Moines, no Estado de Iowa, onde rezou missa campal, e fez mais uma hora de avião até Chicago, onde desfilou pelas ruas em carro aberto e ainda fez a Catedral do Nome Sagrado (Holy Name) para rezar e dar bênção apostólica aos féis, nesta maior Arquidiocese dos Estados Unidos.

Em Iowa, numa área rural perto da Capital (Des Moines), João Paulo II falou aos fiéis sobre a relação especial do homem com a terra, mencionou a ligação de Jesus com o campo e exortou-os a serem generosos com “uma das terras mais férteis

que não limitava suas palavras à moralidade conjugal, o Papa notou que sua mensagem se aplicava também aos padres “no que se refere às obrigações do celibato”.

Embora em outros países as questões de celibato dos padres e o papel da mulher na Igreja sejam secundárias na lista de preocupações dos católicos, nos Estados Unidos elas são alvo de discussões frequentes, e muitos féis aguardavam do Papa uma definição clara sobre o assunto.

Uma pesquisa de opinião realizada na semana passada pela Associated Press e a rede de televisão NBC indicou que a maioria (53%) dos católicos norte-americanos aprova a posição tradicional da Igreja, favorecendo o celibato dos padres. Os dissonantes chegavam a 40%, enquanto 7% não tinham opinião formada.

Outras questões controversas para os católicos daqui são aborto e controle da natalidade. Quanto à primeira, João Paulo II manifestou sua oposição ao falar na Irlanda domingo último, mas ainda não tocou no assunto neste país, onde tampouco se refere até agora ao controle de natalidade.

A mesma pesquisa AP-NBC indica apoio de 50% dos católicos norte-americanos à posição da Igreja contra o aborto (55% dissonantes, mas 66% rejeitam contra 27% que aprovam as restrições do Vaticano ao controle artificial de natalidade. A Igreja aceita apenas o método contraceptivo da taboia, baseado na observação do processo de ovulação da mulher).

Até fará nova ação contra missa

Washington, Madison — A atriz Marilyn Murray O’Hair, famosa por ter focado a Suprema Corte a proibir há 16 anos as orações nas escolas públicas, disse que voltará a recorrer a esse alto tribunal, se necessário, para impedir que o Papa João Paulo II celebre uma missa domingo em Washington entre o Capitólio e o monumento a Lincoln.

Ex-bispo de Sacramento é apunhalado

Sacramento, Califórnia — Um desconhecido aguçou várias vezes, nas mãos e no peito, Monsenhor Alden Bell, de 79 anos, ex-bispo de Sacramento que iria amanhã a Chicago para encontrar-se com João Paulo II. Segundo funcionários da diocese, o agressor havia conversado com Monsenhor Bell pela manhã, querendo-se de ter sido excomungado. Mais tarde voltou e atacou o prelado, gritando: “Você está excomungado”. O estado do ex-bispo impõe cuidados.

Maratona entusiasma comunistas

Araújo Netto
Correspondente

Roma — Excluído l’Osservatore Romano, órgão oficial da Santa Sé, o jornal comunista italiano L’Unità, e o que mais atenção, espaço e entusiasmo vem dedicando à visita de João Paulo II aos Estados Unidos. Uma exceção em toda a imprensa italiana, geralmente irreverente ou muito discreta ao noticiar e comentar mais esta maratona do Papa Wojtyła — chamado pela revista L’Europeo de o Alfiere de Deus, pelo matutino La Repubblica de protagonista de um grande hap-



João Paulo II rezou diante do corpo do único santo dos EUA, o Bispo John Neumann

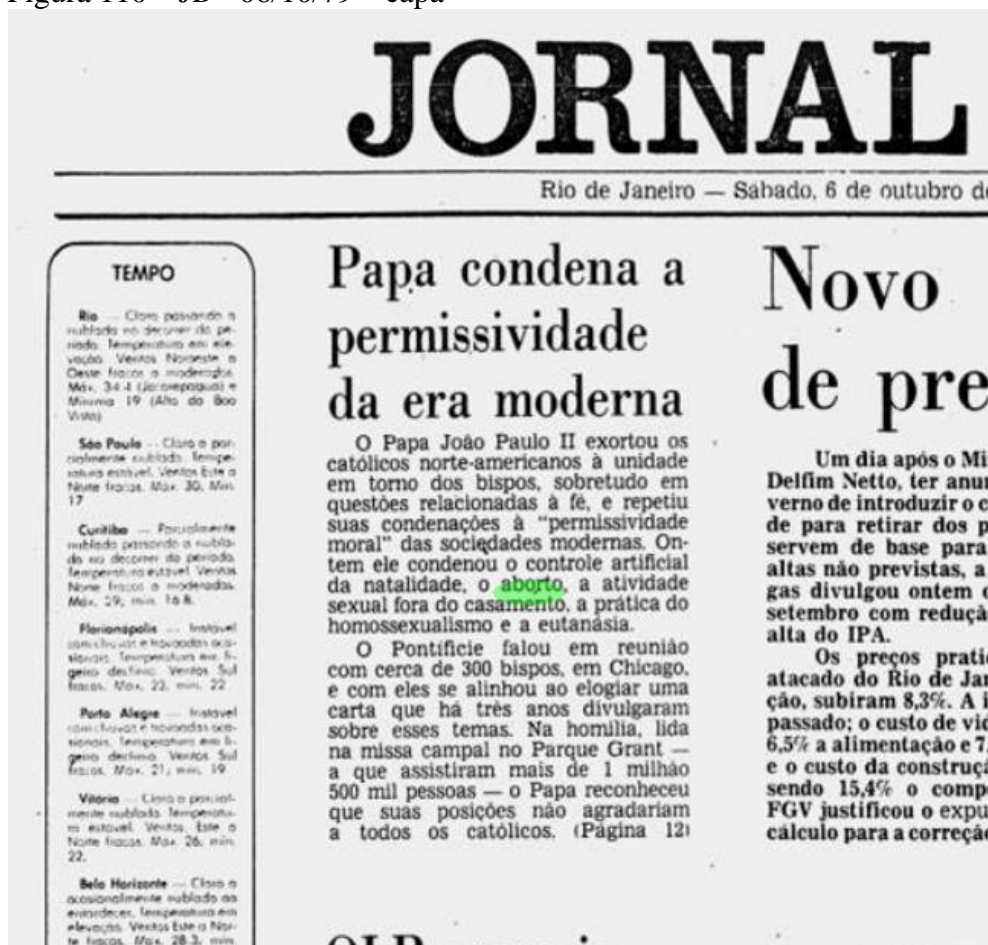


Filadélfia / AP

Por pouco tempo, pois no dia seguinte o Pontífice daria ênfase ao tema. Em manchete, o JB destacava que “Papa condena permissividade da era moderna” (Figura 110). Na

chamada, lê-se que, em reunião com cerca de 300 bispos em Chicago, ele “exortou os católicos norte-americanos à unidade em torno dos bispos, sobretudo em questões relacionadas à fé, e repetiu suas condenações à ‘permissividade moral’ das sociedades modernas. Ontem, ele condenou o controle artificial da natalidade, o aborto e a atividade sexual fora do casamento, a prática do homossexualismo e a eutanásia”.

Figura 110 – JB - 06/10/79 – capa



João Paulo II tornara-se uma liderança de empreendedorismo moral, estando no centro das atenções de jornais, cidades e comunidades. Sua incidência no imaginário não podia ser desconsiderada. Ainda mais que seu estilo de contato com as pessoas e multidões era acompanhado de uma iconografia bastante específica, em que o Pontífice era enquadrado em calculados gestos majestosos.

Na matéria interna (Figura 111), o leitor era informado de que “Papa condena pílula, aborto e homossexualismo”. Na condição de árbitro moral, ele aparecia em foto na qual a então prefeita de Chicago postara-se de joelho e beijava-lhe a mão.

Na política do aborto que ia sendo reinventada como um tema global, provocado e preparado para ser físgado pelo noticiário, nota-se a construção de uma autoridade pelas páginas impressas. O texto detalha a fala de João Paulo II na reunião com os bispos, na qual “criticou a prática do aborto, legalizada pela Suprema Corte neste país no início da década em decisão controversa ainda disputada por várias organizações que se autodenominam de ‘defesa da vida’”. De acordo com as palavras dele, “a partir do momento da concepção, a vida precisa ser tratada com o maior cuidado, e destruir essas crianças nascituras inocentes é um crime de que nem se pode falar”.

Depois do encontro, ele celebrou duas missas, uma para a comunidade polonesa em Chicago e outra para 1,5 milhão de pessoas em um parque da cidade. A matéria não detalha os temas abordados, mas evidencia a dimensão encenada e massiva que a política do aborto adquiria no final dos anos 1970. A tematização da prática era pensada para o júbilo das multidões, numa investida espetacular por mentes e corações contrários ao procedimento. Numa investida, com efeito, também voltada para o radar do jornalismo.

Figura 111 - JB - 06/10/79 – 1º Caderno/Viagem do Papa - p.12

Papa condena pílula, aborto e homossexualismo

Silvio Bocanera

Washington — Ao reafirmar a posição conservadora da Igreja em questão de sexualidade, o Papa João Paulo II condenou ontem o controle artificial da natalidade, o aborto, a atividade sexual fora do casamento e a prática — embora não a orientação — homossexual.

Em reunião com cerca de 300 bispos norte-americanos que foram recebidos em Chicago, o Sumo Pontífice endossou os pronunciamentos de seu antecessor Paulo VI, há 11 anos, sobre estas questões na Encíclica Humanae Vitae. Deixou, assim, as expectativas dos que esperavam ver mudanças na posição da Igreja sobre estes temas após uma década de radicais transformações de valores morais através do mundo.

CONTROVERSIA

A expectativa era ainda maior porque o ex-Cardel polonês Karol Wojtyła não só tem apenas um nome como Papa João Paulo II, mas também porque suas opiniões liberais expressadas nos últimos dias sobre questões sociais refletiam uma perspectiva mais aberta a reformas por parte da Igreja.

Mas, juntando-se à mensagem de ontem as expectativas na opinião da maioria

Trabalhistas apóiam tropas em Ulster

Brighton — Por maioria esmagadora de votos, a conferência anual do Partido Trabalhista rejeitou uma proposta de sua ala esquerda para a retirada “imediata e ordenada” dos 13 mil soldados britânicos na Irlanda do Norte. A votação representou mais uma vitória da corrente que apóia o ex-Primeiro-Ministro, James Callaghan.

Os delegados também criticaram os donos de jornais britânicos, responsabilizando-os pela “falta de liberdade real e pluralidade” na imprensa do Reino. A decisão teve como desdobramento a convocação de um debate sobre o assunto, prevendo-se, inclusive, a aprovação de leis como a de co-gestão das empresas jornalísticas, com garantias de liberdade de opinião.

Integrantes da ala provisória do IRA mataram ontem de manhã um ex-membro da tropa britânica na Irlanda do Norte, num atentado a metrômetro. De um automóvel em movimento, os extremistas irlandeses feriram outro ex-integrante do Exército britânico.

Itália prende líder radical

Roma — O secretário-geral do Partido Radical Italiano, Jean Fabre, foi preso depois de acender um cigarro de maconha no término de uma entrevista a jornalistas, e oferecer o alucinógeno aos presentes, entre eles o subchefe da polícia romana, Franco Pompo. O gesto fez parte da campanha para a legalização da droga.

putados na Câmara e já realizaram inúmeras campanhas na Itália, inclusive a favor do aborto e do divórcio, convocaram a imprensa e personalidades à sede do Partido para protestar pela prisão, na quarta-feira, do Vereador Angelo Bandinelli, detido após oferecer maconha ao Prefeito Lialio Petrucci e a outros se-

Carter inicia em dezembro sua campanha com comícios relâmpagos em 11 cidades

Jeremiah O'Leary

Washington Star

Washington — O Presidente Jimmy Carter anunciará sua candidatura à reeleição num grande jantar para angariar fundos, em Washington, a 4 de dezembro, e partirá para uma campanha relâmpago de cinco dias em 11 cidades, de costa a costa dos Estados Unidos.

Os altos funcionários do Governo que revelaram os planos de campanha garantiram a participação da Sra Carter e do vice-Presidente Walter Mondale, eliminando dúvidas de que este não seja o companheiro de chapa de Carter.

COSTA A COSTA

Simultaneamente com o lançamento da campanha em Washington, os organizadores da reeleição de Carter e Mondale planejam mais de 3 mil reuniões de pequenos doadores de fundos em todo o país, na mesma noite.

Embora os planos finais ainda não estejam prontos, Carter e Mondale vão aparecer em reuniões para angariar contribuições em Nova Iorque, Los Angeles, Minneapolis, Atlanta, Chicago e Springfield, Estado de Mass.

sidente, Mondale e Rosalynn vão expor as rotas de Carter e convencer os democratas de que a chapa merece seu apoio.

A Sra Carter vai se concentrar em programas para os pequenos doadores, calculados pelos estrategistas de campanha de modo a atingir as bases do Partido em todo tipo de local, de residência a auditórios. Os Carters tiveram sucesso com esta técnica há quatro anos, quando Carter era tão desconhecido que suscitava comentários como: “Eles não sabem?”

A liderança de João Paulo II contra o aborto seria reforçada no dia 18/10/79, quando da notícia da concessão do Prêmio Nobel da Paz à Madre Teresa de Calcutá, estampada na capa do Caderno B (Figura 112).

Também ilustrada por fotos favoráveis, em que a freira aparece sorrindo e ao lado de crianças e moradores de favela durante sua visita à Salvador (menos de três meses antes — Figuras 98 e 99), o texto procede ao perfil de Madre Teresa: 69 anos, há 33 anos trabalhando entre “os pobres, crianças, leprosos e moribundos das favelas indianas”.

Figura 112 – JB - 18/10/79 – Caderno B - capa

caderno **B** **JORNAL DO BRASIL**
Rio de Janeiro □ Quinta-feira, 18 de outubro de 1979

MADRE TERESA DE CALCUTÁ, PRÊMIO NOBEL DA PAZ



Madre Teresa de Calcutá fundou em julho passado uma casa das Missionárias da Caridade em Salvador, onde esteve a convite do Primaz do Brasil, D Avelar Brandão, para ajudar os 50 mil pobres da favela dos Alagados. "Onde existe muita riqueza, encontra-se também muita pobreza"



"VOU CONSTRUIR CASAS PARA OS LEPROSOS"

O SLO — O prêmio Nobel da Paz de 1979 foi concedido ontem à Madre Teresa de Calcutá, 69 anos, uma freira católica que trabalha há 33 anos entre os pobres, crianças, leprosos e moribundos das favelas indianas.

Ao justificar a concessão do prêmio, a Comissão Nobel do Parlamento norueguês afirmou que Madre Teresa renunciou totalmente ao mundo para dedicar sua vida à caridade entre "os mais pobres dos pobres da Índia".

"Este ano, o mundo volta sua atenção para as penas das crianças e dos refugiados e são estas justamente as categorias para as quais Madre Teresa trabalha, há tantos anos, com tanto desprendimento".

"Um dos aspectos do seu trabalho vem sendo o respeito ao ser humano individual e à sua dignidade, de valor inato. Os mais solitários, os mais maltratados e os moribundos receberam de suas mãos a compaixão fundamentada na reverência do homem".

Sabe-se que havia 56 concorrentes ao prêmio deste ano, entre os quais o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o Cardeal polonês Stefan Wyszyński, o Presidente finlandês Urho Kekkonen e o Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, por seu trabalho pela paz no Oriente Médio. O Alto Comissariado, incluído na lista por seu trabalho junto aos refugiados da Indochina, aplaudiu imediatamente a concessão do prêmio à Madre Teresa: "O prêmio foi para uma pessoa cujo trabalho merece profunda admiração e reconhecimento".

Madre Teresa fundou, em 1950, as Irmãs Missionárias da Caridade, para trabalhar pelos abandonados e agonizantes. A ordem espalhou-se da Índia para o exterior e tem uma casa na Bahia para atender aos pobres da favela dos Alagados.

CHEGOU PRIORI. A RAPIDEZ E O PREÇO DE UM MODULADO, SÓ QUE EM MADEIRAS NOBRES E COM A QUALIDADE SAMURAI.

Tão rápido quanto qualquer modulado você recebe um Priori,

VARI LUX 2

A lente que serve para longe, para perto e para as distâncias intermediárias.

A lente que não tem traços divisórios nem "janelinhas" e portanto não produz salto da imagem.

A lente que, após os 40, restitui

A Comissão do Nobel justificou a láurea evocando a renúncia ao mundo para "dedicar sua vida à caridade entre 'os mais pobres da Índia'". Este ano, o mundo volta sua atenção para as crianças e os refugiados e são estas justamente as categorias para as quais Madre Teresa trabalha, há tantos anos, com tanto desprendimento. Um dos aspectos do seu trabalho vem sendo o respeito ao ser humano individual e à sua dignidade, de valor inato. Os mais solitários, os mais maltratados e os moribundos receberam de suas mãos a compaixão fundamentada na reverência ao homem".

A matéria lembra ainda que havia 56 concorrentes, entre eles o então presidente dos EUA, Jimmy Carter. A premiação recebeu os cumprimentos de personalidades globais, como o presidente indiano, políticos americanos e, naturalmente, o papa João Paulo II, que, "informado, deixou transparecer o imenso prazer que sentia".

Madre Teresa afirmou que, com o valor do prêmio, iria "construir casa para os leprosos". A matéria é encerrada lembrando a passagem pelo Brasil meses antes, quando ela fizera enfática crítica ao aborto: "Nos lugares onde existe muita riqueza, encontra-se também muita pobreza. Pobrezas nem sempre iguais. Na África, na Ásia, na América Latina, há fome de pão, uma pobreza material. Na Europa e nos Estados Unidos, há muita fome de amor. A solidão é uma pobreza terrível, o aborto também. Mãe que permite o aborto é a mais pobre dos pobres". O repúdio à interrupção da gravidez era reconhecido por aquele que é

considerado o mais nobre e ilustre dos prêmios, que coroa indivíduos por seus feitos em benefício da humanidade.

Os ânimos se acirravam, e o tema passava a ser motivo de protestos emblemáticos mundo afora, movidos por inegável fúria. “Kennedy é alvejado com ovo” foi publicada no dia 09/11/79, na página 13 da editoria Internacional (Figura 113). “O Senador Edward Kennedy, candidato à nomeação do Partido Democrata para concorrer nas eleições presidenciais americanas, foi atingido por um ovo cru, atirado por uma manifestante contra o aborto, durante visita a um centro de velhos em Chicago”.

Figura 113 – JB - 09/11/79 – Internacional – p.13



O senador fez, por ocasião daquele ato de campanha, críticas ao então Presidente Jimmy Carter, acusando-o de falta de autoridade, entre outras apreciações negativas que completam a matéria, junto com seu estado de saúde e seu patrimônio.

Mas, o apelo central da matéria é a interrupção da gravidez. A ovada, dada por uma mulher anti-aborcionista, na Chicago visitada semanas antes pelo Papa João Paulo II, fundamenta o título de um texto que dedicou-se, em sua maior parte, a tratar de declarações e aspectos relativos às eleições presidenciais. O debate sobre problemas, desafios e rumos de um dos principais países do mundo parecia menos importante, ao menos em visibilidade editorial, do que o protesto com o alimento. O aborto era motivo de escracho, expondo autoridades e personalidades a constrangimento e repúdio públicos, especialmente no contexto de disputas por poder e de processos eleitorais. Ser uma pessoa pública acarretava riscos se a mesma fosse associada a juízos quanto à interrupção da gravidez.

As paixões coletivas estavam incendiadas pelo tema, cujas repercussões já não se limitavam a protestos e contendas de natureza democráticas. Na Espanha, por exemplo, a prática era capturada pelo radicalismo fascista que ainda encontrava guarida social. “Direita espanhola insulta rei e homenageia Franco em comício com suásticas” intitulou matéria na editoria Internacional, no dia 19/11/79 (Figura 114).

Em manifestação em Madrid, num clima descrito como “de festa e delírio direitista”, suásticas eram vendidas em barraquinhas, assim como “retratos de Hitler e de Mussolini e decalques dizendo ‘Judeus não, obrigado’”. Os oradores “denunciavam a ‘traição do Governo’ e o ‘terrorismo marxista’, cartazes condenavam o aborto e o divórcio, enquanto a multidão, em coro, gritava insultos ao Rei e à Coroa”.

O protesto acontecia por ocasião da comemoração de aniversário e morte do antigo líder e ditador Francisco Franco. A matéria elencava as personalidades presentes, num cenário em que o aborto era gritado e bradado como um ato comparável ao terrorismo, associado ao ódio anti-semita e a fúria contra movimentos separatistas na Espanha. Presente ao evento estava até mesmo um representante da Igreja brasileira, bispo Dom Amadeo Gonzalez Ferreiros, num indício das conexões transnacionais que podiam ser identificadas em torno dos processos políticos de então, que se caracterizavam por um recrudescimento de forças e imaginários conservadores, irmanadas em torno de ideias e posições de extrema-direita. E que eram vocalizadas colericamente, cada vez mais, à medida que se incorporavam a exaltadas manifestações populares. Em alguma medida, a luta contra o aborto encontrava no nacionalismo uma identidade política. E no fanatismo “delirante” – para ficar na adjetivação do próprio jornal –, um marcador afetivo.

Figura 114 – JB - 19/11/79 – Internacional – p. 9



O monopólio da editoria internacional e das vozes e eventos anti-aborcionistas seria brevemente quebrado pela notícia de um médico favorável à descriminalização da prática. "Médico faz a defesa do aborto" foi veiculada no dia 21/11/79, na página 16 do 1º Caderno (Figura 115), e relatava apresentação de Elsimar Coutinho⁵⁵, especialista em reprodução humana da Universidade Federal da Bahia, na 24ª Jornada Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, ocorrida em Recife.

Em um mundo que se notabilizava pelas articuladas movimentações religiosas contra a prática, eis que um médico remava contra a maré e tentava reativar o debate. A nota era pequena, embora assertiva ao informar que o palestrante "propôs a liberalização da legislação sobre o aborto no Brasil, para defender as próprias mulheres, já que ele (aborto) poderia então ser feito por médicos competentes, o que as livraria do trauma psíquico e físico". Ele ainda

⁵⁵ Em sua tese de doutorado, "Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória" (2009), a antropóloga Daniela Tonelli Manica esmiúça a trajetória e as ideias que marcam o pensamento do médico Elsimar Coutinho. O trabalho está disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280698>>

fez duras críticas contra o governo, que não teria “autoridade moral para ser contra o aborto, já que não provê de riqueza aqueles que têm muitos filhos”.

A defesa da descriminalização era um ato isolado naquela conjuntura, mas não deixa de ser um reparação da perspectiva da saúde pública e do princípio da autonomia nos debates, em meio a um cenário adverso de prevalência de narrativas religiosas.

Figura 115 – JB - 21/11/79 – 1º Caderno – p. 16

presa particular de colonização, assinou ontem, com o Instituto, um acordo para o assentamento de 1 mil 200 colonos gaúchos no Estado do Mato Grosso do Norte. Inicialmente, a partir de janeiro de 80, serão assentados, na Chapada dos Guimarães, 240 famílias de co-

O diretor-secretário da Cotrel, Luis Antônio Piazzon, disse que o acordo é resultado de apelo feito pelos minifundiários de Erechim à Cooperativa para que esta "procurasse fazer uma colonização na área da Amazônia".

Vende-se ca
Cartas c/ oferta e tel. P/ cor sob o nº 33888725

Médico faz a defesa do aborto

Recife — O médico Elismar Coutinho, especialista em reprodução humana da Universidade Federal da Bahia, propôs a liberalização da legislação sobre o aborto no Brasil "para defender as próprias mulheres, já que ele (aborto) poderia então ser feito por médicos competentes, o que as livraria do trauma psíquico e físico.

O Dr Elismar Coutinho fez a proposta na 24ª Jornada Brasileira de Ginecologia e Obstetria, que se realiza nesta Capital, com a participação de 1 mil 500 médicos de todo o país. Disse ainda que o Governo "não tem autoridade moral para ser contra o aborto, já que não provê de riqueza aqueles que têm muitos filhos".

DECLAR
Comunicamos o extravio do lhecimento que trata o De 04/06/76 (Depósito Comp exterior) nº 358.987 de 04/ de Manfred Krebs — valor 358.986 de 04/05/78 emitido Krebs — valor de Cr\$ 22,1 O presente comunicado foi reembolso dos valores su Brasil S/A — Agência Cine

De fato, o final da década de 1970 parecia desfavorável ao debate. Porque nem mesmo encontros de mulheres organizadas pareciam confortáveis em tratar o assunto. “Reunião debate entrosamento profissional, familiar e social entre homem e mulher” (Figura 116), veiculado no dia 11/12/79, informava sobre o tema principal da 2ª Reunião Latino-Americana de Mulheres Universitárias, que seria realizado três dias depois no Ministério da Educação.

A matéria citava os participantes, entre eles, autoridades, advogados, parlamentares, engenheiros e professores. O evento era organizado pela Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, por ocasião de seus 50 anos. Uma das fundadoras, a advogada Maria Luiza Bittencourt, afirmou que considerava “os atuais movimentos feministas deturpados por pretenderem colocar as mulheres contra os homens. Lembra que o nome ‘feminista’ foi escolhido justamente para permitir a participação dos homens no movimento, o que não seria possível se se tratasse de um movimento ‘feminino’”.

A presidenta da Associação, a engenheira Alcina Koenow Pinheiro, também desgostava de aspectos do movimento feminista, embora os visse positivamente, “porque muitas mulheres estão tomando parte ativa dos destinos da humanidade”.

A descriminalização do aborto não parecia integrar as aspirações sobre o destino da humanidade. “O encontro não discutirá temas polêmicos como o aborto, mas a presidenta da Associação considera o planejamento familiar justo e importante, salientando que se trata de um problema tanto do homem como da mulher, ‘já que um mulher sozinha não concebe filhos’”.

O ambiente da academia e da intelectualidade, que seria seminal na eclosão e rumos do feminismo no Brasil ao longo da segunda metade do século XX, silenciava o tema, como se não houvesse clima ou mesmo força para trazê-lo à tona em um evento chancelado pela ditadura.

Figura 116 – JB - 11/12/79 – 1º Caderno – p. 6

JORNAL DO BRASIL □ terça-feira, 11/12/79 □ 1º Caderno

**andade
Glória
Natal**

O entrosamento entre o homem e a mulher nos planos profissional, social e familiar é o tema principal da 2ª Reunião Latino-Americana de Mulheres Universitárias, promovida pela Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, no auditório do MEC, até dia 14.

Com palestras da advogada Maria Luiza Bittencourt, do engenheiro L. A. Falcão Bauer e da Deputada Heloneida Studart, discutiu-se ontem o entrosamento profissional. O social será debatido hoje pela advogada Maria Rita Soares de Andrade, o engenheiro Amaranto Lopes Pereira, o sociólogo H. Pereira da Silva e a professora Ecles Guazelli.

FEMINISMO

O encontro comemora os 50 anos da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, a primeira organização feminista do Brasil fundada em 1929 por Berta Lutz.

Uma das fundadoras, a advogada Maria Luiza Bittencourt, considera os atuais movimentos feministas deturpados por pretenderem colocar as mulheres contra os homens. Lembra que o nome “feminista” foi escolhido justamente para permitir a participação dos homens no movimento, o que não seria possível se se tratasse de um movimento feminino.

A engenheira Alcina Koenow Pinheiro, presidenta da Associação, também faz críticas aos atuais movimentos feministas. “para que possamos conseguir a paz tão ambicionada pelos povos”

O encontro não discutirá temas polêmicos como o aborto, mas a presidenta da Associação considera o planejamento familiar justo e importante, salientando que se trata de um problema tanto do homem como da mulher. “já que uma mulher sozinha não concebe filhos”.

A engenheira também se manifesta contra a aposentadoria mais cedo para a mulher: “Quando se luta pelos mesmos direitos, não se deve querer privilégios, e é na maturidade que a mulher está mais disponível para produzir”

O Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella foi representado na reunião pelo delegado regional do MEC,

O melindre para o debate crítico e reflexivo pode ser sintetizado pela notícia que estampou a capa seguinte ao Natal, no dia 26/12/79 (Figura 117). “Papa define a criança como base moral” encabeçava chamada na qual se lia que, “ao fazer sua mensagem *Urbi et Orbi* na missa do Natal”, o Papa João Paulo II disse que “a dignidade da criança exige, por parte dos pais e da sociedade, uma profunda sensibilidade de consciência, já que a criança é o ponto nevrálgico em cujo redor se forma ou se quebra a moral das famílias e, por extensão, das nações e da sociedade”.

Assíduo na capa, o Papa obtinha visibilidade editorial para abastecer o imaginário com suas palavras de pretensão edificante, que depositavam na infância a esperança de sustentação e estabilidade do núcleo social da família e, por extensão, dos países. No pronunciamento, o Pontífice condenou “o aborto e a corrida armamentista, sendo visto e ouvido em transmissão direta de televisão para 34 países da América, Europa, Ásia e África”.

Figura 117 – JB - 26/12/79 - capa

...eis reserva 20% do que ganha para dar de Natal no quadro

Papa define a criança como a base da moral

Impo
perdo
até n

...os e
enne
as na
Esta-
que
iosos
— 43,
to de
ios.
nílias
arter
breza
todo
que
to de
han-
entiu
liber-
12)

Ao fazer sua mensagem *Urbi et Orbi* na missa do Natal, o Papa João Paulo II disse que “a dignidade da criança exige, por parte dos pais e da sociedade, uma profunda sensibilidade de consciência, já que a criança é o ponto nevrálgico em cujo redor se forma ou se quebra a moral das famílias e, por extensão, a moral das nações e da sociedade”.

O Vaticano calculou em 50 mil os fiéis que se reuniram diante da basílica de São Pedro para ouvir a mensagem do Papa, que falou também para condenar o aborto e a corrida armamentista, sendo visto e ouvido em transmissão direta de televisão para 34 países da América, Europa, Ásia e África.

O Gov
ainda este
até março
terras em
torial Rur
trados ou
perfeita, c
pagar o im
monetária
A infor
dente do II
de Reform
acrescenta
aproveitar
substitutiv
que não f
gresso, na
legislação,
sentam al

Médi
de ti

A matéria interna (Figura 118) trazia mais detalhes do pronunciamento, especialmente os relativos à missa em si, números de presentes e vestimenta do Papa. O papa era pop e, além das 50 mil pessoas na Praça do Vaticano, 5 mil se espremiavam dentro da Basílica para acompanhar a encenação. No discurso, a condenação ao aborto era espalhada pelos ventos do políglotismo: “A mensagem de Natal, que o Pontífice leu em 30 idiomas, incluindo o árabe, o swahili [idioma africano], turco, japonês e polonês, abordou também outros temas, reafirmando a posição da Igreja contra o aborto e a corrida armamentista”. Nas palavras de João Paulo II: “A criança é também uma grande e contínua verificação de nossa fidelidade a nós mesmos, da nossa fidelidade à humanidade”.

Mais do que nunca, o sentimento de indignação globalizava-se, e acentuava a rejeição contundente à prática, qualificada como uma traição à própria condição humana, vinculada radicalmente à condição sagrada da criança.

Figura 118 – JB - 26/12/79 – Internacional – p. 12

12 — INTERNACIONAL

Papa defende a dignidade da criança na mensagem de Natal

Missa reúne 500 pessoas em Pequim

Pequim — Cerca de 500 chineses de Pequim assistiram à Missa do Galo oficiada pelo novo Bispo da Diocese, D. Fu Tieshan, no único templo católico aberto ao culto na Capital — onde o dia de Natal foi celebrado animadamente pelos poucos milhares de cristãos chineses e pela comunidade estrangeira residente.

Em 1978, a assistência na Missa do Galo não passou de algumas dezenas de pessoas. Além disso, este ano, a missa foi oficiada pela primeira vez na cidade de Cantão, no Sul do país, onde no dia 21 de outubro deste ano a Catedral Francesa do Sagrado Coração reabriu suas portas. Em Xangai também foi rezada uma missa.

ESTRANGEIROS

A colônia estrangeira, que aumentou consideravelmente este ano, não poupou esforços para celebrar o Natal. Nos últimos dias os estrangeiros tomaram de assalto os armazéns da amizade que lhes são reservados e esvaziaram suas seções de brin-

“A dignidade da criança exige, por parte dos pais e da sociedade, uma profunda sensibilidade de consciência, já que a criança é o ponto nevrálgico em cujo redor se forma ou se quebra a moral das famílias e, por extensão, a moral das nações e da sociedade. A dignidade da criança exige a máxima responsabilidade dos pais e também a máxima responsabilidade social em cada setor”.

O texto é parte da mensagem *Urbi et Orbi* pronunciada pelo Papa João Paulo II depois da celebração da missa do Natal. Sua mensagem, transmitida ao vivo pela televisão para 34 países da América, Europa, Ásia e África, foi ouvida por aproximadamente 50 mil fiéis, que se congregaram diante da basílica de São Pedro.

OUTROS TEMAS

A mensagem de Natal, que o Pontífice leu em 30 idiomas, incluindo o árabe, swahili, turco, japonês e polonês, abordou também outros temas, reafirmando a posição da Igreja contra o aborto e contra a corrida armamentista.

Em relação ao aborto, João Paulo II disse: “A criança é também uma grande e contínua verificação de nossa fidelidade a nós mesmos, de nossa fidelidade à humanidade. É uma verificação do respeito diante do mistério da vida, no qual damos o primeiro respos-

prime a marca de sua imagem e semelhança”.

“A solicitude pela criança” — prosseguiu o Papa — “deve começar inclusive antes de seu nascimento, desde o primeiro momento de sua concepção. Hoje nossos corações se concentram, junto ao recém-nascido em Belém, sobre cada criança, sobre cada rapaz, sobre cada novo homem, nascido de pais humanos, sobre aquele que deve nascer e sobre aquele que já nasceu”.

Em sua mensagem, João Paulo II voltou a abordar a questão do desarmamento, tema sobre o qual tem falado reiteradamente nos últimos meses. Ao evocar seu discurso na Assembleia-Geral da ONU em Nova Iorque, o Pontífice declarou: “Devemos perguntar-nos se continuará acumulando-se sobre a cabeça dessa nova geração de crianças a ameaça de um extermínio comum cujos meios se encontram nas mãos dos Estados contemporâneos, e especialmente das maiores potências da Terra. Por acaso deverão herdar de nós, como um patrimônio indispensável, a corrida armamentista?”

MISSA CONCORRIDA

Mais de 5 mil pessoas lotaram a Basílica de São Pedro para ver o Papa celebrar a missa do Natal, sozinho, vestido de branco e com o palio branco que lhe foi entregue no dia em que se-

Depois das leituras do Antigo Testamento em inglês e espanhol e do Evangelho em latim, o Pontífice recordou em sua homilia que “esta noite é um testemunho particular da complacência divina para com o homem”.

Ao referir-se ao nascimento de Cristo, o Papa disse: “Nele, o Pai dá de si mesmo a todo homem. Nele se confirma a herança eterna do homem em Deus. Nele se revela até o fim o futuro do homem. Nele nos fala o significado e o sentido da vida humana, independente do sofrimento e as limitações que podem gravar a vida em sua dimensão terrena”.

“Quantas vezes — prosseguiu o Papa — o homem é esmagado pelo destino. Quantas vezes morre de fome, chega perto do desespero, é ameaçado pela consciência do significado de sua própria humanidade. Quantas vezes, apesar de todas as aparências que cria, o homem está longe de estar satisfeito consigo mesmo?”

E adiante declarou: “Tudo isso, Jesus Cristo anunciou com seu Evangelho e ao final com sua cruz e sua ressurreição. Que aquele menino nascido em Belém fale, pois, ao terminar este ano e no início do próximo, dos direitos de cada criança, de sua dignidade, de seu significado em nossa vida: a de cada família a de cada nação e de toda a



4.7 Considerações finais

Há nos anos 1970 inúmeros fatores a se observar. O mais óbvio é a explosão narrativa do assunto. Mesmo assim, a temática não se dispersa, porque há uma estabilização editorial

em que a tematização se dá majoritariamente nas seções de Ciência, Internacional e Cultura, embora em determinados momentos povoasse as páginas da política e do cotidiano nacional. De todo modo, é dado a perceber que o aborto era um tema falado e debatido tanto local quanto mundialmente.

É de fora que, com maior intensidade, o tema abastece o noticiário brasileiro. Japão, Estados Unidos, Escócia, Irlanda, Dinamarca, Suécia, França, Inglaterra, Itália, Israel, Alemanha, Espanha, Áustria, Holanda e Polônia são capturados pelo radar jornalístico. É notável a permanência de narrativas religiosas que competem pelas definições sobre vida e morte, e fincam a interrupção da gravidez, numa tática semântica de tematização combinada e interligada a atos igualmente tidos como desviantes, no já conhecido terreno simbólico da desgraça e da vergonha. Não é, entretanto, um tratamento isolado do ponto de vista religioso. O Vaticano e figuras protestantes posicionam-se crescentemente amparados em argumentos e pressupostos técnico-científicos. São os empreendedores morais cristãos. O debate se alimenta tecnologicamente. O feto reaparece no século XX, e de uma maneira impactante, através das imagens possibilitadas pelo aprimoramento do arsenal biomédico de gestão da vida reprodutiva.

A chamada “molecularização” da vida, já notada por Corrêa e Pazzello (2002) nos anos 1990, debuta e grassa no imaginário da década de 1970, potencializando a ideia de uma moralidade intrínseca ao que é biológico e tido como natural. Há uma tematização interessada no escrutínio celular e no universo micro-orgânico, que se apresenta desde já investido de humanidade. Um imaginário biológico como nunca antes visto se instaura, e reverbera nas representações sobre a vida intra-uterina. Nesse aspecto, é possível notar a construção de um regime de afetos e sentimentos calibrado pelos ventos técnico-científicos, que reúnem imagens de assombro, “fantasmagóricas” (DUDEN, 1996), dilatando as concepções sobre a vida humana. Dilatando e reinventando, sobretudo, o conhecimento e as noções sobre corporeidade, cuja densidade moral é ampliada à medida que os debates passam a ser atravessados por princípios e conceitos como dignidade e Direitos Humanos. Um outro mundo, fantástico e científico, alarma e maravilha os corações diante de fetos e bebês detalhados cientificamente, queridos socialmente, sob o ainda presente pano de fundo apavorante dos experimentos biomédicos do nazismo na década de 1940.

Esse outro mundo não é apenas científico, imagético. É também geográfico, com nítido viés eurocêntrico, pois há uma preponderância do tema do aborto como sendo um assunto que vem do Velho Continente, num processo de mediação transnacional em que a prática se reinventa, para o Brasil, através dos costumes estrangeiros. Na editoria de cultura, o

tema é apresentado como sinônimo de liberdade, ruptura de valores e transição de gerações e épocas. E coloca a mulher em uma posição social em que sua autonomia passa a ser de interesse jornalístico.

Nesse contexto, a narrativa feminista desponta para o mundo, colocando a pauta do aborto como uma questão de escolha pessoal. A reivindicação da descriminalização da prática inicia seus primeiros passos no mundo jornalístico, provocando fissuras num imaginário que até então era preenchido prioritariamente por narrativas e representações proibitivas, condenatórias da prática, afeiçoadas à vida embrionária e fetal. O aborto começa a se tornar um assunto problemático em outro sentido, não mais no campo da proteção da vida molecular intra-uterina, mas também no campo da proteção da vida da mulher e da garantia de sua autonomia. Esse deslocamento semântico reflete-se, inclusive, nos inúmeros processos de modificação de marcos legais, que passam a considerar e regular, principalmente na Europa, a interrupção da gravidez como uma temática não criminal. Igualmente, o debate intelectual e acadêmico, fomentado pela onda feminista, assimila o tema e produz pontos de vista liberais e críticos à restrição sobre a autonomia do corpo.

A predominância da pauta internacional não significa que o Brasil não fosse palco de debates, que é liderado por eminências católicas, autoridades (o regime militar opunha-se à descriminalização) e profissionais de saúde no bojo de tensões demográficas e populacionais. Prevalece, é importante dizer, o empreendedorismo católico, que especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, se lança em campanhas públicas de moralização voltadas para incidir tanto no ordenamento legal quanto no imaginário. Tais operações políticas repetem a tática que se via no mundo exterior, qual seja, a de tratar o tema em associação com condutas e práticas compreendidas como imorais e nefastas. O debate sobre descriminalização e a perspectiva da saúde pública aparecem, ainda que timidamente, incentivados por grupos feministas e profissionais de saúde, e rivalizam com as narrativas punitivas, projetando discussões atravessadas por afetos de repulsa e indignação.

No decorrer da década, nota-se que a prática transforma-se num assunto central e periódico dos debates sociais. Uma guerra cultural em torno do fenômeno eclode, na qual fica nítida a identificação que o tema desperta no espectro ideológico: forças conservadoras e de direita, posicionando-se contrárias à descriminalização; movimentos de esquerda, atuando em favor da legalização. Discussões sobre Constituição, soberania, segurança, saúde, laicidade, bem como reflexões intelectuais e científicas inundam as páginas do jornal. O tema consolida-se, em todo o mundo, como uma questão de Estado e de democracia, transbordando os espaços legislativos e sendo acolhido, cada vez mais, pelo Judiciário. Lentamente, o aborto sai

das sombras do mundo “oficioso”, ambíguo e embaçado, refratário a conversas abertas e francas, e insinua-se como uma questão “oficial”, tratada publicamente apesar dos pudores e resistências. Isso se reflete, inclusive, na produção editorial de livros mundo afora, nas tramas cinematográficas e da teledramaturgia no Brasil (nem sempre plenamente abertas ao assunto, ainda visto como tabu) e nas proposições feministas e intelectuais preocupadas com a condição social e a liberdade sobre o corpo da mulher.

Numa década em que a interrupção da gravidez, historicamente envolta em tensões e afetos inflamados, é submetida a tentativas de normalização (de aceitação social e legalização), contraofensivas se organizam. As aspirações emancipatórias dos movimentos feministas, vinculadas aos clamores por autonomia sobre o corpo e às preocupação de saúde pública, são confrontadas a um poderoso oponente: o Vaticano, que lança mão, especialmente no final da década, de uma batalha global por mentes e corações, que repercute no Brasil, voltada a preservar o sentido desviante da prática.

Nesse contexto, é possível observar uma espécie de empreendedorismo afetivo, em que operações de comunicação difundem mensagens políticas carregadas de apelo emocional em defesa da vida desde a concepção. Isso é perceptível na construção de ícones e celebridades morais que pilotam tais esforços, entre as quais encontram-se o papa João Paulo II e Madre Teresa de Calcutá. São as lideranças globais anti-aborcionistas, cujas ações e falas são acompanhadas, no noticiário, por relatos de protestos e manifestações massivas marcadas pela fúria e destempero. O Pontífice, inclusive, protagoniza mundo afora uma política do aborto vivida no júbilo de missas campais, lançando-se numa espécie de diplomacia fetal em que a condenação ao aborto torna-se, além de ambulante, porque percorre países distintos, uma questão de princípio inegociável.

Nesse período, o aborto ganha as capas, adquirindo nobreza editorial. A guerra cultural em torno da prática, com visões radicalmente antagônicas e sem espaço para contemporização e conciliação, se intensifica. O dissenso se agudiza, num processo em que o jornal media e testemunha batalhas narrativas polarizadas, reeditando imaginários e introduzindo questões políticas. Em suma, o aborto transforma-se numa questão afetiva rotineira.

5 ANOS 2000: TEMPO DA POLÍTICA FORMAL E INSTITUCIONAL

Os anos 2000 representaram um triunfo simbólico para os movimentos da esquerda e do feminismo no Brasil, porque em 2002 o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou as eleições presidenciais. Conseqüentemente, instalou-se no comando do Governo Federal um bloco político e ideológico identificado com a descriminalização do aborto. O feito eleitoral produziu expectativas no horizonte, tornando tangível a possibilidade de se debater abertamente e avançar mudanças no marco legal – o Código Penal em vigor permanecia o de 1940.

A perspectiva de mudança vinha embalada pela intensificação, ao longo da década de 1990, de movimentações políticas, reflexões da sociedade civil e de tematização pela imprensa. Em 1994, o Partido dos Trabalhadores, que tornara-se um dos principais atores políticos e eleitorais do país, incluía em seu programa de governo a legalização do aborto, conforme Pedro (2003) lembra.

O próprio processo de redemocratização, remontando aos anos 1980 e à agonia terminal da ditadura, injetara oxigênio nos debates e nas esperanças de transformações democráticas e liberais, após 20 anos de regime autoritário. Prova disso foi a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, que priorizava abordagem ampla às necessidades da saúde feminina, considerando, entre outras questões, a autonomia sobre o corpo, o planejamento reprodutivo e o acesso aos serviços e cuidados de saúde.

Além disso, o Sistema Único de Saúde, criado ao final do processo Constituinte de 1987-88, passou a garantir acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde. Outra marca daquele processo foram as investidas feministas, tais como o lobby do batom⁵⁶, pilotado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em parceria com movimentos sociais dos estados, que levou ao Congresso demandas de todo o país com o intuito de reivindicar e inscrever na Constituição que se produzia prerrogativas e garantias para a população feminina, tais como direitos trabalhistas e previdenciários e combate à violência de gênero. Da mesma forma, a questão do aborto consumiu negociações, posto que grupos religiosos e conservadores pretendiam definir a inviolabilidade da vida como sendo desde a concepção. Ao final, o texto da Carta Magna estabeleceu apenas “direito à vida”, não abarcando explicitamente a corporeidade intra-uterina. Prevaleceu o silêncio, o que terminou sendo uma

⁵⁶ Movimento de Mulheres no lobby do batom: http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/anos/1987.php?iframe=movimento_mulher_lobby_do_batom. Acesso em 08/11/2018.

vitória de movimentos em defesa do direito ao aborto, porque se não houve descriminalização, ao menos o texto final não comprometeu constitucionalmente a demanda com o aceno à vida intra-uterina.

Em 1989, nas primeiras eleições presidenciais pelo voto direto após o regime militar, o PT já surgia como força política notável, polarizando a disputa. Chegou ao segundo turno, do qual saiu derrotado. Durante os anos 1990, o país passou por profundas mudanças econômicas, com o lançamento e consolidação da nova moeda, o Real, e o ambiente democrático e institucional foi consolidado com a realização de mais duas eleições diretas. A ditadura tinha, em certa medida, ficado para trás, o que nem de longe significava o enfraquecimento de grupos conservadores e anti-aborcionistas, bem como o esvaziamento de ideias e ideologias do tipo. O aborto não se resumiria a uma questão meramente partidária ou congressual. Era um assunto de densidade social intensa, que repercutia, com efeito, na imprensa (CORRÊA, PAZELLO, 2002).

Projetos de lei começaram a ser apresentados e discutidos ativamente. Em 1995, um marco se estabelece na retomada dos debates: a proposta de emenda à Constituição (PEC 25/1995) que propunha estabelecer, textualmente, o direito à inviolabilidade da vida “desde a concepção”. O clima de abertura e de atmosfera liberal não significava ausência de resistências. Ao contrário: grupos sociais, setores políticos e bancadas parlamentares se organizavam para, em conjunto, tocar a pauta por uma perspectiva punitiva. O projeto não prosperou, estando até hoje engavetado no Congresso. Mas o aviso era claro. Haveria, sempre, disputa e oposição ao direito ao aborto.

No mesmo período, o Governo Federal, sob o comando do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, foi signatário dos Programas de Ação adotados nas Conferências do Cairo (1994) e de Pequim (1995)⁵⁷. Assim, comprometeu-se em garantir os direitos sexuais e reprodutivos como uma questão de direitos humanos, ou seja, prover condições para que os cidadãos exercessem livremente a vida sexual e a escolha por ter ou não filhos. No texto do Cairo, o aborto é reconhecido como um problema de saúde pública, recomendando aos países signatários que revissem leis criminalizantes.

Em 1997, o projeto de lei 20/1991, que tornava obrigatório o atendimento no SUS dos casos de aborto legal previstos no Código Penal, é aprovado em Comissão da Câmara dos

⁵⁷ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (Egito), e a Conferência Mundial sobre a Mulher, sediada em Pequim (China), compõem, junto com outros encontros globais, o Ciclo Social da ONU ocorrido na década de 1990. Nele, que até hoje é revisitado e motivo de encontros e atualizações, foram discutidas questões e estabelecidos diretrizes, princípios e compromissos para alinhar os países em termos de direitos humanos, direitos sociais e ecologia.

Deputados para, ato contínuo, ser submetido a intensa pressão e arquivado no final daquele ano. Cada ação gerava uma reação, num jogo político que não permitia nem grandes avanços, nem grandes retrocessos.

Mesmo assim, em 1998, o Ministério da Saúde publica a *Norma Técnica sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes*, que previa assistência nos casos de violência sexual e realização de aborto quando a gravidez resultasse de estupro. Na prática, isso “favorecia a ampliação do número de serviços de atendimento ao aborto em um dos casos previstos em lei: gravidez resultante de estupro” (CORRÊA, PAZELLO, 2002, p. 151).

A Norma Técnica viria a ser atualizada em 2005, já no governo petista, estabelecendo a não exigência do Boletim de Ocorrência (BO) das vítimas de violência sexual para conseguir o aborto legal. A mudança era um sinal dos ventos favoráveis ao tratamento não punitivo do tema. Institucionalmente, inclusive, o Governo Federal, sob comando petista, criara já em seu primeiro ano a Secretaria de Política para as Mulheres, trazendo para a estrutura ministerial a atribuição específica de pensar, propor, planejar e implementar políticas públicas para as mulheres.

Entre as ações que viriam a marcar a história do órgão está a Comissão Tripartite que, entre 2004 e 2005, reuniu setores da sociedade civil, do Executivo e do Legislativo, com o objetivo de rever a legislação penal, produzindo, ao final dos trabalhos, projeto de reforma da lei do aborto visando à descriminalização plena até a 12ª semana de gestação.

O panorama jornalístico e noticioso do início do século XXI era favorecido tanto pelo ambiente de liberdade de imprensa quanto pela capacidade técnica de impressão e distribuição dos jornais. O século XXI diferia consideravelmente das condições que vigoraram nos demais momentos analisados nesta tese. Desta vez, o jornal *O Globo* foi o escolhido como fonte empírica, porque permitiu expandir o mapeamento e a análise para um periódico distinto aos analisados previamente, como o *Jornal do Brasil*. Este, aliás, estava em franco processo de decadência, afetado por grave crise financeira que levaria à queda gradual da tiragem e, finalmente, em 2010, ao fim da circulação em papel. Ao mesmo tempo, o jornal *O Globo* integrava o maior conglomerado de mídia do país e, estando sediado no Rio de Janeiro, sendo o segundo de maior tiragem nacional⁵⁸, demonstrava poder de reverberação e mediação de narrativas. Desta forma, a intenção foi também de conferir diversidade empírica ao tema, a partir de títulos diferentes.

⁵⁸ Circulação de jornais aumentou 3,9% no ano passado, diz IVC. Fonte: Folha de São Paulo, 12 fev. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1202200605.htm>>

A robustez da tematização do aborto pelo *Globo* pode ser medida pela sua ferramenta de busca, muito semelhante à da Hemeroteca Digital (usada nas décadas analisadas anteriormente): ao se buscar o termo, apareceram entre 2000 e 2010, mais de 5.300 matérias e menções. Por motivos evidentes, foi necessário trabalhar com amostra, focada entre os meses de novembro de 2004 e dezembro de 2005 – período de duração da Comissão Tripartite e das tentativas de tramitação no Congresso do projeto por ela proposto. Mesmo no intervalo desses dois anos, o total de matérias e menções alcançou mais de 600 registros. Assim, foram escolhidos 24, selecionados a partir de uma amostragem probabilística por escolha. A intenção foi mapear, num conjunto potencialmente vasto de dados empíricos à disposição, os debates e narrativas predominantes, bem como identificar e analisar rupturas e padrões em relação ao conjunto de narrativas e mediações da tese. Embora o horizonte nacional e a esfera política tenham prevalecido como cenários principais, é interessante notar como há continuidade em relação às narrativas científicas, aos dogmas religiosos e às guerras culturais que eram veiculadas a partir do exterior. Igualmente, as tensões captadas apontam para um tema que permanecia sendo objeto de conflitos, que desta feita eram narrados e vividos, de forma predominante, em ambiente institucional e de política formal.

5.1 Um tema da política: narrativas institucionais

A Comissão Tripartite – grupo composto por membros do Executivo, Legislativo e da sociedade civil – foi instalada, oficialmente, em dezembro de 2004. Porém, semanas antes o país já se via conturbado na sua mais alta esfera jurídica por causa do tema do aborto. “Debate sobre aborto deixa Supremo sob forte pressão” foi a manchete do dia 08/11/2004 (Figura 119), seguida pela informação de que “grupos opostos fazem ‘lobby’ para tentar conquistar votos de ministros”.

O assédio à Corte era descrito, na chamada, como “uma das mais fortes pressões” da história do Supremo Tribunal Federal (STF). O motivo era o julgamento, que aconteceria no mês seguinte, sobre “o direito ou não de mães de fetos sem cérebro abortarem”. Grupos pró e contra aborto estavam no encalço dos magistrados. Um deles, o ministro Marco Aurélio Mello, que concedera meses antes liminar, depois derrubada, favorável ao aborto, disse que “jamais tivemos um tema tão acompanhado pelos diversos segmentos da sociedade” (Figura 119).

Figura 119 – *O Globo* – 08/11/2004 - capa

IRINEU MARINHO (1876-1925) RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2004 • ANO LXXX • Nº 26.026 • www.oglobo.com.br ROBERTO MARINHO (1904-2003)

O GLOBO

DESOLADA, LEMIR Machado observa a sala inundada de sua casa em Imbariê, Duque de Caxias, uma das áreas atingidas na Baixada

Chuvas deixam 260 desalojados

Temporal causa enchentes, queda de barreiras em rodovias e deslizamento

• A chuva que começou antontem e continuou on-

Debate sobre aborto deixa Supremo sob forte pressão

Grupos opostos fazem 'lobby' para tentar conquistar votos de ministros

• O Supremo Tribunal Federal enfrenta uma das mais fortes pressões de sua história por causa do julgamento, previsto para o mês que vem, sobre o direito ou não de mães abortarem. Grupos pró e contra o aborto pressionam os ministros. "Jamais tivemos um tema

tão acompanhado pelos diversos segmentos da sociedade", diz o ministro Marco Aurélio, que dera liminar, já derrubada pelo plenário, autorizando o aborto. Ontem o Papa João Paulo II pediu, em Roma, que autoridades brasileiras respeitem o direito à vida desde a concepção. **Página 3**

Esse recorde, fosse retórico ou concreto, era de pronto dimensionado pelo jornal, que finalizava a chamada informando que “em Roma, ontem, o Papa João Paulo II pediu que autoridades brasileiras respeitem o direito à vida desde a concepção”. Os argumentos em jogo não são distintos ao que já se mapeou nesta tese. Mas agora, eles adquiriam mais espaço, visibilidade, porta-vozes e refinamento teórico. O aborto era reconhecido como assunto de enorme força mobilizadora social, a espantar e surpreender um ministro de Corte Suprema.

Na editoria “O País”, a página 3 do dia 08/11/2004 (Figura 120) era dedicada inteiramente ao tema. A principal matéria intitulava-se “O Supremo sob pressão” e reforçava no subtítulo as movimentações silenciosas dos lobbys envolvidos no tema. O aborto era um assunto que causava uma espécie de guerra de bastidores, feita nos gabinetes e nas negociações inaudíveis aos ouvidos da sociedade.

“Depois de conceder e derrubar liminar que permite o aborto para grávidas de fetos sem cérebro, o Supremo Tribunal Federal (STF) está sob fogo cruzado. Se de um lado a Igreja Católica usa sua força política para pedir o apoio dos ministros contra a interrupção da gravidez, de outro, entidades de direitos humanos e o movimento feminista tentam convencer a Corte de que as mulheres têm o direito a decidir se querem ou não levar a gestação adiante. De parte a parte, a campanha é acirrada”.

O julgamento trataria a competência do STF em permitir o procedimento, já que aborto de anencéfalos não estava presente em nenhuma legislação brasileira. Conforme a matéria relata, “as estratégias para tentar obter o voto dos ministros incluem mensagens eletrônicas e o velho lobby dos gabinetes – comum no Congresso, não no STF. Os ministros também recebem cartas e livros. O clamor popular em torno da questão já supera julgamentos importantes da história recente da Corte, como a taxaçoão dos inativos prevista na reforma da Previdência” (Figura 120, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03).

Figura 120 – *O Globo* – 08/11/2004 - O País – p. 3

Segunda-feira, 8 de novembro de 2004 O GLÓBULO 3

O PAÍS

O Supremo sob pressão

Ministros do tribunal enfrentam lobby antes de decidir sobre aborto de fetos sem cérebro

Rodrigo Rangel e Carolina Brígido

BRASÍLIA

Depois de conceder e derrubar a liminar que permite o aborto para grávidas de fetos sem cérebro, o Supremo Tribunal Federal (STF) está sob fogo cruzado. Se de um lado a Igreja Católica usa sua força política para pedir o apoio dos ministros contra a interrupção da gravidez, de outro entidades de direitos humanos e o movimento feminista tentam convencer a Corte de que as mulheres têm direito a decidir se querem ou não levar a gestação adiante. De parte a parte, a campanha é acirrada.

Não há julgamento que pode ocorrer no mês que vem, os ministros do STF deverão julgar se têm ou não competência para tratar do assunto — já que o aborto de anencéfalos não está previsto em nenhuma lei brasileira.

As estratégias para tentar obter o voto dos ministros incluem mensagens eletrônicas e o velho lobby nos gabinetes — comum no Congresso, não no STF. Os ministros também recebem cartas e livros. O clamor popular em torno da questão já supera julgamentos importantes da história recente do Supremo, como o da taxaçoão dos inativos prevista na reforma da Previdência.

— Jamais tivemos um tema tão acompanhado pelos diversos segmentos da sociedade — diz o ministro Marco Aurélio de Mello, autor da liminar que, até ser derrubada no final de outubro, chegou a permitir por 112 dias o aborto de fetos anencéfalos.

A Igreja Católica tem usado seu poder para fazer valer sua histórica posição, que condena o aborto em qualquer situação. Há algumas semanas, ex-ministros do STF ligados ao clero visitaram gabinetes dos atuais ocupantes da Casa para pedir voto contra. Além disso — e das manifestações públicas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — um grupo de cardeais enviou ofício aos ministros com a opinião da Igreja.

O ministro Carlos Velloso enfrenta o

João Williams/OS-02-2003



GRÁVIDA GERA bebê sem a caixa craniana: autorização para aborto de fetos anencéfalos mobiliza Igreja, médicos e feministas

Assunto mobiliza até o Papa

• ROMA. Ao saudar os peregrinos na Praça de São Pedro, o Papa João Paulo II fez ontem, sem citar a palavra aborto, um pedido às autoridades brasileiras para que continuem defendendo a vida desde sua concepção até a morte natural. O pontífice disse em português: — Saúde os peregrinos brasileiros e aproveite para dar graças a Deus, congratulando-me com vossa nobre nação por sua fidelidade ao Evangelho. Faço votos de que todas as instituições responsáveis prossigam defendendo a vida desde sua concepção até o seu termo natural. João Paulo II também demonstrou preocupação com a volta do conflito na Costa do Marfim, onde morreram nove militares franceses e diversos civis. Aos peregrinos africanos, pediu, em francês, o “silêncio das armas”.

CORPO A CORPO

HUMBERTO VIEIRA

‘O aborto é uma eutanásia pré-natal’

• Casado e pai de oito filhos, o professor Humberto Vieira preside a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, entidade que enviou ao STF um dossiê com pareceres científicos e jurídicos contra o aborto. Ele é membro da Pontifícia Academia para a Vida — nomeado pelo Papa João Paulo II em 1993 — e diz que o aborto é uma eutanásia.

CORPO A CORPO

ROSÂNGELA APARECIDA TALIB

‘A mulher deve ter o direito de decidir’

• A psicóloga Rosângela Aparecida Talib, doutora em ciências da religião, milita na ONG Católica pelo Direito de Decidir, que debate temas ligados à sexualidade humana, à reprodução e à religião. A entidade, que participou da audiência no STF sobre o aborto de anencéfalos, é a favor do direito da mãe de

• Como a entidade está se mobilizando...

O tema tinha mobilizado até mesmo antigos ministros, especialmente aqueles ligados à Igreja que, segundo a reportagem, tinham visitado gabinetes dos atuais ministros para pedir voto contra. O ministro Carlos Velloso enfrentava o assunto dentro de casa, pois sua família também se dividia, com relatos de “defesas fervorosas dos filhos” contra e a favor.

O litígio tinha como origem uma ação apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS) pedindo autorização de aborto para o caso de anencefalia. O ministro Marco Aurélio tinha concedido liminar em meados de 2004, cassada posteriormente. Em caso de decisão favorável à competência do STF, haveria ainda audiência pública para debater o assunto, cuja decisão final, aí sim, relativa à autorização ou não, seria decidida pelo plenário. O então advogado da CNTS, Luís Roberto Barroso – que anos mais tarde tornar-se-ia ministro do STF –, argumentava que “em um estado democrático e laico, a interpretação da Constituição e das leis não pode estar subordinada aos dogmas da fé” (Figura 121, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03).

Diversas questões, conceitos e princípios estavam em jogo. Por isso, entravam em cena variados atores e empreendedores morais (BECKER, 2008), como juízes, médicos, religiosos, advogados, psicólogos e instituições da sociedade civil. Em linhas gerais, o embate se dava em torno da oposição tradicional entre a vida desde a concepção e a prevalência da autonomia e liberdade da mulher sobre o próprio corpo. No Brasil do século XXI, o debate sobre aborto convertia-se na antiga disputa sobre a condição fetal e a sua adoção simbólica ou não como um ser investido de significados e expectativas, que Boltanski (2004) afirma ser uma tensão comum à discussão sobre a prática.

A atuação de setores contrários era ostensiva, embora os setores favoráveis ao direito ao aborto se organizassem para fazer lobby e pressão. “Agora, médicos e organizações não-governamentais favoráveis à interrupção da gravidez adotaram a mesma tática [e-mails]. E assim como existem católicos a favor do aborto, há médicos contra. É o caso de Antun Lisec, um médico da Croácia que escreveu ao presidente do STF, Nelson Jobim: ‘Não permitam a matança de crianças não-nascidas’, defendeu Lisec (Figura 121, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03).

O debate sobre aborto era multimídia, com fotos, ações digitais e livros. A matéria cita ainda o padre Luiz Carlos Lodi, apresentado como “o mais radical na campanha contra o aborto”, que mantinha página na internet. No outro lado do ringue, a organização Católicas pelo Direito de Decidir, que pedia “a grupos feministas que bombardeiem o STF com cartas e e-mails”.

O jornal dedica ainda, na mesma página 3, uma matéria específica ao julgamento da liminar do ministro Marco Aurélio, bastante reveladora dos afetos envolvidos na questão. “Polêmica provoca briga no STF” (Figura 121) foi o título sobre a desavença entre os ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa.

“Eles se sentam frente a frente em pelo menos dois dias da semana, nas sessões plenárias, e dividem a mesma mesa de refeições nos intervalos. Ainda assim, os ministros

Marco Aurélio Mello e Joaquim Barbosa [...] recusam-se a trocar uma palavra sequer. A relação entre os dois, que nunca foi das melhores, piorou no dia 20 de outubro, justamente durante a sessão para decidir a liminar concedida por Marco Aurélio permitindo que mulheres grávidas de bebês sem cérebro pudessem abortar” (Figura 121, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03).

O debate ocorrido no plenário não ficou restrito a tecnicidades do direito, porque reconheceu-se a repercussão do tema na sociedade. Barbosa argumentou, na sessão, que o assunto era muito polêmico para se decidir sozinho. Marco Aurélio replicou dizendo que “aquele tipo de agressão deveria ser decidido fora do Supremo. ‘Vamos deixar a agressividade de lado. Com agressividade, discuto em outro campo, fora do tribunal.’ [...] Depois, foi ainda mais incisivo: ‘Não estamos mais nos séculos XVI, XVII ou XVIII, em que havia duelo. Se estivéssemos, certamente teríamos um duelo’”.

O aborto enfurecia o lugar máximo da pacificação dos conflitos sociais e políticos, com palavras usadas indisfarçavelmente como ameaças de lutas físicas. O clima no STF estava ruim, conforme a reportagem sondara: “Fica esquisito. Os dois nem se olham. Um age como se o outro não estivesse ali – confidenciou um dos magistrados”.

Figura 121 – *O Globo* – 08/11/2004 - O País – p.3

lalto, a interpretação da Constituição e das leis não pode estar subordinada aos dogmas da fé.

Polêmica provoca briga no STF

Marco Aurélio de Mello e Joaquim Barbosa discordam sobre liminar



Alton de Freitas/18-08-2004

Alton de Freitas/18-08-2004

Joaquim Barbosa: liminar não basta

Marco Aurélio: se disse agredido

• Centenas de e-mails têm chegado aos computadores dos ministros. As mensagens vêm de várias partes do mundo, com opiniões, relatos de casos e imagens de bebês nascidos sem cérebro, muitas delas chocantes.

Até o julgamento da liminar de Marco Aurélio, em outubro, a maioria dos e-mails vinha de religiosos contra o aborto. Agora, médicos e organizações não-governamentais favoráveis à interrupção da gestação adotaram a mesma tática. E, assim como existem católicos a favor do aborto, há médicos contra. É o caso de Antun Lisec, um médico da Croácia que escreveu ao presidente do STF, Nelson Jobim. “Não permitam a matança de crianças não-nascidas”, defendeu Lisec.

A pressão inclui páginas na internet que revelam para o público os e-mails e telefones dos ministros. Foi o que fez, por exemplo, o padre de Anápolis (GO) Luiz Carlos Lodi, presidente do Grupo Pró-Vida, o mais radical na campanha contra o aborto:

— A estratégia é criar um clima contrário para tentar convencer.

A organização Católica pelo Direito de Decidir, de mulheres católicas favoráveis ao direito ao aborto, faz o mesmo, pedindo a grupos feministas que bombardeiem o STF com cartas e e-mails.

• Brasília. Eles se sentam frente a frente em pelo menos dois dias da semana, nas sessões plenárias, e dividem a mesma mesa de refeições nos intervalos. Ainda assim, os ministros Marco Aurélio de Mello e Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), recusam-se a trocar uma palavra sequer. A relação entre os dois, que nunca foi das melhores, piorou no dia 20 de outubro, justamente durante uma sessão para discutir a liminar concedida por Marco Aurélio permitindo que mulheres grávidas de bebês sem cérebro pudessem abortar.

Barbosa afirmou que o assunto era muito polêmico para Marco Aurélio decidir sozinho, com liminar. Marco Aurélio disse que aquele “tipo de agressão” deveria ser decidido fora do Supremo.

— Vamos deixar a agressividade de lado. Com agressividade, discuto em outro campo, fora do tribunal — respondeu o ministro.

Depois, foi ainda mais incisivo:

— Não estamos nos séculos XVI, XVII, ou XVIII, em que havia duelo. Se estivéssemos, certamente teríamos um duelo.

As rusgas debaram carregado o clima entre os 11 ministros da mais alta corte do Judiciário.

— Fica esquisito. Os dois nem se

olham. Um age como se o outro não estivesse ali — confidenciou um dos magistrados.

Os desentendimentos começaram em maio, quando Marco Aurélio e Barbosa trocaram farpas a respeito do julgamento de um habeas-corpus pedido pelo advogado Carlos Alberto da Costa e Silva, acusado de participar do esquema de comércio de sentenças judiciais desvendado pela Operação Anaconda. Marco Aurélio soltou o réu. Barbosa, o relator sorteado, reclamou porque queria ter decidido a questão

e revogar o habeas-corpus do colega.

A esperança para uma possível conciliação está em Carlos Ayres Britto, nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto com Barbosa. Conhecido como “o ministro da paz”, ele aconselha ambos a deixarem a raiva de lado. Barbosa parece mais aberto — afinal, é novo na casa e precisa se entrosar. Mas Marco Aurélio não demonstra ânimo em relevar.

— Acho difícil que eles voltem a se falar por agora — lamentou um ministro. (Carolina Brígida) ■

Tragédia e controvérsia

• A anencefalia deixa o tecido cerebral exposto, sem proteção do crânio ou da pele. Na gravidez anencefálica, o feto não possui a maior parte do cérebro. Morre ainda na gestação ou poucos minutos após o parto. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS) entrou com ação no STF pedindo autorização para o aborto de mulheres grávidas de fetos anencefálicos. O ministro Marco Aurélio concedeu uma liminar que chegou a permitir por 112 dias o aborto de fetos anencefálicos. Em outubro, o plenário do STF revogou a liminar. Com isso, se uma mulher grávida de feto anencefálico quiser abortar terá que propor uma ação a um juiz de primeira instância.

Haverá novo julgamento para decidir se o STF tem ou não competência para tratar do caso. Em caso positivo, haverá uma audiência pública para que todos os interessados se manifestem.

Em caso negativo, a ação será arquivada e fica valendo o que está na Constituição: aborto só para os casos de estupro ou risco de vida para a mãe.

Nesse cenário irascível e de confronto, o empreendedorismo papal mantinha-se vigoroso e interpelava, a partir do Vaticano, o STF. Mais de 25 anos depois de sua assunção ao Pontificado, João Paulo II perseverava em sua luta contra o aborto. “Ao saudar peregrinos na Praça de São Pedro, o Papa fez ontem, sem citar a palavra aborto, um pedido às

autoridades brasileiras que continuassem defendendo a vida desde a sua concepção até a morte natural”, relatava o lead do texto “Assunto mobiliza até o Papa”, também na página 3 (Figura 120, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03). No pronunciamento, o Papa dissera em português: “Saúdo os peregrinos brasileiros e aproveito para dar graça a Deus, congratulando-me com vossa nobre nação por sua fidelidade ao Evangelho. Faço votos de que todas as instâncias responsáveis prossigam defendendo a vida desde a sua concepção até o seu termo natural”.

Além disso, duas curtas entrevistas, no estilo ping-pong, completavam a página 3 (Figura 122, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03). A primeira, com Humberto Vieira, presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, que enviara ao STF um dossiê com pareceres científicos e jurídicos contra o aborto. Apresentado como professor, casado e pai de oito filhos, Vieira argumenta que “a ciência diz que desde a fusão do espermatozoide com óvulo um novo ser tem origem. Todo ser humano é querido por Deus, seja ele portador de anomalias ou não”. Ele afirmava também que o aborto, qualquer que seja, traz “consequências para a saúde da mulher. Estatísticas comprovam que muitas mulheres que abortam entram em depressão e acabam tentando se suicidar, por não conseguir conviver com a ideia de que mataram os filhos”.

A narrativa de associação do aborto com práticas e atos condenáveis perdurava. O suicídio era, agora, tido como um desdobramento de um problema de saúde mental, a depressão, que vinculava o sentimento de culpa à interrupção da gravidez. Além disso, ele refuta a ideia de que a gravidez de anencéfalos provocaria riscos adicionais para a gestantes. “Este tipo de gravidez não acarreta nada além dos riscos de uma gestação comum. Já o aborto traz consequências físicas e psicológicas para a mulher. O aborto, nestes casos, é uma eutanásia pré-natal”, completou Vieira, recorrendo à eutanásia como um ato que emprestava humanidade ao feto. Afinal, eutanásia é uma forma de abreviar ou terminar com uma vida em processo de sofrimento profundo e/ou incurável. O que, na visão absoluta de vida de Vieira, era inaceitável sob qualquer ponto de vista, posto que a vida era tida como um evento sagrado e incondicional, que não podia ser relativizada.

Figura 122 – *O Globo* – 08/11/2004 - O País – p.3

CORPO A CORPO	
<p>HUMBERTO VIEIRA</p> <p>'O aborto é uma eutanásia pré-natal'</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casado e pai de oito filhos, o professor Humberto Vieira preside a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, entidade que enviou ao STF um dossiê com pareceres científicos e jurídicos contra o aborto. Ele é membro da Pontifícia Academia para a Vida — nomeado pelo Papa João Paulo II em 1993 — e diz que o aborto é uma eutanásia pré-natal. <p>Leticia Helena</p> <p>O GLOBO: Por que o Pró-Vida é contra o aborto de anencéfalos?</p> <p>HUMBERTO VIEIRA: A ciência diz que desde a fusão do espermatozóide com o óvulo um novo ser tem origem. Todo ser humano é querido por Deus, seja ele portador de anomalias ou não.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mas não é cruel com a mulher manter a gestação de uma criança que não sobreviverá? <p>VIEIRA: O aborto de anencéfa-</p>	<p>los, como qualquer outro, traz conseqüências para a saúde da mulher. Estatísticas comprovam que muitas mulheres que abortam entram em depressão e acabam tentando se suicidar, por não conseguir conviver com a idéia de que mataram os filhos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especialistas dizem que a gravidez de um feto anencéfalo provoca riscos para a mãe... <p>VIEIRA: Não é verdade. Este tipo de gravidez não acarreta nada além dos riscos de uma gestação comum. Já o aborto traz conseqüências físicas e psicológicas para a mulher. O aborto, nestes casos, é uma eutanásia pré-natal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O senhor acredita que o dossiê terá efeito na decisão do STF? <p>VIEIRA: Nosso objetivo foi esclarecer o STF com dados científicos. Estou convencido de que eles arquivarão o processo, pois se trata de matéria do Legislativo.</p>
<p>CORPO A CORPO</p> <p>ROSÂNGELA APARECIDA TALIB</p> <p>'A mulher deve ter o direito de decidir'</p> <ul style="list-style-type: none"> • A psicóloga Rosângela Aparecida Talib, doutora em ciências da religião, milita na ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que debate temas ligados à sexualidade humana, à reprodução e à religião. A entidade, que participou da audiência no STF sobre o aborto de anencéfalos, é a favor do direito da mãe de interromper a gravidez. <p>O GLOBO: Por que a ONG Católicas pelo Direito de Decidir é favorável ao aborto de anencéfalos?</p> <p>ROSÂNGELA APARECIDA TALIB: Porque a mulher deve ter o direito de decidir interromper ou não a gestação quando sabe que o feto não terá sobrevivida.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gravidez de um feto anencéfalo representa algum risco para a mulher? <p>ROSÂNGELA: Acima de tudo há uma grande seqüela psicológica para a gestante. Ela não precisa le-</p>	<p>var uma gravidez de um feto anencéfalo até o fim se não quiser. E também consideramos que, se a mulher, mesmo sabendo que o feto morrerá em seguida ao parto, quiser manter a gestação, deverá ter toda a assistência médica e psicológica por parte do Estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como a entidade está se mobilizando para o debate no STF? <p>ROSÂNGELA: Quando o ministro Marco Aurélio concedeu a liminar autorizando o aborto de anencéfalos, a CNBB recorreu à Justiça, usando um instrumento que pede que o requerente seja ouvido sobre determinada questão. Usamos o mesmo recurso. O ministro, então, fez uma audiência pública, reunindo grupos favoráveis e contrários ao aborto de anencéfalos. Agora haverá outra audiência, desta vez no plenário do Supremo. O foco da discussão deve ser a autonomia da mulher numa situação assim. (Leticia Helena)</p>

A outra entrevista era com Rosângela Aparecida Talib, psicóloga, doutora em Ciências da Religião e integrante da ONG Católicas pelo Direito de Decidir. Favorável à interrupção da gravidez de anencéfalos, Talib argumentava que a “mulher deve ter o direito de decidir interromper ou não a gestação quando sabe que o feto não terá sobrevivida”. Ainda de acordo com ela, a gravidez nessa condição era um risco psicológico à gestante. “Ela não precisa levar uma gravidez de um feto anencéfalo até o fim se não quiser. E também consideramos que, se a mulher, mesmo sabendo que o feto morrerá em seguida ao parto, quiser manter a gestação, deverá ter toda a assistência médica e psicológica por parte do Estado” (Figura 122, *O Globo*, 08/11/2004, p. 03).

Um mês depois, o assunto saíria da alçada do Judiciário para ser reivindicado pelo Executivo. “Governo Lula decide rever a lei do aborto” foi a manchete da capa de 09/12/2004 (Figura 123). O amplo destaque editorial reconhecia a importância do fenômeno na sociedade, sobretudo quando se especulava a descriminalização. Na sub-manchete, lia-se que “objetivo é tirar caráter punitivo e garantir assistência médica”.

Na chamada, o jornal informava que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) pretendia “que, com a revisão, a legislação facilite a interrupção da gravidez nos casos de fetos com anencefalia. Será criada uma comissão com representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade para, a partir de janeiro, propor mudanças na lei”. A autonomia das mulheres, bem como a saúde delas, era reconhecida pelo Governo Federal, com foto do então

presidente Lula em destaque. A vinculação do tema com pessoas públicas era uma marca das narrativas.

Figura 123 – *O Globo* – 09/12/2004 – capa

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925) RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2004 • ANO LXXX • N.º 26.057 • WWW.OGLOBO.COM.BR ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Energia vai pôr inflação na meta em 2005

• Os analistas começam a rever suas projeções para o IPCA no ano que vem e já acreditam no cumprimento da meta. Segundo eles, a queda nos preços da energia apurada no leilão entre geradoras e distribuidoras, realizado na terça-feira, vai frear a alta da inflação, o que poderá permitir a redução dos juros antes do esperado. Em novembro, o IPCA subiu para 0,69%, devido aos reajustes de combustíveis e telefonia. **Página 33 e Miriam Leitão**

IBM vende divisão de PCs para chineses

• A maior fabricante de computadores da China, a Lenovo, comprou ontem, por US\$ 1,25 bilhão, a divisão de PCs da americana IBM. Com o negócio, o grupo chinês se transforma no terceiro maior fabricante de micros do mundo, com 7,7% do mercado. **Página 33**

Governo Lula decide rever a lei do aborto

Objetivo é tirar caráter punitivo e garantir assistência médica

• O governo federal vai propor a revisão da legislação sobre aborto no país. O objetivo é tirar o caráter punitivo — hoje é considerado crime — para assegurar assistência a mulheres que sofrem complicações decorrentes da interrupção voluntária da gravidez. A Secretaria de Políticas para as Mulheres pretende que, com a revisão, a legislação facilite a interrupção da gravidez nos casos de fetos com anencefalia. Será criada comissão com representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade para, a partir de janeiro, propor as mudanças na lei. Hoje, o aborto só é permitido em caso de estupro ou quando a mãe corre risco de vida. **Página 3**

Mulheres se tornam armas em guerras

• Um relatório da Anistia Internacional revelou que mulheres vêm sendo transformadas em armas de guerra, violentadas e torturadas em conflitos por serem vistas como “máquina reprodutora do inimigo”. Nos EUA, o Pentágono é criticado por usar a desinformação como arma contra o inimigo. **Páginas 45 e 46**

ONU: combate à fome deve ser acelerado

• Relatório da ONU diz que a meta de reduzir a fome pela metade até 2015 pode fracassar. O Brasil teve destaque como um dos 31 países onde os índices caíram 25%. De acordo com a OIT, metade dos 2,8 bilhões de trabalhadores do mundo está abaixo da linha de pobreza, ganhando menos de US\$ 2 por dia. **Páginas 41 e 45**

Habitação vai ter R\$ 9,2 bi ano que vem

Reuter

Na matéria interna, também publicada com amplo destaque, o título informava que “Lei do aborto deve ser revista” (Figura 124). O texto era acompanhado de foto da então ministra da SPM, Nilcea Freire (médica e ex-reitora da UERJ). O primeiríssimo escalão da República comprometia-se com a proposta. No texto, o leitor era informado de que a “ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcea Freire, revelou ontem que a intenção é rever a legislação punitiva para assegurar assistência a mulheres que sofrem complicações decorrentes da interrupção voluntária da gravidez”.

Segundo a ministra, a proibição do aborto nos casos de anencefalia era um anacronismo. “No caso da anencefalia, a Secretaria tem uma posição favorável clara, entendendo como uma questão de direitos humanos da mulher. Só as mulheres pobres podem entender a dor de uma situação como esta. A proibição da interrupção da gravidez neste caso é um descompasso entre o avanço da ciência médica e a lei”.

Figura 124 – *O Globo* – 09/12/2004 – O País – p.3

Quinta-feira, 9 de dezembro de 2004

O GLOBO

3

O PAÍS

Lei do aborto deve ser revista

Objetivo do governo é mudar legislação punitiva para assegurar assistência às mulheres

Helena Chagas

BRASÍLIA

O governo decidiu propor a revisão da legislação sobre aborto no país. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, revisou ontem que a intenção é rever a legislação punitiva — que hoje considera crime o aborto — para assegurar assistência a mulheres que sofrem complicações decorrentes da interrupção voluntária da gravidez.

A secretária pretende que, entre as alterações, a nova legislação facilite a interrupção da gravidez nos casos de fetos sem chances de sobreviver. Nilcéa considera um anacronismo a proibição do aborto nessa situação, causadora de polêmicas que chegaram ao Supremo Tribunal Federal.

— No caso da anencefalia, a Secretaria tem uma posição favorável clara, entendendo como uma questão de direitos humanos da mulher. Só as mulheres podem entender a dor de uma situação como esta. A proibição de interrupção da gravidez neste caso é um descompasso entre o avanço da ciência médica e a lei — disse Nilcéa, que é médica.

Comissão vai elaborar proposta

• O governo não vai elaborar a proposta sozinho. Será criada uma comissão com representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil para, a partir de janeiro, discutir e propor uma revisão da legislação sobre aborto no país. A iniciativa, já discutida com o presidente Lula por Nilcéa Freire, é uma das prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado ontem.



Altan de Freitas/27.1.2004

O que estabelece a lei atual

• BRASÍLIA. No Brasil, o aborto é considerado um crime contra a vida previsto nos artigos 124 a 127 do Código Penal. Há, entretanto, duas exceções: em caso de risco para a vida da mãe ou de gravidez decorrente de estupro.

Segundo o Código Penal, apenas nestes dois casos previstos em lei o aborto pode ser feito por médicos. O aborto provocado pela própria mulher também é punido da mesma maneira que o praticado por outras pessoas. A única diferença é que a pena para a própria mulher pode ser menor — prisão de um a três anos, como prevê o artigo 124.

Já nos casos de abortos provocados por outras pessoas, as penas variam caso haja o consentimento ou não da gestante. Se for feito com a concordância da mãe, a pena é de reclusão de um a quatro anos. Caso contrário, o responsável pelo aborto pode ser punido com penas de três a dez anos de prisão. Se a gestante sofrer alguma lesão grave ou morrer, as penas podem ser aumentadas em um terço ou duplicadas.

A política em torno do tema é grande e neste ano foi alimentada por uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello, que permitiu liminarmente o aborto nos casos de anencefalia, doença que provoca o nascimento de crianças sem cérebro e que vão morrer minutos depois do

A matéria informava também que a iniciativa já tinha sido discutida com o presidente Lula. Apesar do anúncio, o governo mostrava cautela, já que a ministra “não antecipou propostas concretas de mudança na lei” e disse que “não é intenção levar a liberalização total do aborto, nem incluir como método contraceptivo”. Nas palavras de Nilceia Freire: “Aborto não é um método contraceptivo. Ele é um incidente, um acidente, uma circunstância especial na vida de uma mulher” (Figura 124).

A resistência à iniciativa era esperada pelo governo. De acordo com a ministra, a proposta de lei seria enviada ao Congresso em algum momento do ano seguinte. O texto do projeto representaria a média das opiniões dos diversos segmentos da sociedade. A ministra ressaltava que não temia reações da Igreja e de setores conservadores: “Numa sociedade democrática, todos têm o direito de discutir. O estado é laico, a Igreja vai emitir sua opinião, como qualquer segmento da sociedade”.

Centrado em Brasília, o assunto ganhava estofamento institucional à medida que, periodicamente, autoridades entravam no debate. Dias depois, o comando do Judiciário

manifestou-se favorável à legalização da prática. “Presidente do STF defende a legalização do aborto” foi título de matéria no dia 14/12/2004, na editoria O País, página 5 (Figura 125). No subtítulo, “Para Jobim, proibição prejudica as mulheres pobres”.

O Globo deixava claro a relevância da declaração. “Uma semana após o governo anunciar que pretende rever as regras que autorizam o aborto no país, o presidente do STF, Nelson Jobim, não mediu palavras ontem e disse que é favorável à legalização da prática”. De acordo com o magistrado, “a discussão é fundamentalista. Há problemas religiosos para uns, o que é democrático, e outros acham que não. Sempre fui favorável ao aborto”.

Segundo Jobim, era melhor garantir o aborto do que “permitir, na ilegalidade, que as mulheres lancem mão de práticas inadequadas que provocam problemas muito maiores. Com a proibição, perdem as mulheres pobres que, sem dinheiro, usam métodos clandestinos pouco seguros” (Figura 125, *O Globo*, 14/12/2004, p.5).

O reconhecimento dos efeitos danosos da criminalização, através de diferentes cúpulas de poder, deslocava o debate no terreno institucional, porque configurava-se um quadro político consideravelmente favorável à descriminalização e aberto ao diálogo, em que pese as resistências. Da mesma forma, havia um cenário de enfrentamento e desafio à Igreja. A defesa da descriminalização era, inclusive, contextualizada recorrendo-se ao passado e à influência da religião. O tema do aborto, por assim dizer, fincara raízes no imaginário, tendo um capítulo próprio na história do país. Buscava-se, nesse sentido, nuances e matizes, contornando tradicionais visões absolutas, dogmáticas e inflexíveis da vida. De acordo com o ministro, o debate sobre aborto era comparável às discussões sobre divórcio no Congresso nos anos 1970, travado com a Igreja. “Parecia que todo mundo (que se manifestava a favor) era vagabundo. Para os contrários ao aborto, aqueles que são favoráveis querem matar a criança”, comparou Jobim.

Figura 125 – *O Globo* – 14/12/2004 - O País – p. 5

Terça-feira, 14 de dezembro de 2004

O GLOBO

Presidente do STF defende a legalização do aborto

Para Jobim, proibição prejudica as mulheres pobres

Givaldo Barbosa/01-12-2004

Rodrigo Rangel

• BRASÍLIA. Uma semana após o governo anunciar que pretende rever as regras que autorizam o aborto no país, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, não mediu palavras ontem e disse que é favorável à legalização da prática.

— A discussão é fundamentalista. Há problemas religiosos para uns, o que é democrático, e outros acham que não — disse o ministro. — Sempre fui favorável ao aborto — afirmou o ministro, que defendera a legalização na Constituinte, em 1988.

"Há um apenamento das pessoas de baixa renda"

Para Jobim, é melhor autorizar o aborto do que permitir que, na ilegalidade, as mulheres lancem mão de práticas inadequadas que provocam problemas muito maiores. Ele diz que, com a proibição, perdem as mulheres pobres que, sem dinheiro, utilizam métodos clandestinos pouco seguros para interromper a gravidez.

— As pessoas de baixa renda acabam fazendo aborto de qualquer jeito, ao passo que outros não. Então, tem um apenamento das pessoas de baixa renda — observou.

Jobim comparou o debate sobre aborto às discussões



JOBIM: "Há problemas religiosos para uns, o que é democrático"

sidera radical nos debates sobre a legalização do aborto:

— Para os contrários ao aborto, aqueles que são favoráveis querem matar a criança.

Semana passada, ao divulgar a política nacional para a mulher, a secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, revelou que o governo pretende rever a legislação que hoje trata o aborto como crime. Será constituída uma comissão com representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil para, a partir de janeiro, revisar a matéria da lei

interrupção da gravidez nos casos de fetos com anencefalia e sem chances de sobreviver.

O aborto nessa situação ainda está sendo analisado pelo STF. O ministro Marco Aurélio de Mello já concedeu liminar autorizando a interrupção da gravidez de feto anencefalo, mas a liminar foi cassada pelo plenário do tribunal. O mérito do assunto ainda será apreciado.

Nilcéa considera um anacronismo a proibição ao aborto nessa situação.

— No caso da anencefalia, a legislação tem uma exceção fa-

*Secretaria de Voto e Contagem. **Sujeito a análise e aprovação de créditos.

A breve, mas impactante, agitação progressista que se desenhava no horizonte no final de 2004 contrastava com o cenário externo, particularmente o dos Estados Unidos. Se, por aqui, a defesa da descriminalização obtinha vulto e adesão institucional, nos EUA, movimentos anti-aborcionistas estavam energizados no tecido social. Lá, o tema também era um assunto candente, mobilizado por setores e movimentos religiosos dogmáticos, que foram objeto de matéria no dia 16 janeiro de 2005, na página 44 da editoria O Mundo (Figura 126).

“Após reeleição, onda conversadora invade EUA” foi o título, seguido pelo subtítulo “Grupos religiosos que ajudaram na campanha de Bush tentam impor agenda moral que ameaça reeditar História do país”. Por lá, a guerra cultural em torno de questões comportamentais e sexuais também se consolidara como um capítulo específico da história

nacional. Naquele momento, em que o segundo mandato do presidente George W. Bush começava, as tendências conservadoras estavam fortalecidas. “Alguns querem reescrever a História, virou moda não acreditar na teoria da evolução da espécie, protestos contra a imoralidade explodem em portas de cinema, redes de lojas recusam-se a vender livros críticos. Uma onda conservadora vem crescendo nos EUA, impulsionada por grupos religiosos que ajudaram a reeleger George W. Bush e acham que está na hora de impor uma ‘agenda moral’”, informava o texto em sua abertura.

Figura 126 – *O Globo* – 16/01/2005 – O Mundo – p. 44

44 • O MUNDO

O GLOBO

Domingo, 16 de janeiro de 2005

Após reeleição, onda conservadora invade EUA

Grupos religiosos que ajudaram na campanha de Bush tentam impor agenda moral que ameaça reeditar História do país

Helena Celestino
Correspondente

• NOVA YORK. Alguns querem reescrever a História, virou moda não acreditar na teoria da evolução da espécie, protestos contra a imoralidade explodem em portas de cinema, redes de lojas recusam-se a vender livros críticos. Uma onda conservadora vem crescendo pelos EUA, impulsionada por grupos religiosos que ajudaram a reeleger George W. Bush e acham que agora está na hora de impor uma ‘agenda moral’.

Filmes sobre direitos civis são alvo de conservadores

Antes mesmo de Bush ser reempesado, quinta-feira, começou um movimento para reeditar parte do passado político americano. Pressionado por líderes religiosos, o Serviço Nacional de Parques revê filmes de marchas dos direitos civis, protestos contra guerras, passadas do movimento feminista e homossexual que entraram para a história de Washington e são exibidos aos visitantes do Memorial Lincoln. Conservadores pediram a retirada de cenas de militantes gritando palavras de ordem e empunhando cartazes de defesa do direito ao aborto e à liberdade de escolha dos parceiros sexuais.

O reverendo Lou Sheldon, presidente da Coalizão por Valores Tradicionais, não gostou do que viu e ficou particularmente irritado com a cena de um militante homossexual segurando um cartaz com os dizeres: “O senhor é meu pastor e ele sabe que sou gay”.

— São mostrados momentos a favor do aborto e do homossexualismo — protesta o reverendo, valendo-se da recente in-

uma corrente de pensamento que prefere explicar a criação do mundo através da Bíblia e re-futa veementemente a Teoria da Evolução de Darwin.

O livro “Grand Canyon: A Different View” (“Grand Canyon, uma visão diferente”) foi escrito por Tom Vail, guia florestal membro do movimento cristão ao qual é ligado Bush. Segundo o autor, ele deixou de acreditar que o Grand Canyon existe há milhões de anos após seu encontro com Deus.

Numa carta, sete presidentes de associações científicas pediram que o livro fosse retirado das livrarias do Grand Canyon pois poderia dar a impressão de as teses serem endossadas pelo Serviço Nacional de Parques. Mas nada aconteceu e o livro continua à venda. “Não é um livro sobre geologia mas uma estreita visão religiosa sobre a Terra”, criticaram os cientistas.

Programas com informações falsas sobre sexo

Os religiosos também estão influenciando a distribuição de verbas para programas de controle da natalidade. No fim do ano passado, o Congresso destinou US\$ 131 milhões a grupos que pregam abstinência sexual como a melhor forma de contracepção — menos US\$ 100 milhões do que o Executivo pediu. Apesar do apoio oficial, um estudo do Partido Democrata denunciou que esses programas passam informações falsas sobre contracepção, aborto e doenças sexualmente transmissíveis: entre outros absurdos, os livros dizem que o uso de preservativos não impede a Aids em 31% das relações heterossexuais e alerta adolescentes para o perigo de gravidez ao tocarem os ânus civitais.



LIAM NEESON interpreta o professor Kinsey, filme sobre estudo do comportamento sexual americano desperta fúria de conservadores.

Segurança tenta evitar percalços na posse

Haverá restrições até para cartazes na cerimônia de início do segundo mandato

José Meireles Passos
Correspondente

reto do desfile passando através de detectores de metais, e depois de apresentar ingresso e documento de identidade. Nenhum revelará locais abertos como tubos de amoníaco, rascões, etc.

Os alvos dessa onda incluíam, por exemplo, obras cinematográficas. E projetavam uma complexa disputa epistemológica, em que pressupostos, postulados e visões de mundo com base no conhecimento científico entravam em conflito com modelos religiosos. Assim, o filme *Kinsey*, biografia de 2004, estrelada pelo ator Liam Neeson, era um dos alvos do movimento. Alfred Kinsey foi um biólogo e sexólogo americano que dedicou-se, no século XX, ao estudo dos desejos e comportamentos sexuais, produzindo hipóteses e teorias que ampliavam e reconheciam, positivamente, o espectro de práticas sexuais e rompiam com

visões esquemáticas sobre sexualidade, normalizando atos que, por outros saberes, eram considerados errados e/ou inaceitáveis. Naquele clima, o filme despertara descontentamento.

Não só o filme era motivo de “fúria”, conforme a reportagem, mas também filmetes informativos do Serviço Nacional de Parques e que narravam “marchas de direitos civis, protestos contra guerras, passeatas do movimento feminista e homossexual que entraram para a história de Washington e são exibidos aos visitantes do Memorial Lincoln. Conservadores pediram a retirada de cenas de militantes gritando palavras de ordem e empunhando cartazes de defesa do direito ao aborto e à liberdade de escolha dos parceiros sexuais” (Figura 126, *O Globo*, 16/01/2005, p. 44).

O feto essencialista, entendido como emanção divina (BOLTANSKI, 2004), chegava ao século XXI como base simbólica da demanda anti-aborcionista, que mostrava fôlego e adesão populares. A pauta do aborto, vale dizer, era uma dentro de um complexo de assuntos, através do qual era possível conhecer mais sobre as relações e os fenômenos sociais no país norte-americano, bem como sobre os imaginários que circulavam. Um líder religioso, relata a matéria, reagia contra um desses filmes em que uma das cenas mostrava um militante gay com um cartaz escrito ‘o senhor é meu pastor e ele sabe que sou gay’. “Só mostram movimentos a favor do aborto e do homossexualismo”, reclamou o pastor.

O dogmatismo religioso demonstrava força social, sendo um assunto noticiável para a imprensa, que relatava situações peculiares, causadoras de brigas entre indivíduos e entidades científicas e pessoas e agremiações religiosas. Uma dessas brigas, informava a matéria, envolvia um livro escrito por um “guia florestal [chamado Tom Vail] membro do movimento cristão ao qual é ligado Bush. Segundo o autor, ele deixou de acreditar que o Grand Canyon existe há milhões de anos após seu envolvimento com Deus. Numa carta, presidentes de associações científicas pediram que o livro fosse retirado das livrarias do Grand Canyon pois poderia dar a impressão de as teses serem endossadas pelo Serviço Nacional de Parques. [...] O livro continuou à venda. ‘Não é um livro sobre geologia, mas uma estreita visão religiosas sobre a Terra’, criticaram os cientistas” (Figura 126, *O Globo*, 16/01/2005, p. 44).

O multifacetado debate intelectual e editorial no qual o tema do aborto estava incluído desdobrava-se em novos capítulos no início do século XXI.

A atuação incansável e constante de setores religiosos era manifestada a qualquer sinal de debate sobre vida reprodutiva e sexual. O empreendimento anti-aborcionista era um exercício fundamentalmente teológico. Aqui no Brasil, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também protagonizava investidas nesse sentido; no caso específico, contra

uma política pública. No dia 30/01/2005 (Figura 127), *O Globo* trazia matéria “Planejamento familiar: CNBB critica governo”, veiculada na página 4 da editoria o País.

A matéria informava que “a Igreja Católica reagiu ontem à decisão do governo federal de financiar 100% dos gastos com planejamento familiar no país. O vice-presidente da CNBB, Dom Celso Queiroz, disse que o Ministério da Saúde deveria estar mais preocupado em educar a população para que cada família possa decidir sobre a melhor forma de fazer o planejamento familiar”. De acordo com o clérigo, “o governo deveria fazer um plano para incentivar a paternidade e a maternidade responsáveis e não sair distribuindo coisas. Não é a maneira humana de fazer a coisa” (Figura 127, *O Globo*, 30/01/2005, p. 4).

A maneira humana é uma alusão à maneira “desumana” contra a qual a Igreja há tempos protestava, isto é, a contracepção. A contrariedade com qualquer intervenção artificial no curso da fertilidade continuava. A matéria adiciona ainda a informação de que o governo bancava, até então “40% da verba necessária para distribuir anticoncepcionais às 58,6 milhões de brasileiras em idade fértil”.

O vice-presidente da CNBB protestava especialmente contra a pílula do dia seguinte, que o governo desejava disseminar na rede pública. Para o clérigo, isso era um incentivo ao aborto. “A Igreja sustenta que, como a pílula age após o ato sexual – e, portanto, após a fecundação – o método se iguala ao aborto. ‘Os próprios médicos admitem que essa pílula é abortiva’, disse dom Celso”, retomando o imaginário de valorização da concepção como momento primordial, de natureza transcendental e instaurador da vida.

Figura 127 – *O Globo* –
30/01/2005 – O País – p. 4

Planejamento familiar: CNBB critica governo

Igreja diz ser contra aumento da despesa com anticoncepcionais

• BRASÍLIA. A Igreja Católica reagiu ontem à decisão do governo federal de financiar 100% dos gastos com planejamento familiar no país. O vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Celso Queiroz, disse que o Ministério da Saúde deveria estar mais preocupado em educar a população para que cada família possa decidir sobre a melhor forma de fazer o planejamento familiar. A Igreja é contra os métodos artificiais de contracepção.

— Falta educar o povo. O governo deveria fazer um plano para incentivar a paternidade e a maternidade responsáveis e não sair distribuindo coisas. Não é a maneira humana de fazer a coisa — disse dom Celso.

O governo decidiu pagar todas as despesas com a distribuição de anticoncepcionais no país. Até hoje, saem dos cofres federais apenas 40% da verba necessária para distribuir anticoncepcionais às 58,6 milhões de brasileiras em idade fértil. O ministério estima que um terço delas não tenha acesso regular aos métodos contraceptivos.

O vice-presidente da CNBB condena o uso da pílula do dia seguinte, um dos métodos que o governo pretende disseminar na rede pública. Para ele, ao ampliar a distribuição desse tipo de pílula o governo acaba incentivando o aborto. A Igreja sustenta que, como a pílula age após o ato sexual — e, portanto, após a fecundação — o método se iguala ao aborto.

— Os próprios médicos admitem que essa pílula é abortiva — disse dom Celso. ■

SAO LOURENÇO - MG
HOTEL METROPOLE

Mais polêmicas viriam à tona no tocante ao aborto através dos debates bioéticos desencadeados por avanços no conhecimento biomédico e genético. O desenvolvimento de pesquisas com células-tronco e a emergência de alimentos transgênicos encorpavam o imaginário fantástico – que a cada década apresentava novos prodígios da ciência – em que interrupção da gravidez, novamente, se encontrava. O governo procurava, então, colocar o Estado para regular o novo mundo que surgia. Assim, lia-se no dia 12/02/2005, na página 33 da editoria Ciência e Vida (Figura 128), situada dentro da editoria O Mundo: “Ministério da Saúde quer conselho de bioética – Colegiado dará pareceres sobre questões polêmicas como transgênicos e uso de embriões”.

O então ministro da Saúde, Humberto Costa, enviaria nos dias seguintes um projeto de lei à Casa Civil com o intuito de criar o Conselho Nacional de Bioética, que ficaria

“encarregado de discutir e elaborar pareceres sobre assuntos polêmicos que estejam sendo discutidos em âmbito nacional na área científica. É o caso dos alimentos transgênicos, da utilização de embriões humanos nas pesquisas sobre células-tronco e o direito de mulheres grávidas de fetos anencéfalos (sem cérebro) abortarem”.

Figura 128 – *O Globo* – 12/02/2005 – Ciência e Vida - p. 33

Ministério da Saúde quer conselho de bioética

Colegiado dará pareceres sobre questões polêmicas como transgênicos e uso de embriões

Carolina Brigido

BRASÍLIA. O ministro da Saúde, Humberto Costa, enviará nos próximos dias à Casa Civil um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional de Bioética. O colegiado será encarregado de discutir e elaborar pareceres sobre assuntos polêmicos que estejam sendo discutidos em âmbito nacional na área científica. É o caso dos alimentos transgênicos, da utilização de embriões humanos nas pesquisas sobre célula-tronco e do direito de mulheres grávidas de fetos anencéfalos (sem cérebros) abortarem.

O conselho, que poderá ser ligado à Presidência da República ou ao Ministério da Saúde, seria um órgão para auxiliar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário a tomar decisões. Antes de virar realidade, o projeto de lei ainda precisa ser aprovado pela Casa Civil, que já deu sinais de apoio à proposta, pelo Congresso Nacional e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— O conselho discutirá conflitos de ordem ética e moral e será acionado sempre que entrar em cena um tema polêmico que envolva o poder público — disse o ministro.

O ministro se declarou favorável à utilização de embriões humanos nas pesquisas de células-tronco. Sobre os transgênicos, ele optou pela cautela: disse que não existem estudos suficientes que comprovem a segurança dos produtos a longo prazo.

Humberto Costa aproveitou a ocasião para reafirmar a posição do ministério sobre um dos temas que estarão na pauta do conselho, se ele for mesmo aprovado: a possibilidade de aborto quando houver anencefalia, um caso que será julgado em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para o ministro, o direito de decidir levar a gravidez adiante ou não seria da gestante. Ele enfatizou o sofrimento causado na mulher ao saber que o feto não tem chances de sobreviver após o parto.

— Nós entendemos como um direito que a mulher deve ter, porque a criatura gerada não terá autonomia para ter uma vida própria — disse Costa. ■

Ficava-se sabendo que o conselho seria ligado ou à Presidência ou ao Ministério da Saúde, com a atribuição de auxiliar os Poderes da República a tomar decisões. Nas palavras do ministro, “o conselho discutirá conflitos de ordem ética e moral e será acionado sempre que entrar em cena um tema polêmico que envolva o poder público”. Na matéria, o ministro manifesta-se favorável ao uso de embriões humanos e demonstra cautela quanto aos alimentos transgênicos. Quando ao aborto de anencéfalos, apoio total: “Nós entendemos como um direito que a mulher deve ter, porque a criatura gerada não terá autonomia para ter uma vida própria”, afirmou o ministro, articulando a ideia de sofrimento e falta de autonomia do feto à legitimidade da prática. Nota-se que a escolha vocabular é representativa das tensões

envolvendo o tema, porque a vida intra-uterina, usualmente chamada de feto pelos setores contrários ao aborto, é nomeada como criatura, numa abordagem simbólica que não confere status de humanidade plena e digna. A política do aborto prosseguia um exercício de cálculo e escolha de linguagem, de cuidados lexicais que concediam e/ou retiravam identidade social a corpos específicos.

A despeito da gestão do Executivo em fazer avançar a pauta e as discussões públicas, a previsão era de que haveria obstáculos consideráveis. Naquele início de 2005, a Câmara dos Deputados elegera Severino Cavalcanti como presidente, o que o tornava um ator político fundamental para os debates e a tramitação da proposta de revisão da lei do aborto que aconteceria nos meses seguintes. Mais do que um parlamentar, era um declarado empreendedor moral, que anunciava em entrevista uma série de proposições e ideias acerca dos princípios que iriam nortear sua gestão. A pauta do aborto passaria a ter um inimigo proeminente.

“Vou acabar com esse negócio de baixo clero” estampou a página 12, da editoria O País, no dia 17/02/2005 (Figura 129), adicionando no subtítulo que “novo presidente da Câmara afirma que não aceitará preconceito contra deputados e ataca aborto e casamento gay”. Cavalcanti chegara ao posto inesperadamente, porque o candidato apoiado pelo Governo à Presidência da Câmara, Luiz Eduardo Greenhalgh, era então tido como favorito. Com o desfecho do certame, o deputado de Pernambuco fez questão de usar como capital político sua região natal, bem como sua história parlamentar identificada com setores do Congresso tidos como inexpressivos, geralmente pautados por questões locais de suas bases eleitorais.

“Em sua primeira entrevista coletiva transmitida pela TV Câmara por sua determinação, o presidente Severino Cavalcanti (PP-PE) esbravejou contra o casamento de pessoas do mesmo sexo e contra o aborto, reafirmando sua palavra conservadora e voltada para os interesses corporativos”, informava a matéria no primeiro parágrafo.

O País via surgir (mais) um personalismo e uma liderança alicerçada exatamente nas questões morais da sexualidade e da reprodução. Na entrevista, o deputado “anunciou que vai se licenciar diversas vezes da presidência para defender projetos que são suas bandeiras no Congresso”. Fez também uma enfática crítica aos adversários e àqueles que o etiquetavam como sendo “baixo clero”: “Quem diz isso são aqueles que estão com medo, que têm uma igreja (uma panelinha) aqui dentro e têm medo da minha ação. Essa igreja vai acabar!”. Além disso, emitiu opiniões acerca de pautas como autonomia do Banco Central e extensão de mandatos.

RESSACA NA CÂMARA: Severino comete gafe e diz que 'pode até não gostar de Lula', mas não atrapalhará governo

'Vou acabar com esse negócio de baixo clero'

Novo presidente da Câmara afirma que não aceitará preconceito contra deputados e ataca aborto e casamento gay

Marla Lima

• BRASÍLIA. Em sua primeira entrevista coletiva, transmitida ao vivo pela TV Câmara por sua determinação, o presidente Severino Cavalcanti (PP-PE) esbravejou contra o casamento de pessoas do mesmo sexo e contra o aborto, reafirmando sua postura conservadora e voltada para os interesses corporativos. Anunciou que vai se licenciar diversas vezes da presidência para defender projetos que são suas bandeiras no Congresso. Disse ainda que, a partir de agora, não existe mais baixo, nem novo clero na Câmara dos Deputados e desafiou os que pensam que ele será uma rajada da Inglaterra:

— Quem diz isso são aqueles que estão com medo, que tem uma Igreja (panelinha) aqui dentro e tem medo da minha ação. Essa Igreja vai acabar! — afirmou.

Sem se preocupar com a repercussão negativa na opinião pública, Severino confirmou ainda que brigará pela manutenção do recesso parlamentar de 90 dias. No entanto, evitou uma polêmica maior: mesmo sendo contra a liberação de pesquisas com embriões humanos, prevista no projeto de Lei da Biossegurança, pediu que evangélicos e ruralistas se entendam antes da votação.

Severino cometeu um deslize ao dizer que "pode até

mitir que continuem com a Igreja. Não vou permitir que um deputado faça dez viagens ao exterior e os outros que não têm acesso (à Igreja) não podem representar lá fora seu eleitor. A Igreja vai acabar!"

• CONTRA O PROJETO QUE REDUZ RECESSO: "Eu perei em votação o projeto, mas já avisei que vou para o plenário defender os 90 dias de recesso, porque é por necessidade. O parlamentar tem os seus municípios. Ele precisa estar em contato, conviver para saber o que precisam os estados e os municípios. Hoje, os deputados não têm condições de visitar todos os seus municípios, todas as suas bases".

• UNIÃO CIVIL DE PESSOAS DO MESMO SEXO X ABORTO: "Com relação a minha posição contra aborto e contra o casamento de homem com homem e mulher com mulher, no momento em que for votar, deixarei a presidência da Câmara e vou para o plenário combater aquilo que não posso acreditar. Não posso acreditar em relações de homem com homem e de mulher com mulher!"

• BIOSSEGURANÇA: "Nós temos que encontrar um *modus vivendi*. Nós temos que ver o que mais interessa ao país e tremos naturalmente dar a pressa necessária por que eu tenho certeza de que tanto os ruralistas quanto os



Nas temáticas morais, relata o jornal, ele surpreendeu, pois “mesmo sendo contra a liberação de pesquisas com embriões humanos, prevista no projeto de Lei da Biossegurança, pediu que evangélicos e ruralistas se entendam antes da votação”.

A matéria, então, elenca em tópicos os assuntos que mais chamaram a atenção, entre eles “União civil de pessoas do mesmo sexo e aborto”, que tanto no Brasil como no exterior preenchiam o cesto de imoralidades-mor naquele início de século. Disse o presidente da Câmara: “Com relação a minha posição contra aborto e contra o casamento de homem com homem e mulher com mulher, no momento em que for votar, deixarei a presidência da Câmara e vou para o plenário combater aquilo que não posso acreditar. Não posso acreditar em relações de homem com homem e mulher com mulher”.

As pautas eram tão importantes e viscerais para o chefe da Câmara que tornavam secundário o nobre e poderoso cargo de comando no Congresso. Aborto e casamento homoafetivo transformavam-se em fenômenos condensadores da defesa dos costumes e da moral tradicional. Não era, vale dizer, uma defesa de fenômenos desvinculados, porque a condenação do aborto estava intimamente ligada à concepção do matrimônio heterossexual com fins reprodutivos, pilar central e estabilizador da ordem social. Na visão do deputado,

simples e direta, “só valia mulher com homem” porque através desse arranjo a sociedade manter-se-ia hígida e procriadora. Uma visão que teria repercussão decisiva ao longo do ano.

No mesmo diapasão, embora inegavelmente mais sofisticado, o Vaticano insistia na defesa da família heterossexual e no repúdio ao aborto. Embora isso não seja surpresa, senão mesmo uma obviedade, dado o histórico da Igreja nas temáticas, o fato é que tais bandeiras morais renovavam-se no início do século. Com a saúde bastante fragilizada, João Paulo II lançaria no dia 23/02/2005 o livro *Memória e identidade*. Na matéria “Novo livro do Papa gera polêmica”, publicada na página 29 da editoria O Mundo (Figura 130), o leitor é informado da controvérsia cercando a obra, posto que “antes mesmo que chegasse às livrarias [a obra] já despertava muita polêmica”.

O aborto consagrava-se, assim, como um assunto privilegiado no mercado editorial, ainda mais quando pautado pelo Papa. E o Pontífice não economizava retórica para repreender severamente a interrupção da gravidez. No livro, “ele chama o aborto de ‘extermínio legal’, relacionando-o à matança de judeus pelo nazismo, e relaciona o casamento entre homossexuais a uma ‘nova ideologia do mal’”.

Ainda na obra, o Pontífice comenta a tentativa de assassinato de que fora vítima em 1981, acusando um complô do bloco comunista-soviético, que ele combatera em seu pontificado. Contudo, o que interessava à narrativa jornalística eram as opiniões sobre aborto e homossexualidade. João Paulo II escreveu um capítulo específico sobre o que ele classificava como “ideologias do mal”, no qual elucubrava que tais ideologias eram fenômenos insidiosos e traiçoeiros dos regimes democráticos. Argumentava o Papa, após referências ao nazismo e ao comunismo: “Resta ainda o extermínio legal de seres humanos nascidos e ainda não nascidos; trata-se de mais um caso de extermínio decidido por parlamentos eleitos democraticamente, apelando ao progresso civil das sociedades e da humanidade inteira” (Figura 130, *O Globo*, 23/02/2005, p. 29).

A reflexão, estendendo-se ao campo da ciência política, contribuía para adensar o imaginário sobre a prática. Um imaginário sofisticado, produzido no exercício intelectual que reposicionava o aborto, astutamente, como um efeito colateral, um retrocesso permitido e facilitado no seio do modelo paradigmático da democracia liberal ocidental, e não como um progresso de ampliação de direitos e de cidadania.

Figura 130 – *O Globo* – 23/02/2005 – O Mundo – p. 29

Novo livro do Papa gera polêmica

'Memória e identidade' compara aborto a Holocausto e ataca casamento gay

Gina de Azevedo Marques

Correspondente

• ROMA. O novo livro do Papa João Paulo II está sendo lançado hoje em todo o mundo. Mas antes mesmo que chegasse às livrarias já despertava muita polêmica. Apresentado ontem em Roma, ele chama o aborto de "extermínio legal", relacionando-o à matança de judeus pelo nazismo, e relaciona o casamento entre homossexuais a uma "nova ideologia do mal".

Em "Memória e identidade" (Editora Objetiva), o Papa se mostra convencido de que o turco Mehmet Ali Agca, que tentou matá-lo em 1981, não agiu sozinho e sugere que o antigo bloco comunista estaria por trás de um complot para assassiná-lo. O Papa — que recebeu ontem Ivo Sanader, o primeiro-ministro da Croácia, na primeira audiência com um político desde que deixou o hospital, há duas semanas — é também o tema de "João Paulo II: uma biografia" (Editora Record), de Bernard Lecomte, lançado esta semana no Brasil.

Livro se baseia em reflexões sobre o bem e o mal

Depois de citar comunismo e nazismo, João Paulo II escreve no capítulo "Ideologias do mal":

- "Resta ainda o extermínio legal de seres humanos nascidos e ainda não nascidos; trata-se de mais um caso de extermínio decidido por parlamentos eleitos democraticamente, apelando ao



JOÃO PAULO II recebe o primeiro-ministro da Croácia, na primeira audiência com um político desde a internação

TRECHOS DE 'MEMÓRIA E IDENTIDADE'

"Foi um parlamento, regularmente eleito, que consentiu a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha dos anos 1930 e foi, depois, o mesmo Reichstag que (...) lhe abriu a estrada para a política de invasão da Europa, a organização dos campos de concentração e para a execução da chamada 'solução final' (...), a eliminação de milhões de filhos e filhas de Israel. (...) É precisamente nesta perspectiva que se devem pôr em questão, no início de um novo século e de um novo milênio, algumas opções legislativas decididas nos parlamentos dos atuais regimes

pressões do Parlamento europeu para que as uniões homossexuais sejam reconhecidas como uma forma alternativa de família, à qual competiria também o direito de adoção. É lícito e mesmo forçoso se perguntar se aqui não está atuando mais uma ideologia do mal, talvez mais astuciosa e encoberta."

"Como todos sabem, Ali Agca é um assassino profissional; isto quer dizer que o atentado não foi uma iniciativa sua, mas foi outra pessoa que o idealizou e encomendou. (...) Voltemos ao atentado..."

O jornal destacava um dos trechos do livro: "Foi um Parlamento, regularmente eleito, que consentiu a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha nos anos 1930 e foi, depois, o mesmo Reichstag que (...) lhe abriu a entrada para a política de invasão da Europa, a organização dos campos de concentração e para a execução da chamada 'solução final' (...) a eliminação de milhões e de filhos e filhas de Israel (...) É precisamente nesta perspectiva que se devem pôr em questão, no início de um novo século e de um novo milênio, algumas opções legislativas decididas nos parlamentos dos atuais regimes democráticos; a referência mais imediata que tenho em mente são as leis sobre aborto" (Figura 130, *O Globo*, 23/02/2005, p. 29).

A dramaticidade da reflexão era clara, revisitando, naquela virada de milênio, narrativas e representações dantescas e apocalípticas, que comparavam o aborto à memória-síntese de barbaridade e crueldade identificada com o Holocausto ocorrido na Segunda Guerra. Entretanto, conforme a matéria ressalta, esse mesmo caminho argumentativo era, em

boa medida, causador da polêmica aludida no título. “A Igreja Católica não compreendeu ou não quer compreender que há uma enorme diferença entre um genocídio em massa e o que as mulheres fazem com seus corpos – criticou Paul Spiegel, presidente do Conselho Central de Judeus na Alemanha”.

A réplica veio nas palavras do então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal Joseph Ratzinger (que viria a suceder, com o nome de Bento XVI, João Paulo II quando da sua morte poucos meses depois do lançamento do livro). Disse o cardeal: “O Papa não coloca no mesmo plano a Shoah (Holocausto) e o aborto, mas chama a nossa atenção para não cairmos nas tentações permanentes da Humanidade. Até nos sistemas liberais, não somos imunes ao mal e isso acontece também nas democracias” (Figura 130, *O Globo*, 23/02/2005, p. 29).

A turnê global anti-aborcionista estenderia sua temporada nos EUA. Aliás, o tema era frequente naquele país, projetando um padrão geográfico mais restrito, à medida que oscilava preferencialmente entre o Vaticano e o referido país da América do Norte. A onda conservadora, que semanas antes fora notícia, voltava à pauta. O motivo: a investida na legislação e nas políticas públicas.

“Ofensiva conservadora pela moral nos EUA”, publicada no dia 27/03/2005, na página 36, da editoria O Mundo (Figura 131), mencionava que “cruzada por valores tradicionais defende supercasamento, revisão de lei do aborto e abstinência sexual entre jovens”.

Conforme a matéria informa na abertura “em tempos de conservadorismo, casar só não basta. É preciso estimular o supercasamento, um pacto matrimonial que só pode terminar em divórcio em casos de adultério ou abuso sexual. Opção prevista em leis de três estados do chamado ‘cinturão da Bíblia’, o casamento indissolúvel é alvo de campanha de conservadores ansiosos por aproveitar os ventos favoráveis a valores tradicionais e acrescentar esta bandeira à cruzada contra à legalização da união gay”.

O aprofundamento da guerra cultural tinha feito até mesmo lideranças históricas recuarem em suas posições favoráveis ao direito ao aborto. A ex-primeira-dama e senadora democrata Hillary Clinton “foi obrigada a trair seu passado. Numa sessão de planejamento familiar, disse que se mantinha comprometida com o direito da mulher de optar entre manter ou não a gravidez, mas achava também que toda criança deveria nascer. Parece sutil, mas foi uma senha clara para democratas menos ilustres se alinharem do lado dos defensores da revisão da lei do aborto, na esperança de conquistar votos ao jogar na fogueira conservadora a conquista feminista de 1973” (Figura 131, *O Globo*, 27/03/2005, p. 36).

Ofensiva conservadora pela moral nos EUA

Cruzada por valores tradicionais defende supercasamento, revisão de lei do aborto e abstinência sexual entre jovens

Helena Celestino

Correspondente

• NOVA YORK. Em tempos de conservadorismo, casar só não basta. É preciso estimular o supercasamento, um pacto matrimonial que só pode terminar em divórcio em casos de adultério ou abuso sexual. Opção prevista em leis de três estados do chamado "cinturão da Bíblia", o casamento indissolúvel é alvo de campanha de conservadores ansiosos por aproveitar os ventos favoráveis a valores tradicionais e acrescentar esta bandeira à cruzada contra a legalização da união gay.

Impulsionada por este mesmo movimento conservador, a ex-primeira-dama e senadora democrata Hillary Clinton foi uma das primeiras a traçar seu passado. Numa reunião de planejamento familiar, disse que se mantinha comprometida com o direito da mulher de optar entre manter ou não a gravidez, mas achava também que toda criança deveria nascer. Parece sutil, mas foi uma senha clara para democratas menos ilustres se alinharem do lado dos defensores da revisão da lei do aborto, na esperança de conquistar votos ao jogar na fogueira conservadora a conquista feminista de 1976.

Verba para campanha de

ninas americanas tornou-se quatro vezes maior do que entre as alemãs e as possibilidades de aborto são sete vezes maiores do que na Holanda.

O mesmo instituto mostra também a inutilidade da campanha anti-sexo. Uma pesquisa com 1.900 jovens constatou que 88% dos alunos desses cursos foram para a cama com as meninas antes do casamento, e, como não receberam informações sobre contracepção, só 40% usaram preservativo. Nos EUA, 60% dos adolescentes fazem sexo antes dos 18 anos.

— É preciso encarar a realidade. A maioria dos adolescentes vai continuar a fazer sexo antes dos 18 e se não forem educados vamos ter de conviver com altas taxas de gravidez na adolescência e de doenças transmitidas sexualmente — alerta Vinny Chulani, diretor da Divisão de Medicina do Adolescente do Centro Médico Regional de Orlando.

Pacto só permite divórcio em situações extremas

A cruzada de valores morais também levou o governador do Arkansas, Mike Huckabee, a convidar cinco mil pessoas para o *agradar* do seu casamento — um pacto nupcial de regras rígidas para realfirmar a intenção de ficar casado para sempre. O divórcio nesse pacto só é permiti-



MANIFESTANTES PROTESTAM contra o casamento gay: "Adão e Steve=0 pessoas, Adão e Eva= 6 bilhões de pessoas", dizem os cartazes em Boston

Sexo sem proteção irrita gays e estimula ações radicais

Dissidências e cismas surgiam entre os tradicionais empreendedores pró-direito à interrupção da gravidez, porque, como se nota, o clima social estava longe de ser favorável, não permitindo inflexibilidade nos posicionamentos. A concessão aos setores conservadores era o reconhecimento de humanidade e vida à figura fetal. Esse continuava a ser o ponto fulcral de todo e qualquer debate, ainda que os temas contíguos, os contextos políticos e as ideias em jogo variassem e fossem múltiplos.

Os contextos políticos e sociais, vale ressaltar, estavam cada vez mais marcados pela espetacularização, isto é, dotados de dramaticidade que se fazia ver em uma estética jornalística que ilustrava páginas com fotos de protestos e personalidades icônicas. Os títulos, esse espaço ilustre do jornalismo, incorporaram o assunto com frequência periódica. O tema era inegavelmente uma pauta contemporânea, atravessada por questões complexas que se cruzavam em diversos campos de saber e esferas da sociedade. A narrativa de excepcionalidade, característica do *fait divers*, reaparecia com força por causa de uma guerra cultural global, centrada na vida sexual e reprodutiva que se debatia estridentemente, de modo que não parecia possível haver diálogo e conciliação.

A ofensiva conservadora pela moral, na sua variante brasileira, era pilotada pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que cumpria a promessa de combater a

flexibilização da legislação penal do aborto. A batalha pelo corpo fetal teria desdobramentos audíveis no Brasil no mês seguinte. A Comissão Tripartite, anunciada pelo Governo Federal, no final de 2004, enfim seria montada. Não sem atritos, choques partidários, disputas por poder e prestígio e conchavos congressuais. “Severino manobra para pôr deputadas contra aborto em comissão do governo” foi matéria do dia 07/04/2005, na página 4 (Figura 132). Brasília, o coração institucional do país, convertia-se no terreno central para os debates sobre o tema. Um debate que obtinha dimensões nacionais, mobilizando representantes eleitos de diferentes estados e regiões.

Nesse cenário, a matéria inicia reportando que “numa manobra para favorecer os argumentos contrários ao aborto, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), ignorou duas das três indicações parlamentares feitas pela bancada feminina da Casa para integrar a comissão do governo que vai discutir a regulamentação do aborto. Severino excluiu da lista as deputadas pró-aborto Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Doutora Clair (PT-PR) e as trocou por Angela Guadagnin (PT-SP) e Elaine Costa (PTB-RJ), contrárias a essa prática”.

Ser mulher e parlamentar não significava defender pautas do feminismo. Aliás, a bancada era feminina e não feminista, descortinando a realidade política como ela é e revelando a complexidade, as contradições e divergências das forças sociais envolvidas com o tema. O texto relata que, na semana anterior, o bloco de parlamentares mulheres reunira-se e escolhera três representantes, além de Feghali e Clair, também estava a deputada Sueli Campo (PP-RR). A Secretaria de Política para as Mulheres, que coordenava a Comissão, pediu ao presidente da Câmara que oficializasse os nomes. “Mas, na última hora, Severino trocou os nomes. A posse dos integrantes da Comissão – formada também por representantes da sociedade civil e do governo federal – aconteceu ontem”, informou o texto.

Após a manobra, Jandira Feghali acusou Severino Cavalcanti de quebra de acordo. As deputadas incluídas de última hora posicionaram-se e explicaram a situação. Elaine Costa disse à reportagem que pediu diretamente ao presidente da Câmara sua inclusão na lista, afirmando que “luta pela questão feminina mas nunca teve vez na gestão de João Paulo Cunha (PT-SP) [antecessor de Severino]. Por que somente as mulheres do PT e do PCdoB podem participar e as outras não? – disse a deputada” (Figura 132, *O Globo*, 07/04/2005, p. 4).

Figura 132 – *O Globo* – 07/04/2005 – O País – p. 4



Severino manobra para pôr deputadas contra aborto em comissão do governo

Presidente da Câmara trocou dois dos três nomes indicados pela bancada feminina

O

rimônia
nais de-
cerimo-
la se ar-
a suces-
ouesse
lave de
e nossa

da mídia,
a de Dom
mem da
que foi o
que sou-
humani-
ou até os
a tecnoc-
ção para
do suas
er para
especial-
o Mundo,
m sendo
is religio-
áficas.
ão da im-
la muito
atribuir a
stempo
contra o
sím que
ra o con-

Evandro Éboli

BRASÍLIA. Numa manobra para favorecer os argumentos contrários ao aborto, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), ignorou duas das três indicações de parlamentares feitas pela bancada feminina da Casa para integrar a comissão do governo que vai discutir a regulamentação do aborto. Severino excluiu da lista as deputadas pró-aborto Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Doutora Clair (PT-PR) e as trocou por Angela Guadagnin (PT-SP) e Elaine Costa (PTB-RJ), contrárias a essa prática.

Jandira: "Houve a quebra de um acordo"

O presidente da Câmara é contrário ao aborto mesmo nos casos considerados legais, como a gravidez em caso de estupro e quando há risco para a gestante e o feto. A ordenação da comissão é da Secretaria Especial das Políticas Para Mulheres. A bancada feminina reuniu-se semana passada e escolheu, além de Jandira e Clair, a deputada Sueli Campos (PP-RR).

A ministra da Secretaria Especial das Mulheres, Nilcéa Freire, teria pedido a Severino que indicasse oficialmente pa-



ANGELA GUADAGNIN: contrária ao aborto, ela foi incluída na lista

ra a comissão as três escolhidas pelo grupo.

Mas, na última hora, Severino trocou os nomes. A posse dos integrantes da comissão — formada também por representantes da sociedade civil e do governo federal — aconteceu ontem. Jandira disse que estivera com Severino semana passada e que ele teria confirmado a indicação dos nomes escolhidos pela bancada. O presidente teria chamado uma assessora e pedido que formalizasse o pedido a Nilcéa com os nomes.

— Mas, para surpresa nossa, a lista enviada foi outra. Houve a quebra de um acordo. E não

fomos informadas de nada. Aconteceu uma corrida individual por essas vagas — disse Jandira, autora de projeto que regulamenta o aborto no país.

Angela: "Mesmo estuprada, a mulher deve ter o filho"

Elaine Costa confirmou que pediu a Severino para ser indicada para uma das vagas independentemente da lista da bancada feminina. A deputada disse que luta pela questão feminina mas nunca teve vez na gestão de João Paulo Cunha (PT-SP) na presidência da Câmara.

— Por que somente as mulheres do PT e do PCdoB po-

dem participar e as outras não? — disse a deputada.

Elaine afirmou ser contra o aborto, mas disse que está aberta a discussões na comissão. A deputada apresentou-se como uma "católica praticante" e afirmou que pretende conversar com setores da Igreja no Rio para se orientar na comissão.

Angela Guadagnin (PT-SP) disse que não fez campanha para integrar a comissão, mas afirmou ter certeza de que Severino a escolheu por causa de suas posições radicais contra qualquer tipo de aborto.

— Respeito as indicações da bancada feminina, da qual faço parte, mas a prerrogativa de escolher é do presidente da Câmara. Não fui atrás dessa vaga.

Angela disse que pretende representar na comissão do governo as correntes contrárias ao aborto. Ela é contra até mesmo no caso de estupro.

— Mesmo estuprada, a mulher deve ter o filho. Se ela abortar, cometerá um crime maior que o cometido pelo estuprador. Se ela não quiser o filho depois, pode encaminhá-lo para adoção — disse a petista.

Jandira disse que os critérios usados pela bancada não foram partidários, mas de experiência em relação ao assunto. Os três nomes, segundo ela, foram escolhidos por consenso. ■

Elaine disse ser contra o aborto, embora tenha se mostrado aberta às discussões. A deputada identificou-se como "católica praticante" e informou ainda que conversaria com setores da Igreja fluminense para se orientar na comissão.

Ângela Guadagnin revelou-se adversária contundente da pauta, afirmando "ter certeza de que Severino a escolheu por causa de suas posições radicais contra qualquer tipo de aborto. "Mesmo estuprada, a mulher deve ter o filho. Se ela abortar, cometerá um crime maior que o cometido pelo estuprador. Se ela não quiser o filho depois, pode encaminhá-lo para adoção — disse a petista". A rejeição e a posterior entrega do recém-nascido a terceiros aparecia como uma alternativa ao aborto, entendido, como em outras comparações, como um delito insuperável, uma espécie de ápice da crueldade, independentemente de a gestação também poder ser encarada uma ofensa grave, uma crueldade psicológica e social aplicada à mulher.

O mês de abril de 2005 movimentaria o país em torno do tema da interrupção da gravidez. O debate institucional repercutiu, por exemplo, no Conselho Federal de Medicina (CFM), capturado por receios sobre o alcance das normas e regulações legais. "Conselho

orienta médicos a exigir BO para aborto” foi publicada no dia 19/04/2005, na página 9 (Figura 133).

Em nota divulgada no dia anterior, o CFM “orientou médicos de todo país a exigir a apresentação de boletim de ocorrência (BO) antes de fazer abortos em mulheres vítimas de estupro. A preocupação do conselho é evitar que médicos venham a ser processados, caso sigam a norma técnica do Ministério da Saúde que dispensa a apresentação de registro policial”. O motivo do pronunciamento era a declaração do presidente do STF, Nelson Jobim, de que a norma técnica do Ministério da Saúde, reeditada no mês anterior, “não livraria os médicos de responderem perante a Justiça, caso fizessem abortos sem a comprovação de estupro”.

Edson de Oliveira Andrade, presidente do CFM, disse que a manifestação do conselho não tinha ainda caráter impositivo, já que a orientação seria submetida aos conselheiros da entidade em reunião no mês seguinte. Ainda assim, ele afirmou que a nota “foi feita após consulta a diversos conselheiros e já expressaria a opinião predominante dos profissionais de saúde” (Figura 133, *O Globo*, 19/04/2005, p. 9).

Figura 133 – *O Globo* – 19/04/2005 – O País – p. 9

Terça-feira, 19 de abril de 2005

O PAÍS • 9

Conselho orienta médicos a exigir BO para aborto

Preocupação é evitar que profissionais sejam processados por seguir norma técnica do Ministério da Saúde

Demétrio Weber

• BRASÍLIA. O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou nota ontem orientando os médicos de todo o país a exigir a apresentação de boletim de ocorrência (BO) antes de fazer abortos em mulheres vítimas de estupro. A preocupação do conselho é evitar que médicos venham a ser processados, caso sigam a norma técnica do Ministério da Saúde que dispensa a apresentação de registro policial.

A nota do conselho foi motivada por declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. Ele alertara que a norma técnica do Ministério da Saúde, editada em março, não livrava os médicos de responderem perante a Justiça, caso fizessem abortos sem a comprovação de estupro.

Nota ainda não tem caráter impositivo

O presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, disse que a nota do conselho ainda não tem caráter impositivo. A orientação será submetida aos conselheiros na próxima reunião do órgão, em maio. Aí sim poderá ser transformada em resolução, que deve obrigatoriamente ser seguida por todos os médicos no Brasil. Ele ponderou, no entanto, que a nota foi feita após consulta a diversos conselheiros e já expressaria a opinião predominante dos profissionais de saúde.

— Os médicos ficaram no meio de um fogo cruzado, com o Ministério da Saúde dizendo uma coisa e o presidente do Supremo, outra. A questão é: quem interpreta as leis? É o Judiciário. Portanto, após a manifestação pública da mais alta autoridade do Judiciário, qual orientação nós deveríamos seguir? — argumentou Andrade.

Segundo ele, outra preocupação dos médicos é garantir que o estuprador seja punido. Daí a importância do registro do boletim policial.

Por meio de sua assessoria, o Ministério da Saúde informou que estuda a criação de instrumento jurídico para resguardar os médicos. A ideia é editar portaria eximindo o médico de responsabilidade, caso uma mulher minta e diga que foi estuprada com o intuito de se submeter a um aborto legal. O ministério argumenta que o Código Penal não menciona a exigência de boletim de ocorrência.

Dispensa de boletim para evitar abortos clandestinos

O boletim de ocorrência passou a ser exigido em 1999, no governo Fernando Henrique, em norma editada pelo Ministério da Saúde. A mudança de orientação no governo Lula teve como objetivo evitar que mulheres façam abortos clandestinos para poupar o constrangimento de registrar a ocorrência numa delegacia. A legislação brasileira só permite o aborto quando a mulher corre risco de vida ou foi vítima de estupro. Em 2004, o Sistema Único de Saúde registrou 243 mil internações por complicações decorrentes de abortos espontâneos ou ilegais.

O conselho sugere que o atendimento policial seja feito de forma humanizada dentro do hospital. “Se há o reconhecimento de que o aparato policial do Estado é incompetente e, por vezes, até constrangedor com as já sofridas vítimas, impõe-se a sua mudança e a criação de condições protetoras da mulher e ao mesmo tempo eficientes na identificação e punição dos agressores”, diz a nota. ■

O espectro policialesco, bem como o clima de medo e de insegurança jurídica continuavam a rondar a política do aborto. De acordo com o presidente do CFM, “os médicos ficaram no meio de um fogo cruzado, com o Ministério da Saúde dizendo uma coisa e o presidente do Supremo, outra. A questão é: quem interpreta as leis? É o Judiciário. Portanto, após a manifestação pública da mais alta autoridade do Judiciário, qual orientações deveríamos seguir?”. Ainda segundo o dirigente, “outra preocupação dos médicos é garantir

que o estupro seja punido. Daí a importância do registro do boletim policial” (Figura 133, *O Globo*, 19/04/2005, p. 9).

A matéria finaliza lembrando a edição da norma técnica, no fim dos anos 1990, pelo governo FHC, e sua atualização já no governo Lula, que “teve como objetivo evitar que mulheres façam abortos clandestinos para poupar o constrangimento de registrar a ocorrência numa delegacia. (...) Em 2004, o Sistema Único de Saúde registrou 243 mil internações por consequências de abortos espontâneos ou ilegais”.

Como se nota, a prática não era objeto de consenso nos marcos regulatórios e normativos existentes. A insegurança jurídica de que se tinha notícia espelhava o embaraço em se definir e encarar a questão oficialmente, institucionalmente. Mesmo no terreno do que se supunha oficial, isto é, um ato de regulamentação, o aborto carregava o peso de sua natureza oficiosa, que o tornava um fenômeno de difícil diálogo, cercado de ambiguidade e incerteza. Além de ser acompanhado por um silêncio igualmente sintomático da aspereza de um tema de caráter penal: a menção sucinta e breve às mulheres e aos riscos da clandestinidade, sem que, por outro lado, se aprofundasse mais sobre o aspecto sanitário e sombrio do abortamento inseguro, ou mesmo que se apresentasse, anonimamente, casos concretos. As estatísticas e os dramas eram reconhecíveis, mas não as personagens reais, registradas genérica e impessoalmente pela matemática. O tema era tocado majoritariamente por autoridades e indivíduos com postos de comando, sendo encarado pela perspectiva técnica que marca a política formal.

Aliás, a dimensão estatística era de interesse também dos jornais, que colocavam uma lupa sobre o tema a partir da aceitação popular. Acompanhando uma matéria sobre a popularidade do presidente do Lula e seu governo, bem como sobre projeções para as eleições presidenciais que aconteceriam dali a dois anos, a matéria intitulada “Pílula e preservativo sim, aborto não” estampava a página 8 da edição do dia 20/04/2005 (Figura 134).

A interface entre avaliação de um presidente e apoio ao aborto revelava a centralidade que o tema tinha na cena social e política. Tal e qual relevante era sondar os cenários e perspectivas eleitorais e os índices de aprovação de mandatários, era também importante saber quais os pontos de vista que predominavam a respeito do aborto. O subtítulo esclarecia que “entre os entrevistados, 85% dizem ser contra a interrupção da gravidez”.

O aborto era rejeitado pela esmagadora maioria da população brasileira. “O país com o maior número de católicos no mundo segue a posição da Igreja em relação ao aborto, mas é liberal sobre o controle da natalidade. Entre os entrevistados pela pesquisa do Sensus [a mesma que mensurara os índices de aprovação de Lula], 85% declararam que são contra a

prática do aborto, e 12,3% são favoráveis. Dos que são contra, 49,5% mantêm a posição mesmo em caso de gravidez decorrente de violência sexual. Neste caso, o aborto é justificável para 43,5% dos entrevistados”, informava a matéria.

O uso de métodos contraceptivos tinha endosso significativamente maior. “O planejamento familiar para regular o número de filhos dos casais é apoiado por 82,9%, e só 12,7% são contrários. A maioria é a favor da utilização de métodos anticoncepcionais: 87,2% favoráveis e apenas 9,7% contrários. O uso de preservativos e da pílula do dia seguinte é aprovado por 84,4% dos pesquisados, e só 12,3% se declaram contra” (Figura 134, *O Globo*, 20/04/2005, p. 8).

Figura 134 – *O Globo* – 20/04/2005 – O País – p.8

Sensus: popularidade de Lula cai seis pontos

Mesmo com queda na aprovação, pesquisa mostra que presidente seria reeleito na maioria dos cenários testados

Ilmar Franco

• BRASÍLIA. Pela primeira vez desde a posse, pesquisa de opinião mostra que a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu queda maior do que a aprovação a seu governo. A popularidade do presidente caiu seis pontos percentuais, de 66,1% em fevereiro para 60,1% em abril, enquanto a desaprovação aumentou de 25,5% para 29%. Mantendo-se estável a avaliação positiva de seu governo, oscilando de 42,6% em fevereiro para 41,95% em abril. A avaliação negativa do governo subiu de 13,9% para 16% e a regular também ficou estável, indo de 39,9% para 39,8%.

Os dados são da pesquisa do Instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e divulgada ontem. Mesmo com a queda na aprovação pessoal do presidente Lula, ele seria reeleito para um segundo mandato no primeiro turno em oito dos nove cenários testados pela pesquisa.

— Na medida que a avaliação do governo permaneceu estável, a queda na aprovação do presidente tem causa sociológica e não econômica ou política. Há uma queda na sua capacidade de gerar esperança — acredita Ricardo Guedes, presidente do Instituto Sensus.

A pesquisa, que ouviu duas mil pessoas entre 12 e 14 de abril e tem margem de erro de 3%, mostra que Lula só não ven-

ceria a eleição de 2006 no primeiro turno num cenário em que oito candidatos disputariam. Entre eles, o ministro Ciro Gomes, o vice-presidente José Alencar e o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE).

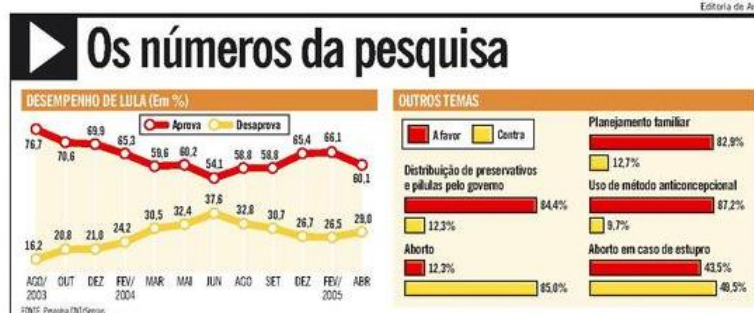
Entre adversários, Garotinho teve melhor desempenho

Lula teria 37,5% das intenções de voto, contra 10,9% para Ciro Gomes, 10,8% para Anthony Garotinho, 8,3% para Geraldo Alckmin, 5,6% para Cesar Maia, 2,6% para Heloísa Helena, 2% para José Alencar e 1,3% para Severino. Nas outras oito simulações, Lula venceria no primeiro turno com intenções de voto de 47,7% a 39,1%. Entre seus adversários, os que tiveram melhor desempenho foram: Garotinho (17,2%), Alckmin (16,6%), Ciro Gomes (15,6%) e Fernando Henrique Cardoso (14,7%).

— Lula neste momento é imbatível. Ganharia no primeiro turno — disse Guedes.

Lula venceria as eleições nas sete simulações de segundo turno. Em nenhuma delas foi incluído o prefeito de São Paulo, José Serra. A pesquisa teve como novidade uma simulação espontânea. Lula foi citado por 21,5% dos entrevistados, contra 2,9% de Serra, 1,9% de Fernando Henrique e Alckmin, 1,5% de Garotinho e 1,3% de Ciro Gomes. ■

• NO GLOBO ONLINE: Veja e integre a pesquisa www.globo.com.br/pais



Pílula e preservativo sim, aborto não

Entre os entrevistados, 85% dizem ser contra a interrupção da gravidez

• BRASÍLIA. O país com o maior número de católicos do mundo segue a posição da Igreja em relação ao aborto, mas é liberal sobre o controle da natalidade. Entre os entrevistados pela pesquisa do Sensus, 85% declaram que são contra a prática do aborto, e 12,3% são favoráveis. Dos que são contra o aborto, 49,5% mantêm a posição mesmo em caso de gravidez decorrente de violência sexual. Neste caso, o aborto é justificável para

43,5% dos entrevistados. As posições da Igreja não encontram apoio quando se trata da limitação do número de filhos e do uso de métodos para evitar a gestação. O planejamento familiar para regular o número de filhos dos casais é apoiado por 82,9% dos entrevistados, e só 12,7% são contrários. A maioria é a favor da utilização de métodos anticoncepcionais: 87,2% favoráveis e apenas 9,7% contrários. O uso de

preservativos e da pílula do dia seguinte é aprovado por 84,4% dos pesquisados, e só 12,3% se declaram contra. A pesquisa também detectou que há uma sensação de que a pobreza e a violência no país se deterioraram nos últimos seis meses. A pobreza piorou para 64,6% dos entrevistados (em fevereiro, o índice era 55,9%). Apenas 8,1% acham que houve melhora nas ações de combate à pobreza.

Para a população também continuam piorando os índices de violência: esta é a opinião de 85% dos entrevistados, cinco pontos percentuais a mais em relação a fevereiro. Para apenas 4,3% houve melhora. Segundo a pesquisa, aumentou de 35,3% para 44,9% o percentual dos que consideram que piorou o atendimento na saúde pública. E caiu de 23,2% para 22,7% os que acreditam que melhorou. ■

A sondagem também mediu a opinião sobre temas como pobreza, segurança e saúde. Contudo, a ênfase editorial foi o aborto e a experiência reprodutiva, que revelaram números categóricos contra a interrupção voluntária da gravidez – o texto não explicita ou é mesmo impreciso, mas deduz-se que a rejeição era à legalidade da prática e não ao ato em si. A rejeição à prática e a concordância com a contracepção vão ao encontro da representação do aborto como um mal maior contra a vida, instalada desde a concepção e cuja emergência poderia ser evitada, legitimamente, pelo recurso à contracepção, aceita como uma maneira de

administrar a procriação porque impediria, justamente, que a vida fosse engendrada na fusão dos gametas.

A pesquisa revelava também que o tema era objeto de polarização, na qual as opiniões eram registradas por um antagonismo inflexível, sem espaço para ponderações e matizes. Algo semelhante ao que Corrêa e Pazello (2002) observaram nos anos 1990 como entrenchamento dos debates e das posições.

O repúdio ao procedimento mesmo nos casos de estupro despertaria interesse do jornal, porque um caso vindo do Rio Grande do Sul escancarava as tensões da política do aborto. “Vítima de estupro não consegue fazer aborto no RS” foi matéria do dia 21/04/2005, publicada a página 9 (Figura 135). Nela, o leitor tomava conhecimento do fato de que oito médicos da Santa Casa de Bagé, no Rio Grande do Sul, tinham se recusado a realizar o procedimento em uma adolescente de 14 anos vítima de estupro, contrariando autorização judicial. Os profissionais justificaram a postura por causa de razões de “ordem ética e moral”, ignorando também a Norma Técnica do Ministério da Saúde que, naqueles dias, estava nos holofotes.

Diante da recusa, o “juiz autorizou a família a fazer o aborto em Pelotas ou Porto Alegre. ‘Respeito a ética médica, mas não havia muito tempo e autorizei que o procedimento seja realizado em Pelotas ou Porto Alegre’ – disse o juiz”. O clima de cizânia também era sentido na cidade de origem da jovem. “Bagé, cidade de pouco mais de 120 mil habitantes, a 374 quilômetros de Porto Alegre, está dividida em relação ao aborto da jovem, não só por questões éticas ou religiosas mas também porque existem dúvidas em relação ao alegado estupro”.

Conforme a matéria informa, “o juiz José Antônio Prates Piccoli, depois de falar com a mãe de 30 anos e sua filha, convenceu-se de que houve violência porque a menor, na ocasião em que o fato ocorreu, tinha 13 anos. ‘A mãe da jovem poderia ter realizado o aborto em uma clínica clandestina, mas optou por realizá-lo de forma legal. Ela acreditou no Estado no momento em que o Estado estabeleceu uma previsão legal. Tudo vai ser apurado no processo criminal mas, até lá, a criança já teria nascido. A mãe não quer a criança, a jovem também não quer, e há o temor de que a jovem faça uma loucura. Esses fatores não me davam muito tempo e tomei a decisão com rapidez” (Figura 135, *O Globo*, 21/04/2005, p. 9).

O advogado da família disse também que a violência tinha sido registrada na polícia antes de ajuizar a ação, mas, mesmo assim, não encontrou em Bagé médico que cumprisse a determinação judicial. O litígio não era uma questão simplesmente técnica de operacionalização do direito. Porque fatores sociais e morais afetavam o enredo. Além de o

clima na cidade estar polarizado, também o Ministério Público atuava no sentido de questionar a jovem e o juiz. Em disputa, “a criança por nascer”, conforme matéria secundária, logo abaixo da principal, intitulada “Promotora recorre da decisão do juiz” (Figura 135).

Figura 135 – *O Globo* – 21/04/2005 – O País – p. 9

feira, 21 de abril de 2005

O PAÍS • 9

Vítima de estupro não consegue fazer aborto no RS

Apesar de decisão judicial e de norma do Ministério da Saúde, médicos alegaram razões éticas e morais para a recusa

Chico Oliveira

• PORTO ALEGRE. Oito médicos da Santa Casa de Bagé, no Rio Grande do Sul, negaram-se a fazer um aborto numa adolescente de 14 anos vítima de estupro, embora a cirurgia estivesse autorizada pelo juiz José Antônio Prates Piccoli, da 2ª Vara Civil da cidade. Os mé-

dicos alegaram razões de ordem ética e moral para se recusar a fazer o aborto, autorizado também por norma técnica do Ministério da Saúde. Para tentar resolver o problema, o juiz autorizou a família a fazer o aborto em Pelotas ou Porto Alegre.

— Respeito a ética médica, mas não havia muito tempo e

autorizei que o procedimento seja realizado em Pelotas ou Porto Alegre — disse o juiz.

Bagé, cidade de pouco mais de 120 mil habitantes a 374 quilômetros de Porto Alegre, está dividida em relação ao aborto da jovem, não só por questões éticas ou religiosas mas também porque existem dúvidas em relação ao alegado estupro.

O juiz José Antônio Prates Piccoli, depois de falar com a mãe de 30 anos e sua filha, convenceu-se de que houve violência porque a menor, na ocasião em que o fato ocorreu, tinha 13 anos:

— A mãe da jovem poderia ter realizado o aborto em uma clínica clandestina, mas optou por realizá-lo de forma legal. Ela

acreditou no Estado no momento em que o Estado estabeleceu uma previsão legal. Tudo vai ser apurado no processo criminal mas, até lá, a criança já teria nascido. A mãe não quer a criança, a jovem também não quer, e há o temor de que a jovem faça uma loucura. Esses fatores não me davam muito tempo e tornei a decisão com rapidez.

Apesar de a norma técnica do Ministério da Saúde autorizar o aborto sem a necessidade de boletim de ocorrência policial, o advogado da família disse que foi registrada queixa na polícia antes de se ajuizar a ação mas, apesar disso, a família não conseguiu encontrar em Bagé um médico que cumprisse a decisão judicial. ■

Promotora recorre contra ordem do juiz

• A promotora Maria Cougo Oliveira, de Bagé, também ouviu o depoimento da jovem e diz que não houve estupro e sim relações sexuais consentidas, que só foram levadas ao conhecimento da família no momento em que a jovem teve a confirmação da gravidez. Segundo a promotora, a garota teria tido diversas relações sexuais consentidas com o capataz da fazenda da família, de 35 anos e casado.

— Segundo a jovem, o relacionamento começou em fevereiro e, segundo o capataz, em dezembro. Há até cartas de amor da jovem ao capataz. Como as relações foram consentidas, cai por terra a presunção de violência e, assim, não poderia ser realizado o

aborto. Não se trata aqui de questões morais ou religiosas, mas legais. Cabe ao promotor seguir a lei. E quem é que defende a criança que está por nascer? — disse ontem a promotora, que encaminhou ao juiz um recurso de apelação contra a autorização de aborto.

O advogado da família da jovem contesta essa versão e diz que há um laudo psicológico confirmando o estupro.

— Nunca houve consentimento para as relações, mas intimidação psicológica. O capataz usou de terrorismo psicológico para ter relações com a jovem e para que ela não contasse à família — disse Décio Lathorgue. ■

Após ouvir o depoimento da jovem, a promotora Maria Cougo Oliveira, também de Bagé, disse que “não houve estupro e sim relações sexuais consentidas, que só foram levadas ao conhecimento da família no momento em que a jovem teve a confirmação da gravidez. Segundo a promotora, a garota teria tido diversas relações sexuais consentidas com o capataz da fazenda da família, de 35 anos e casado. ‘Segundo a jovem, o relacionamento começou em fevereiro e, segundo o capataz, em dezembro. Há até cartas de amor da jovem ao capataz. Como as relações foram consentidas, cai por terra a presunção de violência e, assim, não poderia ser realizado o aborto. Não se trata de questões morais ou religiosas, mas legais. Cabe ao promotor seguir a lei. E quem é que defende a criança por nascer?’ — disse ontem a promotora, que encaminhou ao juiz um recurso de apelação contra a realização do aborto”. O advogado da família rebateu a promotora, afirmando que havia laudo psicológico confirmando o estupro e relatando intimidação e terrorismo psicológicos por parte do capataz (Figura 135, *O Globo*, 21/04/2005, p. 9).

O caso era uma espécie de microcosmo da política do aborto que se desenrolava naquele ano. Mas que também refletia antigas tensões referentes ao tema. O clima de desconfiança e suspeição quanto à palavra da mulher, fenômeno que se perpetuava ao longo dos séculos – no XIX, postura idêntica é identificada nesta tese --, o apreço incondicional pelo corpo fetal, a atmosfera social e sentimental inflamada, o aspecto religioso e moral do aborto, médicos e operadores do direito como protagonistas, instituições em desavença e discórdia, tudo isso resumia a densidade do tema, que chegava ao século XXI longe de consenso social e acostumado com tramas dramáticas envolvendo violência e escândalo. A dimensão *fait divers* perdurava.

O desfecho do caso foi favorável à tese da promotora, com atuação enfática por parte de magistrados. Dois dias depois, lia-se que “Justiça suspende autorização par aborto no Sul”, na página 8 da editoria O País (Figura 136). O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul tinha derrubado a autorização dada pelo juiz de Bagé em favor da jovem.

Figura 136 – *O Globo* –
23/04/2005 – O País – p. 8



Dizia a matéria que “o desembargador Stangler Pereira concedeu um habeas-corpus contra o aborto e, com isso, cassou a decisão do juiz de Bagé. Antes da nova decisão, a

adolescente percorrer hospitais de Bagé, Pelotas e Porto Alegre mas os médicos se recusaram a fazer o aborto alegando razões éticas”. A matéria retoma a argumentação da promotora e informa que “o desembargador chegou a telefonar para hospitais onde seria possível fazer o aborto informando que havia suspenso a decisão do juiz de primeira instância. Ainda ontem o desembargador Alfredo Guilherme Englert apreciou um agravo em favor da jovem, mas decidiu manter a proibição do aborto”.

Paralelamente aos dissensos e resistências ao direito ao aborto nas esferas inferiores de justiça, o Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizava para um entendimento não punitivo da prática. A política do aborto era protagonizada e decidida por autoridades. No caso do STF, por 11 indivíduos que produziam, com indisfarçável erudição, reflexões e arguições conceituais e teóricas sobre a relação entre vida e morte e os limites entre ambas. “Maioria do STF apoia aborto de anencéfalos” (Figura 137) informava que seis dos 11 ministros da Corte se declararam favoráveis à interrupção de gestação nesses casos.

Deliberando sobre a questão preliminar, que havia sido discutida no final do ano anterior, sobre a legitimidade de o Tribunal constituir fórum legítimo para decidir sobre o tema, “os ministros derrubaram a hipótese levantada pelo procurador-geral da República, Claudio Fontelles, de que a competência para discutir o assunto seria do Congresso, já que a interrupção de gestação de anencéfalos não está prevista em lei” (Figura 137, *O Globo*, 28/04/2005, p. 08).

Na sessão, além do ministro e relator da ação Marco Aurélio Mello, que tinha anteriormente se manifestado favorável, declararam-se da mesma forma Carlos Ayres Brito, Joaquim Barbosa, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Gilmar Mendes. “O grupo acredita que, como em todos os casos de anencefalia o bebê morre ao nascer, não existe expectativa de vida. Portanto, não há que se falar em aborto”.

O ministro Ayres Brito, por exemplo, argumentou que “a saudade é o revés de um parto, a saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu. O feto anencefálico não tem quarto, berço, nem brinquedo. Ele não vai viver – disse, citando trecho da canção ‘Pedaço de mim’, de Chico Buarque”.

Assim, o plenário da Corte derrubou o argumento de que o Código Penal só prevê aborto nos casos de estupro e gestação com risco de vida à grávida. Pronunciaram-se contra a atuação do Judiciário no caso os ministros Eros Grau, César Peluso, Ellen Gracie e Carlos Veloso. “Parece-me profundamente antidemocrático. Não há o tribunal de servir de atalho fácil (para legislar) – disse Ellen Gracie”.

A votação era apenas uma etapa de um longo caminho – a descriminalização do aborto em casos de anencefalia só seria reconhecida, apesar de prognósticos mais curtos, em 2012 pelo STF. Conforme a matéria expõe, até que o julgamento do mérito da ação ocorresse, seriam organizadas “audiências públicas com todas as partes interessadas em opinar sobre o assunto: cientistas, acadêmicos, entidades de defesa dos direitos das mulheres e a Igreja Católica. As audiências deverão ser realizadas no tribunal ainda neste semestre. Segundo Marco Aurélio, o julgamento da ação ocorrerá este ano” (Figura 137, *O Globo*, 28/04/2005, p. 08).

Figura 137 – *O Globo* – 28/04/2005 – O País – p.8

O GLOBO • Quinta-feira, 28 de abril de 2005 O PAÍS • 9

stos

vidadas

ação

ara setor

ducação. Del-
o do Planalto
nessas,
ntinuar pres-
e não tivemos
— afirmou a
Confederação
rabalhadore
Jucara Dutra
a qual cerca
as participa-
» em Brasília.
disseram que
alha para en-
do Fundeb ao
empo de ser
ano.

le outra rubrica,
quando não en-
pírito da Consti-
nar realidade se-
mobilização dos
ência dos gover-
as eleições para
não é capaz de
reivindicações.
ão vai dizer que
preleito incapaz
mento à primeira
te dará o direito
m reivindicar o

nélio Weber

Maioria do STF apóia aborto de anencéfalos

Seis dos 11 ministros do Supremo declaram ser favoráveis à legalização da interrupção da gravidez de fetos sem cérebro

Liminar polêmica

• A anencefalia é uma doença que provoca o nascimento de crianças sem cérebro e que vão morrer minutos após o parto. A polêmica em torno do assunto ganhou combustível no fim do ano passado, com uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello. A liminar concedida por ele permitia o aborto nos casos de anencefalia. A decisão foi revogada pelo próprio STF, mas o tema continuou em debate, principalmente depois que o governo anunciou a intenção de reverter a lei do aborto para garantir assistência médica adequada às mulheres que abortam.

Em março deste ano, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou uma resolução reconhecendo o direito de interrupção da gravidez de feto anencefálico. A resolução não tem força de lei, mas foi usada para tentar convencer os ministros do STF. Pela lei, o aborto só é possível em caso de risco para a vida da mãe ou de gravidez decorrente de estupro.

Carolina Brigido

• BRASÍLIA. O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu ontem caminho para permitir a interrupção de gravidez em caso de feto sem cérebro (anencéfalos). Ao julgar ontem uma questão preliminar sobre o assunto, a maioria dos ministros — seis, de um total de 11 — deixou claro que é favorável ao aborto em caso de anencefalia.

Ontem o STF decidiu que é o foro adequado para julgar a ação que reivindica o direito de grávidas de fetos sem cérebro abortarem. Por sete votos a quatro, os ministros derrubaram a hipótese levantada pelo procurador-geral da República, Claudio Fontelles, de que a competência para discutir o assunto seria do Congresso. Já que a interrupção de gestações de anencéfalos não está prevista em lei.

Relator já havia votado a favor

Durante a sessão, os ministros deram a entender que, quando a questão for julgada, esse tipo de aborto será permitido. O relator da ação, ministro Marco Aurélio de Mello, já havia votado a favor da possibilidade do assunto ser examinado pelo tribunal. Ontem, se manifestaram da mesma forma Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Gilmar Mendes. O grupo

acredita que, como em todos os casos de anencefalia, o bebê morre ao nascer, não existe expectativa de vida. Portanto, não há que se falar em aborto.

— A saudade é o revés de um parto, a saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu. O feto anencefálico não tem quarto, berço, nem brinquedo. Ele não vai viver — disse Ayres Britto, citando trecho da canção “Pedaço de mim”, de Chico Buarque.

Dessa forma, os ministros derrubaram o argumento de que o Código Penal só prevê

JOAQUIM BARBOSA: a favor do aborto de anencéfalos



CÉZAR PELUSO é contra a interrupção da gravidez



aborte em duas situações: quando a gravidez é resultado de estupro e quando há risco de vida para a mãe. Os ministros Eros Grau, Cezar Peluso, Ellen Gracie Northfleet e Carlos Velloso propõem que, para o Judiciário analisar a hipótese de aborto de fetos anencéfalos, o caso deveria antes estar previsto em lei.

— Parece-me profundamente antidemocrático. Não há o tribunal de servir de atalho fácil (para legislar) — disse Ellen Gracie.

Na sessão de ontem, cinco dos sete ministros que votaram

a favor de o STF julgar o caso adiantaram-se à discussão e opinaram sobre o direito de as grávidas nessa situação interromperem a gestação. O sexto voto que liberaria a prática seria do presidente do Supremo, Nelson Jobim, que já disse ser defensor de todo tipo de aborto.

Dos quatro ministros que votaram contra a possibilidade do julgamento da ação, três também adiantaram posição contrária a esse tipo de aborto: Carlos Velloso, Eros Grau e Cezar Peluso. Ellen Gracie e Gilmar Mendes foram os que se limitaram a

examinar apenas a questão de ordem. Se essas opiniões ficarem mantidas até o julgamento do mérito da ação, o STF deve autorizar a interrupção de gestações de anencéfalos.

Supremo vai realizar audiências públicas

Antes disso, porém, serão realizadas audiências públicas com todas as partes interessadas em opinar sobre o assunto: cientistas, acadêmicos, entidades de defesa dos direitos das mulheres e a Igreja Católica. As audiências deverão ser realizadas no tribunal ainda neste semestre. Segundo Marco Aurélio, o julgamento da ação ocorrerá este ano.

— Vamos fazer audiências públicas neste semestre e abrir ao máximo o debate.

O tema começou a ter destaque nacional em julho de 2004, quando Marco Aurélio concedeu uma liminar autorizando a interrupção da gestação de fetos anencéfalos. Em outubro, os demais ministros do tribunal cassaram a liminar por considerarem o assunto muito polêmico para ser decidido apenas por um magistrado. Desde então, os ministros recebem cartas e mensagens eletrônicas de diversas entidades e pessoas interessadas no debate. ■

NO GLOBO ONLINE:
O aborto de feto sem cérebro deve ser legalizado? Opine www.oglobo.com.br/pais

Elencados os personagens do debate, não havia ruptura com os históricos empreendedores do tema. O que chamava atenção era a possibilidade de mudança no marco legal, no contexto de um país que se apresentava amplamente desfavorável à descriminalização da prática. Ainda que o debate fosse por um caso específico, o da anencefalia, a divisão entre os magistrados espelhava os predicados “polêmicos” que a prática reunia.

O papel desempenhado por uma Corte Constitucional na política do aborto era motivo de debates também nos Estados Unidos, conforme reportagem de 21/07/2005, cujo título era

“Bush tenta guinada à direita na Suprema Corte” (Figura 138). Os personagens, as tramas e negociações do poder central dos EUA gastavam energia para tentar influenciar a escolha dos ministros, um esforço estratégico para controlar o estatuto legal da prática.

No subtítulo, lia-se que “opositores criticam visão sobre aborto, política ambiental e direitos civis de juiz indicado para o mais alto tribunal americano”. O juiz era John Roberts Jr, cuja indicação para a Corte, que precisaria ser deliberada pelo Senado, tinha sido calculadamente pensada.

“Por trás das credenciais brilhantes e da aparente aversão a polêmicas do juiz, a indicação feita anteontem pelo presidente dos EUA, George W. Bush, para a cadeira vaga na Suprema Corte do país visa a amenizar uma tentativa de dar uma guinada à direita no mais alto tribunal americano. Analistas políticos dizem que a escolha foi feita pensando na aprovação de seu nome pelo Senado, já que, segundo a estratégia do governo, ele seria recebido com entusiasmo pelos republicanos e pelos democratas. No entanto, posições antigas sobre aborto, política ambiental e liberdade civil o tornaram alvo de severas críticas”, informava o texto em sua abertura (Figura 138, *O Globo*, 21/07/2005, p. 34).

Figura 138 – *O Globo* – 21/07/2005 – O Mundo – p. 34

34 • O MUNDO O GLOBO • Quinta-feira, 21 de julho de 2005

Bush tenta guinada à direita na Suprema Corte EUA

Opositores criticam visão sobre aborto, política ambiental e direitos civis de juiz indicado para o mais alto tribunal americano Congress

• WASHINGTON. Por trás das credenciais brilhantes e da aparente aversão a polêmicas do juiz John Roberts Jr, a indicação feita anteontem pelo presidente dos EUA, George W. Bush, para a cadeira vaga na Suprema Corte do país visa a amenizar uma tentativa de dar uma guinada à direita no mais alto tribunal americano. Analistas políticos dizem que a escolha foi feita pensando na aprovação de seu nome pelo Senado, já que, segundo a estratégia do governo, ele seria recebido com entusiasmo pelos republicanos e aceito pelos democratas. No entanto, posições antigas sobre aborto, política ambiental e liberdade civil o tornaram alvo de severas críticas.

Roberts, de 50 anos, tem dois trunfos. O primeiro é sua qualificação profissional. Formou-se em direito pela Universidade de Harvard, onde teve brilhante carreira acadêmica. Trabalhou numa das principais firmas de advocacia de Washington, a Hogan & Hartson, e nos governos Ronald Reagan e George Bush, pai do atual presidente. Como advogado, esteve 39 vezes na Suprema Corte.

O segundo trunfo é seu breve histórico como juiz, pois somente nos últimos dois anos, como integrante da Corte de Apela-

ções de Washington, esteve “do outro lado da mesa”. Semana passada Roberts tomou uma de suas poucas decisões polêmicas, ao revogar, juntamente com dois juizes, a proibição das comissões militares, que impedem que réus acusados de terrorismo tenham pleno direito de defesa.

Como advogado, ele teve algumas atitudes controversas, mas alguns especialistas afirmam que não se pode criticar um advogado pelos argumentos usados na defesa de um cliente. Mas, com certeza, seus opositores usarão estes momentos.

O mais polêmico foi em 1991, durante o governo Bush pai, quando, ao lado de outros advogados, escreveu que a histórica decisão de 1973 da Suprema Corte que apolou o direito das mulheres de abortar tinha sido “uma decisão errada que deve ser revogada”. Ele também irritou ambientalistas ao defender que animais em risco (o caso em questão era o de um sapo da Califórnia) possam ser protegidos por leis federais.

Alguns críticos lembram que ele é membro da associação conservadora Sociedade Federalista. Além disso, ele é um republicano histórico, ao contrário da ex-juíza Sandra Day O'Connor, que é apertidária. ■



AP

BUSH CAMINHA ao lado do juiz Roberts, indicado para a Suprema Corte

• WASHINGTON. Os americanos têm um projeto de proteção ambiental de jornalistas. Ela é o dia 6 por se na identidade de um caso em que o governo não se zara para a imprensa de uma agente crime nos EUA. Há um repensar manifesto projeto de lei, do iluente senador

Condoleezza, Laura e Barbara apóiam direito de aborto

Mulheres da vida do presidente dos EUA são favoráveis à lei atual

Ann Gehart

Do Washington Post

• WASHINGTON. Durante a campanha presidencial de 2000, Barbara Bush disse que o Partido Republicano deveria retirar uma proposta anti-aborto de sua plataforma política. “Ouça sua mãe”, dizia na época um anúncio de um grupo pelo direito de



Em seguida, procedia ao perfil do jurista, que tinha 50 anos e “dois trunfos. O primeiro é sua qualificação profissional. Formou-se em direito pela Universidade de Harvard, onde

teve brilhante carreira acadêmica. Trabalhou numa das principais firmas de advocacia de Washington, a Hogan & Harston, e nos governos Ronald Reagan e George Bush, pai do atual presidente. Como advogado, esteve 39 vezes na Suprema Corte. O segundo trunfo é seu breve histórico como juiz, pois somente nos últimos dois anos, como integrante da Corte de Apelações de Washington, esteve ‘do outro lado da mesa’”. Assim, a figura de John Roberts Jr era apresentada como a de um empreendedor moral (BECKER, 2008), cujos predicados profissionais e intelectuais eram o que importavam. A questão do aborto continuava atrelada a figuras de prestígio e poder social.

Uma deliberação recente era ressaltada pelo texto. “Semana passada Roberts tomou uma de suas poucas decisões polêmicas, ao revogar, juntamente com dois juízes, a proibição das comissões militares, que impedem que réus acusados de terrorismo tenham plenos direitos de defesa” (Figura 138, *O Globo*, 21/07/2005, p. 34).

A questão do aborto era motivo de debates nos EUA por causa da atuação de John Roberts quando ainda advogado, o que provavelmente, conforme a matéria relata, seria explorado por opositores de sua nomeação. Em 1991, quando integrava o governo de Bush pai, Roberts escrevera ao lado de outros advogados que a “histórica decisão de 1973 da Suprema Corte que apoiou o direito das mulheres de abortar tinha sido uma ‘decisão errada que deve ser revogada’”. Da mesma forma, ele tinha contrariado setores ambientalistas por causa de uma decisão específica acerca da preservação de espécies em risco no estado da Califórnia.

Nesse cenário, o tema espelhava não só o conhecido conflito pelo controle da reprodução, em que estavam em jogo, de um lado, o corpo da mulher e, do outro, o corpo fetal. Ficava evidente que os personalismos, seja de gestores, seja operadores de direito, seja ainda de lideranças religiosas, era um aspecto notável da política de aborto. Isto é, a cada notícia era possível pinçar um protagonista social cuja visibilidade era, em alguma medida, tributária do tema. O aborto era um assunto definidor de personalidades, envoltas num prestígio que envolvia, além da posição ocupada ou a ocupar, domínio de saber e competência profissional. Quando não de um conhecimento digno de catedráticos. Um assunto de valor para currículos e carreiras.

A possibilidade de revogação do direito consagrado em 1973 pela Suprema Corte tinha repercutido na sociedade, gerando reações de preocupação e contrariedade. Conforme *O Globo* relata, na mesma página (Figura 139), “Condoleezza, Laura e Barbara apoiam direito de aborto”. Em seu gabinete e em casa, deixava claro a matéria, o presidente George W. Bush tinha mulheres muito próximas que eram favoráveis à legalidade da prática.

“Laura é concisa e Barbara, a menos comedida”, expunha o texto em um entretítulo, para em seguida especular sobre as razões e aspectos que determinavam as decisões presidenciais, especialmente no âmbito de temáticas polêmicas. “Enquanto Bush considerava os candidatos, a competição por sua atenção se tornara uma batalha entre grupos de interesse. Especulava-se sobre a possibilidade de ele viver conflitos internos”. A esposa, Laura Bush, raramente se manifestava sobre o tema. “Na véspera da primeira posse do marido, quando lhe perguntaram se a lei do aborto deveria ser derrubada, ela respondeu: ‘Não’. Durante a disputa pela reeleição, quando lhe perguntaram se a posição era a mesma, respondeu: ‘Sim’. Apesar da concisão, ela preserva uma tradição de primeiras-damas republicanas de apoiar o direito da mulher de decidir” (Figura 139, *O Globo*, 21/07/2005, p. 34).

Figura 139 - *O Globo* – 21/07/2005 – O Mundo – p. 34

servador John Roberts Jr. para a Suprema Corte, aquele anúncio permanece sendo uma das poucas referências diretas a um fato raramente mencionado: as mulheres mais próximas do presidente aprovam o direito de aborto. Sua mãe, sua mulher, e a secretária de Estado, Condoleezza Rice — um de seus assessores de maior confiança — têm dito que a lei do direito de aborto não deve ser derrubada.

Bush ouvia diariamente conservadores que exigiam dele a indicação de um juiz que se oponha firmemente ao aborto. Se as mulheres de seu círculo mais íntimo se abrem com ele na vida privada, podia estar ouvindo algo diferente.

Laura é concisa e Barbara, a menos comedida

Como um presidente toma decisões e quem ele consulta é difícil saber, talvez mais ainda neste governo e em se tratando de uma questão polêmica. Enquanto Bush considerava os candidatos, a competição por sua atenção se tornara uma batalha entre grupos de interesse. Especulava-se sobre a possibilidade de ele viver conflitos internos.

Laura Bush raramente se estende na questão do aborto. Na véspera da primeira posse do marido, quando lhe perguntaram se a lei de aborto deveria ser derrubada, ela respondeu: “Não.” Durante a disputa pela reeleição, quando lhe perguntaram se a posição era a mesma, respondeu: “Sim.” Apesar da concisão, ela preserva uma tradição das primeiras-damas republicanas de apoiar o direito da mulher de escolher. Condoleezza, que é próxima dos Bush, disse este ano que é “ligeiramente pró-escolha”. Mais tarde, explicou que é a favor de algumas restrições, mas manteria o aborto legal. Já Barbara Bush

Condoleezza Rice – secretária de Estado, “uma das assessoras de maior confiança do presidente”, manifestara-se ainda naquele como sendo “ligeiramente pró-escolha. Mais tarde,

explicou que é a favor de algumas restrições, mas manteria o aborto legal”. A mãe e ex-primeira-dama Barbara Bush, por seu turno, era a mais expansiva. “Certa vez, disse: -- ‘Odeio abortos, mas não poderia fazer essas escolhas por alguém’”, finalizava a matéria.

O que, em geral, tendia a ser uma pauta amena – a vida familiar de um presidente – orbitando em torno de variedades e muitas vezes banalidades e curiosidades da vida privada, tornava-se uma questão nacional, transbordando do círculo íntimo para o âmbito da política institucional e formal, sendo capaz, nesse movimento, de influenciar leis. A relevância do tema do aborto chama ainda mais atenção porque, pelo menos nos EUA, as matérias e relatos mostravam um imaginário político em que o direito ao aborto não era apresentado como um problema, ou como um mal abominável a ser impedido e combatido implacavelmente; pelo contrário, estava firmado como uma prerrogativa individual, contra a qual grupos conservadores tinham que correr atrás para enfraquecê-la ou mesmo anulá-la. O problema, por assim dizer, era a mulher não ter a primazia sobre seu corpo, o que fica nítido quando até mesmo figuras vinculadas ao Partido Republicano, identificado com a pauta conservadora nos costumes, mostravam-se partidárias do direito, independente de se revelarem, ao mesmo tempo, incomodadas com o procedimento.

Esse registro da política do aborto nos EUA reforça as instituições do Estado como *locus* privilegiado de enquadramento do assunto, ainda que outros espaços, esferas sociais e círculos políticos entrassem em cena. Esse padrão narrativo seria rompido, ainda que pontualmente, por uma tese que articulava a legalidade do aborto com segurança pública.

No dia 31/07/2005, na página 36 da editoria de Economia (Figura 140), era veiculada entrevista com Steven Levitt, professor da Universidade de Chicago, em que o economista discutia diversas questões a partir de seu livro *Freakonomics*. O título, contudo, salientava: “Aborto legalizado reduziria crimes no Brasil”, completado pelo subtítulo: “Autor do livro *Freakonomics* e de teses polêmicas acredita que crescimento não garante fim da violência”.

A introdução da entrevista enfatiza que Levitt é um “economista pouco ortodoxo, apesar de professor da Universidade de Chicago, principal núcleo acadêmico do liberalismo econômico. (...) Levitt tem teses que desafiam o senso comum, como: campanhas eleitorais milionárias fazem pouquíssima diferença na votação de um candidato e piscinas são mais perigosas do que armas para crianças de menos de três anos. Tudo provado por montes de dados. A mais polêmica de suas teses é a de que a legalização do aborto foi a responsável pela brutal queda da criminalidade em Nova Iorque. ‘Se o aborto for legal, barato e ao alcance de todos, eu acho que os crimes diminuiriam sensivelmente no Brasil’”.

Na entrevista, ele afirma que “a ligação entre crime e aborto também é verdadeira em outros lugares pesquisados, como o Canadá e Austrália”. Embora ele não esclareça os números nos quais se baseia – e a reportagem também não interroga por mais detalhes –, nem esmiúce e detalhe os aspectos que explicam a correlação, ele deixa claro que a assimetria de renda é uma importante determinante no quadro de criminalidade. “As evidências em um grande número de países mostram que o crescimento econômico não tem relação com a violência e só é vagamente ligado a crimes contra a propriedade. Crescimento não leva o país a se livrar da criminalidade. Relevante para o Brasil é o fato de que a desigualdade econômica tem uma relação estreita com estatísticas de criminalidade e o Brasil tem uma das distribuições de renda mais injustas do mundo”.

Figura 140 – *O Globo* – 31/07/2005 – Economia – p. 36

36 • ECONOMIA O GLOBO Domingo, 31 de julho de 2005

Aborto legalizado reduziria crimes no Brasil

Autor do livro 'Freakonomics' e de teses polêmicas acredita que crescimento não garante fim da violência

ENTREVISTA
Steven Levitt

NOVA YORK. Steven Levitt é um economista bem pouco ortodoxo, apesar de professor da Universidade de Chicago, principal núcleo acadêmico do liberalismo econômico. Autor de "Freakonomics", um *bestseller* publicado no Brasil pela editora Campus/Elsevier e um dos livros mais vendidos nos EUA, Levitt tem teses que desafiam o senso

comum, como: campanhas eleitorais milionárias fazem pouquíssima diferença na votação de um candidato e piscinas são mais perigosas do que armas para crianças de menos de três anos. Tudo provado por montes de dados. A mais polêmica de suas teses é a de que a legalização do aborto foi a responsável pela brutal queda da criminalidade em Nova York: "Se o aborto for legal, barato e ao alcance de todos, eu acho que os crimes diminuiriam sensivelmente no Brasil", diz. Ele pediu para a entrevista ser feita por e-mail porque está de férias e seria mais fácil driblar a vigilância da mulher para não deixá-lo trabalhar. Levitt, 37 anos, que recebeu o prêmio de melhor economista com menos de 40 anos dado pela Universidade de Chicago a cada dois anos, recusa-se a analisar fatos como o efeito da queda do dólar: "Estaria só inventando".

Helena Celestino
Correspondente

O GLOBO: Uma de suas teses é de que o crime em Nova York diminuiu por causa da legalização do aborto. Essa constatação tem valor universal? Se o aborto fosse legal no Brasil, a violência seria muito menor?

STEVEN LEVITT: Se o aborto for legal, barato e ao alcance de todos, eu acho que os crimes iriam diminuir sensivelmente no Brasil. A ligação entre crime e aborto também é verdadeira em outros lugares que pesquisamos, como o Canadá e a Austrália.

• O senhor indica que crescimento econômico não reduz estatísticas dos crimes. Acha que a recuperação da economia no Brasil não teria nenhum efeito sobre a violência?

LEVITT: As evidências em um grande número de países mos-



Desafio ao senso comum

Autor foi atacado por liberais e conservadores

• Steven Levitt tornou-se um fenômeno de vendas com "Freakonomics", há 15 semanas na lista dos cinco mais vendidos do jornal "The New York Times". A principal razão foi a polémica sobre o papel da legalização do aborto na queda da criminalidade nos EUA na década de 1990. Levitt foi atacado tanto por liberais como por conservadores, que classificaram sua posição de "moralmente repugnante". Mas seu objetivo é desafiar o senso comum. Ele mostra, por exemplo, que o que atrai os jovens no tráfico não é o lucro, mas o sonho da ascensão rápida, semelhante a Hollywood. Ou seja, só a abordagem econômica não resolve o problema. Levitt e seu co-autor, o jornalista Stephen Dubner, têm um blog, no site www.freakonomics.com. Um internauta afirmou que o livro era ótimo para puxar conversa com garotas em cafés. (Claudia dos Santos)

sa para as cidades com o objetivo de conseguir exatamente esses trabalhos considera- vros, porque percebem que ele pode levar mais estudantes a estudarem Economia, o que

A partir daí, o autor envereda por temas díspares como internet e barateamento de serviços, George W. Bush, eleições e campanhas milionárias, além de explicar o que é a teoria dos *Freakonomics*, apresentada como nada mais do que “um nome que mostra para as pessoas nas livrarias que não se trata de um livro parecido com a maioria dos livros de economia. Não estamos criando uma nova teoria econômica”.

Num *box* ao lado da entrevista, lê-se que o autor fora atacado por liberais e conservadores. “Em desafio ao senso comum” (Figura 140), o leitor é informado de que a obra está há “15 semanas na lista dos cinco mais vendidos do jornal *The New York Times*. A principal razão foi a polêmica sobre o papel da legalização do aborto na queda da criminalidade nos EUA na década de 1990”. A proposição lhe rendera críticas de liberais e conservadores, que “classificaram sua posição de ‘moralmente repugnante’”, ainda que o objetivo do autor fosse apenas “desafiar o senso comum” e não ficar preso a abordagem econômica para compreender os fatos.

A narrativa catedrática repete-se, com um especialista, oriundo do mundo acadêmico, pontificando e teorizando sobre a prática do aborto. Não era exatamente uma apologia à descriminalização, escapando das discussões clássicas que passam pela saúde pública e pela demanda por autonomia/liberdade sobre o corpo. E estabelecia, vale ressaltar, um olhar até então novo, que situa o fenômeno no contexto de reflexões distintas ao senso comum. Todavia, os invariáveis clamores conservadores e anti-aborcionistas manifestavam-se de pronto, sendo uma das causas do sucesso e da visibilidade da obra, cuja apreciação da interrupção da gravidez era avaliada em termos morais e de asco. Os afetos suscitados, portanto, não eram desconhecidos. Eram, isso sim, manifestações roteirizadas e consagradas no imaginário sentimental que a prática cultivava historicamente, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, mesmo quando apresentada por pontos de vista inéditos.

Naquele meado de 2005, uma grave crise política sacudiu o Brasil. O escândalo do mensalão deixou o governo do presidente Lula em situação de fragilidade, perdendo prestígio e confiança ante a opinião pública. A suspeita de que a ampla coalizão do governo no Congresso era mantida à base de propinas desencadeou forte pressão social e política. O impeachment do presidente foi largamente especulado, embora ele tenha se mantido no cargo. Mas, caíram figuras importantes: ministros e parlamentares perderam cargos e mandatos.

Nesse processo que durou praticamente todo o ano, com midiáticas comissões de parlamentares de inquérito no Congresso, o debate sobre a Comissão Tripartite perdeu fôlego. E não só isso: perdeu também condições de ser tramitado, à medida que o caráter sensível do tema não encontrava no governo e no Parlamento acolhimento sustentável para a defesa, em tempos de crise, de pauta tão abrasiva.

Conforme o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) aponta, os trabalhos da Comissão, que durante sua vigência foi alvo de pressão de setores anti-

aborcionistas, foram encerrados em agosto de 2005⁵⁹. O projeto de lei elaborado, propondo a despenalização da prática, foi entregue ao Congresso, mais especificamente à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, no dia 27 de setembro. A movimentação despertou reação de setores contrários à legalização. Uma audiência pública foi realizada no dia 22 de novembro e, conforme o CFEMEA destaca, o ambiente foi tenso, com bate-boca e insultos⁶⁰. No dia 29, foi realizada sessão com o intuito de votar o texto. Infrutífera, diante das hostilidades. Mais duas tentativas de votação, nos dias 6 e 7 de dezembro, igualmente encerradas sem apreciação pelos deputados integrantes. Houve ainda tentativas de retomada da tramitação, que não foram à frente. Em 2008, o projeto foi arquivado. As agitações da fase terminal da iniciativa não foram registradas com assiduidade pelo *Globo*. A bem da verdade, a repercussão foi mínima, tendo em vista apenas um registro jornalístico desse processo encontrado no segundo semestre.

Um registro que trazia a marca do escândalo a que o fenômeno está costumeiramente associado e que, naquelas circunstâncias, com a plausível chance de descriminalização, encontrava-se ainda mais atizado e buliçoso. “Aborto: deputado ameaça expor quem for a favor” intitulou pequena matéria no dia 01/12/2005, na página 16 da editoria O País (Figura 141), na qual se lia no subtítulo que “petista diz que fixará nomes dos colegas em instituições religiosas”.

A matéria informava que “na tentativa de evitar a aprovação da legalização do aborto, o deputado Luiz Bassuma (PT-BA) decidiu pressionar os parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família. (...) Ele ameaça expor em igrejas e entidades religiosas a relação dos que se declararem a favor da proposta. Bassuma enviou carta aos 31 titulares da Comissão, ameaçando divulgar, em cartazes espalhados em igrejas, paróquias e centros espíritas, os nomes dos que votarem ‘sim’”.

A postura do parlamentar provocou reação, pois parlamentares “indignados decidiram processá-lo no Conselho de Ética. ‘Constitui uma intromissão indevida na liberdade política do parlamentar de externar seu voto, no momento próprio, de acordo com sua formação e consciência’, diz um documento dos deputados, enviado ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

⁵⁹ Comissão Tripartite elabora proposta de lei descriminalizando o aborto. Artigo disponível em: <http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/2005.php?iframe=comissao_tripartite_2005> Consultado em 20 nov. 2018.

⁶⁰ Aborto em pauta. Artigo disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1171:aborto-em-pauta&catid=132:numero-148-outubronovembrodezembro-de-2005&Itemid=129> Consultado em 20 nov. 2018.

Figura 141 – *O Globo* –
01/12/2005 – O País – p. 16

Aborto: deputado ameaça expor quem for a favor

Petista diz que fixará
nomes dos colegas em
instituições religiosas

• BRASÍLIA. Na tentativa de evitar a aprovação da legalização do aborto, o deputado Luiz Bassuma (PT-BA) decidiu pressionar os parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família, onde o projeto tramita. Ele ameaçou expor em igrejas e entidades religiosas a relação dos que se declararem a favor da proposta.

Bassuma enviou uma carta aos 31 titulares da comissão, ameaçando divulgar, em cartazes espalhados em igrejas, paróquias e centros espíritas, os nomes dos que votarem "Sim".

Indignados com a ameaça, deputados decidiram processá-lo no Conselho de Ética. "Constitui uma intromissão indevida na liberdade política do parlamentar de externar o seu voto, no momento próprio, de acordo com a sua formação e consciência", diz um documento dos deputados, enviado ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). ■

• Sã
juiz
da 2
info
pad
inve
ped
pad
pres
flagi
rap
de u
vadi
X., c
Pan
N
que
Féli
do
mei
uma
tel
Dia
trou
igre
gun
que
A
cia
dois
tam
sexu

A oposição hostil e incendiária vinda de um integrante do partido da situação mostrava as divisões e dissensos que o tema causava mesmo dentro de grupos políticos e ideológicos identificados com a descriminalização. Isso acontecia valendo-se da influência do imaginário religioso, agora acrescido do empreendedorismo espírita, o que indicava ampliação de correntes religiosas empenhadas no assunto no início do século XXI. Uma política do aborto ecumênica, amalgamada pela compreensão zigótica da vida, que destemperava os ânimos e provocava, nos espaços institucionais e da política formal, atos destinados a ameaçar, chantagear e escandalizar. Uma política que é sintetizada pela reação dos parlamentares pressionados, que reagiam com indignação, esse afeto cíclico que caracteriza as narrativas,

mediações e personagens ao longo do tempo, não importa a posição exposta em relação à pauta do aborto. Basta estar na interação com o tema.

5.2 Considerações finais

O início do século XXI aponta semelhanças e rupturas com os cenários narrativos que vigoraram em outras épocas analisadas neste trabalho. Nota-se, de saída, e isso talvez seja o aspecto novo mais relevante, que o debate passa a estar consideravelmente circunscrito nas esferas e fóruns da política institucional e formal, sobretudo a brasileira. Este é outro dado importante, visto que as discussões nacionais passam a preponderar no cardápio noticioso em relação a demais países.

As editorias de cultura e internacional sofrem um recuo significativo, ainda que a tematização vinda do exterior, com particular ênfase nos Estados Unidos, continuasse. Outro ponto em comum evidente é o papel do empreendedorismo cristão – católico e protestante – em relação ao fenômeno do aborto. Nos EUA, a movimentação de grupos protestantes capturava as atenções do mundo ao mirar justamente a pauta da vida sexual e reprodutiva. Tamanho interesse repercutia na própria estrutura do Estado, isto é, também na dimensão institucional do país, interferindo na dinâmica da Suprema Corte, além de agitar a vida social em distintas esferas, por meio de uma guerra cultural persistente.

Em jogo, a disputa interminável entre a primazia da vida fetal e a autonomia das mulheres de autodeterminar a experiência reprodutiva. Nesse conflito esquemático que se estendia desde os anos 1960/1970, a atuação da Igreja Católica acumulava protagonismo. Isso fica nítido quando o Papa João Paulo II, que no início de seu Pontificado elegera o aborto como uma prática a ser implacavelmente combatida, prosseguia em sua investida até seus últimos momentos em vida. Recorrendo, por exemplo, a meditações e reflexões sofisticadas para situar a interrupção da gravidez como um problema da democracia liberal ocidental.

Aliás, o tema mantinha sua identidade geográfica, ficando restrito ao mundo Ocidental. Desta vez, com foco no Brasil, EUA e no Vaticano. Falava-se pouco ou quase nada sobre outras partes do mundo, diferente do panorama jornalístico dos anos 1970. Brasil e EUA eram destaques porque as perspectivas de alteração da legislação de aborto jamais cessavam, constituindo uma batalha sem fim.

O tema ganhara vasta visibilidade editorial, quando se leva em conta manchetes, títulos e tamanho das matérias. Aparecem novos personagens e fontes, como psicólogos e economistas, e se consolidam antigos atores sociais, tais como religiosos, médicos e

autoridades. Estes últimos, vale ressaltar, desdobram-se em diversos papéis e funções, tais como ministros de Estado e de Tribunal, parlamentares, promotores, juízes/desembargadores.

Isso ajuda a compreender por que é notável que uma linguagem técnica e formal, que privilegia conceitos e abordagem protocolar ao invés de retórica barulhenta e inflamada, ganha espaço. Não que os afetos destemperados tivessem desaparecido, e prova disso são as alterações no Congresso e no Supremo Tribunal Federal. Mas, no contexto de um debate cada vez mais institucional e sediado nos espaços cerimoniosos – e, em tese, decorosos – da vida pública, os ânimos pareciam, por vezes, filtrados pela retórica ensaiada e calculada das autoridades.

A construção de lideranças em torno da questão também é um dado a ser levado em conta. Especialmente, lideranças contrárias à descriminalização da prática. No Brasil, no momento em que se tratava abertamente de alterar a legislação, figuras de proa da vida política lançavam-se na missão de barrar a iniciativa. Uma guerra pela lei se instaura, aprofundando o debate, que passa a ser mensurado por pesquisas de opinião, e reinscrevendo o tema do aborto no imaginário de desgraças que, desde sempre, acompanhava a prática. Homossexualidade e pesquisas com células-tronco de embriões perfilavam-se no rol de práticas perturbadoras.

Justamente nesse momento em que a tentativa de flexibilização da legislação punitiva converte-se em real possibilidade, os afetos inflamados explodem no noticiário, num registro jornalístico familiar: tanto Pedro (2003) quanto esta tese evidenciam que o escândalo é um fato social associado, nos séculos XIX e XX, ao tema do aborto em jornais. Nesse contexto, a interrupção da gravidez como uma espécie de símbolo e síntese moral do mal é bradada por autoridades, motivadas pela valorização do corpo embrionário e fetal no imaginário. A partir de então, tribunais inferiores e até mesmo o Conselho Federal de Medicina tomam, movidos por indignação e receio, medidas contrárias ao aborto como direito. O protagonismo do feto essencialista prosseguia, agora reinventado na esteira de novos capítulos da política brasileira do aborto.

O corpo da mulher também se notabilizava, por causa especialmente do baixo protagonismo. É curioso notar como um cenário de tamanha tensão, em que a demanda pela descriminalização ganhava estofamento institucional, tematiza a questão do aborto sem que a voz das mulheres constitua-se narrativa audível e expressiva. O destaque dos aspectos técnicos e institucionais é contrastado com a ausência dos aspectos mundanos e cotidianos da realidade do abortamento. Mesmo quando há um caso de litígio por causa de um estupro de menor, o foco é a violência sexual ou mesmo o feto dela oriundo. O debate era condicionado pelo

imaginário da maternidade compulsória, no qual o corpo da mulher é tido como procriador por natureza e, portanto, o papel social de mãe é apresentado muitas vezes como o padrão de normalidade.

Não surpreende, portanto, que a entrada em cena de mulheres com poder e força política tenha sido polarizada. À medida que a proposta de descriminalização era tocada por mulheres no Executivo e no Congresso, outras mulheres, contrárias à legalização, ganhavam espaço para fazer frente. Também é emblemático que, a despeito das rupturas e de novos dados e pontos de vista apresentados, todo o debate, que se propunha reflexivo e até mesmo refinado, tenha sido, no final das contas, desestabilizado e sepultado pela escandalização proposta por um parlamentar, estimulado por fúria e exasperação típicas do repertório afetivo da política do aborto no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por qualquer ângulo que se olhe, é fácil constatar que o aborto é um tema multifacetado na sociedade brasileira, constituindo temática presente nas páginas dos jornais desde a Independência do país, passando pela formação da esfera pública no século XIX, bem como atravessando variadas formas e regimes de governo (Monarquia, República, Democracia e Ditadura). O fenômeno da interrupção da gravidez é, portanto, uma questão antiga. Ou, com outras palavras, uma notícia de longa data, que assim o é porque preenche os requisitos básicos do que Traquina (2012) denomina de critérios de noticiabilidade. A notícia é uma construção social, uma forma de descrição e apreensão da realidade que reflete humores, saberes, inquietações, esperanças, tabus, memórias do passado e aspirações de futuro de um determinado grupo social. O aborto, pode-se dizer, reflete tudo isso, porque sua tematização jornalística ao longo da história é eletrizada por inegável voltagem emocional, que não raras vezes se apresentou sob o signo da indignação, da exasperação, do pavor e do drama. Uma voltagem que está intimamente ligada ao parâmetro elementar da noticiabilidade: ser ou não ser normal? E o aborto é uma prática que desorganiza as fronteiras entre a normalidade e o desvio/anormalidade.

Como o debate social aparece na imprensa nos últimos dois séculos? Esta foi a pergunta e o problema centrais apresentados no início da tese. Evidente que as formas de manifestação jornalística variaram, em termos quantitativos e qualitativos. Cada década teve sua frequência de registros e suas particularidades semânticas e narrativas. Essa dimensão multifacetada é extensa, sinuosa e complexa. Nem por isso tornou impossível estabelecer esboços de um itinerário narrativo e histórico do assunto na imprensa brasileira.

Muitas foram as vozes que se propuseram a falar sobre aborto. No século XIX, por exemplo, durante as décadas de 1830/1840, nota-se a prevalência de discursos de ordem médica e jurídico-legal. Médicos e juristas sobressaíam nas páginas dos jornais. Os profissionais da saúde privilegiavam uma abordagem em que a ênfase na prática da medicina estava focada no alívio do sofrimento da mulher em processo de abortamento. Uma narrativa que se destacava pela questão do cuidado. Os discursos, contudo, não restringiam-se apenas ao exercício do ofício médico em si. Porque, seguindo o processo de construção da esfera pública de que Morel (2016) fala, o Brasil recém-independente buscava no referencial iluminista e científico o caminho para o progresso. A Modernidade brasileira, que incluía aspirações de transformações políticas, também tinha preocupação com o conhecimento e o saber. O que resultou em um amplo processo de debate público, ocorrido com bastante frequência pelos jornais, que abordava especulações, inovações e métodos de fazer ciência

interessados, entre tantos e variados temas, pelo aborto. Assim, fica-se sabendo de tratamentos eficazes e de uma farmacopeia específica para encarar o processo de abortamento.

O aborto era matéria de debates intelectuais. Livros, dicionários, periódicos especializados ofereciam-se à mediação. Era um assunto objeto de tematização que oscilava entre a incitação científica e os dramas e acontecimentos individuais típicos do enquadramento *fait divers*, nos quais se destacaram a nota sobre a vida reprodutiva da rainha inglesa Adelaide

(Figura 1) e o leilão de espólio de uma falecida que incluía um feto. Para ser mais preciso, “1 frasco de cristal guardando um aborto de criança”. Ali, desenhava-se uma mudança de direção nos rumos narrativos.

O aspecto lexical mostrou-se importante para as reflexões desta tese. Porque, para retomar Foucault (1999), as palavras possuem força simbólica e histórica, sendo mecanismos de ordenação da realidade social. O pensador francês questiona-se como e por que a realidade e as coisas são submetidas à representação, a uma forma de identificação que é mais do que descritiva, posto que é constitutiva. A menção ao aborto de criança mostrava uma associação recorrente que se fazia, e que se faria ainda mais constante ao longo dos séculos, entre o corpo embrionário/fetal e a criança nascida e viva. Esse contínuo simbólico, que fazia coincidir e equivaler estruturas anatômicas distintas, consumiria os debates jurídicos daquele período.

As narrativas do Direito marcariam a entrada em cena do feto, especialmente quando vinculadas à prática da medicina. Para recorrer às ideias e à linguagem de Wagner (2010), marcariam a invenção simbólica dessa figura, ao menos no âmbito do jornalismo brasileiro. Esse batismo simbólico trazia inquietações relativas à legitimidade de se recorrer ao procedimento. Afinal, interrogavam-se juristas e médicos em suas meditações filosóficas, qual o valor do aborto? Não havia consenso, porque a dimensão moral da prática estava instalada. A interrupção da gravidez era vista, ao mesmo tempo, como um ato legítimo e ilegítimo, dependia do ponto de vista, das circunstâncias, tramas e dos indivíduos envolvidos. No geral, a tese da ilegitimidade passava a prevalecer, porque partia-se do pressuposto da vida intra-uterina designada desde a concepção. Isso situava a prática numa dinâmica semântica associativa que perduraria pelos séculos: a vinculação/comparação do aborto a outros crimes; naquele momento específico, a assassinatos e envenenamentos, que abasteciam o imaginário da prática de afetos como indignação, vergonha e revolta, bem como de adjetivos de densidade emotiva, como monstruoso. O aborto tinha se tornado um fato moral, um tema movido principalmente pelo processo de singularização ontológica do feto, no qual ele, ao tornar-se palavra, ganhava também humanidade, tornando-se gente. Essa condição é,

conforme Boltanski (2004) argumenta, arbitrária e contraditória, estando sujeita, portanto, a dilemas e dissensos muitas vezes inconciliáveis.

A condição fetal, e moral, da narrativa jornalística do aborto ficaria mais nítida no final da década de 1890, no momento em que a Monarquia caía e a República emergia. Assim, podia-se perceber os primeiros pontos contínuos da trajetória narrativa pretendida neste trabalho.

A Medicina e o Direito permaneciam tomando conta da mediação do tema. Assim, o imaginário científico destacava-se, sendo o aborto tematizado a partir de saberes que se pretendiam reguladores da ordem social. Como resultado, a intensificação da prática como um evento moral e, sobretudo, afetivo, porque a crescente visibilidade do feto dava-se através de um noticiário visceralmente emotivo.

Inquietações demográficas emergem nesse período e situam a interrupção da gravidez como um mal apocalíptico, diante dos temores de um recuo da população. É nesse contexto que aparecem apelos salvacionistas, numa retórica hiperbólica que denuncia em tom catastrofista atos tidos como danosos à vida humana. A indignação converte-se em escândalo, ira profunda e pânico.

A tematização trágica não se deu apenas pelo referencial populacional. Quem falava sobre aborto no final do século XIX eram inspetores e delegados. O noticiário policialesco introduzia afetos na cena social, fazendo da violência e do fascínio com a morte parte integrante das narrativas. Fetos enterrados, fetos em decomposição, fetos exumados. O corpo fetal ganha protagonismo nas páginas de jornais, à medida que casos de aborto tornam-se alvo de batidas e inquéritos policiais.

A atividade policial vinha acompanhada pela atuação da medicina-legal como campo de saber importante para o que então se falava sobre aborto. O feto era, nessa lógica, encarado como um ser vivo que morrera. O fascínio mórbido com os restos mortais indicava que o fenômeno inquietava mentes e corações. Não apenas pelo fato de ser notícia e, portanto, estar no radar de preocupações sociais. Mas porque a temática sinalizava uma anormalidade e, mais do que isso, um registro sentimental inédito no escopo desta tese: pavor, que passaria a ser um marcador afetivo da tematização do assunto. O medo intenso, por assim dizer, introduzia-se no repertório de sentimentos que, conforme Le Breton (2009) sustenta, varia conforme o grupo social e está longe de ser universal e espontâneo, respondendo mais a sistemas de valores e representações culturalmente moldadas do que a forças biológicas.

Le Breton (2009) fala em organização ritualística dos afetos. O alarme que o aborto começava a despertar convertia-se em fúria que, por sua vez, desinibia ímpetus punitivos indisfarçáveis. A década de 1890 se finaliza, no âmbito desta tese, com uma nota (Figura 15)

que registra o clima de vigilância, denúncia e perseguição contra uma mulher que, supunha-se, cometera aborto. Sua casa e quarto, violados, a humilhação diante de vizinhos e a subsequente detenção dão alguma medida do repertório afetivo irascível daquele tempo, que manifestava-se nas interações e práticas sociais como um evento violento e explosivo; no caso específico, num rito de quase linchamento representativo dos sentimentos vinculados à prática.

Por trás do ódio que o aborto podia despertar estava o lugar social esperado da mulher: o de mãe, e o amor maternal aí embutido. Nos anos 1940, um período marcado pela censura oficial e por um regime autoritário, discursos nacionalistas privilegiariam a maternidade como função social nobre. A família nuclear tinha um peso político grande nas intenções do regime Vargas de conferir nova identidade ao país. O aborto aparece, conseqüentemente, como um delito penal e moral. Ficam mais discerníveis os empreendedores morais (BECKER, 2008) do assunto. Padres, juízes, políticos e médicos se revezavam para dissertar, num clima social em que capacidade intelectual e prestígio profissional habilitavam tais vozes. Além da Medicina e do Direito, a narrativa religiosa, particularmente a católica, destaca-se. É possível observar também que, na primeira metade da década, há um peculiar silêncio acerca da figura do feto, até então protagonista, e uma ênfase na figura da criança, como se aquela estivesse automaticamente subentendida e contemplada na representação da infância.

Outra característica é que as mediações passaram a expor a cena internacional. França, Japão e Inglaterra entravam no radar noticioso. Também é nítida a gradativa incorporação do fenômeno à pauta política institucional e partidária, com o Congresso Nacional aparecendo como espaço privilegiado de debate. Foi também um período marcado pela II Guerra, que reverberou na tematização do aborto por meio de pânico demográficos e bioéticos. Ao fim do conflito, quando as atrocidades cometidas pelo regime nazista tornaram-se mundialmente conhecidas, o tema ganhou densidade e passou a ser tratado no contexto de um mundo desconfiado e temeroso em relação às possibilidades de manipulação da vida humana. Inevitavelmente, a figura fetal ressurgiu e referências a genocídio, eutanásia e assassinato ampliaram o arco semântico do aborto. Tais referências narrativas aportavam um valor negativo à prática, caracterizada como algo abominável, desqualificação que seria igualmente impulsionada pelo ativismo da Igreja Católica, naquele momento ainda pouco barulhento, mas que ganharia, especialmente nas décadas seguintes, decibéis.

A década de 1970 marca uma mudança profunda e ampla no enquadramento. Imaginários e mediações se multiplicam, tornam o debate mais complexo. Há uma explosão semântica. Tanto a religião quanto o direito e a medicina mantinham-se vetores narrativos

destacados, mas num cenário polissêmico em que o tema do aborto é envolvido por múltiplas vozes, instituições, saberes, transformações tecnológicas e dinâmicas políticas.

O primeiro aspecto que chama atenção é que, ao constatar de onde se falava sobre aborto, chegava-se à impressão de que era a partir do mundo inteiro, tanto que a editoria Internacional aparece como espaço privilegiado. Japão, Estados Unidos, Dinamarca, Suécia, França, Inglaterra, Itália, Israel e Alemanha eram alguns dos países que tornavam-se notícia porque debatiam a descriminalização da prática, ou já tinham legalizado. Na verdade, a tematização era geograficamente concentrada na Europa e na América, embora aparecessem, eventualmente, notícias de outros continentes e regiões não ocidentais.

As notícias traziam informações sobre debates parlamentares, travados com aspereza e tensão, em que a interrupção da gravidez era ventilada como uma questão de liberdade e autonomia da mulher sobre o próprio corpo. Um debate filosófico que comportava também preocupações sanitárias e epidemiológicas, buscando formalizar legalmente – dando assistência e segurança às mulheres – algo que era difundido socialmente e que, por causa da criminalização, favorecia o recurso a métodos inseguros.

Naquela mesma época, o movimento feminista ganhava visibilidade, fazendo da temática do aborto uma bandeira de luta. Os grupos feministas firmavam-se como força política, questionando o primado absoluto da vida fetal, que baseava leis criminais e setores conservadores. De delito moral e penal, o aborto transforma-se em direito e prerrogativa individual, passando à condição de matéria que mobilizava nações no que dizia respeito, por exemplo, a questões constitucionais. Além dos Parlamentos, o Poder Judiciário era chamado a dirimir a questão.

Pelas páginas do noticiário, o aborto não se resumia a uma questão legal. Era uma questão igualmente da ordem dos costumes, do que prova o volume de matérias e notas veiculadas na editoria cultural. Diante do barulho dos movimentos feministas e das mudanças jurídico-legais, movimentos e instituições contrários ao aborto como direito reagem e lançam mão de vigorosas estratégias de mobilização social e afetiva. Pode-se notar como a guerra cultural intensifica-se.

O desenvolvimento e aprimoramento de técnicas biomédicas têm impacto importante sobre o debate. Porque a figura fetal adquire representatividade na esteira dos instrumentos de visualização da gravidez. O feto se materializa em páginas de jornais, tornando-se tangível pela visão, adquirindo ainda mais força simbólica – conforme Boltanski (2004) argumenta, a adoção simbólica (a tradução em palavra e sentido faz parte dessa adoção) é passo crucial para a construção da humanidade do feto. O aborto, nesse cenário, é encarado como um delito grave, objeto de afetos indignados.

Além das técnicas de visualização, os métodos de manipulação genética e da procriação provocavam mais discussões e dilemas. Conforme se nota, o imaginário bioético vem acompanhado tanto dessas transformações quanto das memórias dolorosas deixadas pela II Guerra, quando o regime nazista procedeu a experimentos brutais com o corpo humano. Esse trauma atua como uma sombra na tematização do aborto, cujo valor moral passa a ser incluído, nas narrativas anti-aborcionistas, no rol de atos condenados severamente, reinventando-o nos anos 1970 como uma prática abominável e cruel. Era possível detectar uma aversão a toda e qualquer forma de interferência artificial no curso dos processos biológicos.

Nessa lógica de condenação do mundo artificial, também a contracepção fazia par com o aborto, embora muitas vezes fosse considerada um recurso legítimo porque não atuava após a fusão dos gametas. Contudo, esses discursos não eram lineares. Havia contradições, instituições e setores que divergiam quanto ao início da vida e à legitimidade de controlar a vida reprodutiva.

Não se via contradição no discurso da Igreja Católica, que se lança numa ofensiva global, que repercutiu no Brasil. O aborto transforma-se em ponto focal de atuação e organização política do Vaticano. No Brasil, vale ressaltar, ainda que os debates legais do mundo exterior tivessem ampla cobertura jornalística, pouco se debatia sobre a descriminalização nos espaços e fóruns institucionais nacionais. A legalização do procedimento era uma demanda que partia de setores da sociedade civil e de categorias profissionais, muitos deles vinculados a aspirações feministas, que, inclusive, se espalhavam à medida que livros e personalidades/pesquisadores dos movimentos de mulheres produziam reflexões intelectuais sobre a condição social da mulher. Da mesma forma, a cena cultural e do entretenimento, como a teledramaturgia e o cinema, abordavam o assunto.

Esse movimento, contudo, reverberava menos do que as movimentações contrárias do regime militar, que fazia da demografia tema de interesse do Estado. O debate sobre aborto, nesse cenário, era bastante tensionado, visto que a natalidade era objeto de preocupação e disputas tanto internas quanto globais. Era, com efeito, matéria de peso geopolítico.

Peso este que o empreendedorismo moral católico robustecia. No cenário brasileiro, a Igreja Católica tinha como pauta central, pelo que se depreende do noticiário, o combate à legalização do divórcio e, sempre que possível, articulava suas ansiedades e desassossegos com diversos temas contemporâneos, tais como o aborto. A tematização combinada era frequente, alcançando também temas como tortura – naquele momento histórico, uma pauta atual e quente. Chama atenção ainda que a Igreja sofisticasse o debate, no Brasil e nos demais países onde atuasse, apresentando argumentos intelectuais e refinados sobre vida e morte para

além das representações religiosas tradicionais. O referencial dos Direitos Humanos, por exemplo, é usado como forma de aprofundar o repúdio ao aborto, pois princípios como dignidade e autonomia eram articulados na defesa da singularidade fetal e da vida desde a concepção. As técnicas biomédicas contribuíaam no fornecimento de imagens para o empreendedorismo do Vaticano. Tratava-se de um debate conceitual, que dava peso teórico e científico a dogmas.

O empreendedorismo moral anti-aborcionista logo se assumiria como campanha política aberta e sistemática. As operações de comunicação organizadas e lançadas pela Igreja no Brasil destinavam-se antes a combater atos e práticas do que a promover princípios cristãos. O aborto tinha se firmado como uma dessas práticas condenáveis, tanto que seria alvo de ofensiva por meio de campanhas em defesa da vida e pela redução dos abortos. Campanhas que eram pensadas para reverberar na imprensa. A formulação profissional e racional dessas investidas colocava em evidência a produção de afetos na política de aborto. Mais do que produção, uma espécie de rotinização da indignação e da repulsa como forma de envolvimento sentimental com a interrupção da gravidez.

Ao final dos anos 1970, alguns debates legais começam a aparecer no Brasil, embora o que se destacasse mesmo fosse a atuação do Papa João Paulo II, que se converteria em um mega-empreendedor moral na questão. Mesmo que outras figuras, contra e pró, tenham sido destaque, como a freira Madre Teresa de Calcutá e a ministra e política francesa Simone Veil, o Papa era a grande liderança.

Nos anos 2000, nota-se que o tema vira uma questão de Estado no Brasil, no sentido de que autoridades dos três Poderes, gestores, operadores de direito, além da sociedade civil, concentram-se nas atribuições formais dos poderes públicos para tratar e definir o estatuto legal da prática. Uma tentativa de descriminalizar o procedimento é organizada e lançada. O tema transforma-se majoritariamente em uma questão política no cenário interno, também porque pautas com implicações bioéticas, como pesquisas com células-tronco, produzem inquietações sobre a condição humana e são alvo de tentativas de regulação. As narrativas passam a ser mais protocolares e técnicas, típicas do ambiente da política institucional. Nem por isso a voltagem emotiva perde força, porque mesmo as autoridades dão mostras, em momentos relevantes, de destempero e exasperação em seus pronunciamentos.

No campo externo, EUA e Vaticano monopolizam as notícias, com o país norte-americano envolto na interminável guerra cultural, estimulada naquele contexto pelo conservadorismo fortalecido eleitoral e socialmente. De Roma, o Papa João Paulo II, nos seus últimos meses de vida, persistia na defesa incondicional da vida e na condenação implacável

do aborto, escrevendo livros e manifestando-se, inclusive, contra a proposta de descriminalização que se desenhava no Brasil.

O projeto de descriminalização fracassa, tendo como ato final a ameaça de um deputado que propunha escandalizar e espetacularizar a discussão. Uma notícia que me fez pensar sobre os questionamentos iniciais que levaram a esta pesquisa, porque informa um tipo de exasperação que não souo estranho; pelo contrário, pareceu-me profundamente familiar tendo em vista os contratempos e impasses em que já me vi envolvido.

De fato, no tocante ao aborto, a sociedade parece habitar mundos opostos e inconciliáveis, porque as representações que a prática evoca são, na maior parte das vezes, absolutas e extremadas, fechadas a matizes e nuances. O consenso, ao menos no Brasil, parece distante. E por uma razão que, à luz da experiência pessoal e agora com base na pesquisa desta tese, parece muito clara: o aborto, que Boltanski (2004) classifica como uma experiência socialmente audível – o que se nota pelos jornais – implica, ao longo de dois séculos, o debate sobre a condição fetal, obrigando quem quer que se pronuncie favorável à legalização a correr atrás e tentar desconstruir a vantagem moral construída em favor do feto. Como dialogar sobre um corpo que ainda não está, do ponto de vista físico, plenamente entre nós, mas que simbolicamente já faz parte de expectativas ternas e metafísicas e, sobretudo, de afetos viscerais? Como falar do que nem é totalmente ausente, nem completamente presente?

Seja como for, é um debate sem ponto final à vista, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista social e político. Enquanto esta tese estava sendo finalizada, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou audiência pública para discutir ação apresentada à Corte com o propósito de descriminalizar o aborto até a 12ª gestação. O evento, para quem atua profissionalmente no campo e, nos últimos anos, pesquisa cientificamente o tema, foi como assistir a um filme pela enésima vez. O roteiro, personagens e falas são fartamente conhecidos. Estiveram presentes pesquisadores, médicos, religiosos, juristas – os empreendedores morais de sempre – que expuseram argumentos, por exemplo, sobre a sacralidade da vida, de um lado, e sobre os efeitos deletérios da criminalização na saúde pública. Não se sabe quando o plenário dará continuidade ao julgamento, principalmente porque o conservadorismo vitorioso nas eleições de 2018 constitui um eloquente obstáculo ao debate sobre descriminalização. Contudo, esse cenário, mesmo que imprevisível, abre mais um capítulo da política do aborto no Brasil que pode, por sua vez, continuar a ser objeto de investigação e pesquisa a partir das mediações e narrativas que produzir.

REFERÊNCIAS

- ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos; SANTOS, Fátima de Souza. Entre o Aborto e a Pesquisa: O Embrião na Imprensa Brasileira. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.21, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722008000300014&script=sci_arttext>
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- AMBROISE-RENDU, Anne-Claude. Le fait divers. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Phillippe; THÉRENTY, Marie-Éve; VAILLANT, Alain (org.). **La civilisation du journal**. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011, p. 979-997.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.
- ARILHA, Margareth; CORRÊA, Sonia; CUNHA, Maísa Faleiros. Reproductive statecraft: the case of Brazil. In: NAKACHI, Mie; SOLINGER, Rick (Org). **Reproductive states: global perspectives on the invention and implementation of population policy**. New York: Oxford University Press, p. 124-155, 2016.
- AURENCHE, Marie-Laure. La presse de vulgarisation ou la médiation des savoirs. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Phillippe; THÉRENTY, Marie-Éve; VAILLANT, Alain (org.). **La civilisation du journal**. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011, p. 383-415.
- BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 18-31, dez./fev. 2000-2001.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARTHES, Roland. **Structure du fait divers**. In: *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- _____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BOLTANSKI, Luc. **La condition feotale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement**. France: Éditions Gallimard, 2004.
- BORGES, Lenise; RIBEIRO, Flávia. O jornal como objeto de pesquisa socioconstrucionista. In: SPINK, Mary J. P.; BRIGAGÃO, Jacqueline I. M.; NASCIMENTO, Vanda L. V.; PRIOLI, Mariana (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p.185-206, 2014.
- BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm

BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. **Código Penal**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO (CCR). **Olhar sobre a mídia**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CORRÊA, Sonia; PAZELLO, Magaly. Aborto. Mais polêmica à vista. In: **Olhar sobre a mídia**. Comissão de Cidadania e Reprodução (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, p.147-183, 2002.

CORRÊA, Sonia; KARAM, Maria Lucia. **As leis do sexo no Brasil: permanências, rupturas e paradoxos**.

CORRÊA, Sonia; KARAM, Maria Lucia. Brazilian “sex” laws: are there ruptures? Or is this all about continuities and paradoxes?”. In: MILLER, Alice; ROSEMAN, Mindy (Org.). University Press of Pennsylvania (2018).

DEJAVITE, Fábila Angélica. **O poder do fait-divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção**. In: Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 2001.

DINIZ, Debora; CORRÊA, Marilena; SQUINCA, Flávia; BRAGA, Kátia. Aborto: 20 anos de pesquisa no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(4), p.939-942, 2009.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Revista Ciência&Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.15, supl.1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700002&script=sci_arttext>. Acessado em 11 set. 2014.

DUDEN, Barbara. **L’invention du foetus**. Paris: Descartes & Cie, 1996.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERREIRA, Vilma Moreira. **A contribuição do Caderno B do Jornal do Brasil durante o período de repressão política do regime militar**. In: Anais do Encontro Nacional de História da Mídia (Alcar, 2008).

FONTES, Maria Lucineide Andrade. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.17, no.7, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000700019&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 set. 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Phillippe; THÉRENTY, Marie-Éve; VAILLANT, Alain. **La civilisation du journal**. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011.

KALIFA, Dominique. L'envers fantasmé du quotidien. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Phillippe; THÉRENTY, Marie-Éve; VAILLANT, Alain. **La civilisation du journal**. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011, p 1329-1339.

LE BRETON. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A sociologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. Les émotions dans la vie quotidienne: approche critique de Klaus Scherer. In: **Information sur les Sciences Sociales**. Londres: SAGE Publications, 2004, p. 621-631 .

LE NAOUR, Jean-Yvez; VALENTI, Catherine. **Histoire de l'Avortement**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

LEOCÁDIO, Elcylene Maria de Araújo. **Aborto pós-estupro: uma trama (des)conhecida entre o direito e a política de assistência à saúde da mulher**. 144p. Dissertação (Mestrado Política Social). Departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº7, pp. 25-54, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver: Novas formas de controle social no Império do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004.

MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: S. A. Figueira (org.), **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1981, pp. 56-63.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NEVES, P. C. **Feminismo e política:** uma discussão sobre a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher no Rio de Janeiro. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia. Anais do 36º Encontro da ANPOCS, 2012.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo.** Porto: Porto Editora, 2003.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1991.

PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

POTTER, Jonathan. **La representación de la realidad:** discurso, retórica y construcción social. Barcelona: Paidós, 1998.

REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.8, no.2, p. 69-89, 2002.

RIBEIRO, Flávia. **Sentidos da vida na controvérsia moral sobre o abortamento induzido: o caso da anencefalia.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROCHA, Maria I. B. Aborto: investigação, ação e prioridades em pesquisa. In: ROCHA, Maria I. B.; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul:** panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo. Unicamp, p. 112-117, 2009.

SCHNEIDER, Jens. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. **Revista Mana**, vol.10, no.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100004>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SCHWARTZ, Vanessa. O espectador cinematográfico antes do aparato de cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processos. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Org.). **Jornalismo político:** teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, p. 109-140, 2006.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol.II, nº 1, 2005.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. Corpo, construção social das emoções e produção de sentidos na comunicação. In: SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (org.) **A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 15-35.

SIQUEIRA, Euler David de. Categorias na fronteira: corpo, emoção e comunicação. In: SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (org.) **A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 37-58.

SIQUEIRA, Euler David de; SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. O corpo como imaginário da cidade. **Revista Famecos**. Porto Alegre, vol. 18, no. 3, p. 657-673, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10375>>. Acesso em 21 nov. 2018

Revista Ciência &Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol.17, no.7, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000700019&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 set. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TORRES, Lilian de Lucca. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900" de Peter Cohen. In: **Ponto Urbe** - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, Vol. 2, no. 2, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1914#tocto1n2>>. Acesso em: 22/01/2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosaf Naify, 2010.